

MOVIMENTO Cultural

ANO IV - N°6 - SETEMBRO - 1989

EDIÇÃO DA

Associação dos Municípios do Distrito de Setúbal

FICHA TÉCNICA

Título: Movimento Cultural

Ano 4 - Nº 6, Setembro de 1989

Edição e Propriedade: Associação dos Municípios do Distrito de Setúbal

Redacção e Administração: Av. Manuel Arriaga, 6, 2ª Esq. - 2900 Setúbal - Telefones: 34 221 - 34 232 - 34 268

Director: Eufrázio Filipe

Conselho Redactorial: António Durão, António Matos, Alexandre Flores, Arlindo Mota, Eufrázio Filipe, João Faria, Joaquina Soares e Luís Marques.

Colaboração: Alexandre Flores, A.M. Dias Diogo, António Durão, António Nabais, António Simão Condeço, Arlindo Mota, Carlos Moutinho, Carlos Tavares da Silva, Christine Carlson, F.A. Batista Pereira, Gil Soares, João C. Faria, João Carlos L. Pereira, João Videira, Joaquina Soares, Jacinta Ricardo, Kevin Carlson, Luis de Albuquerque, Luis Filipe Garcez, Luis Filipe Oliveira, Luis Pequito Antunes, Manuel Lima, Manuela Lima, Manuel D. Boieiro, Maria da Conceição Quintas, Mário Vieira, Paulo Pacheco, Pedro Soares, Teresa Rosendo.

Capa e separadores: Carlos António de Oliveira e Sousa

Arranjo gráfico: A.D.

Revisão tipográfica: A.D. (excepto os textos "Fernão Mendes Pinto na Outra Banda: 1562-1583" e "Alguns Aspectos da Produção do Espaço Urbano de Setúbal de 1920 a 1930").

Tiragem: 3000 exemplares

Composição, montagem e impressão: Litomarco Artes Gráficas, Lda. Ap. 34 - Casal do Marco - 2840 Seixal

Depósito Legal nº 25399/89

NOTA: As opiniões formuladas nos vários artigos nem sempre serão coincidentes com as da AMDS, sendo, por isso, da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

ÍNDICE

DESCOBRIMENTOS E DISTRITO DE SETÚBAL

Uma visão sobre a história da cartografia portuguesa <i>Professor Doutor Luis de Albuquerque</i>	7
Fernão Mendes Pinto na "Outra Banda": 1562-1583 <i>Alexandre M. Flores</i>	11
Os Descobrimentos tiveram no Barreiro as suas oficinas gerais <i>Carlos Coutinho</i>	19
Gago Coutinho - Historiador da náutica dos Descobrimentos <i>Mário Vieira</i>	26
Sobre o Manuelino de Setúbal <i>Fernando António Baptista Pereira</i>	31
Roteiro fotográfico do património do Distrito de Setúbal relativo à época dos Descobrimentos <i>Pedro Soares</i>	41
PATRIMÓNIO CULTURAL E NATURAL	
A unidade histórica e cultural do Distrito de Setúbal <i>António Nabais, Carlos T. da Silva e F. A. Baptista Pereira</i>	67
Troino e Fontainhas: duas comunidades de pescadores em confronto <i>Maria da Conceição Quintas</i>	75
Trabalho e produção no Sado durante a época romana <i>A. M. Dias Diogo e João C. Faria</i>	81
O processo de expansão urbana de Grândola <i>João Videira</i>	93
Alguns aspectos da produção dos espaço urbano de Setúbal de 1920 a 1930 <i>Joaquina Soares</i>	98

I Encontro Internacional de Municípios com Centros Históricos	
<i>Manuela D. Boieiro</i>	135
Lagos de maré nas quintas senhoriais do Seixal	
<i>Manuel Lima</i>	139
A fauna da Arrábida — Situação actual	
<i>Luis Filipe Oliveira</i>	145
Três úteis predadores	
<i>Kevin e Christine Carlson</i>	150
Vamos salvar o rio Tejo!	
<i>Jacinta Ricardo</i>	153
Desenvolvimento e recursos / culturais da região de Setúbal (seminário)	155
ANIMAÇÃO CULTURAL	
O projecto "História ao vivo" no castelo de Palmela (Maio de 1989)	
— A profissão de um cavaleiro da Ordem de Santiago	
<i>Luis Pequito Antunes, Teresa Rosendo, António Simão Condeço,</i> <i>Paulo Pacheco e Gil Soares</i>	159
ARTES E LETRAS	
Educação musical em fins do séc. XX	
<i>Luis Filipe Garcez</i>	167
C. M. A. — Prémio Literário 'Cidade de Almada'	169
Soneto de (um certo) Abril (inacabado)	
<i>João Carlos L. Pereira</i>	170
FOTOGRAFIAS DE PEDRO SOARES	
Fotografias de Pedro Soares	173
PUBLICAÇÕES RECEBIDAS	
<i>António Durão e Arlindo Mota</i>	179

Descobrí-
mentos
e
distrito
de
Setúbal

UMA VISÃO SOBRE A HISTÓRIA DA CARTOGRAFIA PORTUGUESA

Prof. Doutor Luis de Albuquerque

Muito embora alguns historiadores tenham sustentado que a arte de construção de cartas geográficas se praticou em Portugal desde o reinado de D. Diniz, nunca até hoje foi possível produzir qualquer prova, mesmo frágil, de tais informações, e nem é provável que ela venha a ser encontrada. Efectivamente, a cartografia mais significativa desde o final do século XIII até meados do século XVI foi predominantemente de carácter náutico; ora, os lugares para onde os portugueses do tempo de D. Diniz navegavam encontravam-se satisfatoriamente cartografados por maiorquinos, catalães, genoveses e venezianos, e não era necessário, por isso, preparar em Portugal cartógrafos que se encarregassem dessa tarefa. A preparação desses técnicos e o aparecimento da arte da cartografia só viriam a verificar-se no nosso país quando, depois de iniciadas as grandes viagens marítimas, e descobertas novas costas e novas ilhas, se tornou absolutamente necessário completar ou corrigir a carta náutica tradicional.

Azurara refere-se a este facto em mais de um passo da sua *Crónica da Guiné*; num deles, o cronista afirma-nos que, ao contrário do que antes se verificara, a costa a sul do Cabo Bojador estava correctamente representada "nas cartas de marear que o Infante [D. Henrique] mandou fazer" (ed. Dias Dinis, vol. II, p. 336, Lisboa 1949); e noutro esclarece que tal aperfeiçoamento era o resultado da experiência directa dos navega-

dores, afirmando: "isto que agora é posto na carta foi coisa vista por olho" (*Ibidem* 348).

O aparecimento de uma cartografia em Portugal logo após o início da expansão marítima é corroborado por Duarte Pacheco Pereira. Este grande navegador afirma de modo categórico na *Esmeraldo de situ orbis* (ed. da Academia Portuguesa de História, p. 120, Lisboa 1954) que o infante D. Henrique mandou à ilha de Maiorca contratar um certo Jácome, modernamente identificado como um dos filhos do bem conhecido cartógrafo Abraão Cresques, adiantando que ele era "mestre de cartas de marear" e as ensinara a "fazer áqueles de que os que em nosso tempo vivem aprenderam". Esta notícia, mais tarde repetida por João de Barros, nunca pôde ser confirmada de modo concludente por qualquer outra fonte, e está hoje (1989) a ser submetida a forte discussão; aliás, a referência a um "mestre Jácome" encontrada num documento da Chancelaria de D. João I é demasiado imprecisa para que se possa afiançar, como já se pretendeu, que se trata do mesmo personagem; em todo o caso, não repugna acreditar que no período em que se tornava premente acrescentar a carta de navegar, fosse atraído ao nosso país, "com muitas dádivas", quem soubesse como tal devia ser feito, fosse ele o maiorquino Jácome ou outro cartógrafo. Nessa primeira fase os protótipos viriam das escolas cartográficas mediterrânicas, para logo depois, embora em

ano impossível de precisar (mas que Charles Verlinden, a partir de Azurara, fixa com razão em c. 1445), se iniciar a reprodução de cartas já sobre modelos próprios, mas construídos com a técnica daquelas escolas.

Esta primeira fase de cartografia portuguesa, que se pode considerar terminada no final do século XV, documenta-se em dois tipos de factos: a) pela influência que marcou em muitos monumentos cartográficos estrangeiros, sobretudo italianos (Benincasa, as cartas ditas de Soligo, Andrea Bianco), onde toda a nomenclatura da costa atlântica é claramente portuguesa; é de admitir que tais cartas reproduzissem, quanto a esta particularidade, cartas totalmente desenhadas ou acrescentadas por cartógrafos lusitanos; b) e por um pequeno número (cinco, no total) de cartas portuguesas, a mais antiga das quais, desenhada por Pêro Reinel, é de c. 1483, segundo Armando Cortesão, que a estudou com minúcia; destas cinco cartas só está simultaneamente datada e assinada a de Jorge de Aguiar, de 1492, cuja existência na Yale University só em 1968 foi assinalada por O. Viator.

A este primeiro período de iniciação segue-se um outro em que a cartografia portuguesa se desenvolve e exerce uma hegemonia quase absoluta sobre a cartografia europeia; quando analisadas por ordem cronológica, verifica-se que as cartas deste período, que se estende até ao último quartel de Quinhentos, apresentam as três características seguintes: a) o alargamento das áreas cartografadas e progressivo aperfeiçoamento dos desenhos (compare-se, por exemplo, a representação da península de Malaca na carta dita de Cantino, de 1502, com a de qualquer dos vários planisférios de Diogo Ribeiro, desenhados entre 1525 e 1530), melhoramentos de tal modo rápidos que em curtos anos os cartógrafos estavam habilitados a construir planisférios de extraordinária perfeição, se tivermos em conta os meios de que dispunham; b) a introdução de uma escala de latitudes nas

cartas, ainda só esboçado no já referido planisfério dito de Cantino (representa apenas o equador e os dois trópicos) mas já expressamente traçada na carta atlântica de Pêro Reinel de c. 1504 ou de c. 1506, carta que apresenta ainda uma outra particularidade notável, a que adiante aludiremos; c) a "oficialização" da cartografia portuguesa manifesta-se também nitidamente através destas cartas (é possível, no entanto, que se tivesse iniciado ainda no século XV, como certas semelhanças entre a carta de Pêro Reinel de c. 1483 e a carta de Jorge de Aguiar parecem evidenciar; ao aludirmos à oficialização da cartografia queremos significar que existia uma oficina estatal onde se executavam os protótipos das cartas das várias regiões do globo habitualmente visitadas por navegadores portugueses, constantemente submetidos a revisão em face dos dados recolhidos em cada nova viagem; era sobre estes modelos padrões que se faziam as cópias a fornecer aos pilotos e que estes utilizavam no exercício da sua profissão.

A carta típica da cartografia portuguesa tinha, pois, origem e objectivos bem definidos que, se explicam a sua grande difusão, vieram também mais tarde a ditar a sua condenação. Da enorme divulgação que teve esta carta náutica portuguesa fala com clareza o grande número de exemplares ainda hoje existentes: nos **Portugaliae Monumenta Cartografica** (6 vols., Lisboa 1960, reedição Lisboa, 1988) Armando Cortesão e Avelino Teixeira da Mota reproduziram e estudaram todas as cartas portuguesas anteriores a 1706 então conhecidas (posteriormente, além da já referida de Jorge de Aguiar, Marcel Destombes revelou a existência de uma carta de Diogo Homem de c. 1566); e cerca de duas centenas de cartas ou atlas (estes desdobradas em várias cartas) referidas nessa obra monumental são náuticas. Convém acrescentar, entretanto, que, na maioria dos casos, se trata de cópias muito cuidadas, com desenhos e acabamentos que se dispensavam nas cartas a distribuir

aos pilotos; estas últimas devem ter sido um número incrivelmente mais elevado, facto aliás corroborável pelas verdadeiras "dinastias" de cartógrafos (como a dos Reinell ou a dos Homens) que mantiveram as suas oficinas em contínua laboração durante largos períodos dos séculos XVI e XVII.

Importa agora dizer com brevidade as razões que levaram à condenação da carta portuguesa. Como acima se disse, a técnica da sua construção era a da carta-portulano do Mediterrâneo; isto quer dizer que o seu traçado se baseava no conhecimento do rumo defenido por dois lugares, demarcado pela bússola, e na distância estimada entre eles; mas como os rumos magnéticos não eram corrigidos da declinação da agulha, a carta, no seu conjunto ficava geograficamente incorrecta, apresentando distorções em latitude e em longitude; é de salientar, porém, que, apesar disso, ela era de extrema utilidade para os navegadores, não podendo estes, de resto, aperceber-se de tais defeitos, já que praticavam uma navegação baseada nos mesmos elementos que tinham levado à sua construção defeituosa do ponto de vista geográfico.

Quando na carta traçada pelo processo que acaba de ser descrito os portugueses enxertaram uma escala de latitudes, a descoordenação entre a verdadeira latitude de alguns lugares e aquela que a escala lhes atribuía tornou-se evidente, e tanto mais evidente quanto mais forte fosse a declinação magnética local. Sem descermos a pormenores (que referimos no *Curso de História da Náutica*, 2ª ed., p. 174, Coimbra 1972) não podemos deixar de dizer que os cartógrafos deram-se muito cedo conta desses defeitos, pois Pêro Reinell já na sua carta acima referida procura rodear a dificuldade para a região da Terra Nova (onde a declinação da bússola era então muito acentuada), através do traçado de uma escala parcelar e particular de latitudes, disposta obliquamente em relação à escala geral e servindo apenas para aquela região.

Mas a radical transformação a que os pilotos e marinheiros portugueses subme-

teram a arte de navegar havia forçosamente de pôr em evidência outros defeitos da carta tradicional, mesma que esta passasse a ser traçada por rumos geográficos e não magnéticos. De facto, em tipo de construção, que conduzia à com frequência chamada "carta plana quadrada", implicava que todos os paralelos ficassem no desenho representados por um segmento igual ao do equador, o que impunha dilatações no sentido leste-oeste às áreas representadas, e dilatações tanto mais acentuadas quanto mais elevada fosse a latitude; por outro lado, também se verificava que as linhas de rumo constante (ou loxodrómicas) se representavam na carta por arcos de curva, quando para a navegação convinha traçá-las segundo segmentos de recta. Foi Pedro Nunes quem pela primeira vez apontou concretamente esta questão num livro publicado em 1537, que Gerard Mercator resolveria depois cabalmente (Mercator ocupou-se pela primeira vez do caso em 1541, mas só em 1569 apresenta o seu famoso planisférico desenhado segundo a chamada "projeção cilíndrica isogónica").

Assim, enquanto no decurso da primeira metade do século XVII a cartografia europeia se aperfeiçoa, desenvolve e se torna numa disciplina de rigor matemático, os cartógrafos portugueses continuavam a manter-se fiéis aos modelos do século anterior (só em 1700 Costa Miranda traçou em Portugal a primeira carta segundo a projecção de Mercator); assim, a cartografia portuguesa entrou num irremediável declínio, de que só veio a renascer quando uma plêiade de engenheiros geógrafos, saídos quase todos da engenharia militar e com preparação matemática, que faltava em geral aos cartógrafos-artesãos dos séculos anteriores, iniciou na primeira metade de setecentos o levantamento cartográfico rigoroso (pois já determinavam longitudes) de várias parcelas das colónias portuguesas, e em especial do Brasil, onde a tarefa era mais urgente para se defenirem com rigor as fronteiras do país e se tomar posse efectiva de certas áreas muito contestadas pelos espanhóis.

Tratava-se, porém, de uma cartografia terrestre e não marítima, sendo justo acentuar que estes engenheiros tiveram precursores no final do século XVI e no século imediato: efectivamente, Fernando Alvares Seco fez gravar em Roma no ano de 1561, uma carta de Portugal, e João Baptista Lavanha é autor de uma carta do reino de Aragão publicada 1620 (as duas cartas estão reproduzidas em **Portugaliae Monumenta Cartografica**); Lavanha procedeu com o possível rigor, pois fez preceder o traçado da sua carta de um levantamento do terreno, supondo-se que para esse trabalho tenha utilizado um goniómetro de sua invenção. É necessário acentuar, ainda, que o traçado de cartas topográficas praticado empiricamente por D. João de Castro nos seus roteiros a respeito dos portos que visitava, continuou ininterruptamente até o século XVIII, quer em pequenas áreas marítimas como Castro fizera (vejam-se, por exemplo, as cartas que acompanham os roteiros da **Prática da Arte de Navegar**, de Luís Serrão Pimentel, 1673), quer de áreas terrestres e em particular de Portugal (Luís de Figueiredo Falcão, Pedro Nunes Tinoco, João Nunes Tinoco, João Teixeira Albernaz I, Diogo Pardo de Osório, etc.).

O aparecimento de geógrafos bem preparados, acima assinalado, deve-se em grande parte às lições dadas na "Aula de Fortificação", criada por meados do século XVII e que teve como primeiro professor Luís Serrão Pimentel; a despeito das críticas que já no século XVIII lhe havia de fazer Manuel de Azevedo Fortes (autor de uma frustrada obra em 2 volumes intitulada **O Engenheiro Português** e de um não menos

mediocre **Tratado do Modo de Fazer Cartas Geográficas**), sem o incentivo desse curso talvez nunca tivesse existido um estímulo para o desenvolvimento da engenharia geográfica que então se verificou, com a ajuda de técnicos jesuitas italianos que D. João V propositadamente chamou a Portugal, e fez transferir depois para o Brasil.

Não obstante o prestígio que a Geodesia alcançava como ciência depois das medições de aros de 1º de meridiano na Lapónia e no Perú (segunda metade do século XVII), em Portugal só no final de setecentos (1788) se pensou em estabelecer uma triangulação geral de base em que assentassem os trabalhos necessários para o levantamento rigoroso do território; Pedro Folque e Francisco António Ciera foram encarregados dessa tarefa, que vários acontecimentos interromperam por diversas vezes, mas outros geodestas vieram concluir já na segunda metade do século XIX e depois de criado o Instituto Geográfico e Cadastral (1864), organismo a que, desde essa data, incumbem todos os trabalhos relacionados com a cartografia de precisão do nosso país. Acrescente-se que, independentemente deste Instituto, e a partir da última década do século passado, tomou vulto a preocupação de cartografar diversas áreas consideradas estrategicamente mais importantes das colónias portuguesas. Nestes trabalhos evidenciaram-se alguns engenheiros geógrafos, a par de oficiais do exército e da marinha; entre todos não pode deixar de ser referido o nome de Gago Coutinho, pela qualidade e número dos trabalhos que executou em S. Tomé, em Moçambique, em Angola e em Timor.

BIBLIOGRAFIA

Armando Cortesão, *Cartografia e Cartógrafos Portugueses dos Séculos XV e XVI*, 2 vols., Lisboa 1935; Armando Cortesão, *Cartografia Portuguesa Antiga*, Lisboa 1960; Avelino Teixeira da Mota, *A Cartografia Antiga da África Central e a Travessia entre Angola e Moçambique (1500-1860)*, Lourenço

Marques 1964; Avelino Teixeira da Mota, "Cartografia e Cartógrafos Portugueses" no Dicionário de História de Portugal, Vol. I, pp.500-6; L. de Pina Munique, *Subsídios para a História da Cartografia Portuguesa*, Lisboa 1943; Armando Cortesão e Avelino Teixeira da Mota, *Portugaliae Monumenta Cartographica*, 6 vols., Lisboa 1960.

(Redigido em 1976; revisto para publicação em Fevereiro de 1989)

FERNÃO MENDES PINTO NA "OUTRA BANDA": 1562-1583

Por Alexandre M. Flores *

O herói e o anti-herói, o vencedor e o vencido de temerosas aventuras, depois de ter percorrido distantes terras, conhecido outras culturas e outros povos, o **andarilho das sete partidas** regressa a Lisboa, a 22 de Setembro de 1558. Fernão Mendes Pinto foi um português que, como milhares de outros compatriotas do séc. XVI, mercantil e imperialista, embarcara para o Oriente afim de obter fortuna.

Até àquela data, a sua vida fora, durante os vinte e um anos, uma longa peregrinação, por terras e mares do Oriente. O próprio Fernão Mendes Pinto nos confessa que foi **treze vezes cativo e dezassete vendido, nas partes da Índia, Etiópia, Arábia Feliz, China, Tartária, Macaçar, Samatra e outras muitas províncias daquele oriental arquipélago dos confins da Ásia a que os escritores chins, siameses, guéus e léquios nomeiam nas suas geografias por pestana do mundo.**

Durante quatro anos e meio andou com a carta de recomendação do vice-rei da Índia para o rei de Portugal e outros documentos comprovativos que o habilitavam a requerer uma mercê ou tença pelos seus serviços no Oriente, para os oficiais do Paço, sob a regência de D. Catarina, viúva de D. João III. Tudo inútil: eram-lhe encerradas todas as portas. Desiludido, o maior andarilho que há na memória da literatura portuguesa, foi viver para a "Outra Banda", no termo de

Almada, por volta de 1562. Casado com Maria Correia de Brito, trinta anos mais nova, de quem teve filhas.

Por esta altura, vivia-se uma época fértil em acontecimentos de ordem política, religiosa e cultural. Decorria o 3º período do Concílio de Trento, em que participavam Frei Francisco Foreiro (fundador do Convento de S. Paulo, em Almada), e ainda Diogo Paiva de Andrada (irmão de D. Francisco de Andrada).

Na última fase da sua vida - vinte e um anos que decorrem entre 1562 e 1583, no sítio de Pragal - Fernão Mendes Pinto torna-se proprietário de uma quinta em Palença de Cima, com casa de habitação, courelas de vinha e de sementeira. Fernão Mendes Pinto convive, entretanto, na vila e termo de Almada, com D. Francisco de Andrada (poeta, futuro cronista-mor do reino e guarda-mor da Torre do Tombo), D. João de Portugal, viajantes, soldados, pilotos, mestres e outros funcionários que prestaram serviço no Oriente, então residentes na "Outra Banda". Vivia em Almada, Francisco de Sousa Tavares (também antigo soldado no além-mar, e provedor da Misericórdia local, em 1556-1557), pai de D. Madalena Tavares de Vilhena - esposa, em primeiras núpcias de D. João de Portugal (1568) e de Manuel de Sousa Coutinho (1584-86), em segundas núpcias (posteriormente, Frei Luis de Sousa). Estamos em crer que D. Violante de Andrada, Condessa de Linhares (um dos grandes amores de Camões), se tivesse

* *Bibliotecário-arquivista*

relacionado com o andarilho, quando das suas visitas à família residente em Almada, até porque era uma fidalga dada às letras. E não é menos de admitir o relacionamento com Damião de Gois, que tinha um irmão, Fruyos de Gois, também morador na vila.

Por volta dos anos de 1569-70, Fernão Mendes Pinto começa a dar forma escrita à **Peregrinação**, dedicando-a às suas filhas. Procurando narrar as suas aventuras vividas e imaginárias, o andarilho escrevia uma das mais impressionantes obras da cultura portuguesa quinhentista. Registava factos e, indirectamente, descrevia os abusos cometidos pelos portugueses na ganância comercial, testemunhando a sua experiência vivida como senhor e escravo, mercador e guerreiro, diplomata e marinheiro, jesuíta e pirata. Escrevia a obra com a preocupação de comunicar com o seu pensamento, de modo a desvendar com a maior profundidade o labirinto exótico do Oriente. Vivia-se uma época que, quer ao nível do indivíduo quer do Estado, as Índias constituíam um meio de enriquecimento.

Na sua paz doméstica, Fernão Mendes Pinto é **incomodado** por diversas individualidades ilustradas que procuravam obter informações sobre a China, o Japão e outras terras do Oriente. O andarilho recebeu, entre 1569 e 1571, a visita de Bernardo Neri, embaixador de Cosme I de Médicis, grão-duque da Toscana. Este embaixador informara-se também junto de João de Barros a respeito da navegação, da geografia e do comércio orientais. A 15 de Março de 1571, Fernão Mendes Pinto escrevia uma carta a Neri respondendo a um novo pedido de informação deste sobre o Oriente.

A partir dos anos 70, Fernão Mendes Pinto era uma figura pública na vila e termo de Almada, uma pessoa socialmente integrada na comunidade local. Foi um dos juizes na vila, pelo menos, em 1572 e 1577, cargo exigido na época para ser eleito mamosteiro de S. Lázaro, da Santa Casa da Misericórdia de Almada. Alguns fidalgos foram também mamosteiros na vila, como D. João de Portugal e D. João de Abranches.

Em 1573, o nosso andarilho é eleito, pela primeira vez, a mamosteiro de S. Lázaro e Albergaria (instituição de assistência estabelecida em Cacilhas, nos princípios da nacionalidade portuguesa), em a mesa do despacho da casa da Misericórdia desta vila de Almada: "... Aos cinco dias do mês de Julho de 1573, (...) estando juntos em ela o senhor Bernardo Carvalho, provedor da dita casa e os mais irmãos da mesa abaixo assinados logo foi assentado de se eleger mamosteiro do Hospital de S. Lázaro anexo a esta casa e conforme ao compromisso se fizeram dois escritos dos nomes dos juizes desta vila do ano passado que foram Fernão Mendes Pinto e António Grisante os quais se meteram em um vaso e depois de bem baralhados, o dito provedor e irmãos se puseram em oração diante do crucifixo pedindo a nosso senhor desse o que fosse mais seu serviço e logo se tirou um dos ditos escritos e saiu o de Fernão Mendes o qual por ser presente disse logo que o aceitava e recebeu juramento na forma acostumada e ficou de posse do dito ofício e assim também serviria pela mesma maneira de mamosteiro da casa de Albergaria por estar em costume o mamosteiro de São Lázaro servir tão bem de mamosteiro de Nossa Senhora e tudo aceitou e de todas as rendas (...), que por seu trabalho dos ditos ofícios na arrecadação dos foros ser grande ele houvesse além dos ordenados dos compromissos as galinhas e frangos que se devem e tão bem por já estar assim em costume e de tudo se faz este assento que todos assinaram (A.H.M.A., Liv. de concertos e selaryos, c. 11; tb. cit. in Fernão Mendes Pinto: subsídios para a sua bio-bibliografia, C.M.A., 1983, pp. 73 e 74).

Fernão Mendes Pinto, respeitado na vila de Almada, gozava de certa importância social, como o provam os documentos existentes no arquivo da Misericórdia de Almada: juiz em 1572 e 1577, e mamosteiro de S. Lázaro e Albergaria em 1573 e 1578. Curiosamente, foi entre os anos de



Fernão Mendes Pinto.

Gravura da aut. de F. Pastor, in *Almada Antiga e Moderna: II. Freguesia de Cacilhas*.



Fernão Mendes Pinto – *Máscaras*.
Desenho s/ cartolina da aut. de Louro Artur.



Vila de Almada nos finais do séc. XVI, ou início do XVII. Litografia colorida da aut. de Barbieri.

1569 e 1578 que escreveu a sua **Peregrinação**. Neste último ano, dava-se o desastre de Alcácer-Quibir, onde morreu D. João de Portugal (provedor da Misericórdia de Almada, em 1571-72 e 1577-78) e Cristóvão de Távora, filho de D. Lourenço Pires de Távora (fundador do Convento dos Capuchos, da Caparica), destacadas figuras do meio social almadense, onde se incluía Fernão Mendes Pinto. Nesta batalha, que contribuiu para a perda da Independência, foi feito prisioneiro o grande escritor místico Frei Tomé de Jesus, irmão de D. Francisco de Andrada (também provedor em Almada, por várias vezes, entre as quais, em 1579-80) e de Diogo Paiva de Andrada.

O andarilho recebia, por volta de 1582, uma outra visita, desta vez, o padre jesuíta Giovanni Maffei, acompanhado do padre Gaspar Gonçalves, então reitor do Colégio de Santo Antão, interessados em informações sobre a China e outras terras do Oriente. O padre Maffei, instalado por algum tempo na quinta do **Val de Rosal** (da

freguesia de Nossa Senhora do Monte de Caparica), para entrevistar Fernão Mendes Pinto em Palença de Cima, em cumprimento da missão que Filipe II lhe cometeu, isto é, escrever a história das missões portuguesas no além-mar.

A 15 de Janeiro de 1583, Fernão Mendes Pinto recebia uma tença de dois moios de trigo anuais, concedida por Filipe I (II de Espanha): "**Dom Felipe... havendo em respeito aos serviços de Fernão Mendes Pinto, tem feito nas partes da India, e por lhe fazer mercê, ei por bem e me praz que ele tenha e aja, de minha fazenda do primeiro dia do mês de Janeiro deste ano presente de 1583 em diante dois moios de trigo de tença cada ano em dias de sua vida, os quais lhe serão pagos no almoxarifado da dita vila de Almada, e por tanto mando ao almoxarifado, que ora é ao diante (...)** e para firmeza de todo lhe mandei dar este por mim assinado e selado do meu selo pendente. Antão da Rocha o fez em Lisboa a 15 dias de

Charta maritima Portugallia, et celebres Emporiae Lisbona & Ubalis
 in longitudo utraque harum regionum comprehensum. Ludovico f. de S. Angulo flum.
 1583



Carta holandesa da Barra do rio Tejo, vendo-se a "Outra Banda", em 1583.

PEREGRINACAM DE FERNAM MENDEZ PINTO

EM QUE DÁ CONTA DE MUYTAS E MUY-
to estranhas couzas que viu & ouuiu no reyno da China, no da Tar-
taria, no do Soman, que vulgarmente se chama Siao, no do Calami-
nhan, no de Pegu, no de Martauão, & em outros muytos reynos
& senhorios das partes Orientais, de que nestas nossas
do Occidente ha muyto pouca ou
nenhũa noticia.

*ETAMBEM DÁ CONTA DE MUYTOS CASOS PARTI-
culares, que acontecerão aju a elle como a outras muytas pessoas, e no fim della trata bre-
uemente de algumas couzas, & da morte do santo Padre mestre Francisco Xavier,
única luz & resplendor daquellas partes do Oriente, & Rector
nellas universal da Companhia de Iesus.*

Escrita pelo meſmo Fernão Mendez Pinto.

*Dedicado à Catholica Real Mageſtade del Rey dom Felippe a III.
deſte nome noſſo Senhor.*



Com licenca do ſanto Officio, Ordinario, & Paço.

EM LISBOA. Por Pedro Crasbeck. Anno 1614.

A custa de Belchior de Faria Calecyro da casa del Rey noſſo
Senhor, & ſeu Liuteyro. *Com priuilegio Real.*

Esta saizada este livro a 600 reis em papel.

Janeiro, ano do nascimento de nosso Senhor Jesus Cristo de 1583, e eu Alvaro Pires o fiz escrever (A.N.T.T.: Chancelaria de D. Filipe I, Livro 9, fl. 28). Finalmente, Fernão Mendes Pinto recebia a tença do rei estrangeiro (talvez por influência dos padres Maffei e G. Gonçalves), o que vinte e cinco anos antes lhe tinha sido **negado** pela coroa portuguesa!...

Fernão Mendes Pinto viria a falecer a 8 de Julho de 1583, e enterrado na Igreja de Santa Maria do Castelo de Almada, templo destruído pelo terramoto de 1755. Morria em Almada, no dizer de Rebecca Katz: **o escritor português mais universal da época, o único espírito moderno do**

séc. XVI.

A **Peregrinação**, escrita em Palença de Cima, da "Outra Banda", doada à Casa Pia das Penitentes Recolhidas de Lisboa, foi publicada em 1614, por intermédio do livreiro Belchior de Faria.

Uma grande obra da época dos descobrimentos onde o andarilho deixou exaradas as suas aventuras e desventuras, recordações autobiográficas, de crítica social, de ficção... Um livro que continua a ser objecto de aturados estudos em Portugal e no estrangeiro, suscitando o deslumbramento dos estudiosos que analisam as suas páginas assombrosas.

OS DESCOBRIMENTOS TIVERAM NO BARREIRO AS SUAS OFICINAS GERAIS

Carlos Coutinho *

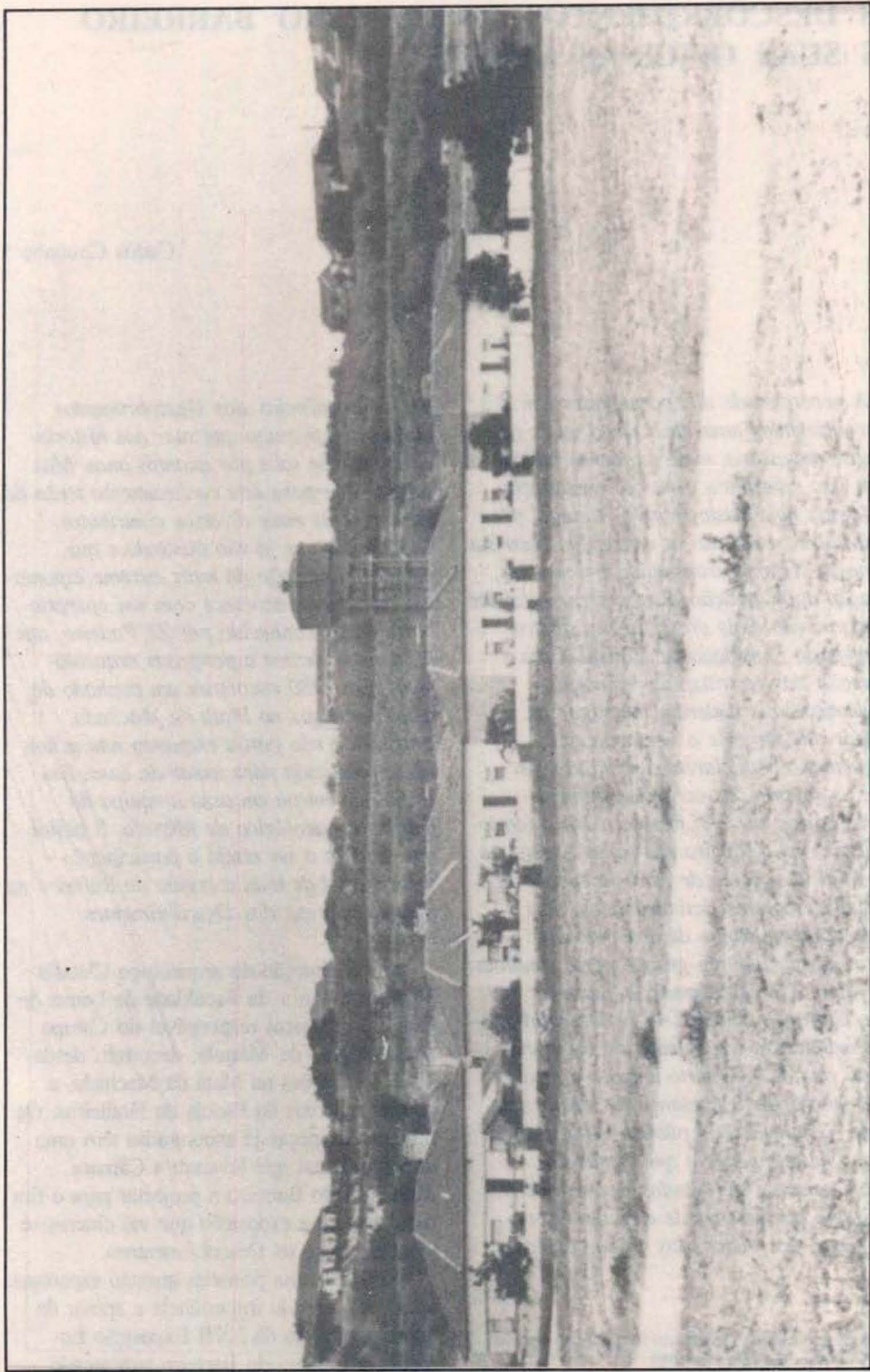
A generalidade dos portugueses tem dos Descobrimentos uma ideia épica, mais ou menos camoneana, mais ou menos mítica. Para isso contribuiu a parca investigação que ainda hoje existe sobre o Portugal pós-medieval e, sobretudo, a concepção bairrista da nossa História transmitida nas escolas, geração após geração. Este bairrismo foi até à deformação mais grosseira nas quatro décadas do consulado salazarista. Com excepção das restritíssimas minorias académicas que puderam investigar ou estudar devidamente o nosso passado, ninguém via com clareza, até há poucos anos, a questão das caravelas ligada a outras coisas que não fossem o promontório de Sagres ou a Ribeira das Naus. A geração estudantil do pós-25 de Abril já encontrou manuais escolares desintoxicados, mas ainda não teve tempo de absorver uma historiografia que em grande parte continua por fazer. A XVII Exposição Europeia de Arte, Cultura e Ciência — os Descobrimentos Portugueses e a Europa do Renascimento veio dar um certo impulso e uma certa substância à mudança de ideias, mas quase só beneficiou o público lisboeta e, mesmo neste, apenas o que dispõe das muitas centenas de escudos necessárias à aquisição dos bilhetes de entrada. O conhecimento dos factos, das circunstâncias e

das consequências dos Descobrimentos ainda vai dar muito que suar aos historiadores, não se sabe por quantos anos. Mas sabe-se que para este conhecimento terão de concorrer os mais diversos contributos. Contributos que já vão existindo e que, nalguns casos, são da mais estreme espontaneidade. Assim acontece com um operário barreirense, conhecido por Zé Padeiro, que há anos se dedica a pesquisas arqueológicas. Em 1980 encontrou um punhado de moedas antigas na Mata da Machada, Barreiro, e não parou enquanto não achou gente habilitada para tratar do caso. Foi assim que entrou em cena a equipa do Campo Arqueológico de Mértola. É assim que começa a ser nítida a participação fundamental de toda a região do Barreiro na magna empresa dos Descobrimentos.

Sob a direcção do arqueólogo Cláudio Torres, professor da Faculdade de Letras de Lisboa e principal responsável do Campo Arqueológico de Mértola, decorrem desde 1981 escavações na Mata da Machada, a poucas centenas da Escola de Fuzileiros. Os milhares de peças já encontradas têm uma importância tal que levaram a Câmara Municipal do Barreiro a projectar para o fim deste ano uma exposição que vai chamar-se «O Barreiro e os Descobrimentos».

Nisto há uma primeira questão espantosa: apesar da referida importância e apesar de estarmos no ano da XVII Exposição Europeia, a Câmara do Barreiro tem arcado

* Jornalista e escritor. Este texto foi publicado em "o diário", a 6 de Setembro de 1983.



Aqui, na Telha Velha, Barreiro, houve um importante estaleiro na época dos Descobrimentos.

sozinha com as despesas da Estação Arqueológica da Mata da Machada. Irá continuar assim?

Mas passemos à outra questão ainda mais espantosa: ao contrário do que geralmente se sabe, a região do Barreiro funcionou para os Descobrimentos como uma espécie de oficinas gerais e como um grande centro logístico. Ali houve e laboraram grandes estaleiros, grandes moagens, grandes padarias, grandes secas de peixe, grandes estações de madeira, grandes unidades de produção cerâmica. Ali nasceu há séculos uma classe operária que se fixou, e se habilitou, e se alargou até conformar a indentidade social do Barreiro de hoje. E nada disto foi repentino, ou acidental, ou fruto circunstancial de uma determinada época. Tudo vem de muito longe, tudo tem uma história muito longa, tudo deriva de haver uma realidade especial e única chamada Mar da Palha.

O fabuloso Mar da Palha

Fala-se com Cláudio Torres e fica-se a saber que o mar da Palha gerou e abrigou realidades históricas que quase se confundem com uma civilização. O repórter não ignorava tudo acerca do espantoso estuário do Tejo, mas nunca tinha imaginado esse mar interior — muito mais vasto ainda há mil anos do que é hoje — como uma certa geografia de terra e água onde os homens e os seus interesses se autonomizassem ao ponto de destoarem das outras malhas dos sucessivos impérios em que estiveram atados.

A partir de tempos imemoriais, a riqueza do estuário em pesca e ouro alimentou, reteve e atraiu comunidades humanas da mais diversa proveniência, desde os felizes autóctones até aos ousados fenícios, cretenses, gregos, celtas, romanos, visigodos, sarracenos e europeus de todas as praias e recantos. O pólo urbano do Mar da Palha era naturalmente Lisboa e a partir da chegada dos romanos outras coisas teriam pesado mais que a pesca e o ouro. O estuário tinha

começado a ser a estação de chegada de todas as mercadorias comerciáveis, o porto útil ou inevitável de todos os barcos que cirandavam entre a África e a Europa ribeirinha do Norte. Era também o terminal marítimo de todas as riquezas que desciam o Tejo a partir de Abrantes ou de Santarém.

Esta especificidade comercial, étnica e religiosa transformou Lisboa numa cidade cosmopolita com regras próprias que os próprios romanos pouco violentaram, até porque esta urbe estava demasiado na periferia do Império. Ao contrário de Badajoz, Évora e Beja, Lisboa fica muito longe de Mérida, a capital provincial que os romanos estabeleceram para este quadrante da Ibérica. A mesma especificidade fez muito cedo de Lisboa uma metrópole ultrapopulosa que nem sequer tinha problemas de subsistências alimentar. A zona saloia, a Norte, fornecia rápida e abundantemente todas as espécies de produtos agrícolas. O Mar da Palha era inesgotável em peixe. A margem sul, além de ser um enxame de pescadores, era uma cornucópia inexaurível de sal, carvão, madeiras e talvez cerâmica.

A Segunda Sodoma?

Mil anos depois da chegada dos romanos, a Lisboa que a II Cruzada vem conquistar para Afonso Henriques tem ainda essa tipicidade. Apesar de longa, vale a pena fazer uma saborosa citação de Herculano («História de Portugal», 1^o vol.):

«Lisboa já então era cidade importante. A sua situação, hoje grandemente acomodada para ser um dos principais empórios do mundo, se os erros dos homens ou os seus maus fados lho consentissem, não era nesse tempo menos própria para centro da navegação costeira dos mares Oceano e Mediterrâneo e, principalmente, para o trato entre a Mauritânia e a Europa. A bondade do porto, a brandura do clima, os ricos produtos do território circunvizinho deviam tê-la engrandecido por muitos modos.»

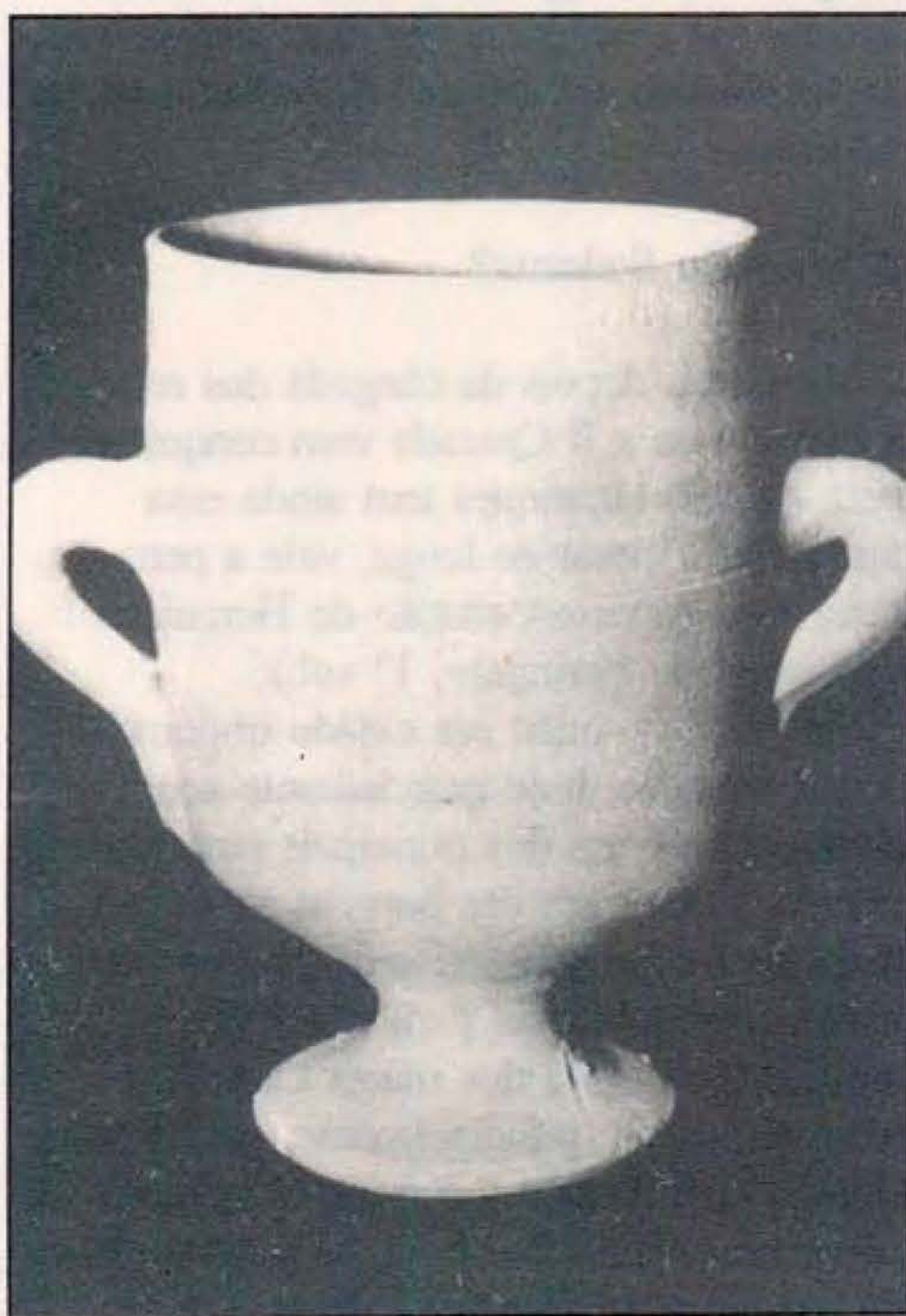
(...)



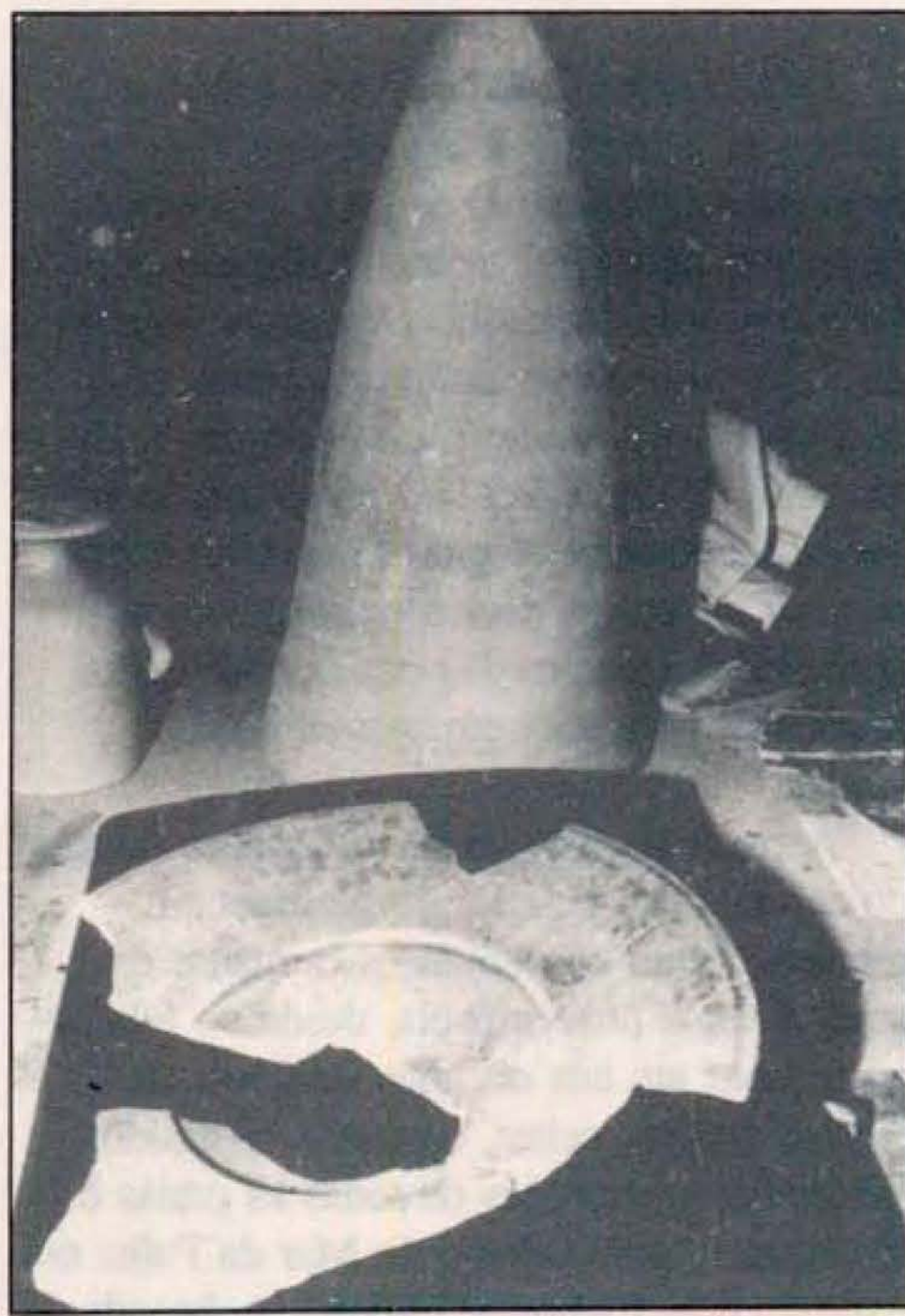
Aparece a porta de lenha no grande forno de cerâmica recentemente descoberto com as escavações arqueológicas da Mata da Machada, Barreiro.



Tripés para pôr a cozer peças de cerâmica (Séc. XV – XVI) achados na Mata da Machada, Barreiro.



Copo de Barro (Sec. XV – XVI) achado nas escavações da Mata da Machada, Barreiro.



Prato parcialmente reconstruído com fragmentos achados na Mata da Machada, Barreiro (Séc. XV – XVI). Atrás uma forma para «pães de açúcar».

«Era esta opulentíssima pelo trato e mercancia dos portos da Europa e da África, e nela abundavam tanto o ouro e a prata como os artefactos e géneros mais preciosos que o luxo pode desejar ou a necessidade exigir. Já então o vinho, o sal e as frutas constituíam os principais produtos dos seus arredores. Calculava-se oficialmente que a sua população, depois de os habitantes de Santarém, expulsos dali pela conquista, tinham vindo a acolher-se a Lisboa, em cento e cinquenta e quatro mil homens, afora mulheres e crianças, cálculo na verdade exageradíssimo, apesar daquele inesperado aumento, mas que, ainda assim, indica ser esta cidade naquela época uma das mais populosas da Espanha. Tudo o que era gente principal de Almada, de Palmela e de Sintra residia em Lisboa e aqui se encontravam negociantes de todos os pontos de África e da Península. Às razões de ordem económica pelas quais afluía a esta cidade um extraordinário número de pessoas acresciam outras, segundo corria, de ordem moral, talvez as mais fortes, para essa singular acumulação de habitantes. Era a soltura de costumes, a liberdade levada ao grau de licença. Cada qual dava a lei a si próprio: nenhuma religião havia, e os homens mais depravados do mundo vinham mergulhar nessa sentina de corrupção, onde populavam à vontade os mais asquerosos vícios e as paixões mais ruins podiam francamente saciar-se.»

Esta «nenhuma religião» de que Herculano fala significa sobretudo a liberdade para a prática de qualquer religião. Nessa Lisboa de 1147, apesar de estar sob a bandeira sarracena, era numerosa e livre a comunidade maometana, como eram numerosas e livres as comunidades cristãs e judaicas.

Para conquistar Lisboa, foram precisas as tropas de Afonso Henriques e os cerca de 14 mil guerreiros alemães, flamengos, ingleses, escoceses, normandos e franceses que a II Cruzada trouxe em 1147 embarcações até ao Mar da Palha. Quem veio recusar aos sitiados uma proposta de rendição? O caide,

alguns magistrados civis e o bispo cristão, bispo que cristãos conquistadores degolaram logo que puderam, na maior carnificina talvez acontecida em terra lusitana.

Esta insólita Lisboa era só o grande pólo urbano de uma realidade maior: o Mar da Palha.

Essa incrível margem sul

A facilidade de navegação no Mar da Palha também contribuiu para a definição económica das suas margens. Aproveitando a exposição a sul, a margem norte podia deliciar-se com o sol e urbanizar-se. Preca- vendo-se do vento suão, a margem norte podia pensar nos esteiros profundos da margem sul para abrigo dos seus barcos. Mas, pensando sobretudo na suave navegabilidade do estuário, Lisboa pôde transformar Alcochete, Montijo, Moita, Barreiro e Seixal em terminais de mercadorias, em bases logísticas, em parques paleo-industriais da capital e do império marítimo.

A partir do Século XIV, é gigantesco o movimento de mercadorias que aí chega do Alentejo: cereais, vinhos, cera, mel, cortiça e madeiras. A partir do Século XV, o incremento económico da margem sul é ainda maior. Além de terminal de carga do Alentejo, passa a ser um parque paleo-industrial com os seus fornos de cal, os seus fornos de cerâmica (telha, tijolo, todo o tipo de peças de uso quotidiano), as suas moagens (moinhos de maré e moinhos de vento), os seus estaleiros, as suas enormes padarias.

É destes fornos de cerâmica que vão para a Madeira, Canárias e Brasil as formas de preparação do «pão de açúcar», até finais do Século XVI. E isto quer dizer que já começaram os Descobrimentos há mais de um século. É aqui (Vale de Zebro) que D. Afonso V manda edificar os «fornos de El-Rei» para fazer os biscoitos que hão-de alimentar os descobridores. Esse biscoito era um pão cozido e recozido, até ficar completamente desidratado, para poder aguentar viagens de muitos meses nas arcas húmidas das naus, já que era o alimento principal da marinhagem.

Eis o que desses fornos diz Costa e Almeida na sua «Memória Histórico-Topográfica» (1844):

«É magestoso, no seu género, o estabelecimento dos Fornos de Vale de Zebro, e construído com tal segurança e magnificência que a sua simples inspecção bastaria para nos dar um autêntico testemunho da grandeza e opulência de Portugal naquelas felizes épocas». Possui o dito estabelecimento «um vasto celeiro, cujas abóbadas de barrete são apoiadas sobre 18 pilastras de cantaria, com quatro palmos em quadrado», o armazém da balança, a moagem, os fornos, os paióis do biscoito, oficinas, dependências de lenha, um poço com abundante água, etc. O celeiro tinha capacidade para armazenar 9000 mil moios de cereais (uns 7 400 000 litros) e os fornos, dispostos em séries de nove, eram em número de 27.

Ao mesmo tempo que os fornos, D. Afonso V fez também construir as fábricas de vidro de Coina e Alcochete.

Desde os tempos mais remotos, o Barreiro foi um importante centro piscatório. Aproveitando essa experiência náutica, a empresa das Descobertas aí determinou a construção de importantes estaleiros de construção e reparação naval. Na Ribeira das Naus, em Lisboa, apenas eram construídos os grandes vasos de guerra da Armada Real. Mas era para o Barreiro (entrada do esteiro de Coina) que iam a reparação ou a estacionamento. Aliás, todos os muitos esteiros da margem sul tinham um ou vários estaleiros, o que motivou a instalação aí de outra indústria: as fábricas de breu. Essa massa, também conhecida por pez, servia para calafetar as fendas dos barcos.

A salga de peixe e carne, as enormes e muitas salinas, a preparação e expedição do carvão são outras importantes participações da margem sul na empresa dos Descobrimientos.

Se no ano 1000, quando Paris ainda era um aglomerado de casinhotos de madeira em torno de Notre Dame, Lisboa já era uma cidade multitudinária de pedra e cal, uma das maiores do mundo de então, no Século XV,

quando nas oficinas da Europa ainda só havia artesãos, já havia verdadeiros operários nas oficinas, estaleiros, fornos e olarias do Barreiro e restante margem sul.

Esta classe operária, definida e habilitada, fixa e em alargamento constante, esta concentração industrial variada e poderosa desde os tempos de D. Fernando, esta condição de abrigo marítimo e terminal de carga fizeram o «Barreiro da CUF» a partir de 1906, fizeram o grande pólo industrial do País que é hoje o Barreiro da Quimigal, da Fisipe, da Equimetal, da Tingo e de outras grandes unidades industriais do sector químico pesado e da metalomecânica pesada, fizeram o Seixal da Siderurgia, fizeram a Margueira da Lisnave. Nada foi accidental, nada aí existe sem uma história por trás.

Entra agora a arqueologia

Mas a voragem dos tempos deixou à vista poucos monumentos. As novas técnicas arrasaram as velhas fábricas, os novos produtos dispensaram a produção dos velhos. Da época dos Descobrimientos só funcionaram até aos nossos dias alguns fornos de cal, alguns estaleiros e alguns moinhos de maré. O resto foi sendo destruído ou soterrado pelo açoreamento dos esteiros. É este o caso, por exemplo, dos fornos de cerâmica. Urge agora desenterrá-los e é o que já começou a acontecer na Mata da Machada, onde acaba de aparecer um portentoso forno a alguns metros de profundidade.

Estas escavações, dirigidas por Cláudio Torres, devem-se, como já se disse, à circunstância de Zé Padeiro aí ter encontrado moedas de D. Afonso V, D. João II, D. Manuel I e D. João III, além de estranhos fragmentos de cerâmica e vidro. De momento, as escavações estão a cargo exclusivo da Câmara do Barreiro e nelas têm participado arqueólogos como Mário Pereira e Isabel Cristina. O grosso dos trabalhos tem assentado fundamentalmente nos jovens da Organização do Tempos Livres, mas, a breve



Fragmentos de peças de cerâmica achadados na Mata da Machada, Barreiro.

trecho, vai ser necessária a intervenção, pelo menos financeira, de outras instâncias do Estado, porque o que ali há para fazer é obra de muito fôlego e muitos cabedais.

Os milhares de peças já encontradas vão constituir parte do futuro museu do Barreiro, projectado para o Convento da Madre de Deus de Verderena, principal monumento

arquitectónico barreirense.

A Câmara criou este ano a Comissão Municipal do Património e tem vários projectos — uns em discussão e outros em andamento. Neste último caso estão as escavações, o museu e a já referida exposição «O Barreiro e os Descobrimentos». Vai valer a pena ver.

GAGO COUTINHO - HISTORIADOR DA NÁUTICA DOS DESCOBRIMENTOS

Mário Vieira *

Na nossa História dos Descobrimentos Marítimos, em cujos estudos se destacaram nomes inesquecíveis de investigadores, - como Abel Fontoura da Costa, Luciano Cordeiro, Joaquim Bensaúde, o professor Luciano Pereira da Silva, Morais e Sousa, Lopes de Mendonça, Joaquim de Carvalho, Braz de Oliveira, Quirino da Fonseca, o Visconde de Santarém desbravando no domínio da cartografia antiga, António Barbosa e Avelino Teixeira da Mota, entre tantos estudiosos e, mais recentemente, Jaime e Armando Cortesão, com sínteses de investigações próprias, inéditas e valiosas, no campo da cartografia e da história da ciência náutica, bem como Luis Albuquerque com seus estudos de admirável raciocínio sobre a Epopeia dos Descobrimientos, nomes ilustres que sobre ela, a Epopeia, se debruçaram, - persiste no entanto uma lacuna bem difícil de preencher por falta absoluta de documentação directa.

Corroborando o pensamento lúcido do Almirante-Historiador sobre os Descobrimientos, aventa o Comandante Moura Braz que a História, "embora tão rica de tradições e de realizações visíveis, foi sempre pobre de documentação ou de fontes autênticas, originais e, ao mesmo tempo, tão abundante de erros de palmatória e de fantasias por vezes delirantes em que a literatura e o estro dos historiadores, temperados por uma

lamentável impreparação técnica, se sobrepõem prodigiosamente ao natural e ao racional, desde que, por assim dizer, os primeiros cronistas principiaram a traçar no papel a Epopeia Marítima Nacional dos Descobrimientos em prosa própria ou de propaganda e dirigida."

É então que aparece Gago Coutinho, que na modernidade e na sequência dos historiadores coevos que indicamos, chama a si o domínio quase virgem do estudo das rotas marítimas dos Descobrimientos à face do condicionalismo físico nos vários oceanos, desenvolvendo uma análise profunda e preenchendo, de maneira lógica e quase perfeita no entendimento, a lacuna onde antes nenhum historiador se aventurara a fundo, e iniciando, à luz de sua própria experiência pessoal de verdadeiro marinheiro, o estudo magistral na tarefa de ajustamento e reposição da verdade histórica.

Pois é dessa verdade que nasce a sua legítima reivindicação do papel primordial que aos portugueses couberam nos Descobrimientos, rebatendo com veemência e trazendo para a discussão o relevo de certas lendas sobre Colombo e Vespúcio, ressaltando a originalidade e precisão dos métodos de navegação genuinamente criados pelos navegadores portugueses. Durante toda a sua vida escreveu centenas de trabalhos, a maioria dispersos por um grande número de jornais e publicações científicas, alguns deles influenciados pela formação essen-

* Jornalista, crítico literário e pintor.

cialmente matemática e científica do seu espírito, trabalhos estes irrefutáveis, outros porém, dedicados aos Descobrimentos, onde seu conhecimento e experiência na arte de navegar, levaram-no a que, através dos seus estudos, mais tarde compilados e sistematizados pelo Comandante Moura Braz em dois alentados volumes, condensando a sua "Náutica dos Descobrimentos" (trabalho precioso onde se pode seguir amplamente suas ideias e raciocínio lógico, e os métodos originais de pesquisa do almirante-historiador), apresentasse a tese de que as descobertas não foram ao acaso e que os navegadores portugueses teriam antes ensaiado suas rotas, muito antes de se lançarem na aventura que foi a Epopeia dos Descobrimentos.

Não foi só a prática do mar que lhe preparou o subconsciente para a lógica dedutiva que marca as suas conjecturas quanto à náutica dos Descobrimentos. A vida de aventuras que levou no mato africano como geógrafo, e no ar como aviador científico, criaram-lhe características práticas e predisuseram-no para uma formação mental muito peculiar, de extraordinária lucidez, que o levaria a dedicar-se a esclarecer pontos obscuros ou omissos na nossa História dos Descobrimen-



tos Marítimos, reconstituindo as rotas dos antigos navegadores e até experimentando-as pessoalmente, como fez em sua longa viagem de 105 dias, sendo 103 sem ver terra, na barca "FOZ DO DOURO", em 1943-44, navio de vela de quatro mastros com panos redondos — velas quadrangulares — nos três mastros de vante, comprovando suas teorias náuticas das rotas, do regime dos ventos gerais nos meses de Agosto a Outubro e dos processos de navegação nas viagens levadas a cabo pelos nossos mareantes no mar alto.

Gago Coutinho, ao reconstituir as derrotas dos navegadores Lusos desfez o slogan das várias rotas hipotéticas de V. da Gama, incluindo aquela que nauticamente seria a mais provável, pese embora a escassez de documentos para a História Marítima. Segundo o Com. Moura Braz, "fê-lo como se os homens do século XV tivessem a lucidez de espírito e o raciocínio altamente engenhoso do homem dos séculos XIX e XX, impuntando àqueles uma transmissão de conhecimentos que, embora ainda afastados por séculos das conquistas científicas e do uso da técnica moderna de navegação, representou uma lição e um testemunho, para o Mundo, do que foi a têmpera rija dos marinheiros que, numa habilidade sem par e longe ainda de possuírem os conhecimentos da verdadeira ciência náutica, conduziram as naus portuguesas às mais distantes paragens e para além do Bojador".

Como contributo valioso desse conhecimento histórico deixou-nos o almirante e historiador Gago Coutinho o seu saber na obra a todos os títulos notável que é a "NÁUTICA DOS DESCOBRIMENTOS".

Como português, a sua memória perdura no maior orgulho que qualquer homem pode ter, que é do ter servido bem a sua Pátria e, ainda mais, o de bem servir a Humanidade; isso, sem a menor dúvida, se pode dizer de GAGO COUTINHO. Fê-lo sem vaidades, com saber e independência de pensamento, e Portugal pode-se, orgulhar aos olhos do Mundo, de o ter tido por um filho dos mais ilustres.

Grande Hotel C. H.

RUA SENADOR DANTAS, 24

RIO DE JANEIRO - BRASIL

Rio - 1958 - Maio 2.

Boa noite bom amigo, souber notícias boas,

emuito vos agradeço vossa carta, de 29, só recebi de
vontade, assim como o recorte do globo?

Meio que notei o monumento de Petrópolis,
a Santos Dumont, a cuja sinagoga eu não pude
assistir, porque tinha que ler o meu pequeno dis-
curso sobre a sua função, e as viagens aéreas,
além, em 1932, 27, e 31, sobre as viagens em parte
faladas somente durante o almoço seguinte...

O que, a meu ver, seria desagradável para a me-
mória do chamado "Pai da Aviação". Era de so-
mente duas páginas, e não levaria mais de
cinco minutos a ler...

Quanto à visita árabe à América do Sul, o
Prof. Joaquim Ribeiro - como o Viri al geral - esquece
que as grandes viagens transatlânticas impu-
nharam um período sucessivo, que se
não foram de golfe, mas de sucessivas viagens.
Assim aconteceu com a de Colombo, a de Gama, e a
de Cabral. Desde que os "heróis" foram ao Brasil, em
1492, até que Colombo foi ao Antilhas, mediu mais de
meio século. Mas foi a Gama, ou golpe de gênio: D. Ambrósio,
mas aconteceu com a de Gama e de Cabral, feitas
em épocas diferentes do ano e, por isso, diferentes.
Os árabes não o fixaram, nem antes de Colombo, nem
de Gama, diferentes. E, de resto, nas viagens nos
ca' vestígio algum de sinais deis ou de outros. Ressalta

que se trata de um erro ^{sem} evidente cometido quasi
todos os historiadores: Colombo só foi às Antilhas, de
pois de o curso, de 1492, terem em várias viagens
explorado o det^o. litoral. Gama foi depois de A. de
Sotomaior descobridor do Cabo em 1487. Logo depois!

É Colombo só foi depois de um algumas viagens
que ele fez, mas como capitão, a bordo de bar-
cos portugueses, na rota em direcção da Índia - a re-
tirada, e não - mas como simples navegador.

Pare o que nos mostram uma única viagem em
uma só época do ano. É vantajoso, afirma-
se que aqueles que foram em 1471, já lá ti-
nham tentado ir em 1452, e alguns, nos seus
dias, já já: ir pelo sul, com o vento de leste e de
quatro pelos leste, com o leste, que até lá leva
nem, temer de quibria!

Todos os historiadores, nas viagens, igu-
saram as viagens de descobrimento!

Tard' a razão porque os navegantes e instrutores
de navegação com o mar, pretendendo que Colombo
nos descobriu a América. Mas somente alguns
pilotos lusos, que eram os únicos navegantes de
época, metódicamente preparados para o alto-mar.

Até aqui, du!

Até aqui amigos meus,

Agostinho

CARTA INÉDITA de Gago Coutinho dirigida a Mário Vieira Lourenço, do Rio e para o Rio de Janeiro, e que faz parte da extensa correspondência trocada entre o Almirante e Mário Vieira, no período de 1948 a 1958.

RIO – 1958 – MAIO 2

Ao meu bom amigo, senhor Vieira Lourenço

Muito agradeço vossa carta, de 29, só recebida ontem, assim como o recorte do "Globo".

...

Quanto à visita árabe à América do Sul, o Prof. Joaquim Ribeiro — como os Historiadores em geral — esquece que as grandes viagens transatlânticas impunham um prévio reconhecimento, que se não fazia de golpe mas em sucessivas viagens. Assim aconteceu com a de Colombo, a de Gama, e a de Cabral. Desde que os "Lusos" foram aos Açores, em 1431, até que Colombo foi às Antilhas, mediou mais de meio século. Não foi acaso, ou golpe de génio: o mesmo aconteceu com as de Gama e de Cabral, feitas em épocas diferentes do ano e, por isso, diferentes. Os Árabes não o fizeram, nem antes de Colombo, nem de Gama, diferentes. E, de restos não ficou por cá vestígio algum de visita deles ou de pretos. Ressalta que se trata de um erro, erro em que caíram quase todos os Historiadores: Colombo só foi às Antilhas depois de os Lusos "de Sagres" terem, em várias viagens, explorado o Atlântico Central. Gama foi depois de B. Dias ter dobrado o "Cabo" em 1489 — dez anos depois! E Colombo só foi depois de ver algumas viagens que ele fez, não como Capitão, a bordo de barcos portugueses, na rota em arco da Mina — à retirada, é claro — mas como simples mareante. Para o que não bastava uma única viagem em uma só época do ano. Nauticamente, afirma-se que aqueles que foram aos Açores em 1452 já lá tinham tentado ir em 1431, e algumas vezes mais. Era fácil: ir pelo Sul, com o vento de leste e regressar pelos Açores, com os lestes, que até lá levavam troncos de pinheiros!

Todos os Historiadores, não náuticos, ignoraram as viagens de reconhecimento!

Talvez a razão porque eu, náutico e instrutor de navio-escola com velas, pretendo que Colombo não descobriu a América. Mas sómente alguns Pilotos lusos, que eram os únicos navegadores da época metódicamente preparados para o alto mar.

Até qualquer dia!

Antigo amigo grato,

Gago Coutinho

BIBLIOGRAFIA

(Referência a algumas obras consultadas)

ANAIS DO CLUBE MILITAR NAVAL, - *Número especial*, 1922/1959, Lisboa.

CORTESÃO, ARMANDO - *Cartografia Portuguesa Antiga*, 1960, Lisboa, Coleção Henriquina.

COUTINHO, GAGO - *A Náutica dos Descobrimentos*, 2 vols., 1951-1952, 1ª Edição, Agência Geral do Ultramar.

OBS: - Neste trabalho publicam-se uma fotografia (autografada no verso) e uma carta, INÉDITA, do arquivo de Mário Vieira Lourenço e a ele dirigidas em 1952/1953.

SOBRE O MANUELINO DE SETÚBAL

Fernando António Baptista Pereira *

0. – Está por fazer o inventário artístico do Concelho de Setúbal em cujo território se encontram, curiosamente, algumas obras primas da arte portuguesa do século XVI. Do 1º terço de quinhentos e dos finais do século anterior um conjunto de monumentos se destaca, quer pela sua relativa abundância e variedade, quer pela sua filiação nas mesmas coordenadas de gosto artístico.

Trata-se do grupo de edificações da época manuelina (tomada aqui na sua cronologia mais ampla: 1490-1530) que se espalham pela cidade de Setúbal, grupo esse merecedor, desde há muito, de uma monografia extensa, indispensável àquele processo de inventariação, que urge. Não pretende ser este desprezioso ensaio essa monografia, mas um convite à renovação de perspectivas de abordagem e à investigação profunda que a tornarão possível.

1. O MANUELINO EM SETÚBAL

- Para um inventário.

Ao ordenarmos os monumentos ou conjuntos monumentais setubalenses que são englobáveis na classificação de "manuelinos", tivemos em conta não apenas os que cronologicamente se podem inserir claramente na época manuelina, mas também os que se situam nas franjas iniciais ou terminais do período, quer por razões estilísticas

(os casos em que o gosto gótico não foi ainda claramente transformado pelas formas especificamente manuelinas), quer por motivos estritamente cronológicos (os casos muito provavelmente anteriores a 1490-95 ou posteriores a 1530).

"CASA DAS QUATRO CABEÇAS"

As cantarias assim denominadas e que são constituídas por um fragmento de cunhal e por um lintel da porta nº 44 da Rua Fran Pacheco, nas quais se encontram lavradas quatro cabeças e gravadas duas inscrições não serão, nem pela época de construção (provavelmente anterior a 1490) nem pelo acontecimento que são supostas comemorar, um monumento "manuelino".

Não há dúvidas quanto ao versículo que está gravado sobre o lintel: SI DEUS PRO NOBIS QUIS CONTRA NOS, sendo mais difícil a leitura da inscrição gravada sobre o diadema que coroa a cabeça que decora a esquina do cunhal: ESPERATHE DEO [seguimos a leitura dada no artigo sobre setúbal na **Enciclopédia Portuguesa e Brasileira** (vol. 28, pág. 589, 2ª col.)]. Parece ser clara a alusão ao princípio absolutista da filiação da autoridade régia no poder divino, interpretando-se qualquer atitude hostil ao rei como ameaça à própria divindade; daí a referência clara ao Juízo Final na segunda inscrição citada, lembrando as contas a pagar, no além, perante Deus, pelos actos sacrílegos praticados em vida.

* Conservador do Museu de Jesus, Setúbal.

Pela mensagem de claro teor absolutista que se desprende do conjunto, tão compatível com a imagem que o Príncipe Perfeito se esforçou por dar de si próprio (de que são eco as *Crónicas* de Garcia Resende e de Rui de Pina) e que o Venturoso aprofundou e consolidou (pese embora a inversão aristocratizante), bem como pelos aspectos propriamente artísticos (o desenho da letra, o arcaísmo sintético do tratamento das cabeças que se tomará habitual em certas produções periféricas do manuelino), a *Casa das Quatro Cabeças* anuncia, de uma forma original, uma nova era na produção de imagens, em que a simbólica do poder real vai assumir um destaque até aí reservado a Deus e aos seus servidores directos.

PORTAL DA GAFARIA

É outra relíquia do final da Idade Média em Setúbal, cidade pobre em vestígios patrimoniais dessa época. Apenas o desenho do arco polilobado nos faz suspeitar da sua ligação à época manuelina, se bem que a gafaria seja de fundação anterior. Provavelmente nos finais do século XV, inícios do seguinte, terá recebido avultadas doações que permitiram a erecção do Portal, que ostenta, ao centro, um escudete de difícil decifração, dado o mau estado de conservação. Uma vez identificado, revelar-nos-ia a família dos generosos protectores do hospital dos gafos em Setúbal.

Situada fora de portas (relativamente ao perímetro urbano medieval amuralhado), a Gafaria documenta no seu portal a atitude perante a morte que a Peste motivava na consciência colectiva do crepúsculo da Idade Média: o homem (re)descobre a sua individualidade na contemplação do macabro e no culto das "artes de morrer"; reflectindo sobre as " vaidades do mundo " que o espectáculo dos empestados cruelmente suscitava, o homem facilmente se deixaria guiar para o caminho da salvação preconizado pela prédica. Com efeito, a inscrição

em caracteres góticos que ocupa toda a largura do lintel é um versículo do *Eclesiastes* que reza assim: VANITAS VANITATUM ET OMNIA VANITAS (vaidade das vaidades, tudo não é mais do que vaidade).

Símbolos de um tempo que termina, quer sob o ponto de vista plástico, quer nas referências sociais ou ideológicas, a *Casa das Quatro Cabeças* e o *Portal da Gafaria* não deixam, por outro lado, de anunciar uma nova era marcada pelo ascenso do individualismo e do absolutismo régio — traços distintivos da *Época Moderna* que se inaugura em Portugal no virar do século XV para o século XVI.

PORTAS E CANTARIAS MANUELINAS

Setúbal é particularmente rica em vestígios de uma arquitectura civil de tipo burguês-mercantil da época manuelina principalmente constituídos por portas de habitação e de loja — muitas vezes aos pares — espalhadas por todo o centro histórico, desde a Rua de São Sebastião (actual Arronches Junqueiro) até à Rua da Brasileira, em Troino. Esta última documenta, a nosso ver, a extensão do arrabalde de Troino nos inícios do século XVI, facto confirmado na mais antiga planta conhecida de Setúbal, que datámos de 1582. Mas o principal interesse dessas portas reside na clara explicitação da estrutura da fachada do piso térreo do chamado "lote gótico": **porta estreita**, dando acesso à habitação, situada no piso superior (sobrado), e a **porta larga**, dando acesso à loja. Este módulo foi incessantemente replicado pelos séculos seguintes, já depois de desaparecido o gosto manuelino na ornamentação de lintéis ou ombreiras. Além dos arcos polilobados, as portas manuelinas apresentam, em certos casos, uma singela decoração em meias-esferas com rosetas ou simplesmente de rosetas. Por vezes os esquemas simplificam-se num arco contracurvado que termina num

símbolo cruciforme (R. Brasileira) ou num simples chanfro terminando nos habituais motivos de papos-de-rola.

IGREJAS E CONVENTOS DE FUNDAÇÃO OU RECONSTRUÇÃO MANUELINA

Deixando para o capítulo seguinte o Convento de Jesus, edificação manuelina de primordial importância no património da Cidade e do País, merecedora, por isso mesmo, de uma atenção particular, falaremos aqui da Igreja de São Julião, reconstruída a partir de 1513, e do Convento de São João, fundado em 1529.

A Igreja de São Julião é uma das mais antigas paróquias de Setúbal, remontando a sua fundação a data incerta da 2ª metade do séc. XIII. Em 1510, o Duque D. Jorge de Lencastre, Mestre da Ordem de Santiago, na visitação que realizou a Setúbal, encontrou-a "derribada" e recolhidas as alfaias na Igreja da Confraria da Anunciada. O rei D. Manuel ordenou, em 1513, a sua reconstrução, à custa do povo da Vila e com uma importante contribuição do Mestre de Santiago.

Documentos publicados por Sousa Viterbo indicam que o mestre pedreiro encarregado de dirigir a obra de reconstrução foi João Favacho que, no entanto, não terá sido o tracista da Igreja. Este parece ter sido João de Castilho, dado que um tal Antão Gonçalves, provável colaborador de Favacho, foi várias vezes a Lisboa e a Belém mostrar a Castilho o debuxo da janela do Coro da Igreja. Esta vinculação à opinião do grande mestre dos Jerónimos parece indicar a sua responsabilidade global no risco da obra. Do que hoje subsiste, apesar da reconstrução após 1755, depois de uma primeira reedificação em 1570 (após as danificações causadas pelo terramoto de 1531), é visível a solução planimétrica posta em prática, na época manuelina, em São Julião: uma vasta igreja - salão de três naves, solução inovadora na época (as obras a que os documentos se referem decorrem entre 1516 e 1519). Sendo contemporânea do

início da direcção de obras de Castilho nos Jerónimos, o partido arquitectónico seguido levantou diversas dificuldades e dúvidas que obrigaram a deslocar colaboradores de Castilho a Setúbal e a "visitas de estudo" do pedreiro Francisco Calado a Lisboa e Santarém para medir "pilares, alturas e larguras de certas igrejas". A igreja seria rapidamente concluída e embelezada com um notável retábulo de pintura, encomendado pela Ordem de Santiago ao Pintor régio Gregório Lopes, que recebeu o hábito de cavaleiro da Ordem em 1524. Deste Retábulo apenas subsiste, numa dependência da própria Igreja, a tábuca **Criação de Adão**, claramente integrável no ciclo de actividade da operosa oficina daquele mestre.

Do primitivo edifício manuelino subsistem três portas: os dois portais da Igreja (o axial e lateral — virado a norte) e a porta da torre sineira, localizada junto à cabeceira. O portal axial é muito simples, apresentando uma decoração em "torsade" de coroa de espinhos (alusão à Paixão de Cristo), desenhando um arco de querena. O portal lateral é muito mais monumental e decorado — como foi habitual na época manuelina (e em obras de Castilho!) — e o facto de estar virado a norte levou alguns eruditos do século passado (e alguns recentes autores, na esteira daqueles) a pensarem, erradamente, que a orientação da Igreja seria norte-sul, com a capela-mor virada a sul, o que seria caso inédito na época. A planta de 1582 desmente categoricamente essa hipótese, confirmando a (ainda) actual orientação. Tal recurso a um vão monumental virado a norte justifica-se pelo facto de a Igreja estar, na origem, ligada, pelo Sul, ao Paço do Duque (hoje praticamente desaparecido e só reconhecível no antigo Palácio Araújo). O espaço de desenvolvimento do seu adro (fundamental para os enterramentos) só poderia crescer para norte e para ocidente, tal como veio a acontecer, dando origem à Praça do Sapal (hoje de Bocaje). Assim se explica a decoração avantajada do portal lateral, reflectindo um gosto manuelino complexo e sobrecarregado (algo plateresco)

que lembra o que Castilho fizera em Tomar, em 1515 (há mesmo um esquema global de desenho do arco polilobado que tem nítidas referências em soluções análogas do portal do Convento de Cristo), pouco tempo antes dos seus prováveis desenhos para São Julião. Curiosa a repetição da alusão à Paixão no escudete (cinco chagas), bem como a utilização episódica do embrechado da Arrábida para sublinhar certos nós de colunas (muitas delas dadas em "torsade").

Finalmente, abordemos o Convento de São João, de religiosas dominicanas, que aí entraram, pela primeira vez, a 24 de Junho de 1529. Patrocinada por D. Jorge de Lencastre, o início da edificação remonta, contudo, a alguns anos antes: querendo apoiar a transferência de uma ermita dedicada a São João Baptista, do Vale de Santas para local mais próximo da então Vila de Setúbal, os Duques de Coimbra não só acorriam amiúde às hortas situadas "entre o chão do sapal e a estrada de Évora", incentivando os operários (corria o ano de 1515), como começaram a acalentar o sonho de edificarem um convento no local. Demorado foi o processo de obtenção de licenças, mais, seguramente, do que as obras que o Mestre de Santiago tomou a cargo, aceleradamente após 1525, depois de ter decidido que seria mosteiro de religiosas, tendo na mira nele fazer professar três filhas suas que, com três sobrinhas, integraram o lote de freiras fundadoras. Reconstruído nos inícios do séc. XVIII, o Convento conserva, no entanto, um significativo número de vestígios manuelinos. O portal da Igreja será, porventura, o mais interessante, com o seu elegante desenho radical, singelamente decorado com um motivo de videira (Cristo, segundo o **Evangelho de S. João**, disse: "Eu sou a vide" - João 15:1-11), tendo ao centro o eucarístico **Agnus Dei**. A simplicidade do portal faz-nos pensar na data recuada de 1515, anterior, ainda, à fundação do mosteiro. No interior do complexo Conventual (adaptado a Pousada e a residência particular) vêem-se algumas cantarias manuelinas em portas e janelas e um soberbo claustro,

que já serviu de praça de touros, e é curiosa (e inédita) peça manuelina, em versão não erudita, como no Convento de Jesus, mas de sabor algo popular, na simplificação e no carácter elementar da decoração de capitéis ou mesmo na proporção das colunas, aproximando-se mais do registo das portas manuelinas das casas burguesas da Vila do que do refinamento plástico e simbólico dos portais de São Julião. A datação presumível destes vestígios manuelinos terá de fixar-se entre os anos de 1525 a 1529, na franja terminal daquela corrente de gosto artístico e como ressonância algo popular das linhagens mais eruditas de cerca de dez a vinte anos antes.

Neste inventário sumário não demos, propositadamente, relevo à reconstrução dos Paços Municipais (grande complexo: paço do trigo, casa da câmara e audiência, cadeia e açougues) entre 1526 e 1530, (no local ainda hoje se erguem os Paços do Concelho), sob a direcção do pedreiro Gil Fernandes.

Hoje já nada existe desse monumental complexo, cujos restos o Dr. Fernando Garcia pôde ainda ver entre os escombros dos incendiados Paços do Concelho (Cf. Fernando Garcia, **Fisiognomia de Setúbal**, Setúbal, 1918, pág. 32). Foram também omitidas referências a Igrejas totalmente desaparecidas (como a da Misericórdia) ou muito modificadas (Ermida de Tróia). Num outro sector, o da arquitectura militar, haveria que referir a Torre do Outão que deverá ter sido reconstruída na época de D. Manuel, ainda dentro das características medievalizantes que claramente se advinham na torre quadrangular que ocupa o centro da fortaleza seiscentista que hoje se vê. Essa torre tem a sua origem nos inícios do reinado de D. João I (Cf. M. M. Portela, **Diário Histórico Setubalense**, Setúbal, 1915, pág. XI). A planta de 1582 assinala já uma fortificação "moderna", rodeando a torre medieval, fruto provável de obras de ampliação do reinado de D. Sebastião.

2. O CONVENTO DE JESUS E AS ORIGENS DA ARTE MANUELINA

Até 1978 havia unanimidade na historiografia da arte portuguesa quanto à datação e autoria da Igreja e do Convento de Jesus de Setúbal, vendo a generalidade dos autores nestes edifícios a génese dos modelos construtivos manuelinos, quer pela cronologia (1490-1500) quer pela tipologia, quer, ainda, pela autoria, documentadamente atribuída a Boitaca. Contestando as teses tradicionais, Pedro Dias negou, a partir de 1978, a autoria de Boitaca e a própria cronologia tradicionalmente fixada para o edifício, defendendo que a Igreja que se vê hoje é resultante de uma empreitada dos inícios do século XVI, e que só as paredes do corpo da Igreja restam da construção quatrocentista que teria sido destruída e substituída por outra da autoria de um arquitecto "estranho à tradição nacional que edificou o que hoje se vê". Já em 1954, Elie Lambert defendera a ideia de dois edifícios que se haviam sucedido no curto espaço de tempo de uma década (o primeiro em 1490, o segundo a partir de 1498) mas não pusera em causa radicalmente a autoria de Boitaca.

O estudo de Pedro Dias surgiu como uma interessante proposta de revisão da obra construída atribuída ao famoso arquitecto da era manuelina Diogo Boitaca, Boutaca ou Butaca. Contestou o autor, com bases documentais e rigorosa crítica estilística, o rol de atribuições feita a Boitaca pela historiografia tradicional (e, em particular, por Reynaldo dos Santos), não podendo deixar de considerar a Igreja de Jesus, por ela ser o ponto de partida das referências documentais à actividade do arquitecto. Todavia, neste caso, não contava P. Dias com qualquer apoio documental para negar a cronologia tradicional da construção, nem a própria autoria do risco da Igreja, bem pelo contrário, pelo que as suas afirmações ficaram como meras hipóteses sujeitas a confirmação posterior, de ordem documental, ou arqueológica. As primeiras não surgiram e as segundas, realizadas durante o

primeiro trimestre de 1989, não vieram trazer a confirmação desejada, muito pelo contrário, forneceram dados que vêm dar novas bases à cronologia tradicionalmente aceite. Entretanto, os argumentos de ordem construtiva e estilística avançados por Pedro Dias foram totalmente desarticulados em 1984-1985 por J. C. Vieira da Silva, que alargou as suas considerações em 1987, revelando novos documentos e propondo o regresso à cronologia tradicionalmente aceite e consignada na crónica de Soror Leonor de São João: 1490-91 a 1500, para o conjunto do Convento, 1491-96 para a Igreja. Simplesmente Vieira da Silva escreveu antes das sondagens e escavações realizadas sob a orientação de Carlos Tavares da Silva que, se não confirmaram as hipóteses de Pedro Dias, também não corroboram o faseamento da construção proposto em 84-85.

Sem querermos antecipar o relatório científico das escavações, que será oportunamente divulgado, acompanhado de uma leitura complementar no plano histórico-artístico, podemos desde já revelar que os alicerces da Capela-mor e do corpo da Igreja incluindo os contrafortes são da mesma época, desenhando uma primeira fase, enquanto o portal da Igreja e o contraforte que escora a parede divisória do Coro Alto são ligeiramente posteriores, definindo, pois, uma 2ª fase, ainda que muito próxima da primeira.

Caiem, assim, por terra as hipóteses laboriosamente arquitectadas nos últimos anos que, detectando incongruências construtivas e estilísticas no monumento actual, propunham, em alternativa, explicações e datações sem base documental nem arqueológica, que apenas vinham levantar novos e insolúveis problemas, em nome da pretensa resposta a essas incongruências. No trabalho científico a resolução de um problema depende do modo como ele é formulado. Por isso há que ter grande cuidado no levantamento de hipóteses que, longe de conduzirem à resolução de problemas, não fazem mais do que impedir o vislumbre de qualquer solução.

Perante os dados disponíveis fornecidos pela documentação e pelas escavações arqueológicas, podemos delinear do seguinte modo as etapas de construção da Igreja e do Convento de Jesus de Setúbal:

1. Depois de obter consideráveis apoios para a compra dos terrenos em que pretendia implantar o Convento de Jesus, Justa Rodrigues Pereira, fundadora do Mosteiro, impetrou do Papa e do Rei as autorizações necessárias para a edificação. Obtida a primeira a 15 de Junho de 1489 e a segunda a 16 de Março de 1490, lançou-se a primeira pedra a 17 de Agosto desse mesmo ano, em cerimónia de que se passou **carta testemunhável**, transcrita por Soror Leonor de São João. Na ocasião, o Bispo de Ceuta, D. Giusto Baldini, entregou a Justa Rodrigues Pereira a comissão do Papa Inocêncio VIII, "na qual lhe concede licença para fazer o Convento na forma que quiser, com todas as oficinas, Igreja, choro, Campanario, Horta, Pomar, assim dentro na clausura como de fora para confessor, Cappelães, e servidores", o que, para lá do formulário canónico, constitui um indício claro do programa construtivo que Justa Rodrigues havia solicitado e que, curiosamente, viria a ser cumprido por Boitaca (se não foi este mestre a sugerir à fundadora, como o episódio algo maravilhoso relatado por Soror Leonor de João deixa entender).

2. Um ano depois do lançamento da primeira pedra, o Rei D. João II, acompanhado da corte, veio fazer uma novena a Setúbal e assistir à primeira missa no lugar da futura Igreja. Estavam abertos os alicerces e construídos a portaria e o dormitório do Convento. Aconteceu, porém, que "descontentou-se el Rei do Alicersse por ficar pequena a Capela e chão da Igreja, logo mandou abrir outros a sua vontade com muita solemnidade". Repetiu-se a cerimónia de lançamento da 1ª pedra, a 22 de Agosto de 1491, e, segundo o testemunho da cronista, o próprio Rei andou, com Mestre Boitaca e a fundadora, a medir o comprimento e a largura do Claustro do Convento. Abertos os novos alicerces de **toda** a Igreja,

repetida a cerimónia de lançamento da 1ª pedra e rezada a 1ª missa no local da futura Igreja, avançaram os trabalhos, conforme se detecta em documento assinado por D. Manuel, em 1494. À data da morte de D. João II (Outubro de 1495) a capela-mor estava concluída, bem como, a nosso ver, muito adiantado o corpo da Igreja, pelo que se põe o problema da cobertura deste. Segundo a tradição medicante, apenas a cabeceira era abobadada, compreendendo-se, assim, o desejo da fundadora em cobrir as naves com tecto de madeira, como viria a acontecer com a maioria das dependências conventuais. Contudo, o Rei D. Manuel, como segundo padroeiro do convento, impõe que o corpo da Igreja seja abobadado. Em nossa opinião, as três naves estavam já definidas, bem como os respectivos arcos divisórios, assentes nas belíssimas colunas torsas que tanto distinguem a Igreja de Jesus no contexto da arquitectura manuelina. Se a divisão em naves da Igreja e destas em tramos tivesse sido posterior à decisão de abobadar o corpo da Igreja — como quer V. Silva — as colunas teriam sido preparadas, desde a base, para comportarem, ao nível do capitel, o arranque dos arcos torais e das nervuras. Ora tal não aconteceu, porque a ordem de abobadamento deve ter surpreendido a construção praticamente na cimalha, esperando o tecto de madeira. Assim, Boitaca teve de socorrer-se de engenhosos expedientes técnicos para cumprir o desejo de D. Manuel. Não podia aumentar ou solicitar as paredes das naves para lançar um sistema de cobertura independente dos alçados, como se tomará timbre do manuelino, pois a cabeceira fora pensada — como mais tarde o Cruzeiro dos Jerónimos — para se elevar acima do corpo das naves. Basta observar os característicos chanfros-de-papo-de-rola que estabelecem a transição da secção quadrangular da base da cabeceira para a secção oitavada que a coroa, para concluir que, desde o início, Boitaca desejava ver o maciço da cabeceira (na realidade composta por um **cruzeiro** e uma **ábside**, conforme a estrutura da abóboda dá

claramente a ler) elevar-se sobre a dominante horizontal do conjunto da Igreja, num esquema de inversão das proporções tradicionais do gótico que o manuelino popularizará nos Jerónimos e em Santa Cruz de Coimbra, para só citar duas construções em que Boitaca, documentadamente, esteve envolvido. Estes chanfros aparecem igualmente no desenho dos restantes contrafortes da fachada, dando uma uniformidade de **design** arquitectónico ao conjunto que desmente radicalmente a hipótese dos vários artistas a intervirem na construção, em diversas épocas, hipótese avançada, sem qualquer base material, por Pedro Dias. O mesmo acontece com o motivo das meias esferas que aparece no janelão da cabeceira, no arco triunfal, nos capiteis das naves, no portal e no lavabo do Claustro. Para cobrir as naves, o arquitecto não podia, pois, voltar ao princípio, dada a urgência da conclusão do edifício, particularmente pressionada pela fundadora, que pensava já em ir buscar as freiras fundadoras a Gandía, na província de Valência (Espanha). Lançou então os arcos torais e as ogivas da nave central a partir de mísulas colocadas a meia altura dos arcos divisórios, no enfiamento das colunas e ligadas aos capitéis por segmentos que denunciam, à evidência, a solução de recurso que esteve à mão do arquitecto. Para compensar a fragilização das paredes divisórias das naves que tal solução acarretava, cobriu as naves laterais com abóbadas de quarto de canhão cuja descarga superior é feita no reverso da parede, no ponto em que, por sua vez, as mísulas recebem a descarga da abóbada da nave central. Com este sistema de equilíbrio de forças, que, no lado norte, seria reforçado por arco-botantes disfarçados na estrutura do Claustro (que descarregam sobre os quatro contrafortes que pontuam a ala sul do recinto), Boitaca não teve de mexer no ritmo dos cinco contrafortes originais que encostara à fachada da Igreja, no bloco definido pelo Coro e pelas naves, e que não correspondem a nenhum ponto específico de descarga do sistema de cobertura, o que parece claramente indicar que já

lá se encontravam antes de este ser lançado. Os três tramos e meio do corpo das naves, além de definirem, pioneiramente, um dos cânones do carácter unitário e isotrópico do espaço interno dos edifícios manuelinos (constituindo, simultaneamente, o ponto de chegada das experiências tendencialmente unitárias da nossa arquitectura mendicante e o ponto de partida para a especulação espacial que triunfará nas naves dos Jerónimos), desempenham, também, um papel decisivo no equilíbrio de forças que sustenta, há quase quinhentos anos, a Igreja: junto à cabeceira o meio tramo, com os meios arcos e o meio cruzamento de ogivas, funciona como elemento compensador da força suportada pela parede do arco triunfal em cujos vértices confluem dois dos seis pontos de descarga da abóbada da cabeceira. Observe-se a grossura das paredes desta e a localização dos contrafortes que as sustentam (exactamente nos pontos de descarga) para se perceber a técnica de construção de um sector do edifício, pensado desde o início para ser abobadado, em contraste com o que aconteceu com o corpo das naves.

3. Quase em simultâneo com o lançamento do sistema de cobertura das naves, teve de pensar-se na solidificação da parede divisória do Coro Alto, doravante recebendo pelo menos quatro pontos de descarga das abóbadas das naves e do Coro Alto, o que foi conseguido pela junção, no exterior, de um 6º contraforte, o único que não estava previsto originalmente e que não sobe até à cimalha. O pequeno volume que veio a definir na fachada é compensado por um outro, semelhante, que lhe fica próximo, o da escada helicoidal de acesso ao varandim que permitia ao padre ministrar o sacramento da eucaristia às freiras, através de um postigo aberto na grade do Coro Alto. Estando, assim, a Igreja em fase de acabamento, foi erigido o Portal no espaço entre contrafortes que mais se coadunava com a abertura desse vão, tendo em conta que o espaço que sobra entre esse vão e a cabeceira foi preenchido com a abertura de um janelão. Na fachada Sul do edifício abriram-se, pois,

três vãos — portal, janelão da nave, janelão da cabeceira — que, além de garantirem a isotropia procurada e de, no primeiro caso, permitir o acesso, pontuam os três grandes espaços entre contrafortes que se podem ler no conjunto da fachada da Igreja. Os restantes espaços murais são quase cegos e abrangem fundamentalmente o corpo ocupado pelos três pequenos tramos do Coro Alto. A estrutura do portal é inovadora, envolvendo dois contrafortes que ladeiam os vãos propriamente ditos e enquadrando-os, o que permite a sua extraordinária saliência da fachada. Apesar do recurso a alguns elementos simbólicos e ornamentais que iriam ter larga utilização na escultura monumental manuelina, como as meias esferas ou os encordoados (as primeiras aparecem também no janelão da Capela-mor e no Claustro), o principal elemento decorativo do portal deveria ser constituído por estatuária (dezoito nichos vazios, quatro no tímpano e mainel e sete de cada lado) e por letras do alfabeto grego, A e Y (estas repetidas em número de 12 numa arquivolta). Os alfas aparecem repetidos no tímpano, e envolvidos num círculo. Teríamos, assim, a identificação de três símbolos visuais das três pessoas da Santíssima Trindade na decoração do tímpano e da 1ª arquivolta: A = O Mistério da Criação, ou seja, a referência a Deus-Pai; Y = O Mistério da Encarnação, ou seja, o Filho (Cristo); o círculo, entendido como figura geométrica perfeita, identificaria o Espírito Santo. Este simbolismo visual da Santíssima Trindade seria, a meu ver, retomado nas colunas da Igreja — três toros que se enrolam sobre si próprios, formando uma só coluna — e no simbolismo das três esferas repetidas que coroam a platibanda da Igreja (reconstituída, em 1940, a partir de vestígios arqueológicos existentes, hoje, no Museu de Setúbal).

Não é esta a interpretação feita por Pedro Dias (in. "A Igreja do Convento de Jesus...", 1978, pág. 71). A leitura do portal feita por Vieira da Silva, (in *A Igreja de Jesus*, 1988, pp. 29-30) bem mais convincente e que aceitamos no seu conjunto, parece-nos falhar

na explicação dos alfas do tímpano e no número de nichos vazios: contou 17 e não dezoito, como nós, uma vez que não se apercebeu do espaço para duas imagens sobrepostas no enfiamento do mainel do portal — o que acrescenta mais um nicho aos três do tímpano propriamente dito. Seja como for, o esclarecimento da simbologia das letras presentes (e da sua repetição) só pode ser feito no quadro de uma decifração do programa iconográfico do Portal, incluindo as imagens previstas para os nichos. Que Y representa o nome de Jesus parece ser evidente no painel *O Calvário*, do Antigo Retábulo da Igreja de Jesus, em que a sigla INRI aparece grafada deste modo: YNRI. Nas obras de 1940 foi encontrada uma pedra com um Y gótico gravado, que se pode ver hoje no Museu de Setúbal, e que julgamos ser a pedra fundamental lançada nos alicerces.

4. Em 1496, dois acontecimentos parecem claramente indicar que a Igreja estaria praticamente concluída: a oferta de um sino de grandes dimensões para o campanário, sino esse que ostenta uma inscrição com o título de D. Manuel anterior ao descobrimento do caminho marítimo para a Índia e a data; a entrada das sete freiras fundadoras, trazidas pessoalmente de Gandía por Justa Rodrigues Pereira, logo seguida da entrada das primeiras sete noviças. A nosso ver, a oferta do sino por D. Manuel visou assinalar simultaneamente a conclusão do templo e a entrada em clausura das freiras — o que significa rigorosamente a entrada em funções do Convento, na sua dupla vertente pública (a igreja, e para chamar o povo é que era preciso o sino no campanário!) e claustral (a vida conventual propriamente dita).

Dois anos depois (1498), o rei manda pagar a Boitaca, a partir de 1/1/1499, uma tença, por vários trabalhos do seu ofício e pela obra do mosteiro de Jesus. A obra só não devia estar concluída no que respeita às "oficinas conventuais", pois Soror Leonor de São João refere expressamente que, em 1500, elas prosseguiam nesse sector, para

grande contentamento da fundadora.

Depois desta data, a documentação cala-se no tocante a obras de construção da Igreja e do Convento, excepto na referência à falsa-cripta, sob o altar-mor, destinada a panteão do filho de Justa, D. João Manuel, um dos homens de confiança de D. Manuel I, dada como construída na autorização para esse fim concedida pelo Papa, em 1505.

A partir daqui, todas as referências da documentação reportam-se a melhoramentos tardios (2ª metade do século XVI), obras de

consolidação do existente no século XVII, novos revestimentos azulejares ou doações de obras de arte. Não há, assim, lugar para conjecturas sobre uma pretensa campanha de obras no primeiro quartel do séc. XVI, para a qual não existe qualquer fundamento. Serão, pois, de rever urgentemente os critérios de classificação estilística que atribuem uma cronologia tardia à Igreja de Jesus, uma vez que nem os documentos nem a arqueologia o autorizam.

BIBLIOGRAFIA

Fontes

AMOR DIVINO, SOR ANNA MARIA DO, *Memórias históricas do Real Convento de Jesus de Setúbal*, 1803. A.N.T.T. (n.ºs 846 a 849 da Livraria).

ARAGÃO, ANTÓNIO, *Arquivo histórico da Madeira*, Boletim do Arquivo Distrital do Funchal, Série Documental, vol. XVI (doc. 178) e XVII (doc. 233 e 234), 1973.

BELÉM, FREI JERÓNIMO DE, *Chronica Serafica da Santa Província dos Algarves*, Lisboa, 1753.

Extractos de um livro sobre a fundação e história do Convento de Jesus de Setúbal, séc. XVIII, B.N.L. - MSS 208, doc. n.º 29 (Res.).

SÃO JOÃO, SOROR LEONOR DE, *Tratado da Antiga e curiosa fundação do Convento de Jesus de Setúbal*, 1630, B.N.L., cód. 7686.

Outras cópias: cód. 549 dos Res. da B.N.L., 1748. Manuscrito da Biblioteca Municipal de Setúbal.

Principais Estudos

A Igreja e o Claustro do antigo Mosteiro de Jesus - Setúbal, Lisboa, Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, n.º 47, 1947.

ALMEIDA CARVALHO, "Convento de Jesus" in *Acontecimentos, Lendas e Tradições da Região Setubalense*, vol. III, Setúbal, Ed. J.D.S., 1969.

DIAS, PEDRO, "A Igreja do Convento de Jesus de Setúbal na evolução da arquitectura manuelina" in *Belas Artes*, Lisboa, 2ª série, n.º 32, 1978, pp. 63-82.

A Arquitectura Manuelina, Lisboa, 1988.

DIAS, PEDRO (direcção de) "O Manuelino" vol. V da *História da Arte em Portugal*, Lisboa, Alfa, 1986.

GARCIA, FERNANDO, *Fisionomia de Setúbal*, Setúbal, 1918.

LAMBERT, ÉLIE, *Les grandes monastères portugais: leur caractère national dans l'histoire de l'architecture monastique internationale*, Coimbra, Coimbra Ed., 1954.

PORTELA, M.M., *Diário Histórico Setubalense*, Setúbal, 1915.

SANTOS, REINALDO DOS, *O Estilo Manuelino*, Lisboa, 1952.

SILVA, J.H. PAIS DA, *Páginas de História da Arte*, Lisboa, vol. I, 1986.

VIEIRA DA SILVA, J.C., *A Igreja de Jesus de Setúbal*, Setúbal, SALPA, Colecção Património, n.º 2, 1988.

ROTEIRO FOTOGRÁFICO DO PATRIMÓNIO DO DISTRITO DE SETÚBAL RELATIVO À ÉPOCA DOS DESCOBRIMENTOS

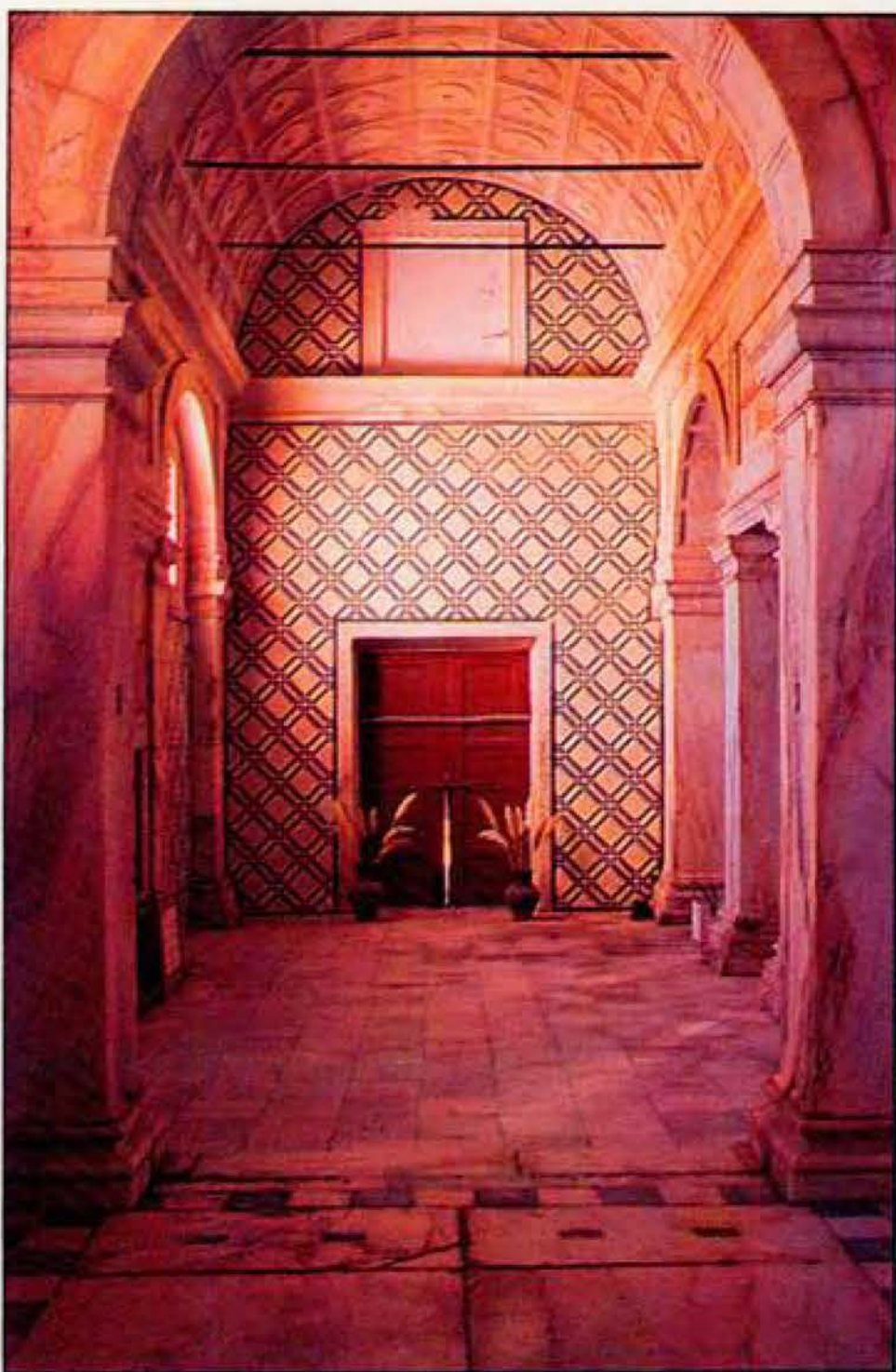
Pedro Soares *

* Fotógrafo

ALCÁCER DO SAL



Pia de água benta – Igreja do Espírito Santo



Interior da Capela das Onze Mil Virgens



Porta manuelina da Rua das Freiras do Torrão

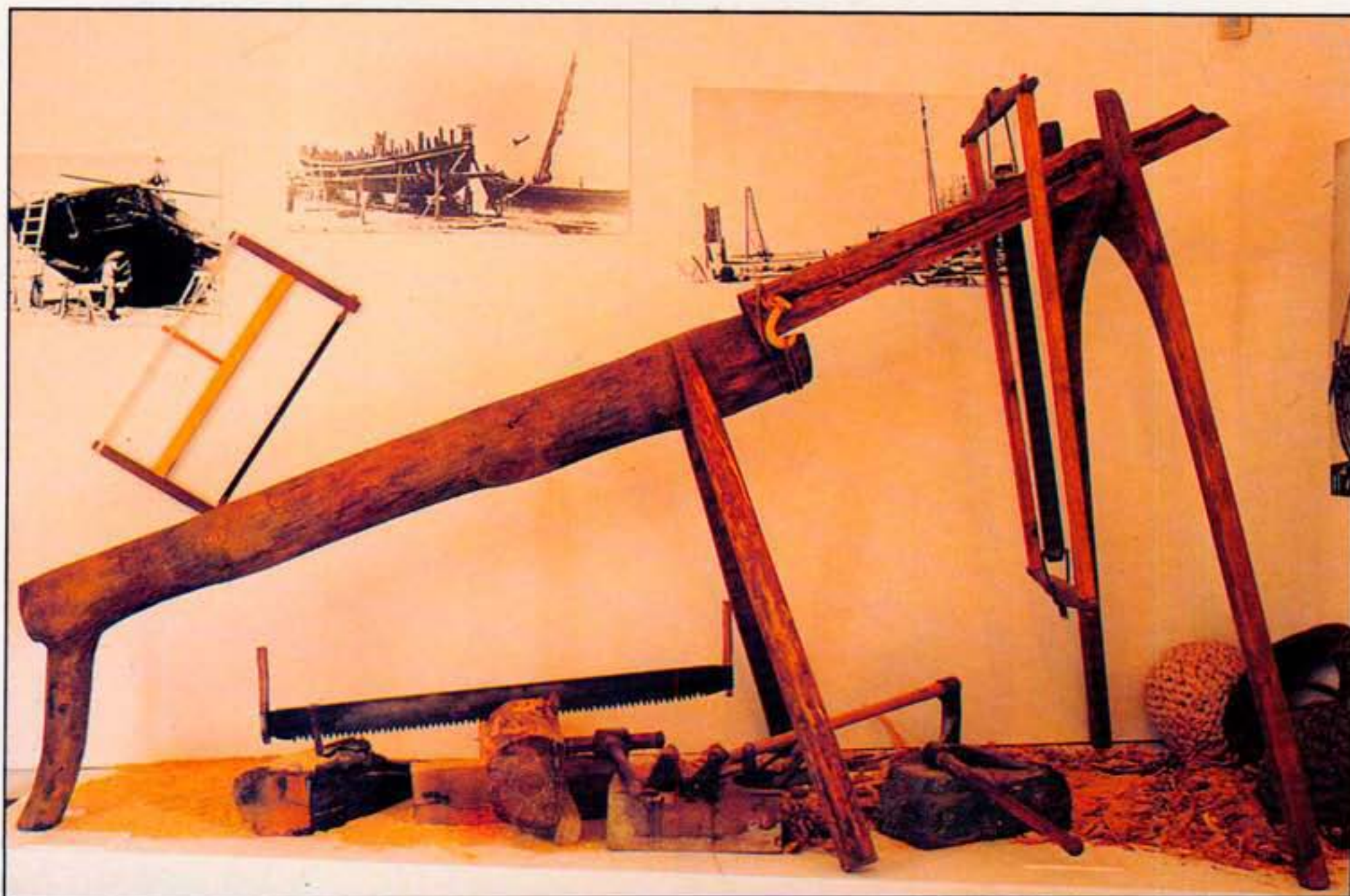


Estátua de Pedro Nunes

ALCOCHETE



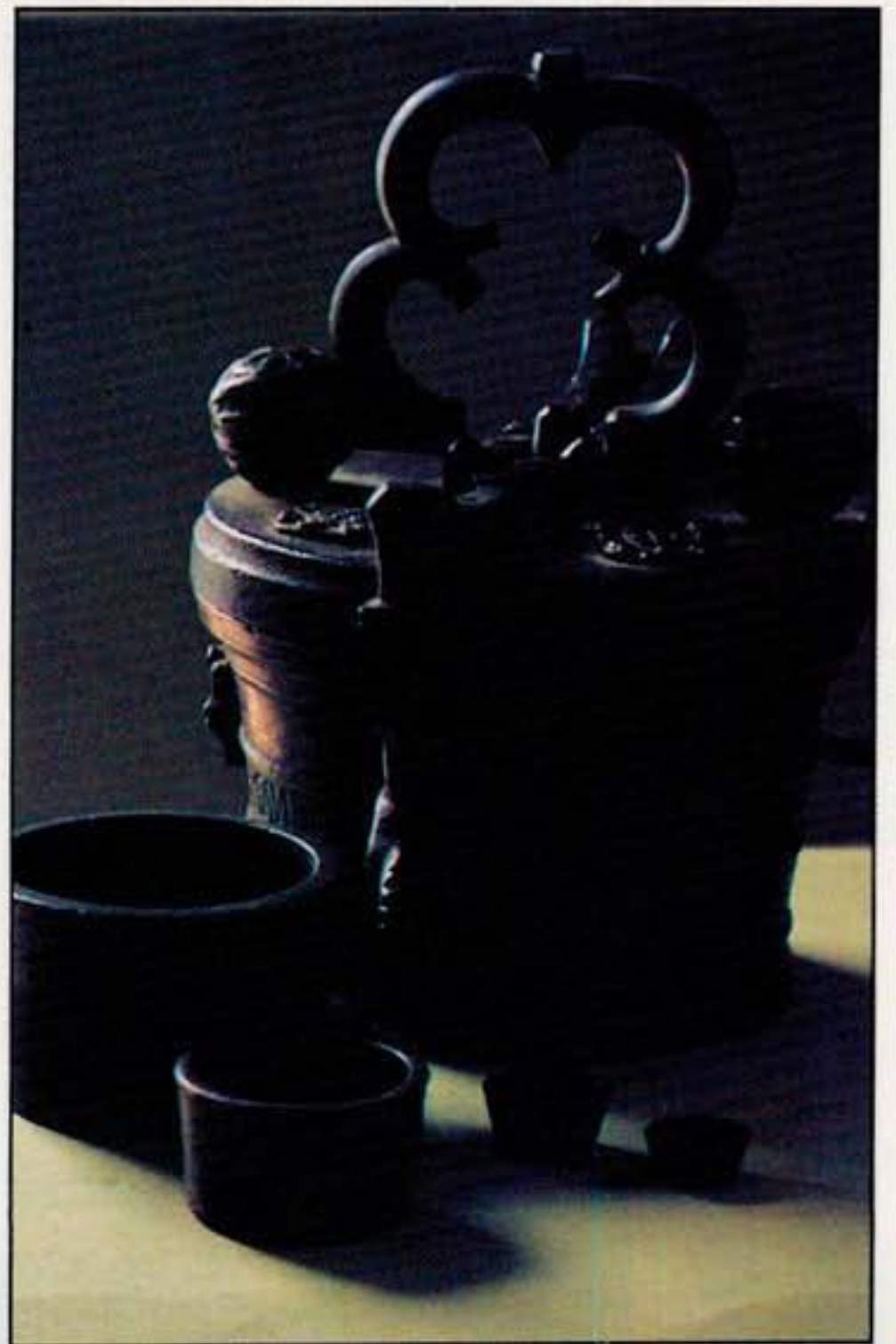
Frontespício do Foral Manuelino de Alcochete



Alfaias da carpintaria naval



Convento de S. Francisco – ruínas



Medidas do Séc. XVI

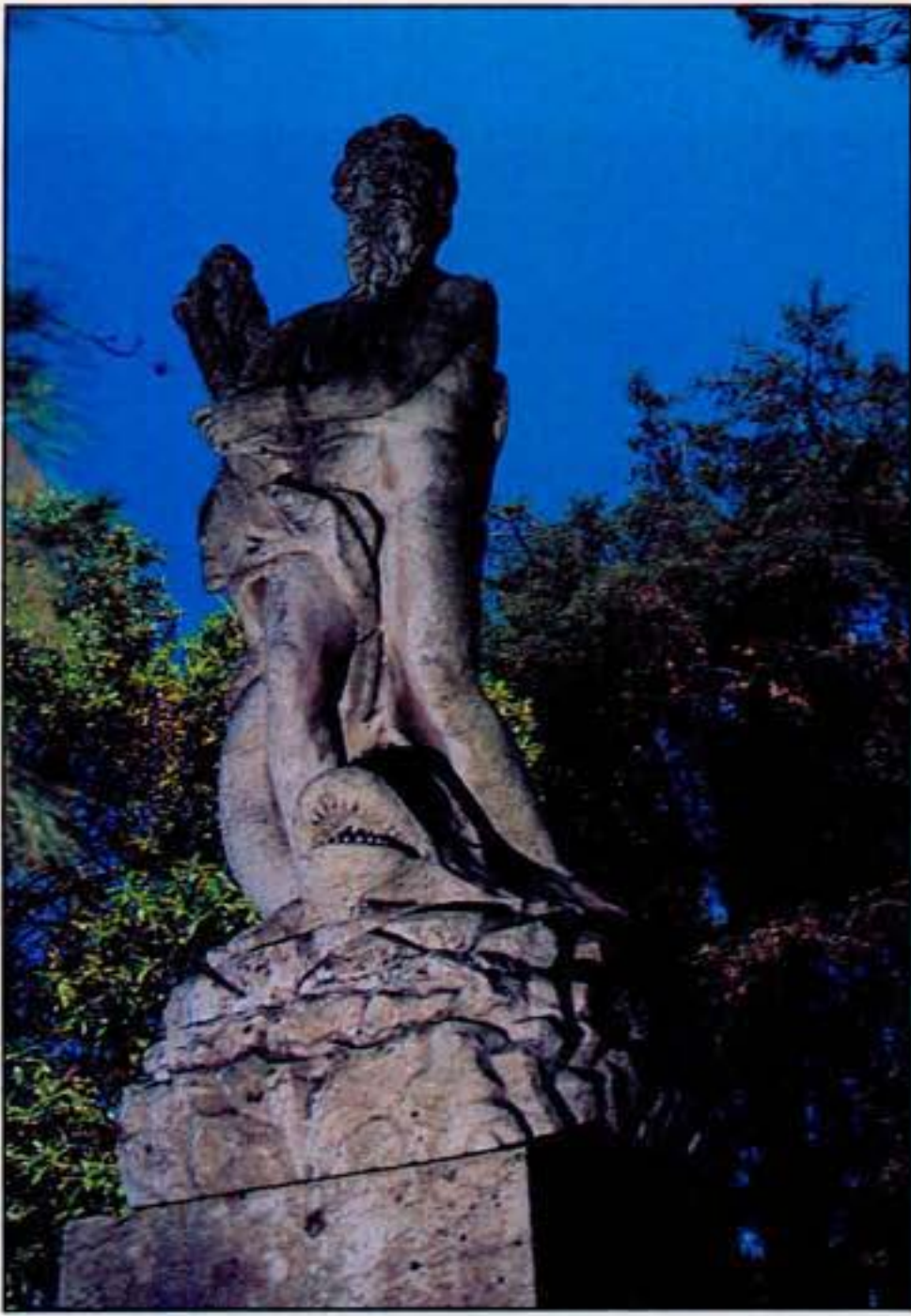
ALMADA



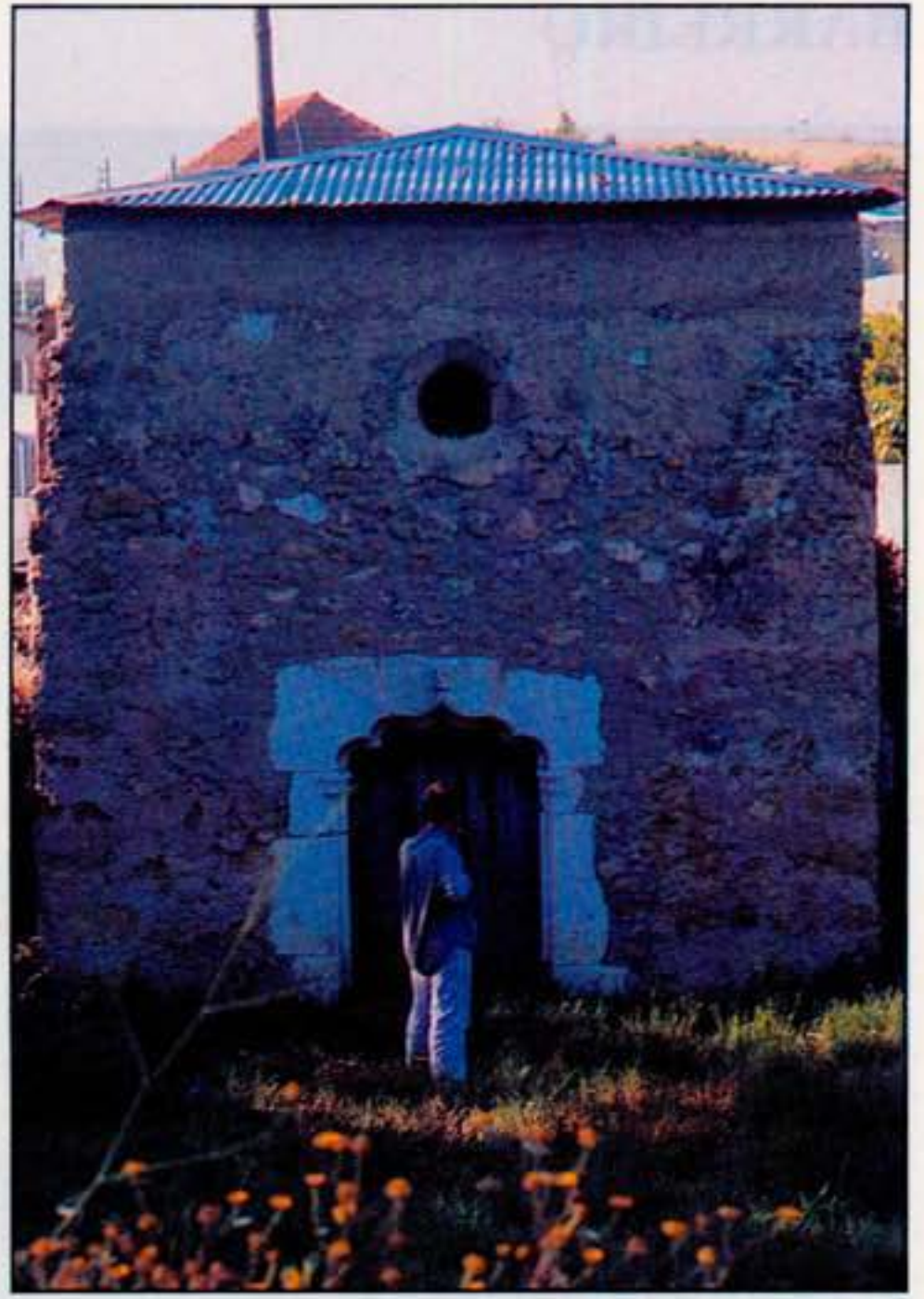
Torre Velha – Porto Brandão



Claustro do Seminário de Almada



Estátua de Neptuno – Palácio da Cerca



Capela de S. Tomás de Aquino – Monte da Caparica



BARREIRO



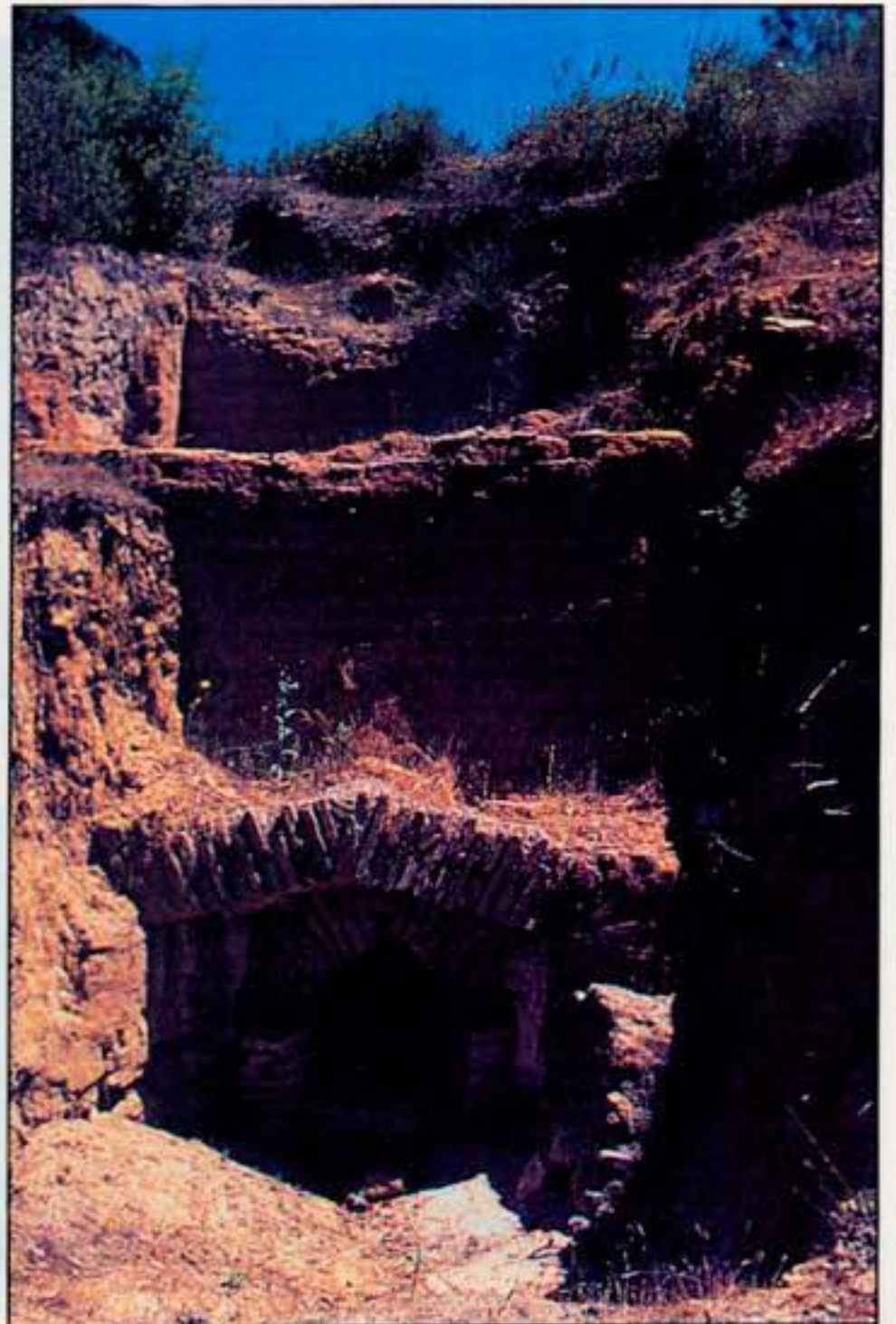
Fachada da Igreja



Interior da Igreja de Palhais



Fornos de Biscoito – Vale de Zebro



Forno de Cerâmica – Mata da Machada

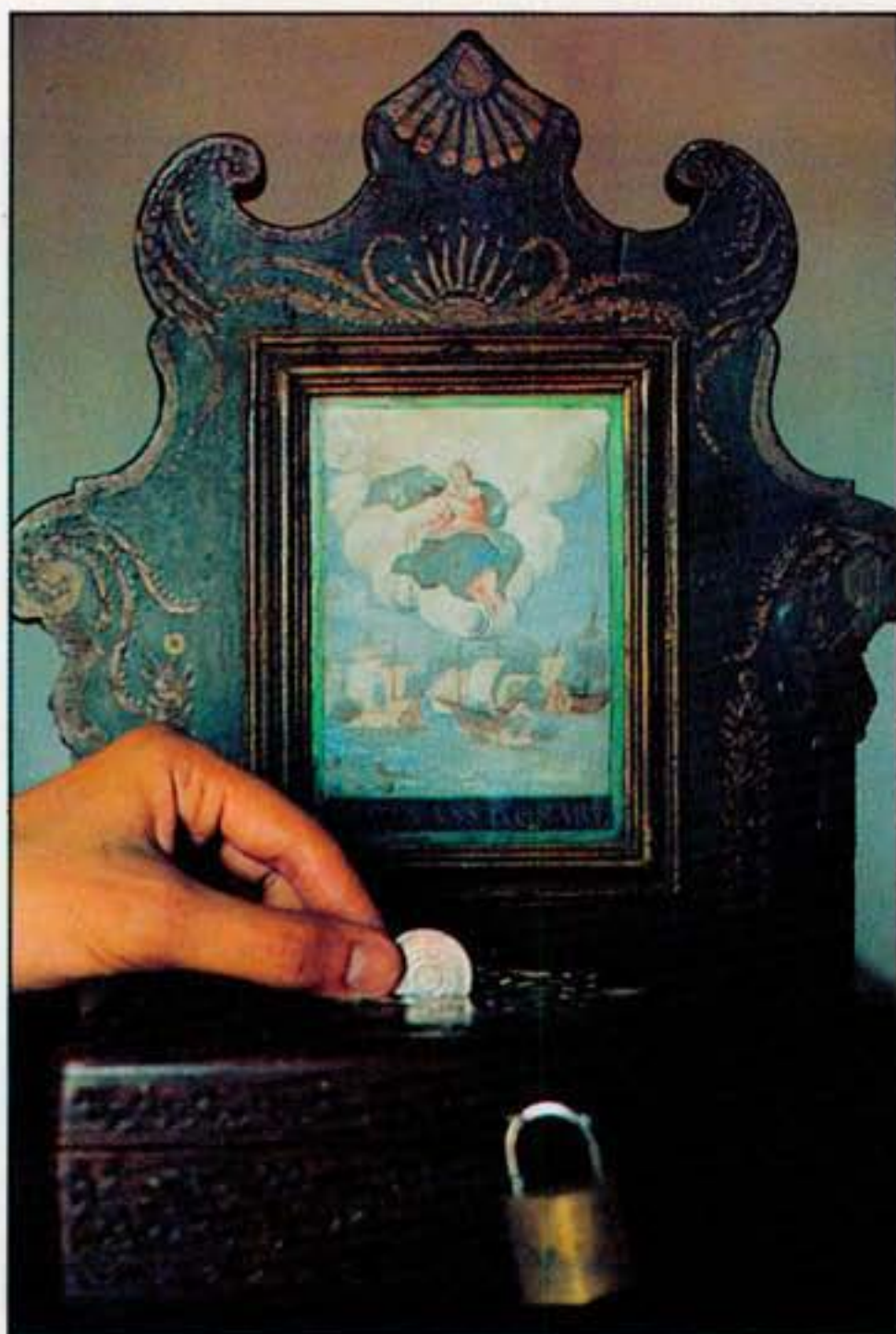
MOITA



Estaleiro Naval do Gaio



Alhos Vedros – cais de acostagem



Caixa de esmolas – Igreja de Nossa Senhora do Rosário



Pelourinho de Alhos Vedros

MONTIJO



Igreja e Santuário da N. Sr.ª da Atalaia



Santuário de N. Sr.ª da Atalaia

PALMELA



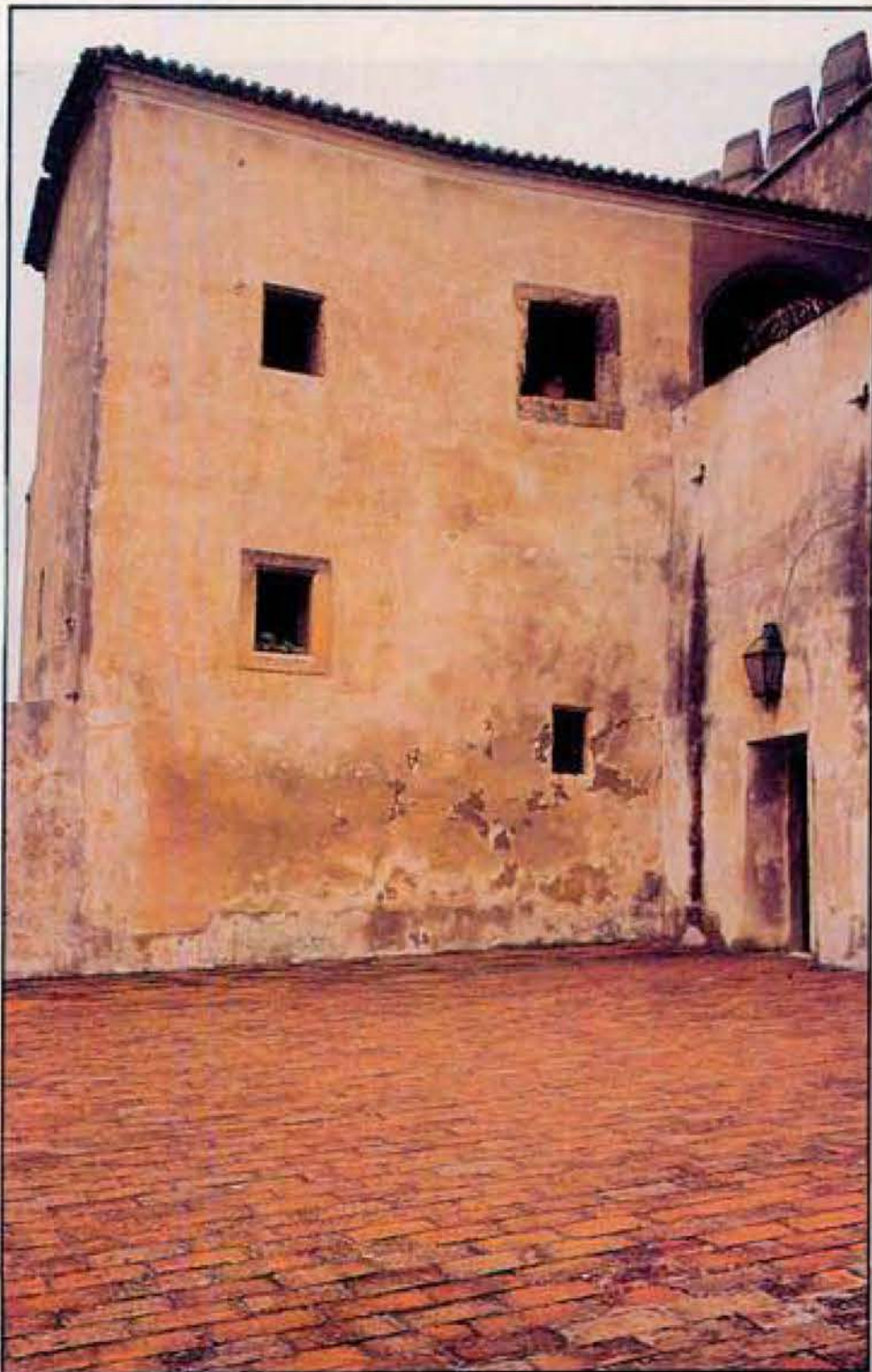
Igreja de Santiago – lado poente



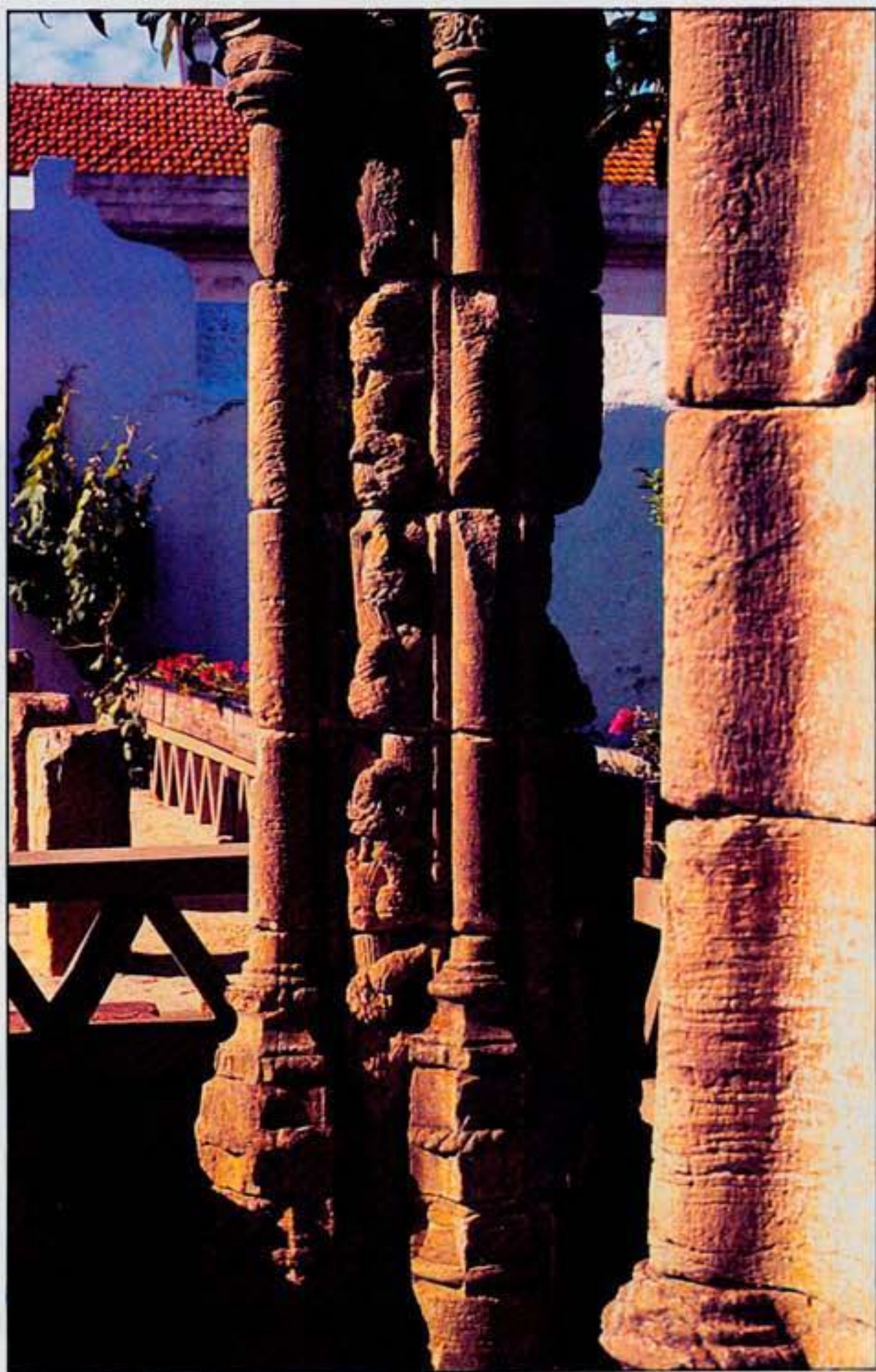
Igreja de Santiago – túmulo de D. Jorge



Capela de S. Gonçalo – Cabanas



Casa de D. Jorge – Castelo de Palmela



Portal Manuelino do Convento de
Nossa Senhora do Loreto



Moinho de Maré – Corroios



Moinho de Maré – Mós



Brasão dos Gama – Quinta da Fidalga



Batel

SESIMBRA



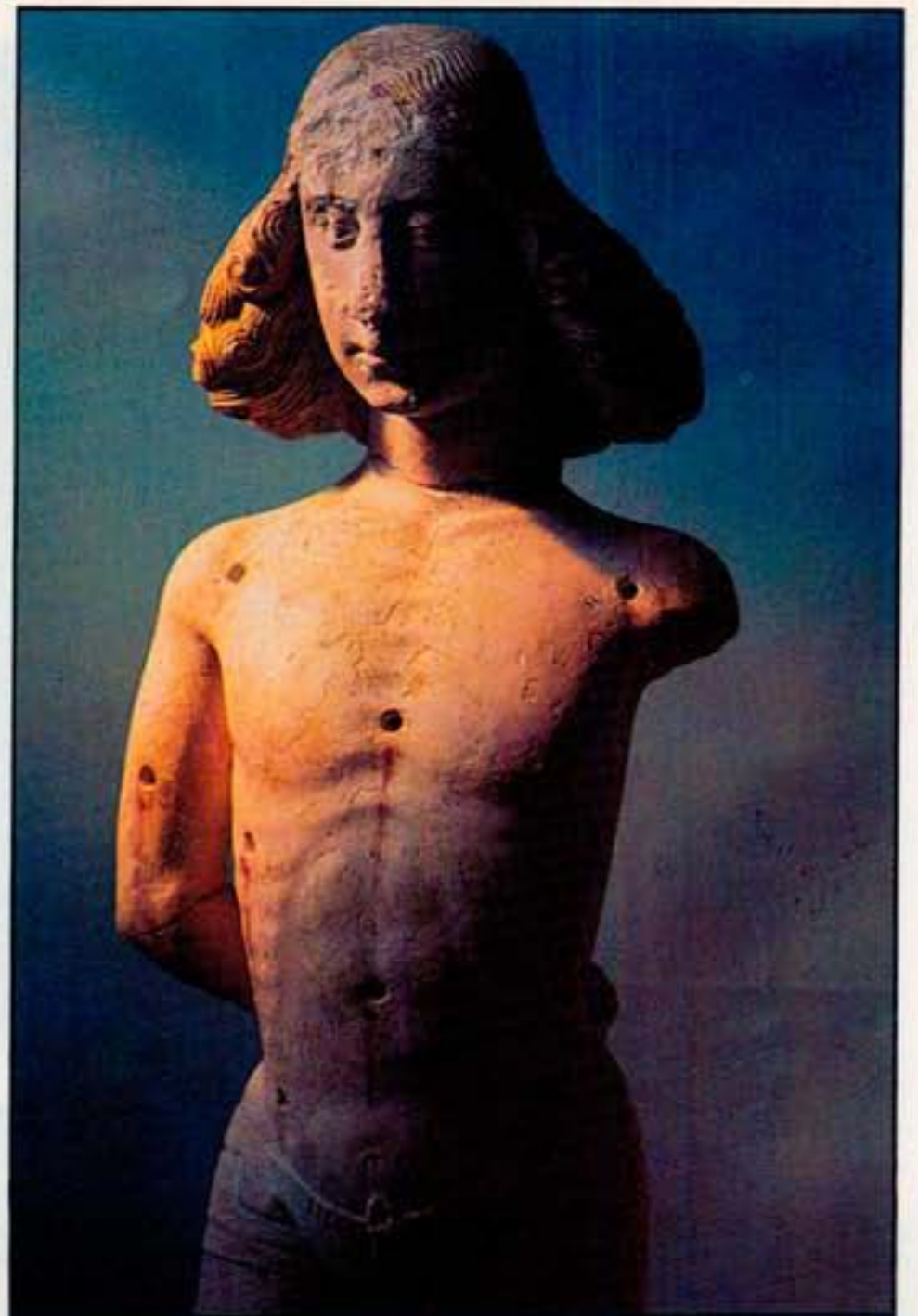
Baixo relevo em mármore – Aiana da Baixo



Cantaria Manuelina de uma janela sita na Rua Jorge Nunes, nº 5 –Sesimbra

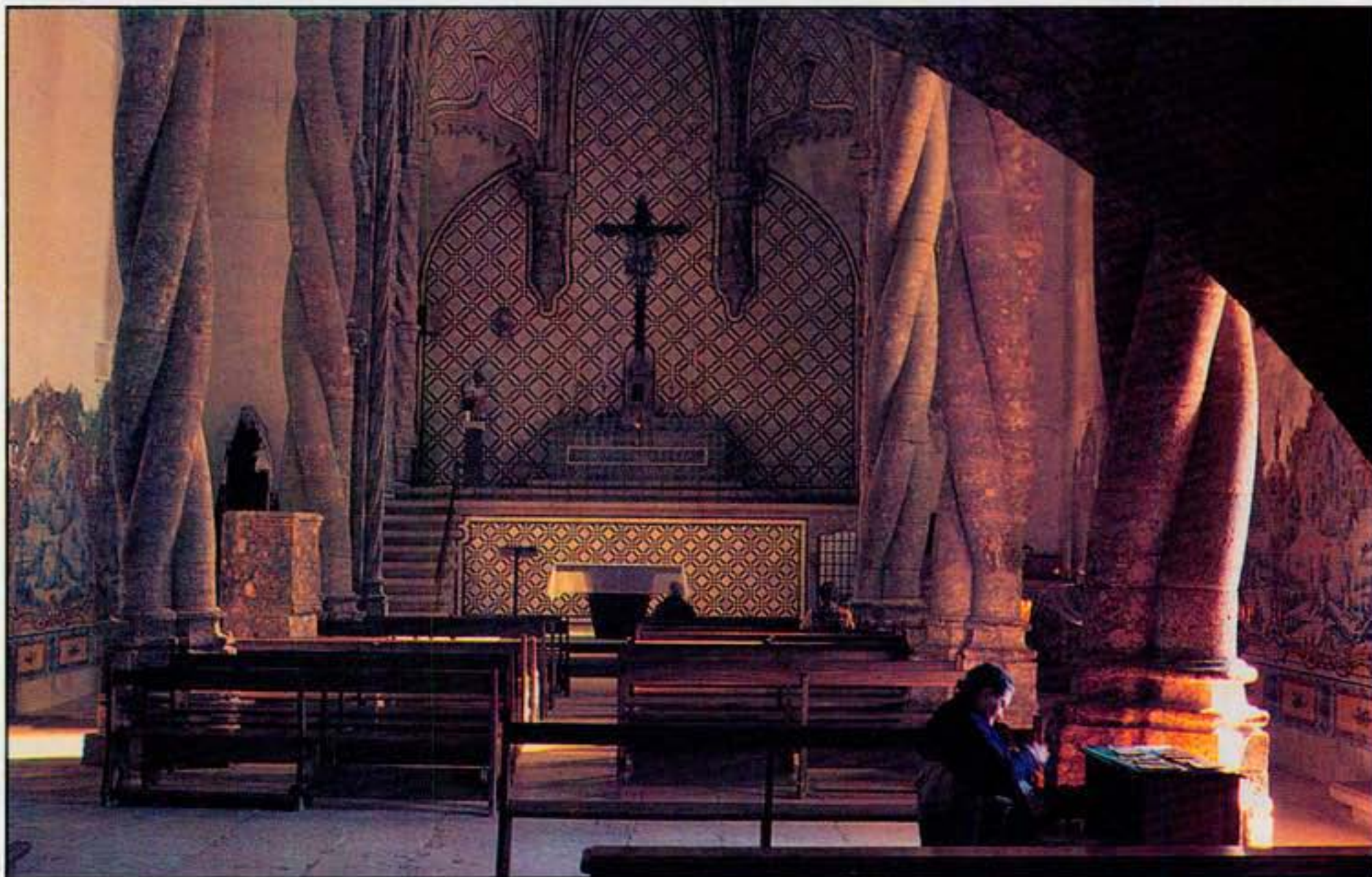


Largo do Cruzeiro – Santana



Escultura de S. Sebastião

SETÚBAL



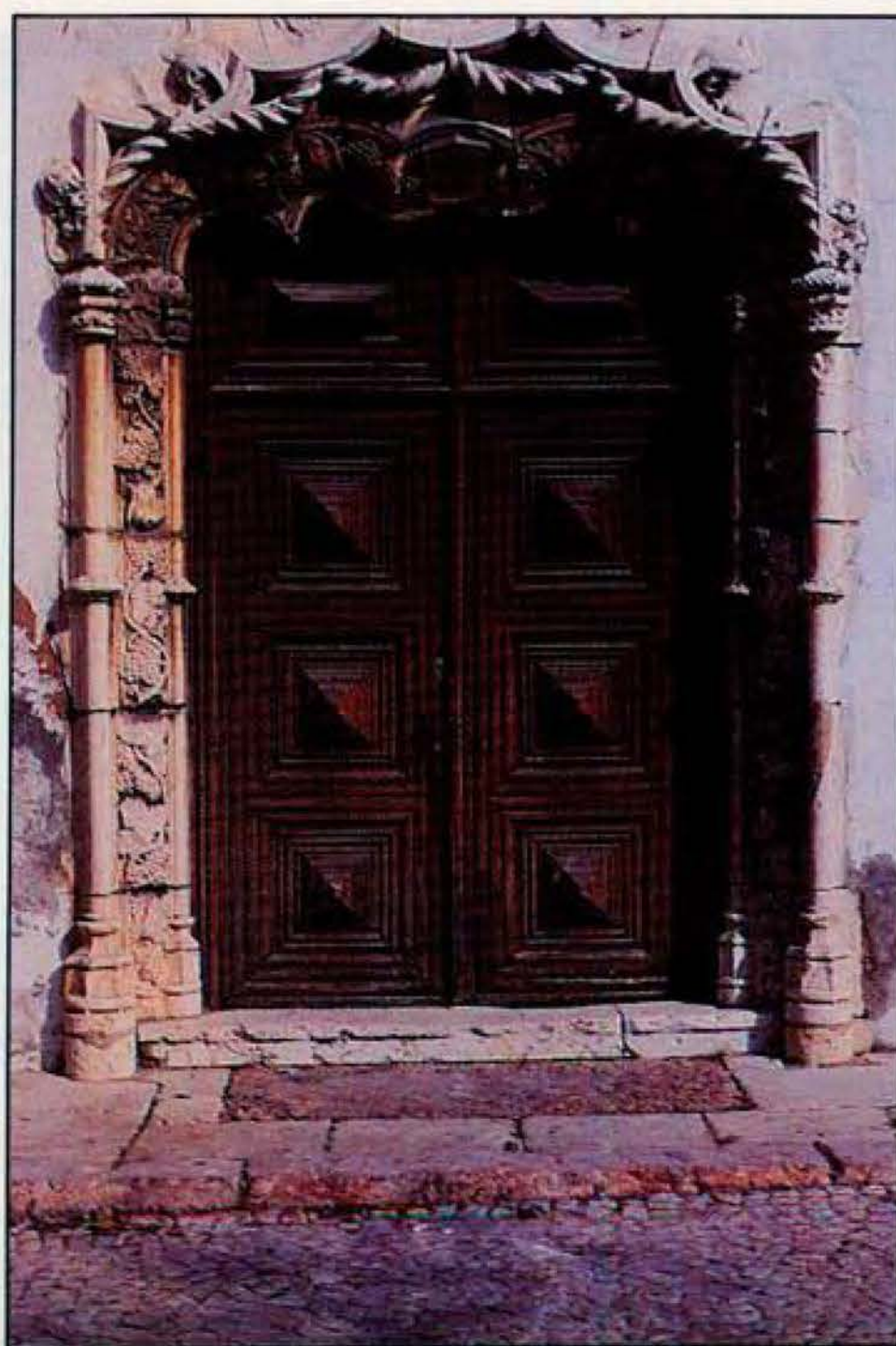
Nave da Igreja de Jesus



Aqueduto



Cunhal do edificio sito na Rua Direita, nº 44 – Setúbal

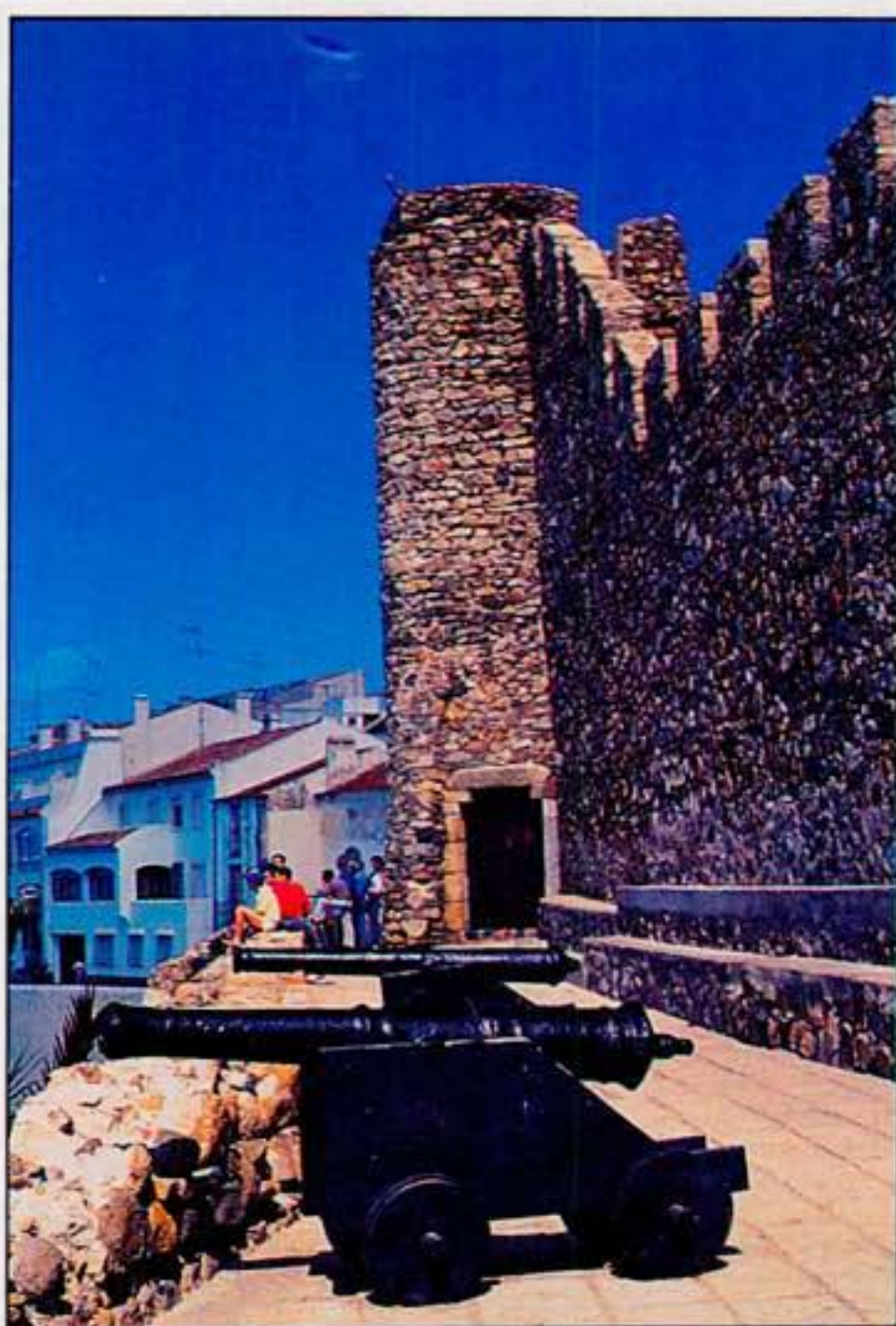


Portal sul da Igreja de S. João

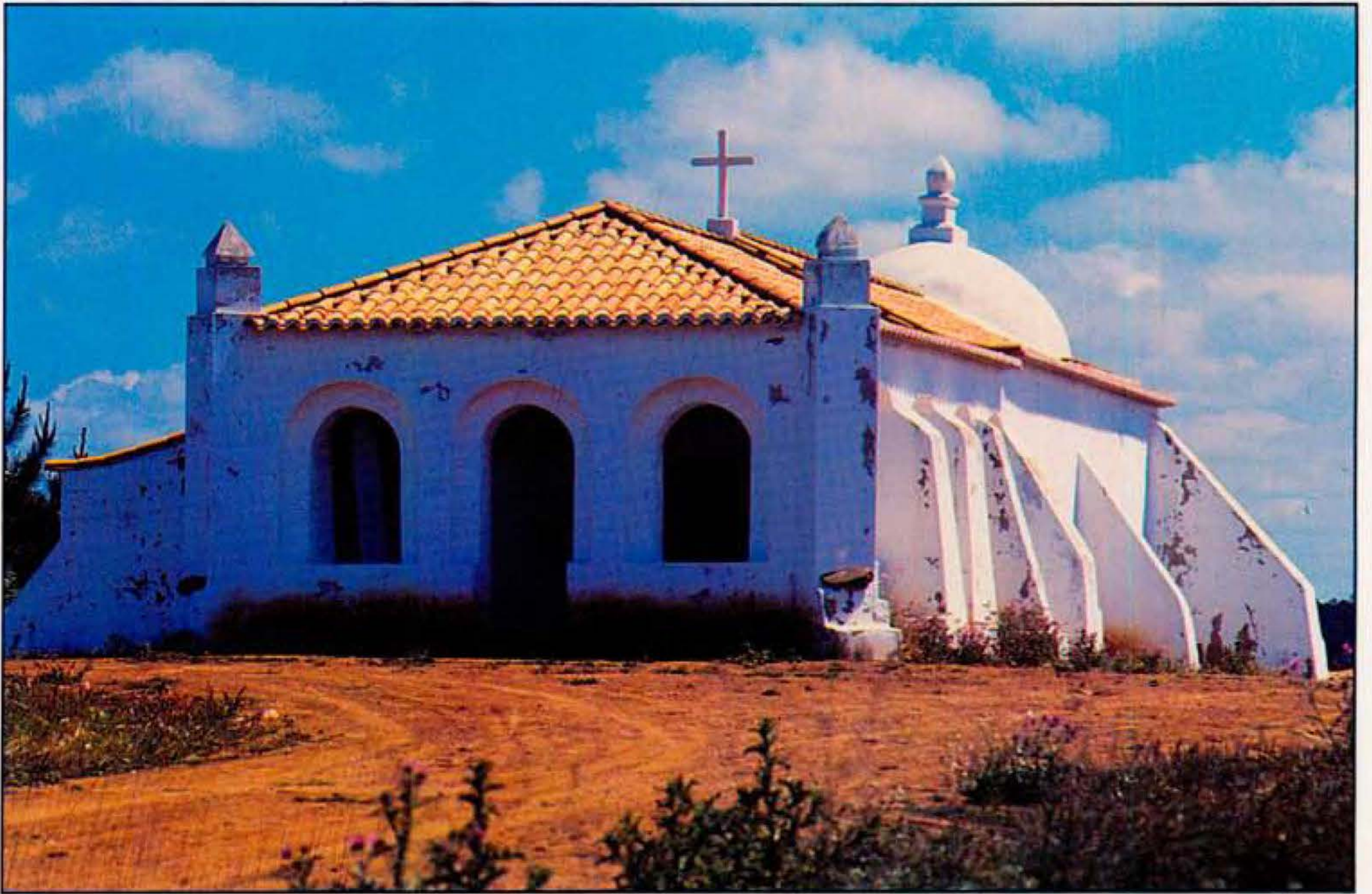
SINES



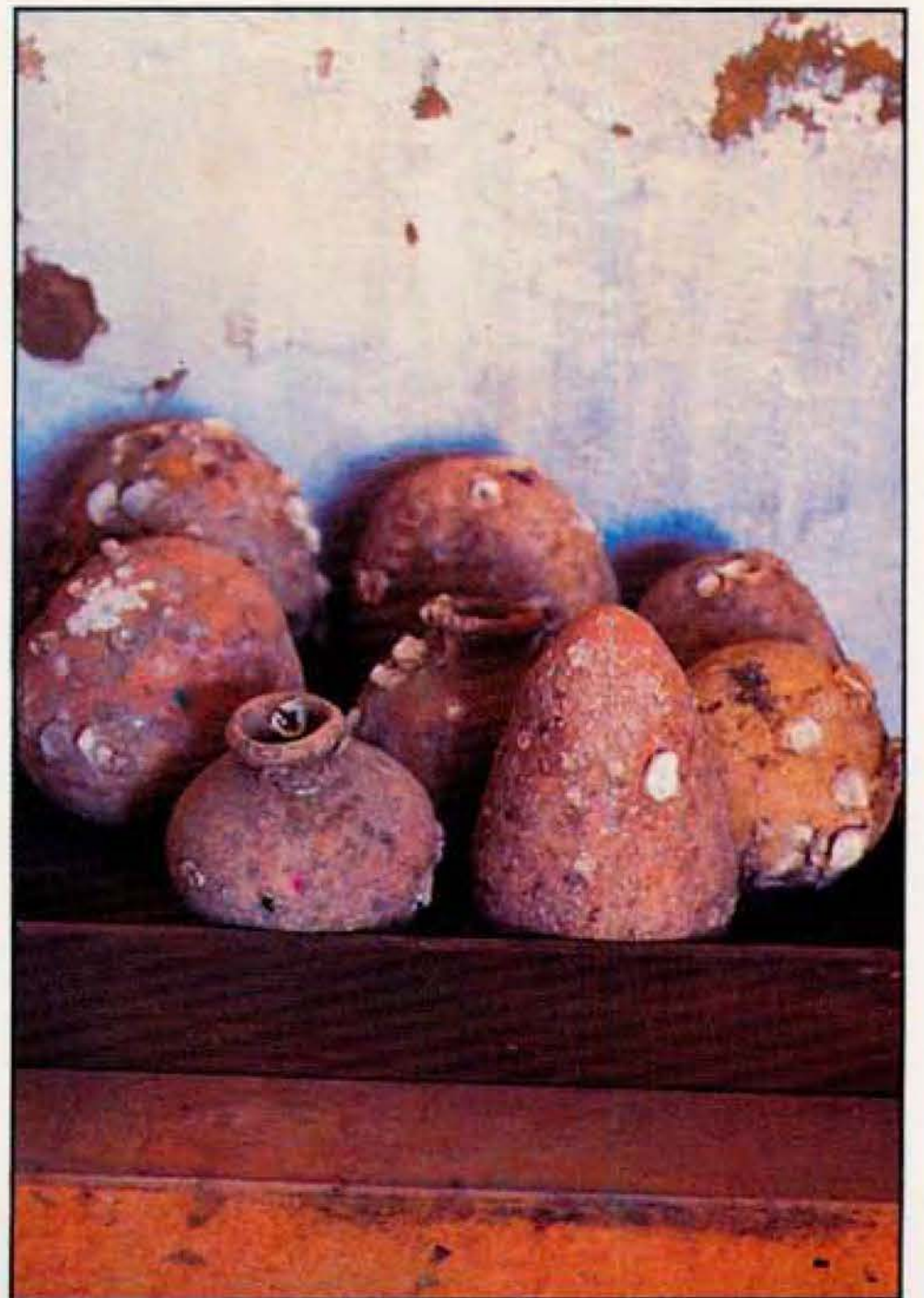
Estátua de Vasco da Gama



Peças de artilharia – muralha de Sines



Ermida de S. Pedro



Utensílios de Cerâmica – Séc. XVI

Património cultural e natural

A UNIDADE HISTÓRICA E CULTURAL DO DISTRITO DE SETÚBAL

António Nabais*
Carlos Tavares da Silva**
F.A. Baptista Pereira***

1. Desde 1974 que se fala da regionalização do país como um complemento indispensável do processo de democratização da sociedade portuguesa iniciado com a revolução de 25 de Abril. A Constituição de 1976 consagrou esse imperativo democrático institucional mas deixou ao Poder Legislativo a definição das áreas territoriais do continente a configurar em regiões administrativas. A inexistência de um consenso generalizado entre as forças políticas representadas na Assembleia da República ao longo dos últimos dez/doze anos tem impedido a aprovação de qualquer um dos Projectos de Lei de Regionalização que aí foram apresentados. Aguarda-se que na presente Legislatura, depois de concluída a Revisão Constitucional, seja finalmente discutida e aprovada a Lei da Regionalização.

A discussão pública dos diversos projectos de Lei de Regionalização tem sido, a nosso ver, marcada por uma preocupação excessiva de salvaguarda de certos interesses regionais, por vezes rivais e conflitantes, além de estar, as mais das vezes, ligada às previsões de estratégia eleitoral dos partidos do governo, num dado momento. Todos os

projectos de Lei de Regionalização, à excepção de um (o apresentado pelo Partido Comunista Português), partem do pressuposto de que a actual divisão administrativa do País em distritos — que data da Reforma Liberal — não serve os objectivos da Regionalização, pelo que se impõe traçar novas linhas de demarcação. Não podemos compreender como se pode fazer quase tábua rasa de uma realidade administrativa com mais de um século de existência que, em muitos casos, terá consagrado ou respeitado unidades histórico-culturais sobre as quais se traçou um novo quadro de desenvolvimento. Pelo menos no caso do Algarve, ninguém põe em causa a validade genérica dos limites distritais actuais da nova Região Administrativa. Outros casos poderão ser, igualmente, de fácil "achamento" consensual, enquanto outros revelar-se-ão fronteiras quase intransponíveis, tais os interesses e mandarinatos locais que irão defrontar.

Por outro lado, à discussão têm sido chamados, além dos políticos dos aparelhos centrais, autarcas, economistas, geógrafos, sociólogos e outros especialistas de ciências sociais e da gestão do território e dos recursos, mas, que tenhamos conhecimento, não foi alargado o areópago aos profissionais que fazem da memória colectiva e histórica das populações o seu objecto de trabalho. Ora, o território de uma nação, para além de fonte de recursos e de espaços onde se encerra a vida social, é sobretudo memória da diversidade de culturas que se sucederam

* *Director do Ecomuseu Municipal do Seixal.*

** *Arqueólogo do S.N.P.R. e consultor técnico do Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal*

*** *Conservador do Museu do Convento de Jesus, Setúbal.*

no espaço e marcaram um devir histórico que constitui o fundamento da identidade de quem lá vive. Daí a importância de alargar a discussão sobre a regionalização do País aos problemas de âmbito histórico-cultural sem os quais não fará qualquer sentido falar em identidade nacional e regional, ou mesmo local. Urge redimensionar o debate e fazê-lo sediar naquilo que vai contar efectivamente no futuro dos portugueses, ou seja, a sua história e a sua cultura — que a nível regional estão ainda, em muitos casos, por levantar e constituir — e não certamente qualquer arranjo eleitoral de curta duração ou um modelo de desenvolvimento de duvidoso êxito no futuro. No horizonte da plena integração europeia de 1992 importa, antes de mais, fortalecer laços de **coesão regional, fundamento historicamente provado da coesão nacional**, e como será possível fazê-lo começando por "deitar fora" todo um quadro administrativo já centenário e que se sedimentou no passado recente, em sucessivos actos eleitorais para os diversos órgãos de soberania?

Para evitar que cometam erros previsíveis e dificilmente reparáveis uma vez cometidos, propomos que se discuta, caso a caso a unidade histórica e cultural dos vários distritos que compõem o território continental. O nosso contributo visou, naturalmente, o Distrito de Setúbal, por sinal o de mais recente constituição (22 de Dezembro de 1926), mas nem por isso desprovido de uma **unidade cultural** feita da **diversidade** que uma **região de contacto** necessariamente oferece ao longo do tempo histórico. Para o fazer juntaram-se um arqueólogo e dois historiadores que tentaram encontrar nos dados disponíveis do conhecimento histórico sobre o distrito a justificação de uma **unidade regional** moldada na diversidade e multiplicidade dos contributos e na coerência histórico-geográfica da sua **função** no território ao longo dos séculos.

2. A área actualmente abrangida pelo Distrito de Setúbal integrou, durante a Pré-história recente, do Neolítico à idade do

Bronze, uma vasta região cultural compreendida pela Andaluzia Ocidental, Algarve, Alentejo e Estremadura. Durante a idade do Cobre esboçam-se, porém, no seio dessa região, dois fácies distintos mas interligados que se prolongam pelo Bronze pleno: o do Sudoeste (Alentejo, Algarve, Andaluzia Ocidental) e o da Estremadura que incluía a Península de Setúbal. A relação entre estes dois fácies culturais é bastante evidente quando comparamos a cultura material patente na Rotura, povoado da encosta E. da Serra de S. Luis (Setúbal), com a representação no Monte da Tumba, povoado fortificado do Torrão. O rio Sado comportava-se, efectivamente, como importante eixo de comunicação e coesão cultural. Este carácter vai acentuar-se a partir do Bronze Final/Ferro Inicial, momento em que assistimos ao nascimento do primitivo núcleo habitacional de Setúbal e ao arranque de nova e pujante fase de ocupação de Alcácer do Sal. Em ambos os locais, fundam-se, nos séculos VII/VI A. C., entrepostos comerciais abertos aos contactos com o mundo mediterrânico. As cerâmicas fenícias ou paleo-púnicas, bem como as indígenas, oferecem nos dois arqueossítios, o mesmo carácter tipológico.

O Alentejo Litoral ligava-se intimamente à florescente civilização das margens do Sado, o que é testemunhado pela descoberta do tesouro orientalizante do Gaio, em Sines.

Os navegadores mediterrânicos, fenícios ou paleo-púnicos, atingiram igualmente Almada e Cacilhas onde, a partir de um substracto do Bronze Final idêntico ao de Setúbal e Alcácer, se forma um núcleo de vocação também marcadamente comercial.

Durante a II Idade do ferro, a partir do século IV a.C., influências continentais, provenientes da Meseta espanhola, começam a fazer-se sentir em muitos pontos do Alentejo. Este mundo celtizante, por vezes mesclado com elementos de origem mediterrânea, encontra-se bem representado em Miróbriga e na Pedra da Atalaia (Santiago do Cacém) e atinge Chibanes, em Palmela, unindo, uma vez mais, de um ponto

de vista cultural, a Península de Setúbal à região alentejana.

Durante o período da colonização romana, o Sado assume-se definitivamente como o principal elemento estruturante de toda uma região com limites no Torrão e Alvalade, na Arrábida e no litoral alentejano. Nas suas margens, consolidam-se antigos marcos civilizacionais. Com Augusto, a rica população sidérica de Alcácer dá lugar à *Urbs Imperatoria Salacia*. Nó comercial de confluência dos produtos oriundos do interior, designadamente das casas agrícolas implantadas nos férteis campos do Torrão, e de mercadorias exógenas vindas do litoral, a exploração do sal continua, além disso, a ser um dos principais factores do desenvolvimento da povoação.

Na desembocadura do rio, em Tróia e em Setúbal, tendo por base a exploração dos recursos fluvio-marinhos (sal e pescado), surge um dos mais importantes complexos industriais de salga de peixe do Alto Império. Ao longo das margens do rio, desde a foz a Alcácer, constroem-se numerosas olarias que produzem as ânforas destinadas ao transporte da salga.

O vale do Sado liga-se ao litoral alentejano, os testemunhos da Época Romana são igualmente evidentes. Assim, sobre os destroços da povoação celtizante de Miróbriga, nasce uma cidade romana, ponto de encontro de comerciantes e senhores da terra, local de lazer e centro de negócios.

Sines é um núcleo piscatório e industrial de produção de salga. E a ilha do Pessegueiro, a sul de Porto Covo, marca o carácter eminentemente comercial da colonização romana e liga o florescente mundo de vocação agromarítima do vale do Sado e da Arrábida ao sul da Península.

Os ainda escassos elementos disponíveis sobre a colonização romana na zona norte do Distrito de Setúbal, que se traduzem principalmente pelas recentes descobertas ocorridas em Cacilhas (fábrica de salga de peixe), Seixal (forno de produção cerâmica) e Alcochete (olaria do Porto dos Cacos), apontam no sentido de, na margem esquerda

do estuário do Tejo, nos encontramos perante uma situação simétrica à da desembocadura do Sado. Não obstante as ligações que a chamada Margem Sul manteria com Olisipo (cidade que, como salienta Jorge de Alarcão, embora não sendo cabeça de nenhuma das divisões administrativas que repartiam o território português, era, sem dúvida, uma das principais cidades romanas da Lusitânia), os seus relacionamentos com o estuário do Sado parecem-nos inegáveis. Atenda-se, a título de exemplo, às flagrantes semelhanças entre as produções anfóricas do porto de Cacos (Alcochete) quer no que concerne as formas quer no que respeita às pastas, com as do Baixo Sado.

3. As actividades económicas do distrito de Setúbal desenvolvem três cenários principais, que favoreceram a criação da unidade e da individualidade da região: o fluvial, o marítimo e o terrestre. O rio Tejo, a norte, o Sado, ao centro, funcionando como eixo unificador do território, o mar a ocidente e a planície alentejana, a oriente.

A influência do mar foi veiculada para o interior através das grandes bacias do Tejo e do Sado, contribuindo para a implantação, na região, de actividades económicas com características comuns, tais como: salinicultura, pesca, moagem, navegação fluvial e marítima, construção naval e uma forte industrialização junto dos estuários e da costa marítima.

Juntamente com estas actividades, a agricultura e a silvicultura criaram uma paisagem bem individualizada em toda a vasta região do distrito de Setúbal, que se foi alterando, de acordo com a intervenção gradual do homem, sobretudo a partir da formação e organização de Portugal. De uma paisagem essencialmente vegetal, onde predomina o pinheiro manso (região portuguesa com maior densidade) e o sobreiro, árvores que contribuíram fortemente para a implantação de indústrias dependentes destas duas espécies arbóreas, como a construção naval e a indústria corticeira, surgiu uma paisagem industrial, a partir da industria-

liação no século XIX.

Numa fase pré-industrial, as actividades económicas do distrito de Setúbal giraram à volta da agricultura, sivicultura, pesca e salinicultura. O sal do Tejo e do Sado e o vinho da região eram já produtos de exportação.

Na agricultura, mantiveram-se, durante séculos, como culturas de primordial importância económica desta região, as herdades dos mouros: vinha, oliveira e figueira. Em 1170 D. Afonso Henriques, ao reconhecer a importância árabe no trabalho agrícola, concedeu foral aos mouros forros de Almada, Palmela e Alcácer do Sal, o qual, mais tarde, no século XIII, foi confirmado por D. Afonso II. Este documento régio testemunha a influência mourisca em toda a área da região, especialmente na vida agrícola, cultivando a vinha e cuidando dos figos e do azeite.

Sinais de unidade administrativa e económica do território que ocupa o actual distrito de Setúbal encontram-se patentes, desde o início da 1ª Dinastia, através de várias medidas régias ou de contratos. Veja-se, a título de exemplo, em 1274, a Carta de composição e crença entre el-Rei e o mestre da Ordem de Santiago sobre os tributos que deveriam pagar ao Rei e à Ordem as suas entradas e saídas das terras da mesma Ordem pela foz do Sado, e as pescarias de Almada, Sesimbra, Setúbal e Sines, e a sua respectiva exactidão.

Este documento medieval já distribui a actividade piscatória por todos os núcleos piscatórios históricos do distrito que chegaram até à actualidade. Assim, verificamos que, desde o Tejo até Sines, a pesca se tornou uma actividade de primordial importância, à base de embarcações construídas conforme a função e o espaço geográfico a percorrer. Esta especialização das embarcações para a zona norte do distrito, no século XVIII era apresentada da seguinte forma por João de Sousa, autor do "Caderno de todos os Barcos do Tejo, Tanto de Carga e Transporte como de Pesca": Batel, Bateira de Porto de Brandão, Saveiro

da Costa e do Tejo, Barco de Sesimbra, Barcos dos Moinhos, Barga de Aldeia Galega (Montijo), Fragata de Alcochete, Barco de Moios, Muleta, Barco Cacilheiro, Fragata do Tejo e Catraio. No Sado vamos encontrar igualmente embarcações específicas, como o Iate de Setúbal, o Laitau e o Galeão do Sal ao lado de outras também características de outras áreas do País: o Galeão a remos, o buque, canoas e lanchas, barcas de armação. De significado económico para as comunidades do litoral desde o Barreiro, Seixal, Costa da Caparica, Sesimbra, Setúbal, Santo André/Melides e Sines. Estes núcleos piscatórios tornaram-se notáveis pelos sistemas de pesca utilizados, diferentes de localidade para localidade, desde a rede de tartarenha, redes de galeão até armações fixas (sardinha), artes de arrastar, aparelhos de anzol e outros. Foi, porém, a enorme variedade de embarcações usadas nesta actividade que deu celebridade a estes homens do mar. Assim, temos a formosa muleta dos pescadores do Barreiro e Seixal, a meia lua da Costa da Caparica, o galeão de pesca de Setúbal, entre muitos outros famosos pela sua arquitectura original.

No domínio da arquitectura naval, os carpinteiros navais tornaram-se, desde muito cedo, artistas de grande nomeada, não só pela originalidade da obra produzida como pela qualidade e variedade.

Para além deste tipo de construção naval destinada ao tráfego fluvial ou à pesca, há que salientar, na época dos Descobrimentos, a importância dos estaleiros navais que se situavam em toda esta região, que foram incluídos no número dos melhores desse período de construção de caravelas e naus: o da Talha, no Barreiro, o do Seixal, o de Sesimbra e o de Setúbal.

Na fase da proto-industrialização, que se encontra bem documentada nesta região, para além da indústria de construção naval bastante desenvolvida a partir da Expansão Portuguesa, salienta-se a indústria moageira, que nos esteiros da margem sul do estuário do Tejo e no estuário do Sado se tornou próspera com a construção de dezenas de

moinhos de maré. Ao lado lado destas actividades industriais, bem características desta região, figura a salinicultura do Rio Coina até ao Rio das Enguias, em Alcochete, na zona norte Distrito, e de Setúbal a Alcácer do Sal, no Sado: uma indústria de grande valor económico para a região, que se desenvolveu desde tempos muito remotos, em dois espaços geográficos bastante próximos, embora com técnicas diferentes na preparação do sal. Deve-se dizer que o poder criativo dos operários na adaptação ao meio está bem evidente no uso de técnicas e formas diferentes em muitas actividades económicas comuns a todo o distrito, designadamente na construção naval, na pesca e na salinicultura.

Ainda no período da Expansão, esta região desenvolveu outras actividades industriais, tais como o fabrico do biscoito, no Vale de Zebro, da cerâmica, do vidro, e outras de apoio à construção naval e à navegação, como produção do breu, velame, cordas, ferragens... Estas indústrias consumiam quantidades enormes de lenha e de madeira que a região produzia em abundância, em especial, de pinheiro manso e de sobreiro, que era de excelente qualidade para a construção naval.

No século XVIII, com o desenvolvimento económico de toda a área do distrito e a sua importância cada vez mais acentuada, o problema das vias de comunicação tenta-se solucionar com a apresentação de projectos de ligação do Tejo ao Sado. Assim, em 1782, Luiz Ferrari de Mordau, no "O Despertador da Arquitectura de Portugal", apresenta o projecto do canal da Moita a Setúbal; cinco anos mais tarde, Jacome Ratton propõe o canal de navegação do Rio das Enguias até águas de Moura, comunicando o Tejo com a Sado; e no século XIX, já com o caminho de ferro, Albino Francisco de Figueiredo e Almeida propõe um canal de junção do Sado ao Tejo para a linha de caminho de ferro de Alcácer a Elvas, pela navegação do Sado e Tejo, unidos por canal pelo rio Coina até Setúbal (plano de 1816?). Seria um canal apenas com 16,5 Kilómetros.

Na era da industrialização, os efeitos da máquina a vapor chegaram bastante cedo, em relação ao resto do País, ao distrito de Setúbal. Também nesta fase de industrialização se assistiu a uma relação estreita entre todo o distrito, que se manifesta em vários domínios de transformação económica e social: implantação de estabelecimentos fabris, do norte do distrito até Sines; na obtenção de matérias primas, designadamente cortiça do território da região para fábricas que se instalaram em todo distrito, e pescado para as fábricas de conserva de peixe de Setúbal, Sesimbra, Almada e Seixal; tipo de indústrias que são comuns em quase todo o distrito, tais como a corticeira, de produtos químicos, de conserva de peixe e de construção naval; a instalação do caminho de ferro a partir do Barreiro, tornando a região mais unida e mais próxima, beneficiando de duplo meio de transporte, isto é do comboio e do barco; um movimento associativo forte em toda a região.

Enfim, alterações profundas chegaram ao distrito na passagem do século XIX para o século XX, que se acentuaram cada vez mais ao longo século, em especial, a partir do início da 2ª metade com a instalação da Siderurgia Nacional, no Seixal, crescimento da Quimigal, no Barreiro, instalação da Lisnave e o Complexo de Sines.

A paisagem tradicional da região de Setúbal alterou-se profundamente, embora o passado, hoje, persista com forte identidade: a máquina a vapor (Fábrica de Pólvora de Vale de Milhaços-Seixal) coexiste com os altos fornos da Siderurgia Nacional; os moinhos de maré continuaram erguidos (Moinho de Maré de Corroios) bem próximos dos silos cerealíferos da Trafaria e dos novos sistemas de moagem; as embarcações tradicionais, fragatas e varinos (Moita e Seixal) e galeões (Setúbal), hoje recuperadas como peças de museu, navegam ao lado dos petroleiros e dos porta-contentores; os pequenos cais e portinhos instalados na vasta orla fluvial para escoar os produtos locais estão de pé ao lado dos

modernos portos de Lisboa, de Setúbal e de Sines; o arado (nos museus locais do distrito) continua, embora como peça museológica, bem próximo dos modernos tractores; os estaleiros navais tradicionais constroem ou reparam embarcações perto da Lisnave e da Setenave.

4. Já vimos como, no plano da cultura material desde a Pré-História ao final da época romana e em termos de Idade Média, a região que hoje constitui o Distrito de Setúbal foi gizando uma unidade histórico-cultural que assentou na exploração coordenada e complementar dos recursos segundo o eixo ordenador que é o vale do Sado, que se prolonga até à margem sul do estuário do Tejo, definindo um **canal de ligação** com personalidade própria, que põe em contato a capital e o Alentejo. Vejamos como, em termos de **função política no território** e de **imagem cultural**, a região se impõe ao longo da História nacional.

O processo chamado (talvez impropriamente) de Reconquista Cristã teve nas Ordens Religiosas Militares, formadas ao findar a Alta Idade Média, um instrumento fundamental. Entre elas destacou-se, na formação do território nacional, a Ordem de Santiago, que liderou a conquista do Algarve, cobrindo-se de bravura o lendário Mestre Paio Peres Correia, cujo nome está na origem, segundo a tradição, do topónimo **Paio Pires**. Curiosamente, não foi no Algarve que a Ordem de Santiago recebeu as maiores doações territoriais, mas numa região vasta que se estendia de Alcochete a Sines, numa conformação que claramente preludiava, a seis/sete séculos de distância, o distrito de Setúbal, e se prolongava pelo Baixo Alentejo contornado a fronteira do reino do Algarve. Era, no fundo, a definição de uma rota de grande importância estratégica (ligando Portugal à Andaluzia) que, entregue à mesma administração político-militar, assegurava a defesa fundamental da linha do Tejo e da capital do nável Reino do Portugal. De resto, este valor estratégico da região, mesmo após o conturbado período da Reconquista, viria a manter-se, como veremos, encurtado à área efectiva do Distrito de Setúbal.

A invasão almohade 1191 fez regressar à

linha do Tejo a fronteira antes alargada por Afonso Henriques e seu filho. A perda dos castelos santiaguistas, como Alcácer, Palmela ou Sesimbra, foi o factor decisivo da avançada mulçumana, tal como a recuperação de Alcácer a partir de 1217 foi fundamental para a estabilização da região e para o arranque final da Reconquista no sul do território. O canal territorial das doações que a Ordem viria a receber, no imediato, acompanha as datas e as etapas fundamentais daquele processo: Sesimbra (1236), Mértola (1239), Ayamonte (1240), Tavira (1244) até à conquista definitiva do Algarve, que marca o termo da Reconquista em território português (1249). É, curiosamente, deste ano o foral concedido pelo mestre da Ordem aos moradores de Setúbal, destinado, como pensa J. Mattoso, a fomentar o povoamento e a reanimação económica do Estuário do Sado, doravante ponto de entrada fundamental no coração dos domínios da Ordem. Finda a reconquista acentuou-se o papel administrativo da Ordem na gestão do território: os castelos, a apresentação de curas nas paróquias e, mais tarde, a repartição dos bens em comendas. Esta estruturação administrativa perdurou durante séculos, mesmo depois da perda da importância militar da Ordem, após 1550, e deixou as suas marcas unificadoras na região.

Contudo, o valor estratégico da região jamais se perdeu. Ainda antes de findar a Idade Média, em plena Revolução de 1383-85, o domínio da região pelo exército de Nuno Álvares, durante o cerco de Lisboa, em 1384, foi factor decisivo para o isolamento das tropas castelhanas e o reacender da esperança entre os sitiados, à vista das **almenaras** que o Condestável acendeu no Castelo de Palmela. Quatrocentos e cinquenta anos depois, em plena guerra civil entre miguelistas e liberais, a entrada destes em Lisboa, em 24 de Julho de 1834, foi precedida da ocupação de toda a península de Setúbal pelo exército vindo do Sul.

O estabelecimento da cabeça da Ordem em Palmela (definitivo a partir do séc.XV) dotou a região de um **centro**, estrategicamente situado no lugar geográfico que melhores condições de defesa militar oferecia na zona norte da região. A inevitável perda das funções militares da

Ordem, em função da centralização do Poder do Estado e do absolutismo dos séculos XVII e XVIII, veio tirar importância a esse centro. Outro, porém, se formou, a sul, correspondendo ao dinamismo económico da região: Setúbal. Em vão insistiram os Freires de Santiago na transferência para Setúbal: o rei não permitiu o abandono do centro "histórico". Derrubado o absolutismo e com ele as Ordens Religiosas e Militares, a inevitável passagem do centro para Setúbal acabou por se consumir: ainda antes da fixação legislativa do distrito, já os autores do séc. XIX pensavam a Estremadura até Sines, num evidente esforço de compreensão da unidade da macro-região de Setúbal. Por seu turno, esta, de vila passou a cidade, em 1860, absorveu o território do concelho de Palmela e assumiu-se, cada vez mais, como a cabeça política de um região económica que assentava na importância do seu porto de pesca e comercial, na indústria conserveira e na vitalidade do vale do Sado como escoador do Alentejo, reforçado e prolongado pela linha de caminho de ferro vinda do Barreiro. Em 1926, ao constituir-se "naturalmente" o distrito (restaurando, em contrapartida, o concelho de Palmela), a região ficava finalmente dotada, de novo, de uma unidade administrativa, exigida pela economia e pela evolução política e que a história, entre os séculos XIII e XIX, tinha paulatinamente consagrado. A fixação da capital distrital de Setúbal assegurava a mais eficaz articulação entre os pólos norte e sul da Região/Distrito.

A imagem cultural que a região tem produzido desde, pelo menos, o século XVIII tem sido, de algum modo, protagonizada pela capital regional — Setúbal — depois do apagamento progressivo do centro "histórico" — Palmela. Mas esse destaque, que não abafa os restantes valores regionais, projecta-se fundamentalmente como o contributo da personalidade cultural da região para a definição de uma cultura nacional: nomes de projecção nacional e internacional como Luísa Todi, Bocage ou Sebastião da Gama, ou a definição de uma escola de pintura setubalense (com notáveis antecedentes de quinhentos e seiscentos) emergindo desde o século XVIII com nomes como Morgado de Setúbal, João Vaz, Fernando dos Santos, Celestino Alves,

Álvaro Perdigão, Luciano Santos ou Lima de Freitas — são garantia de existência de claros valores de identidade cultural, num plano erudito, que diferenciam a região no contexto nacional.

No que toca à cultura popular, infelizmente ainda tão mal estudada, há que registar a existência dos pólos autóctones de periférica influência ribatejana, estremenha ou alentejana, para além da orla ribeirinha e marítima portadora de uma cultura piscatória diferenciada e variada. A esta diversidade, digamos, "original", vieram sobrepor-se sucessivas vagas migratórias (Ovar, Algarve, Alentejo, África), em função de determinados ciclos económicos que têm animado a região. Essas sobreposições, embora tivessem criado, de início, problemas de identidade cultural, acabaram por reforçar a componente de diálogo/contacto que define a região e estiveram, tantas vezes, na origem e dinamização do movimento associativo popular que é timbre do distrito desde, pelo menos, os meados de oitocentos.

5. Julgamos que, ao longo deste curto ensaio, ficou bem claro que, por um lado, a articulação do estuário do Sado com o seu hinterland é específica e diferente da que define o estuário do Tejo, apesar da organização algo simétrica dos dois espaços, e que, por outro lado, o facto de Lisboa ter absorvido as regiões limítrofes não tira unidade ao distrito de Setúbal. Se a regionalização visa criar um desenvolvimento harmonioso e proporcionar a ultrapassagem das assimetrias, é imperioso dotar a região de uma autonomia administrativa que reforce a sua independência económica face à capital e permita uma escolha livre de seu modelo de desenvolvimento. O que não pode continuar a subsistir é a situação parasitária da região — em que, por ex., numerosas empresas que aqui produzem (e poluem) têm a sede social em Lisboa —, situação que seria seguramente agravada se se aprovasse a constituição de uma macro-região da Grande Lisboa que cortasse ao meio o Distrito, englobando a Península de Setúbal, ou que absorvesse pura e simplesmente todo o Distrito! A consumir-se qualquer uma destas duas soluções — que assentam numa total incompreensão da

realidade histórica, cultural e económica da região — reduzir-se-ia a região ou o que restasse dela a uma zona periférica, secundarizada, da gigantesca "conurbation" da Grande Lisboa. Setúbal e as outras cidades e vilas ver-se-iam na situação de parentes pobres de uma região artificialmente traçada nos gabinetes e o Sado transformado em fronteira, ele que foi estrada de ligação desde

a Pré-História.

Não corresponderá este plano de desarticulação da região/distrito (conhecida como situada politicamente "à esquerda") a um desejo, mesquinho e conjuntural, de neutralização política do chamado "cerco vermelho" da Capital?

Novembro de 1988

BIBLIOGRAFIA

ALARCÃO, J., *Portugal Romano*. Ed. Verbo, Lisboa 1973.

ALMEIDA, ALBINO FRANCISCO DE FIGUEIREDO, *Vias de Comunicação*, Lisboa, Tipografia da Revista Popular, 1851.

CARVALHO, ALMEIDA, *Acontecimentos, Lendas e tradições da Região Setubalense*. Setúbal, J.D.S., 1968-72. 6 vols.

CASTELO-BRANCO, FERNANDO, *A Exportação de Vinho Durante a Primeira Dinastia*, Separata do Boletim da Sociedade de geografia de Lisboa, 1963.

CASTRO, J. BAUTISTA DE, *Roteiro Terrestre de Portugal*, Lisboa, 1884.

CLARO, R. PERES, *Setúbal na segunda metade do século XVIII*. Setúbal, 1957; *Setúbal de há cem anos*. Setúbal, 1976-86. 5 vols.

CRUZ, MARIA ALFREDA, *A Margem Sul do Estuário do Tejo. Factores e Formas de Organização do Espaço*, Montijo, Oficinas Gráficas da Gazeta Sul, 1973.

ESTEVAM, JOSÉ, *Anais de Alcochete*, Lisboa, Edição de Couto Martins, 1956.

GARCIA, FERNANDO, *A Physionomia de Setúbal*, Setúbal, 1918.

LOBO, COSTA, *História da Sociedade em Portugal no século XV*, Lisboa, 1903.

MORDAN, LUIZ FERRARI DE, *O Despertador da Agricultura de Portugal*, 1782.

NABAIS, ANTÓNIO JOSÉ C. MAIA, *Moinhos de Maré. Património Industrial*, Seixal, Câmara Municipal do Seixal, 1986.

OLIVEIRA, NICOLAU DE, *Livro das Grandezas de Lisboa*, Lisboa, 1620.

PERY, GERARDO, *Geografia e Estatística Geral de Portugal e Colónias*, Lisboa, 1875.

PIMENTEL, ALBERTO, *Memória sobre a História e Administração do Município de Setúbal*. Lisboa, 1879

PIMENTEL, ALFREDO, *A Extremadura Portuguesa*, Parte II, Lisboa, 1908.

PORTELA, MANUEL MARIA, *Notícia dos monumentos Nacionais e edifícios e lugares notáveis do concelho de Setúbal*. Lisboa 1882; *Diário Histórico Setubalense*. Setúbal, 1915.

RATTON, JACOME, *Recordações...*, Londres, 1813.

RIBEIRO, CARLOS, *Descrição do Solo Quaternário das Bacias Hydrographicas do Tejo e Sado*, Lisboa, Academia Real das Ciências, 1886.

SILBERT, ALBERT, *Le Portugal Méditerranée à la Fin de l'Ancien Régime. XVIII - Début du XIX Siècle. Contribution à l'Histoire Agraire Comparée*, Paris, 1966.

SILVA, A. BALDAQUE DA, *Estado Actual das Pescas em Portugal*, Lisboa, 1891.

SOARES, J., *Estação Romana de Troia*, Setúbal, 1980.

TAVARES DA SILVA, C. et al *Escavações arqueológicas no Castelo de Alcácer do Sal (campanha de 1979)*. Setúbal Arqueológica, 1980-81 vol. VI-VII, pp. 149-218.

TAVARES DA SILVA, C. e SOARES, J., *Pré-História da Área de Sines*. Lisboa, 1981. Ed. G.A.S.

TAVARES DA SILVA, C. e SOARES, J. *Arqueologia da Arrábida*. Lisboa, 1981. Ed. S. N. P. R. C. N.

TAVARES DA SILVA, C. e SOARES J., *O povoado fortificado da Idade do Cobre do Monte da Tumba (Torrão). Cinco anos de escavações arqueológicas*, *Movimento Cultural*. 1988 N° 4, pp. 16-31.

VASCONCELOS, J. LEITE DE, *Etnografia Portuguesa*, t. II, Lisboa, Imprensa Nacional, 1936.

TROINO E FONTAINHAS: DUAS COMUNIDADES DE PESCADORES EM CONFRONTO

Maria da Conceição Quintas*

Setúbal, terra de pescadores

A proximidade do mar e o Rio Sado, que ao longo dos séculos atraiu diversos povos, pelas excepcionais condições que oferece, fez de Setúbal primeiro uma povoação, mais tarde uma cidade com características muito próprias e de grande importância para o desenrolar dos acontecimentos históricos em Portugal.

No dia 1 de Maio de 1918, podemos ler, no semanário setubalense *A Restauração*, um artigo no qual se afirma que esta cidade "*possui um dos mais lindos rios do nosso país e que é quase — para não dizer absolutamente — uma terra de gente do mar*".

Então, a população da cidade repartia-se por três zonas distintas: o centro, onde viviam os setubalenses mais abastados, e dois bairros, onde habitavam os pescadores: **Fontainhas e Troino**, nos extremos opostos da cidade, junto ao rio. No primeiro, residam gentes vindas do Norte (Murtosa e Ovar) enquanto que no segundo predominavam homens oriundos do Algarve e setubalenses.

Ao ler a imprensa da época e consultar as estatísticas, apercebemo-nos de que cerca de 3/4 da população setubalense estava dependente dos resultados da pesca, se tivermos em conta as actividades desenvolvidas a montante e a jusante. Tal inferência deve-se ao facto de, em 1912, verificarmos que, da população setubalense, 1725 eram homens

que constituíam a tripulação das 260 embarcações dos cercos americanos matriculados na capitania do porto da cidade, 434 eram homens que trabalhavam nas armações à valenciana, e 100 eram varinos que, no rio, se dedicavam à pesca artesanal. Na indústria de conservas de peixe, directamente dependentes do sucesso ou insucesso dos pescadores, trabalhavam ainda 4000 indivíduos de ambos os sexos.

Além da importância na actividade económica, os pescadores, com as suas características e temperamento próprios, condicionaram o evoluer cultural da população da cidade e arredores. Em 11 de Julho de 1910, a *Ilustração Portuguesa*, revista que se publicava então em Lisboa, dedicava a Setúbal um belo artigo ilustrado com fotografias muito sugestivas, no qual o autor diz que "*das suas verdadeiras condições de vida, da base onde gira o seu comércio, razão que tem valorizado, ali, a propriedade, o alicerce, enfim, da sua existência, raros o sabem. Esse alicerce é uma única identidade: A Sardinha*".

A Quinzena

Mas a sardinha tem que ser pescada. E bem longe. É aos cercos que compete essa tarefa. João do Nascimento, velho pescador, nascido em 1893, dizia-nos, aquando da nossa entrevista: "*No mar estávamos 15 dias e tínhamos o barco da água que vinha buscar comida a terra, todas as semanas*".

(1)

Era a quinzena que se repetia, sem

* Professora efectiva da Escola Secundária do Bocage - Setúbal. Bolseira do INIC.

cessar, desde que as condições climatéricas o permitissem. No barco, olhando o mar, sonhavam com a terra e com a família. Quando voltavam, se o peixe abundava e a fêria era boa, os pescadores extravasavam a alegria acumulada. Viviam num dia o que cada homem vivia em quinze. Era gastar o desejo de viver com pés bem assentes no chão, de rir, de correr, vibrar com a estocada que o toureiro vibrava no animal que o enfrentava. *"E como se estivesse na prisão e, de repente, as portas se abrissem e me sentisse no meio da multidão"*, afirma João do Nascimento. Era o **Domingo de Quinzena**. Era o dia desejado por todos os pescadores. Era mais um dia de vida real do homem que ia voltar outros quinze dias para o mar, numa luta titânica pela sobrevivência.

O **Domingo da Quinzena**, em Setúbal, não era uma festa, mas era pelas suas características, um dia de festa. Todo o movimento da cidade se alterava com a chegada de algumas centenas de homens que recebiam a *fêria*, faziam compras e divertiam-se. Para este dia se reservavam os melhores espectáculos. Os empresários sabiam bem explorar uma situação que lhes trazia lucros. Nos domingos de quinzena havia sempre touradas. A praça enchia-se de gente que ansiava por emoções fortes. Depois da luta com o mar, a tourada permitia-lhes deitar fora todos os recalcamientos provenientes das tarefas que ininterruptamente repetiam sem cessar. *"Iam de trem para a praça de touros, espalhavam notas de 100 para mostrar a sua importância"* (2), conta-nos João da Rosa, de 84 anos de idade, homem ligado a actividades artísticas.

As ruas enchiam-se de gente. Os trens, os automóveis e outros veículos circulavam num frenesim fora do normal. A Avenida Luísa Todi era o ponto de encontro, de diálogo, de diversão e o local onde se desenvolviam várias actividades culturais, com especial relevo para a música que, no coreto, se fazia ouvir. No **Domingo de Quinzena**, a Avenida enchia-se como por encanto e tornava-se mais alegre, viva e buliçosa.

A ânsia de viver e conviver levava-os a

cometer excessos incompreendidos por quem vivia sempre em terra e se regia por modelos sociais muito diferentes dos defendidos pelos homens do mar. Quando os ânimos se excitavam, as brigas tiravam à Avenida toda a beleza que o movimento desusado lhe imprimia. As peças de teatro e as fitas cinematográficas eram também cuidadosamente seleccionadas para estes domingos. À noite enchiam-se as casas de espectáculos. O Casino, o Chalet e o Piteira esperavam-nos com os seus espectáculos deslumbrantes. *"Os valentes e heróicos filhos do mar podem mais do que nunca gritar bem alto que, em Setúbal, são as principais figuras,"* afirmava a revista **Mocidade**, no artigo **Domingo da Quinzena**, no dia 15 de Outubro de 1918.

A vida dos pescadores

Os pescadores tinham uma vida muito dura, as casas em que habitavam eram muito escuras, bafientas, mal-cheirosas. João Nascimento, com 85 anos, conta-nos: **"comecei a trabalhar com 8 anos numa cordoaria, fazia corda grossa para as armações e fina para a pesca do alto."** Em 1901 ganhava 60 réis. Em 1905, com 12 anos, começou as fainas da pesca.

Tal como os operários das fábricas de conserva, os pescadores tinham uma situação económica irregular e precária. Quando a pesca era fraca a fome atormentava-os; mas, por vezes, recebiam avultadas somas. Este facto não significa que auferissem justos salários. Os pescadores estavam normalmente quinze dias no mar e quando voltavam recebiam a fêria da quinzena, o que lhes dava uma sensação de riqueza, se a pesca era abundante. Então, compravam boas roupas, móveis e ouro. Usavam nos dedos grandes anéis de ouro com pedras vermelhas (os *cachuchos*), nas camisas botões de ouro e nos coletes relógio e a corrente. Era como que um investimento pois que, quando o peixe escasseava e precisavam de dinheiro para a alimentação, os objectos eram empenhados até que melhores dias chegassem.

Quantas vezes os perdiam por não poderem pagar os juros ou porque o prazo passava e se esqueciam. A imprensa denuncia fraudes gravíssimas cometidas pelos penhoristas que, embora sendo obrigados a anunciar o termo do prazo do pagamento dos juros, não o faziam e levavam o ouro para vender em Lisboa.

Os pescadores eram, em todo este processo, as grandes vítimas da usura dos agiotas, tal como o eram do seu temperamento extrovertido, despreocupado e exuberante. A agitação que provocavam era, muitas das vezes, fruto da rivalidade existente entre os pescadores residentes em Troino (troinenses ou *algarvios*) e os que habitavam o bairro das Fontainhas (os *varinos*). As características da pesca que praticavam, tal como seu temperamento, eram diferentes.

Os pescadores de Troino eram homens de porte altivo, desdenhosos, um pouco desordeiros, de uma prodigalidade exagerada na abastança mas de uma fatalidade inevitável sempre que a miséria os atingia. Usavam camisolas e barretes grossos, calças de serrubeco, cinta preta e grandes botas de cabedal com pala até por cima do joelho e solas de madeira. Nos dias de vendaval, o fato de oleado e o chapéu conhecido por *sueste* protegiam-nos das intempéries. A pesca que praticavam era variada. Peixes de toda a espécie enchiam os barcos, mas a sardinha era o principal objectivo das fainas, pois a maior parte deles trabalhava nos cercos. Eram alegres e extrovertidos. Ouviam-nos, mar fora, entoar cantares que expressavam, normalmente, saudades da terra e de tudo o que de bom nela deixavam. A **Cantilena do Mar** é bem a expressão deste sentir:

Companheiros da minha lida
Companheiros do meu penar
Rema, rema, marinheiro
Que a barca leva-te ao mar

Maré alta, maré baixa
Maré baixa traz maresia
Rema, rema, marinheiro

Levas a barca vazia
Deixaste a mulher em terra
Deixaste-a p'ra embarcar
Rema, rema, marinheiro
Que a barca está a chegar

Maré alta, maré baixa
etc. (3)

No extremo oposto da cidade, os pescadores que habitavam o bairro das Fontainhas, embora tão arrojados e destemidos como os de Troino, possuíam particularidades bem diferentes. As embarcações mais utilizadas por eles eram os saveiros, a que transmitiam o seu cunho pessoal quando remavam e os faziam baloiçar suavemente. Eram eles, os *varinos*, que abasteciam a cidade das mais raras espécies de peixe tão procuradas e apreciadas (caso dos célebres salmonetes de Setúbal). Vestiam ceroulas atadas nos tornozelos, andavam descalços ou com tamanhos — embora também calçassem muitas vezes, botas de cabedal até ao joelho com palas à frente para proteger os joelhos — usavam cinta preta, camisola grossa ou camisa de xadrez de cores garridas e aberta no peito. Aos domingos usavam fato preto, camisa com colarinho, gravata e sapatos pretos. Ao anoitecer, formavam grupos junto à praia, pelos pátios das casas e até pela rua, onde cantavam e dançavam ao som de guitarras e harmónios, usando bilhas para marcar os ritmos. Eram os bailes onde muitas vezes surgiam disputas, ciúmes e amores não correspondidos.

As Fainas da Pesca eram duras

Um cerco compunha-se de um galeão (mais tarde um vapor), cinco buques, um barco de água, um barco de redes e dois ou três botes de vigias. A tripulação destas embarcações trabalhava sempre, mesmo ao domingo, quando estava no mar. Partiam normalmente, na noite de uma segunda-feira e lá permaneciam quinze dias, no meio do fragor das ondas, sob um sol que queimava até doer, ou do frio que gelava o sangue nas

veias. Era lançar a rede, puxar a rede, recomeçar a faina. Quando os trabalhos exigiam coordenação de movimentos e grande esforço do grupo, cantavam o ritmo para que todos acertassem, conseguindo mais rendimento com menos esforço.

A Associação era o seu encanto

"Os pescadores passavam muitas nessecidades, ganhavam muito mal. A gente pagava meio tostão de quota mas para construir a sede passávamos a pagar um tostão", diz-nos, com ar feliz, João Nascimento, pois a Associação dos Trabalhadores do Mar era o seu orgulho. A casa tinha rés do chão, primeiro andar e sotão. No rés do chão estava instalada a escola para os filhos dos associados, que era considerada uma das melhores do país; no 1º andar encontrava-se uma ampla, vistosa e bem mobilada sala de reuniões; no sotão, trabalhava o conceituado pintor setubalense **O Flamengo**, que deixou nela a sua marca ao pintar, por debaixo das janelas, vários, quadros pequenos.

A Associação dos Trabalhadores do Mar, que começara por se situar na Avenida Luísa Todí, construiu o edifício definitivo na rua hoje chamada dos Trabalhadores do Mar. A fachada era uma beleza deslumbrante, pois ostentava, na platibanda, um mastro de barco, completo e de grandes dimensões. Este mastro simbolizava a força e a importância dos homens do mar. Por isso, logo após o 28 de Maio de 1926, foi arrancado, dele restando apenas a pintura que lhe servia de fundo; uma atitude intencionalmente violenta, para quebrar a natural altivez que caracteriza os pescadores.

A burguesia setubalense não suportava o comportamento dos marítimos

A imprensa burguesa, ao longo dos anos, emitiu sempre uma opinião depreciativa quando falava dos pescadores, apelidando-os de grosseiros, ignorantes, estúpidos e vaidosos, especialmente quando se referia aos

habitantes de Troino, mais extrovertidos, exibicionistas e reivindicativos, pois eram eles que trabalhavam nos cercos e, consequentemente, por conta de outrem. Tudo o que entre eles se passava era analisado depreciativamente pelas gentes da cidade que os criticava por serem diferentes. Eram incapazes de entender que estes homens, vindos de terras longínquas, além de portadores de hábitos próprios, tinham uma vida muito dura. A luta que travavam, noite e dia, com o mar para que nada faltasse aos familiares e — ironia do destino! — áqueles que os rejeitavam, fazia do pescador um homem diferente daqueles que programavam e viviam, normalmente, o seu dia a dia.

Nas leituras e entrevistas que fizemos, verificámos a existência de uma dicotomia nas opiniões expressas. Há um sentimento de classe latente em cada um. A pesca é ainda considerada pelos burgueses como uma actividade pouco dignificante, quase escrava, embora saibam que jamais sobreviveriam sem ela. No entanto, quando se abstraem da efervescência provocada em ocasiões de confronto, conseguem reconhecer as inúmeras qualidades tão características do marítimo. A fraternidade e a solidariedade que defendem não se limitam a palavras, ou *gritos de ordem*. Sempre que alguém ou alguma instituição está em dificuldades, esquecem os seus problemas, organizam-se e avançam com soluções.

A guerra e as epidemias, com especial relevo para a pneumónica, deixaram ao abandono muitas crianças e velhos. As instituições de beneficiência, que então existiam em Setúbal, não tinham capacidade para responder às solicitações que lhe eram feitas. O **Asilo da Infância Desvalida**, fundado no ano de 1868, sempre recolheu os orfãos da cidade e arredores. Mas as dificuldades eram tantas que lançou um apelo à população para conseguir albergar todos aqueles solicitavam protecção. A Associação dos Trabalhadores do Mar respondeu de imediato. Retirou parte do capital disponível para acudir às primeiras necessidades e, de seguida, organizou actividades várias para

angariação de fundos. No dia 20 de Outubro de 1918, promoveu uma magnífica corrida de touros em benefício do referido asilo. A **Mocidade** anuncia ostentivamente esta touxada e afirma que, *devido à boa vontade que a Associação Marítima tem mostrado em proteger esta Santa Instituição de Caridade*, augura uma casa à cunha. Esta atitude dos pescadores provocou na população uma onda de simpatia, e os jornais que então os criticavam vêm agora louvar o seu procedimento, numa tentativa de conseguirem uma mudança na opinião pública.

Em 15 de Outubro de 1918, A **Mocidade** reproduz um artigo publicado no **Eu Sei Tudo**, intitulado **Domingo de Quizenza**. Neste artigo, não assinado, o autor pretende desculpar os excessos, que os pescadores eram acusados, muito especialmente no domingo em que voltavam do mar e recebiam a *féria*: **O Domingo de Quizenza**. O articulista afirma a dado passo que *"chamem-lhe muito embora os nomes que quiserem, o que é certo é que ainda ninguém os suplantou em coisa alguma. A sua Associação é um modelo, não há outra no país que a iguale sequer (...). É preciso que caia essa venda dos olhos de muita gente que vê apenas no marítimo de Setúbal um homem rude e boçal incapaz de uma acção boa."* (4) É o sentimento de gratidão que os faz mudar de opinião, ainda que temporariamente. O presidente da direcção do **Asilo da Infância Desvalida** era José Maria da Rosa Albino, personagem importante e muito ligada à imprensa burguesa.

Face à atitude dos trabalhadores do mar, quando o Asilo estava em crise, os jornalistas que os consideravam grosseiros e ignorantes sentem-se na obrigação de retribuir os serviços prestados. Verificamo-lo não apenas no artigo intitulado **Domingo de Quizenza** como também em **Crónica Marítima** assinada por Neves e publicada na revista **Eu Sei Tudo**, a 4 de Maio de 1919. Aí podemos ler a expressão de reconhecimento e carinho por esses homens que eram, afinal, a alma da cidade de Setúbal.

Mas o **Asilo da Infância Desvalida** já

resolvera o seu problema financeiro e os marítimos, que tanto se esforçaram e sacrificaram para o ajudar, voltam, agora, às suas actividades normais. A Associação Marítima continua a trabalhar para que os associados tenham mais regalias e os setubalenses esquecem todo o esforço destes homens e voltam a escarnecê-los. A **Mocidade**, cujo director é Alberto Fialho e o proprietário Agostinho Albino, muda de opinião e publica o poema satírico **A Última Quizenza**, no qual se ridiculariza de novo a vida da gente do mar. Assina-o um tal **Dr. Simplório**, que mais não é do que o pseudónimo de Alberto Fialho. Através dele se verifica como o **domingo de quizenza** continua a ser alvo das acusações, do escárneo e da insolência da imprensa burguesa:

*Tivemos a nossa terra
Na quizenza que passou,
Em tal estado de guerra
Que na memória ficou.
Polícia, Infantaria,
Boa gente duma cana,
E a tal cavalaria
Da Guarda Republicana,
Fazia um tal chinfrim
Na rua a toda a hora,
Que o aspecto era ruim
P'ra quem viesse de fora.
Ali na nossa Avenida
Era maior o trabalho,
Tudo andava de corrida
Para fugir ao chafalho.
Estalou o tal pum-pum
E houve castanha a esmo,
Mortos não houve nenhum
Mas ficou tudo no mesmo.
Os tais cercos já cá estão
Já não há mais zaragatas
Acabou a revolução
E o mal foram batatas! ... (5)*

Conclusão

Para finalizar, concluimos ser impossível saber ao certo quantos domingos de quizenza

existiram na cidade de Setúbal. O mar é que decidia quando os cercos podiam partir e quanto tempo lá permaneciam. Estar quinze dias na *faina* não era uma certeza. Acontecia muitas vezes mas não sempre. Por isso a quinzena passou a identificar-se mais com pagamento porque este se fazia quinzenalmente. Os marítimos recebiam a *féria*, quer estivessem ou não os quinze dias no mar. Mais tarde os pescadores dos cercos, pois apenas deles se tratava, passaram a receber mensalmente.

Estes homens, que viviam quase todos no bairro de Troino, por serem assalariados, foram os dinamizadores das lutas por melhores condições de vida dos trabalhadores e a sua associação de classe, conjuntamente com as associações de classes dos operários das fábricas de conserva de peixe, deram vida ao movimento operário na cidade Setúbal, nos alvares da 1ª República Portuguesa. Os pescadores que habitavam, na sua maioria, o bairro das Fontainhas eram homens que possuíam os seus *saveiros*, nos quais pescavam as espécies raras e saborosas de *peixe grado* como salmonetes, linguados e robalos, entre outros. Dadas as características do tipo de pesca que praticavam, principalmente no rio e por conta própria, poucos eram filiados na **Associação Marítima**, nem pertenciam ao grupo que festejava a quinzena, pois não recebiam *féria*, criticando até, muitas vezes, o modo como viviam e se divertiam os seus companheiros do bairro oposto. Consideravam-nos inferiores, chegando mesmo a proibir as filhas de

namorar com os troinenses e, quando elas desobedeciam, muitas brigas se davam, junto à linha do caminho de ferro, que era considerada fronteira.

Homens oriundos de zonas diferentes do país, com costumes e práticas laborais bem diversas, trouxeram para Setúbal hábitos e culturas que, misturadas, enriqueceram e imprimiram características muito próprias à cultura setubalense. O mar e o rio emprestam à cidade uma beleza impressionante que as distingue das demais. As gaivotas esmaltam-lhe a paisagem, baloiçando-se nas águas nos dias calmos, anunciando em chiadeiras de angústia os dias de violência no mar, ou marcando a sua passagem nas areias finas e douradas das praias, onde o indígena e o forasteiro douram e refrescam os corpos. E o pescador dá-lhe o pitoresco e a nota de exclusivo de que se envaidece. A imprensa local nunca teve nem terá pejo em *gritá-lo*.

(1) João Nascimento, já falecido. Era pescador. Nasceu em 1893. Foi por nós entrevistado no ano de 1979.

(2) Afirma João da Rosa, com 84 anos. Ensina música, gratuitamente, na **Sociedade Capricho Setubalense** e é pintor de construção civil e dourador. Foi entrevistado em 1986.

(3) In **Toadas e Cantares de Setúbal e sua Região**, da autoria de Maria Adelaide Rosado Pinto, Setúbal, 1971.

(4) **Domingo de Quinzena**, artigo inserto em **A Mocidade**, de 15 de Outubro de 1918.

(5) **A Última Quinzena**, rúbrica **O Reporter**, Dr. Simplório, in **A Mocidade**, 15 de Novembro de 1919.

TRABALHO E PRODUÇÃO NO SADO DURANTE A ÉPOCA ROMANA

A.M. Dias Diogo*
João C. Faria**

O clima e a morfologia do curso inferior do Sado, associados a uma costa muito rica em peixes, possibilitaram que aqui, durante a época romana, se tivesse desenvolvido uma importante indústria de conserva e transformação do pescado.

Complementarmente, houve necessidade de extrair o sal em grandes quantidades, fabricar barcos, anzóis e redes, construir cetárias, armazéns, fornos e habitações, e comercializar as produções. Estas actividades não só dinamizaram economicamente o Sado, como também para aqui trouxeram pessoas provenientes de outras regiões da Romanidade, de diversos costumes e religiões.

Sem posterior conservação, muito reduzida ficaria a importância da pesca, já que o consumo do peixe fresco, se restringiria às zonas litorais e fluviais. No Sado, os romanos salgaram o peixe ou transformaram-no em produtos comestíveis: garum, liquamen, hallec, muria.

Estes produtos eram envasados em recipientes cerâmicos, potes e ânforas, e comerciados a grandes distâncias, atingindo os mais diversos mercados.

Assim, e embora sejam hoje muito raros os vestígios dos produtos que as ânforas transportaram, os investigadores têm a

possibilidade de estudar a sua produção e a comercialização, através da análise do vasilhame. Ânforas fabricadas no Sado têm aparecido em variadíssimos lugares do Império Romano.

A indústria piscícola apenas se pode desenvolver graças à existência de barreiros e lenhas nas margens do Sado, que permitiram fabricar os contentores.

A quantidade de fornos de ânforas que já foram descobertos, mais de duas dezenas (Fig. 3), dá uma imagem da importância da indústria e permite-nos estudar a economia do Sado na época romana. Por outro lado, é-nos possível tentar compreender a forma como se organizava a produção, graças à análise das marcas que as ânforas ostentam.

Assim, encontramos marcas estampadas, com o nome do produtor das ânforas (Fig. 5 e 16), marcas esgrafitadas, gravadas antes da cozedura, controlando a produção dos oleiros (Fig. 4, 5, 10 e 17), e, por fim, inscrições pintadas no bojo das ânforas, dando outras informações, entre as quais o conteúdo e o nome dos comerciantes.

Estas últimas inscrições são hoje raras, já que a pintura facilmente desaparece. No naufrágio de Saint-Gervais, em pesquisas sub-aquáticas efectuadas no Mediterrâneo, foi encontrada uma ânfora LUSITANA 2 que conservou a inscrição, indicando-nos o nome dos comerciantes: Sabinus e Auitus, e o produto transportado: liquamen.

Graças ao achado de ânforas ibero-púnicas fabricadas com a característica

*Arqueólogo, assistente da Fac. Ciências Humanas e Sociais da Universidade Nova de Lisboa.

** Arqueólogo, técnico responsável pelo Sector do Património Cultural da Câmara M. de Alcácer do Sal

pasta do Sado, sabemos hoje que a conservação piscícola no Sado é anterior ao período romano. Estas ânforas integram-se no tipo Mañá A₂, característico da área de influência gaditana.

A produção deste tipo de ânforas no Sado não é, de forma alguma, surpreendente. É conhecida a dependência comercial da Alcácer pré-romana e romana em relação a Gades, cidade que, em grande parte, controlava o tráfego atlântico peninsular. Por outro lado, a Alcácer romana emitiu moedas durante o séc. I a.C. mostrando claras influências das cunhagens gaditanas, com atuns nos reversos, que têm levado os investigadores a considerá-las como indício de uma pesca já com significado económico, apenas justificável se complementada com a conservação e a comercialização.

A transformação piscícola tem de ser encarada como uma actividade perfeitamente natural, numa área de influência púnica com as características do Sado. As questões colocam-se mais na determinação da altura em que a indústria se desenvolve e na periodização das suas fases principais.

Não foram ainda encontrados fornos com produção de ânforas ibero-púnicas, os fragmentos que estudámos são provenientes de Alcácer, recuperados graças a obras de saneamento. A sua quantidade relativa é ainda diminuta. As pastas são muito características, brandas e arenosas, quartzíticas e micáceas, geralmente de textura folheada, totalmente distintas dos fabricos norte-africanos e béticos.

Os fornos do Sado são de planta circular, em conjuntos que optimizam os custos de produção. As mesmas razões económicas levaram-nos a obedecer a um padrão locativo: próximo de barreiros, em terra firme, imediatamente junto à água e em zonas acostáveis, com fácil acesso à lenha, aos barros e ao transporte. Estas condições permitiram-nos isolar áreas para a prospecção, mas foi também a localização que levou à destruição generalizada dos fornos, com a construção do caminho de ferro e, principalmente, com as valas de

rega, construídas nos últimos anos da década de quarenta, e que acompanham o Sado em ambas as margens.

Um facto de que nos apercebemos desde o início, foi o de não ser muito útil estudar os fornos isoladamente. Sob o ponto de vista produtivo, o baixo Sado comporta-se como um todo, articulando-se à volta da indústria piscícola, que quase monofinalizou a sua economia.

Foi-nos possível diferenciar dois tipos de modificações na organização económica desta zona. Uma de ordem espacial, a produção e a comercialização hierarquizam-se, numa primeira fase, em Salacia, a cidade pré-romana de maior importância, cujo desenvolvimento se deu, graças à estratégia de penetração no interior alentejano. Depois da primeira década do séc. I, assiste-se a uma gradual substituição de Salacia por Cetobriga e pelo seu arrabalde industrial Tróia, que provocou o completo declínio da Alcácer romana em finais do séc. I, assim como o abandono dos fornos que lhe estão mais próximos, não chegando estes a atingir a segunda fase de produção.

A bipolarização da economia do Sado entre Alcácer e Setúbal, é uma característica da história do rio. A predominância dos produtos do interior leva ao desenvolvimento da cidade mais interior, a predominância económica dos produtos marinhos leva ao desenvolvimento da mais costeira.

É o caso da importância de Alcácer durante a Idade Média, do de Setúbal no séc. XVII, com a exportação do sal, do novo desenvolvimento de Alcácer no séc. XIX, graças ao trigo alentejano. Ciclos a que o caminho de ferro pôs fim, substituindo o tráfego fluvial e de cabotagem.

O segundo tipo de modificações de que falámos, respeita a alterações no sistema de produção.

Correspondem a duas fases distintas, que designámos por fase "A" e "B". São diferenciáveis graças à modificação das formas das ânforas, ao provável abandono das marcas de produção impressas, às alterações nas estruturas de comercialização

e dos centros produtores.

São próprias da fase A, as ânforas de tipo LUSITANA 1, influenciadas por protótipos púnicos, mas de bojo e fundo já semelhante aos da L. 2, com uma altura média de 70 cm, que deverá corresponder à ânfora romana mais antiga do Sado; a LUSITANA 2a, a bem conhecida Dressel 14/Beltrán IV b; e a LUSITANA 12, semelhante às Beltrán I, com grande variedade de perfis de bordo e de cronologia possivelmente muito semelhante à dos exemplares béticos, com o início de produção datado dos finais do séc. I a.C.

Note-se que Alcácer do Sal possui o mais importante conjunto já conhecido em território português, de campaniense tardia e de sigillata itálica, correspondendo ao período áureo da economia de Salacia.

A fase B produziu ânforas de tipo LUSITANA 4, correspondentes às Almagro 51 c; LUSITANA 5 e LUSITANA 6, dois tipos distintos que têm vindo a ser confundidos com a Almagro 50; LUSITANA 7, correspondente à Almagro 51 a-b; a LUSITANA 8, uma ânfora de bojo cilíndrico e largo, com c. de 86 cm de altura média e correspondente ao Tipo LXXVIII de KEAY; a LUSITANA 9, uma pequena ânfora cilíndrica, de base em anel, boca larga, colo inexistente e asas de fita pendentes; e a LUSITANA 10, outra ânfora de pequena envergadura, com c. de 55 cm de altura média, fusiforme.

A datação mais antiga já publicada para uma ânfora desta segunda fase respeita a uma L. 4, encontrada em Tipasa, em contexto datado do séc. II.

No que respeita à comercialização, temos indícios que apontam para alterações ocorridas durante o séc. II, com a decadência dos armadores de pequeno curso, em proveito dos de longo curso. Também datadas do séc. II, são as modificações nas fábricas do pescado com alteração das estruturas, reconstruções e mesmo o abandono de algumas cetárias, como o comprovam as escavações na Praça do Bocage, Setúbal (de C. TAVARES DA SILVA e A.

COELHO-SOARES) ou em Tróia, estas ainda inéditas.

Ainda não se encontra completo o estudo dos diversos tipos de marcas que as ânforas do Sado ostentam. Notamos, no entanto, que as ânforas L. 2, da fase A, apresentam marcas impressas, geralmente indicando, de forma abreviada, os três nomes do oleiro. Tanto quanto o material já conhecido nos permite afirmar, as marcas diferentes encontradas nos mesmos conjuntos de fornos parecem manter o mesmo nome de família, indicando uma estrutura familiar para a produção das ânforas. Este tipo de marcas ainda não foi encontrado nas ânforas da fase B, ao contrário do que se passa, por exemplo, nas produções algarvias, onde as ânforas tardias ostentam variadas marcas impressas.

Muito possivelmente, a inexistência dessas marcas significará uma produção mais anónima, explicável pela formação de sociedades.

Pelas razões que fomos apontando, datamos os inícios da nossa fase B de um período que não se afastará muito da segunda metade do séc. II. Não pretendendo, é claro, datar deste século o início da produção da maioria dos tipos fabricados durante a 2ª fase.

Para além de outros tipos de ânforas fabricadas no Sado, que ainda não conseguimos caracterizar, como é o caso da Dressel 28, resta-nos referir a LUSITANA 3, uma ânfora que foge às características gerais dos fabricos sadinos, e com a qual a Dressel 28 se parece aparentar.

Trata-se de um tipo semelhante à Gaulesa 4, é pequena, com uma altura média de 50 cm. O lábio é uma forma de fita, as asas são semi-circulares e arrancam do colo, este é curto e muito estrangulado. Os ombros são largos e a base é em anel. Dada a filiação formal, pensamos que esta ânfora deverá ser um contentor para produtos de origem agrícola: para vinho, azeite, ou mesmo para ambos os produtos. Ela foge claramente ao faseamento da produção piscícola sadina, surgindo-nos em Alcácer numa proporção significativa, e não aparentando ser fabricada

nos diversos fornos que apenas produziram durante a 1ª fase.

Um facto complementar é-nos indicado pelos fornos da Telhada, próximos de Alcácer. Possivelmente, apenas teriam fabricado ânforas do tipo LUSITANA 3 e estão implantados numa das poucas zonas do baixo Sado aptas para cultivar a vinha e a oliveira e onde esse cultivo está atestado desde há alguns séculos. Conjuntamente com os de Arapouco, de que não conhecemos qualquer tipo de produção anfórica, seriam

os únicos fornos já referenciados, com fabricos de contentores limitados aos produtos agrícolas.

Por fim, e sendo embora a produção anfórica o que aqui nos interessa, não podemos ignorar que os fornos sadinos tiveram outros fabricos importantes, que temos vindo a publicar, como o são a cerâmica de construção, os vasos de mesa, de cozinha e os utilizados na indústria conserveira, os pesos de rede ou, ainda, os de tear das célebres lãs de Salacia.



Fig. 1 - Forno das Olarias, Pinheiro.

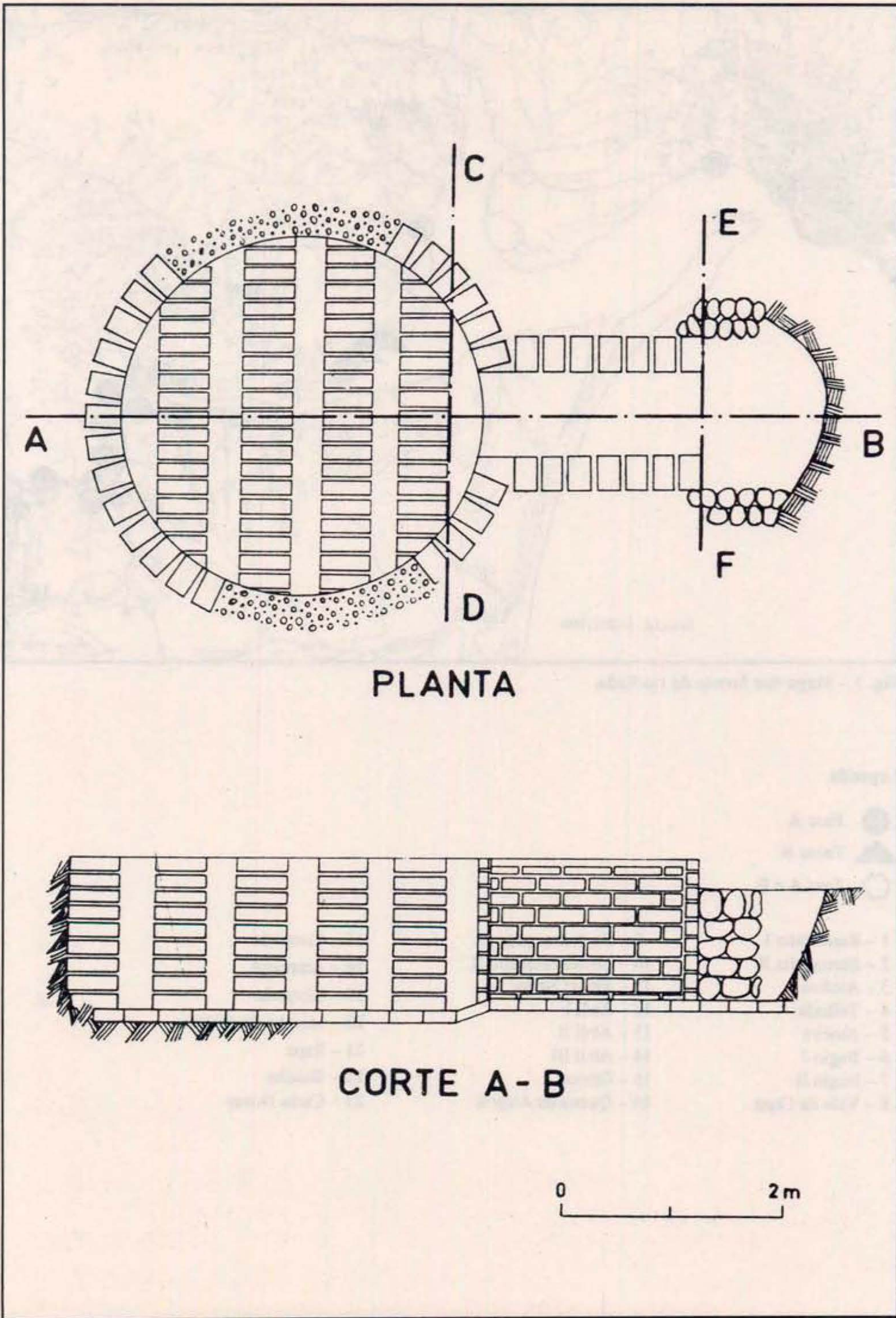


Fig. 2 – Forno das Olarias-(seg. F. de ALMEIDA).

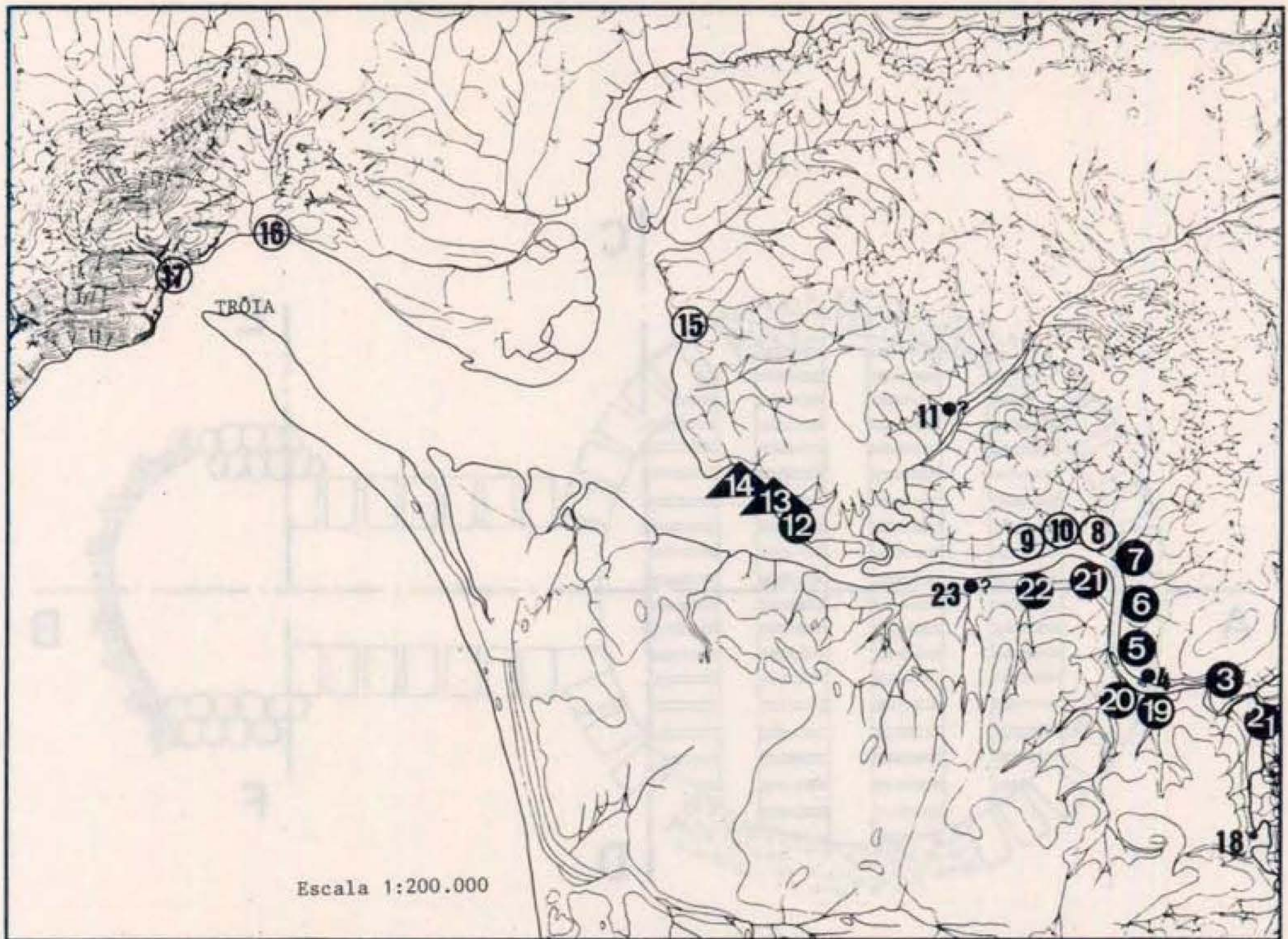


Fig. 3 – Mapa dos fornos do rio Sado.

Legenda

- Fase A
- ▲ Fases B
- Fase A e B

- | | | |
|-------------------|-------------------------|----------------------|
| 1 – Barrosinha I | 9 – Enchurrasqueira I | 17 – Comenda |
| 2 – Barrosinha II | 10 – Enchurrasqueira II | 18 – Arapouco |
| 3 – Alcácer | 11 – Monte Novo | 19 – Morgada |
| 4 – Telhada | 12 – Abúl I | 20 – Moinho da Ordem |
| 5 – Ameira | 13 – Abúl II | 21 – Rapa |
| 6 – Bugio I | 14 – Abúl III | 22 – Batalha |
| 7 – Bugio II | 15 – Olarias | 23 – Casas Novas |
| 8 – Vale da Cepa | 16 – Quinta da Alegria | |

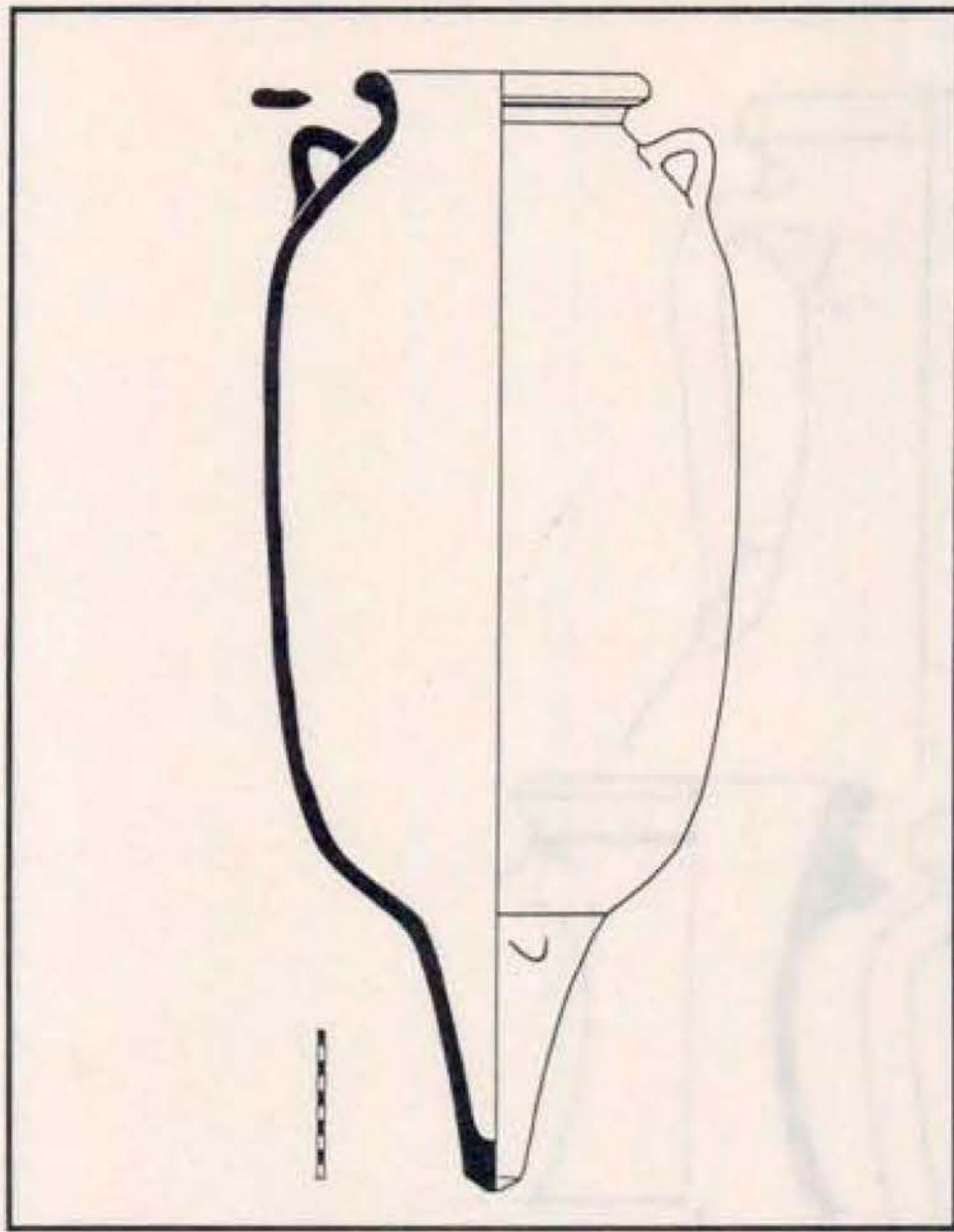


Fig. 4 – LUSITANA 1.

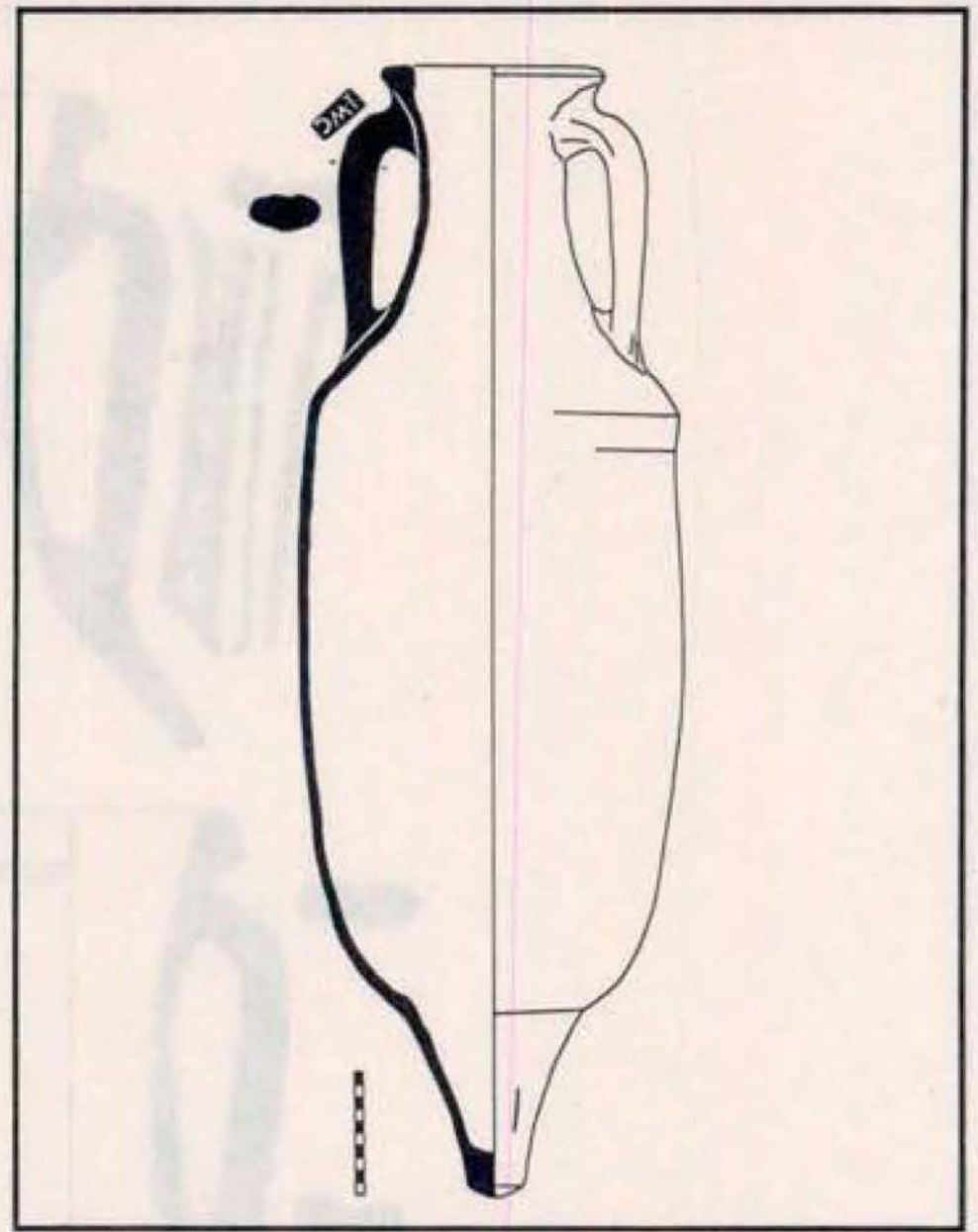


Fig. 5 – LUSITANA 2.

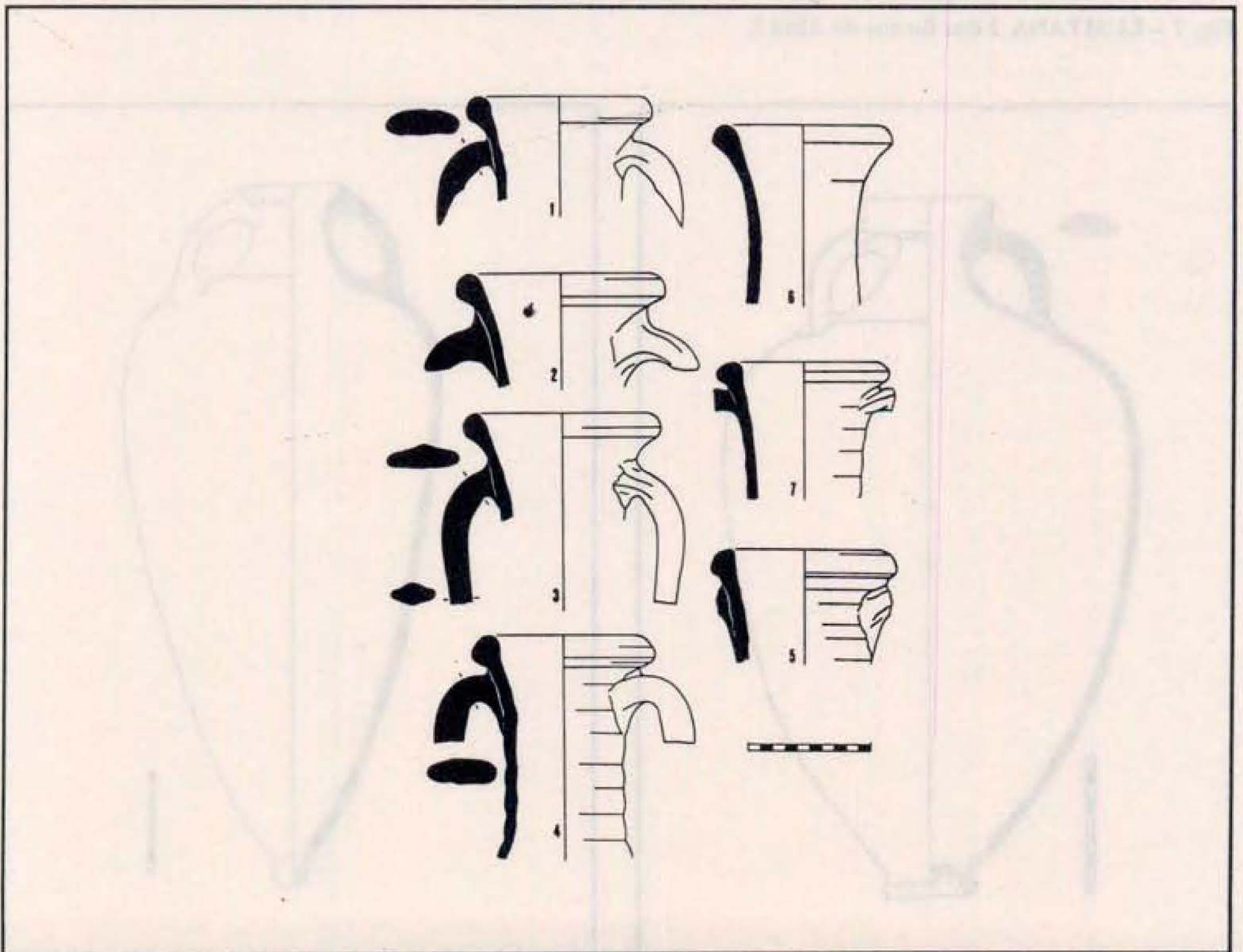


Fig. 6 – LUSITANA 2 dos fornos da Enchurrasqueira I.

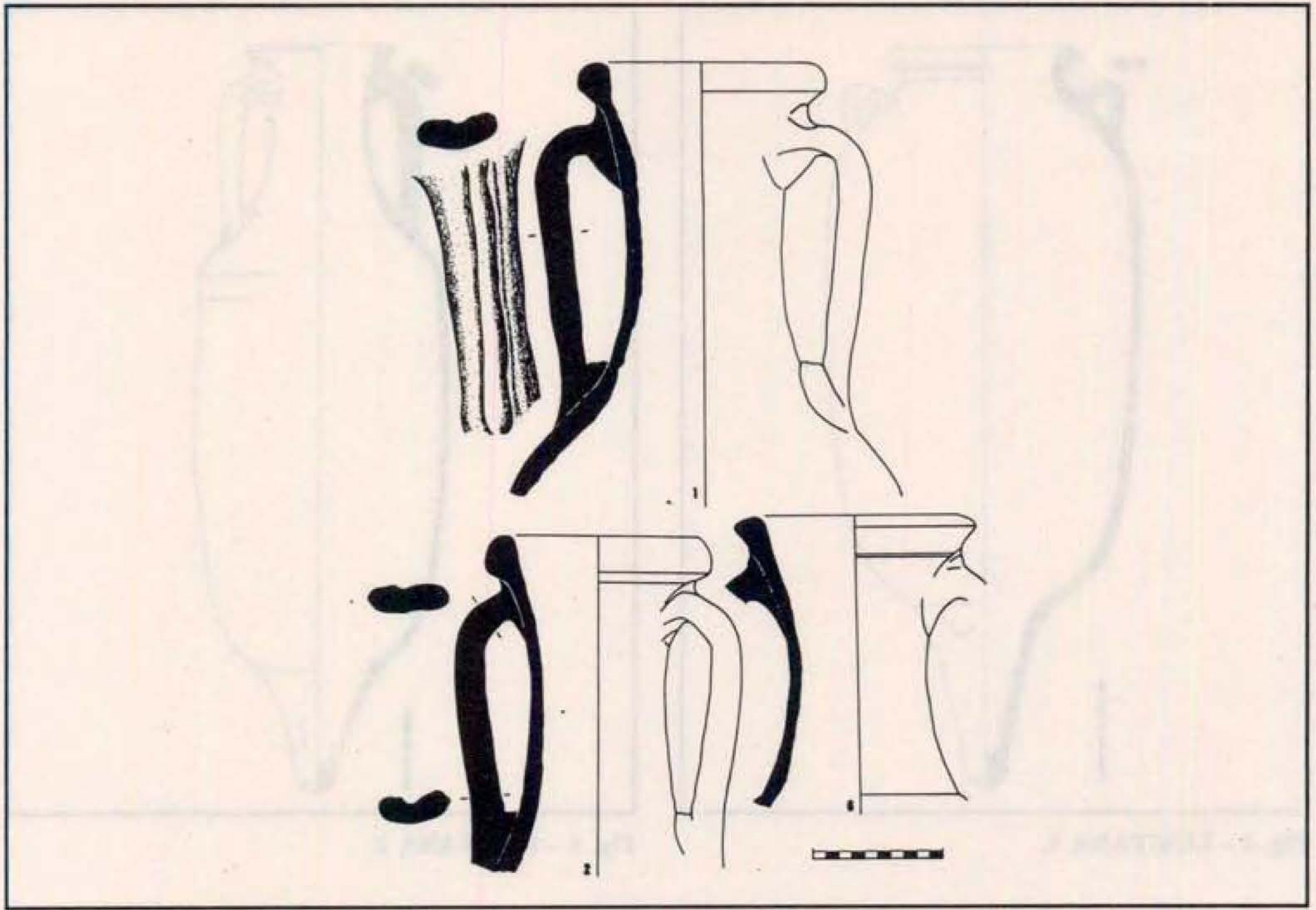


Fig. 7 – LUSITANA 2 dos fornos do Abúl I.

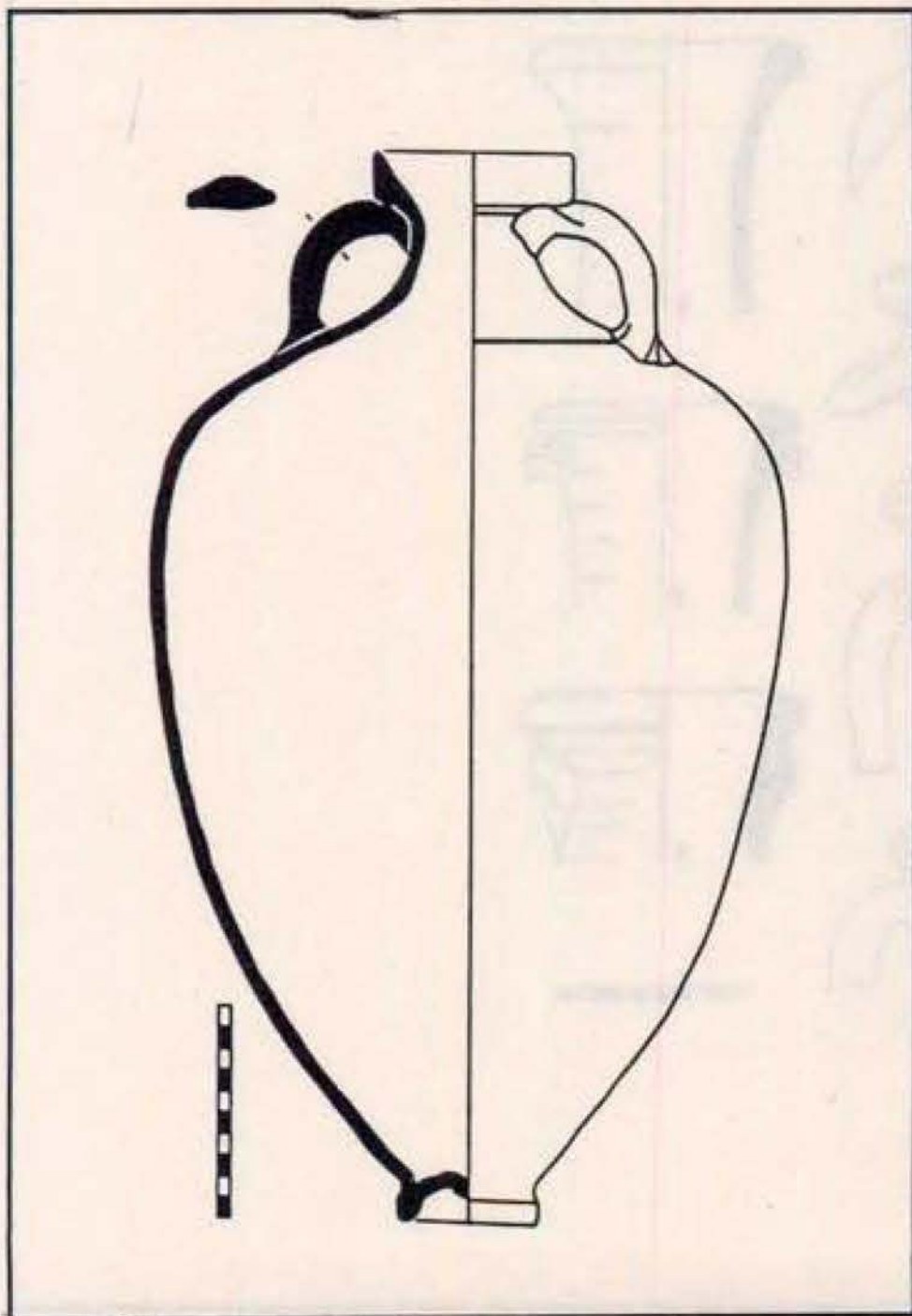


Fig. 8 – LUSITANA 3.

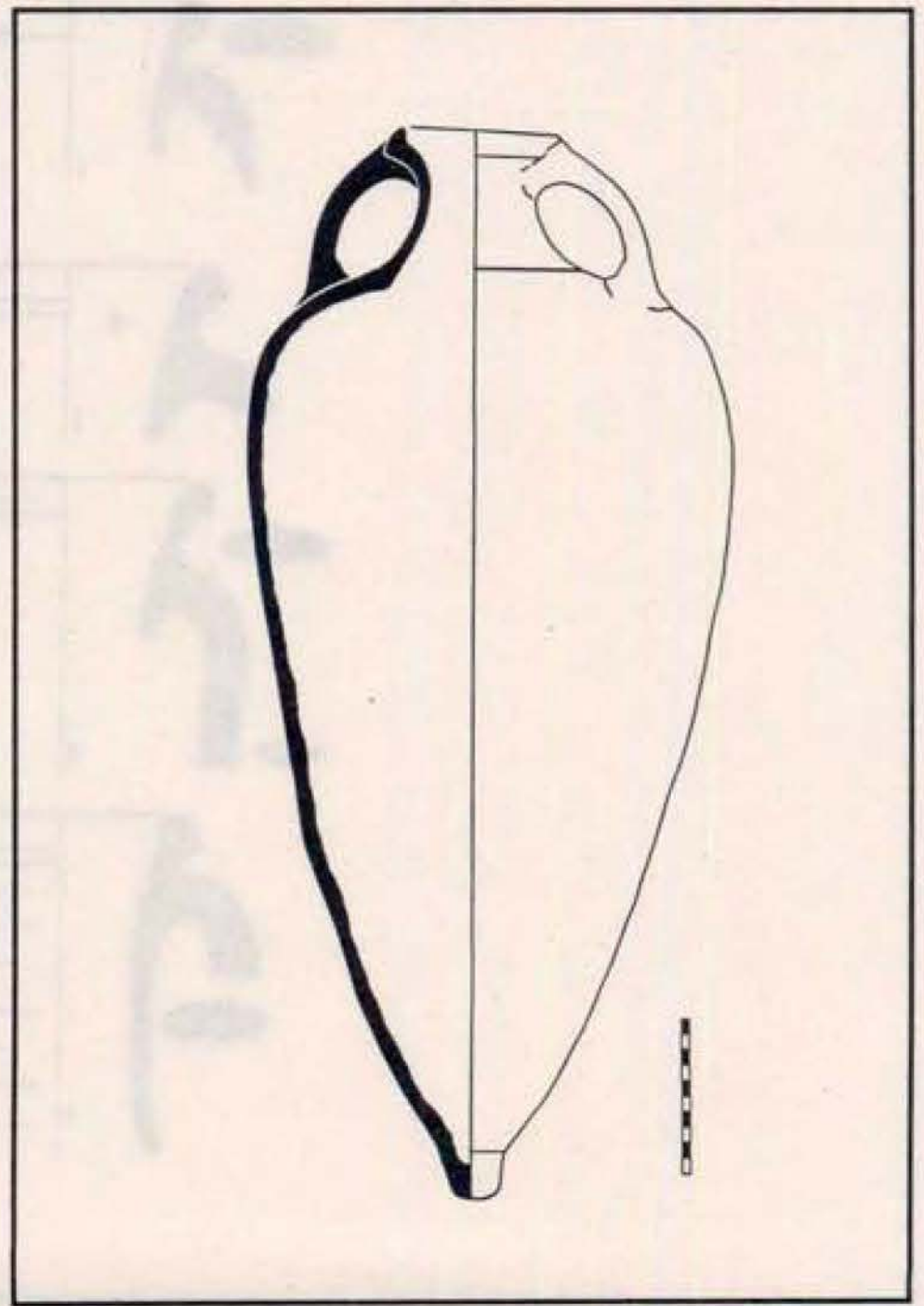


Fig. 9 – LUSITANA 4.

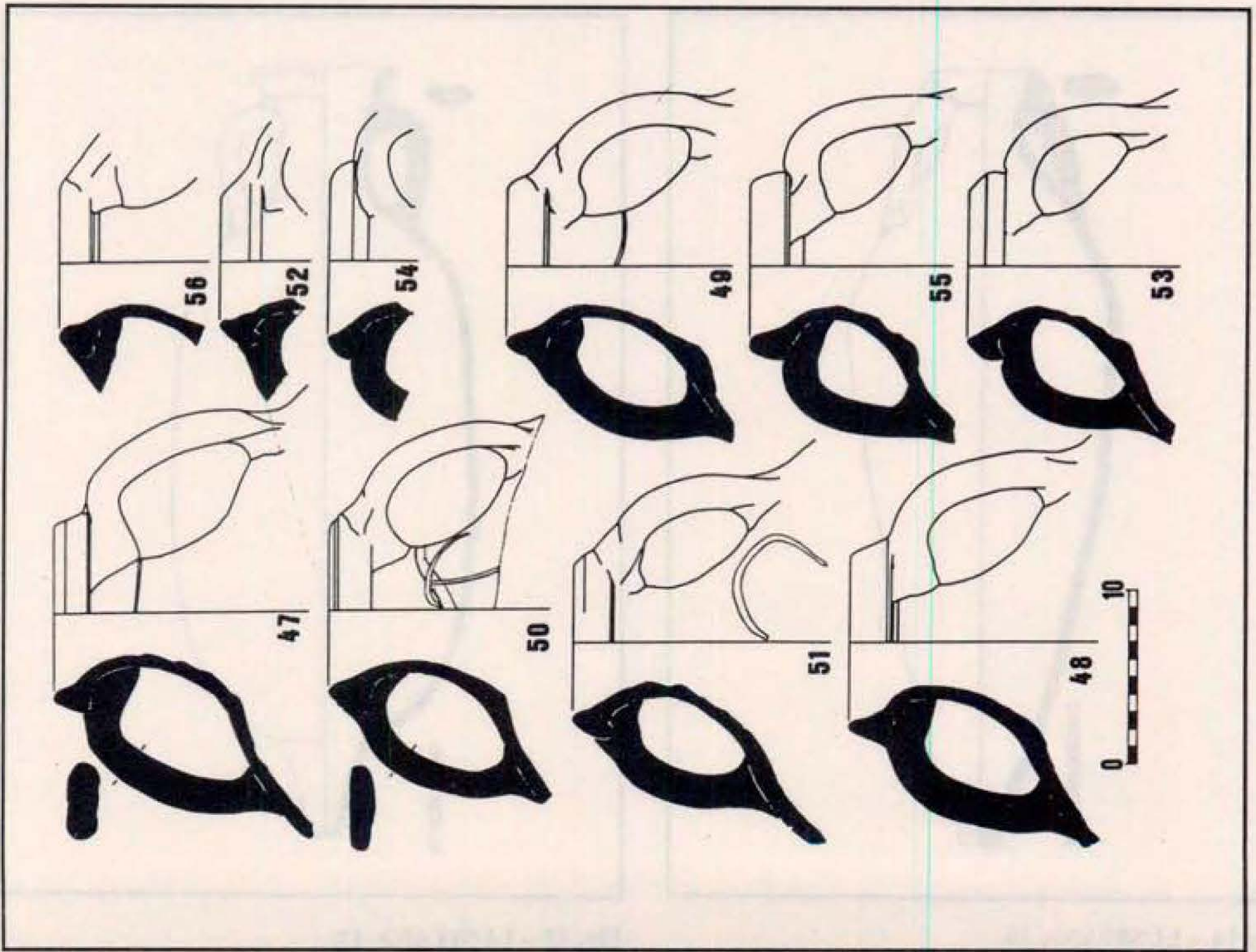


Fig. 10 – LUSITANA 4 dos fornos das Olarias.

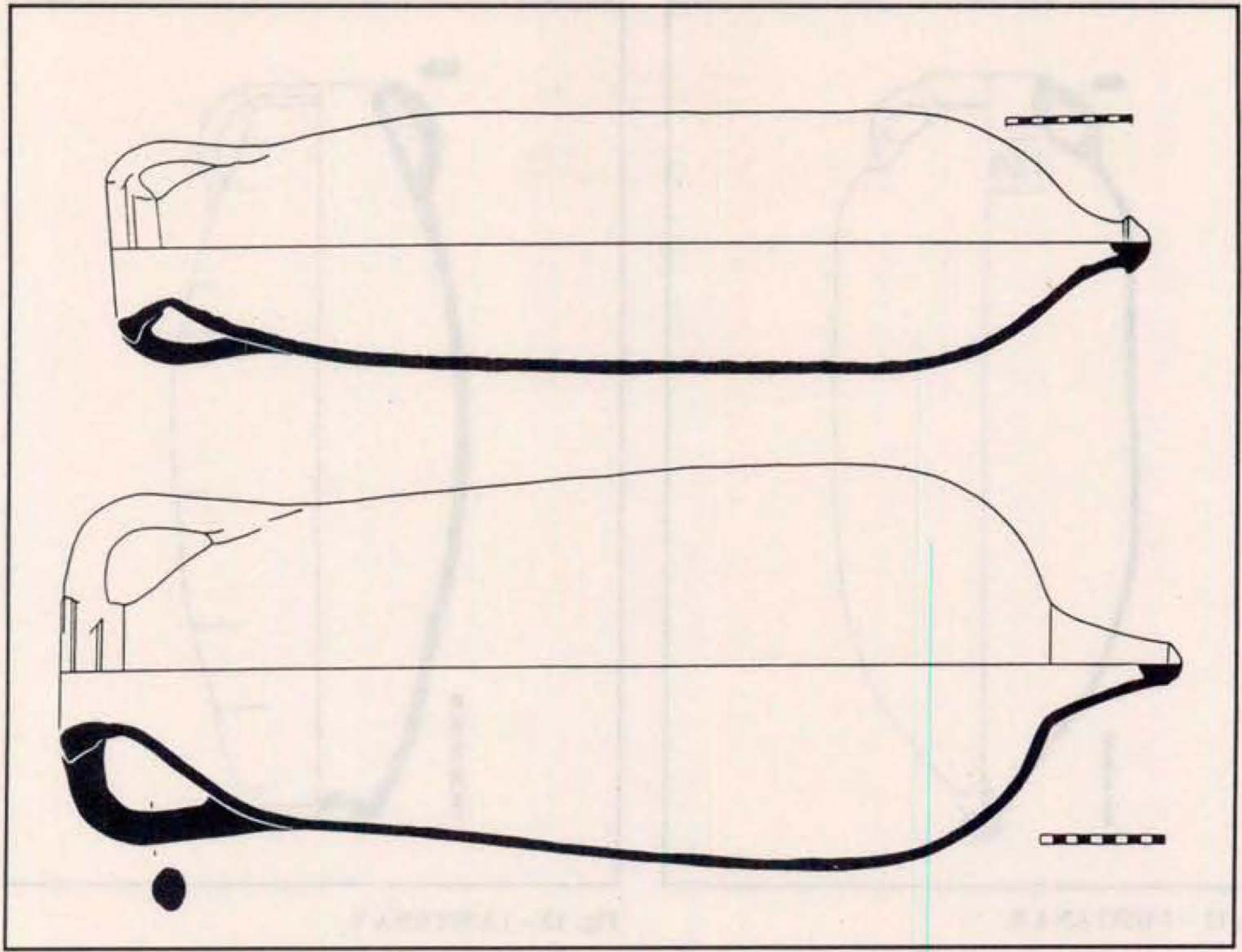


Fig. 11 – LUSITANA 5 e LUSITANA 6.

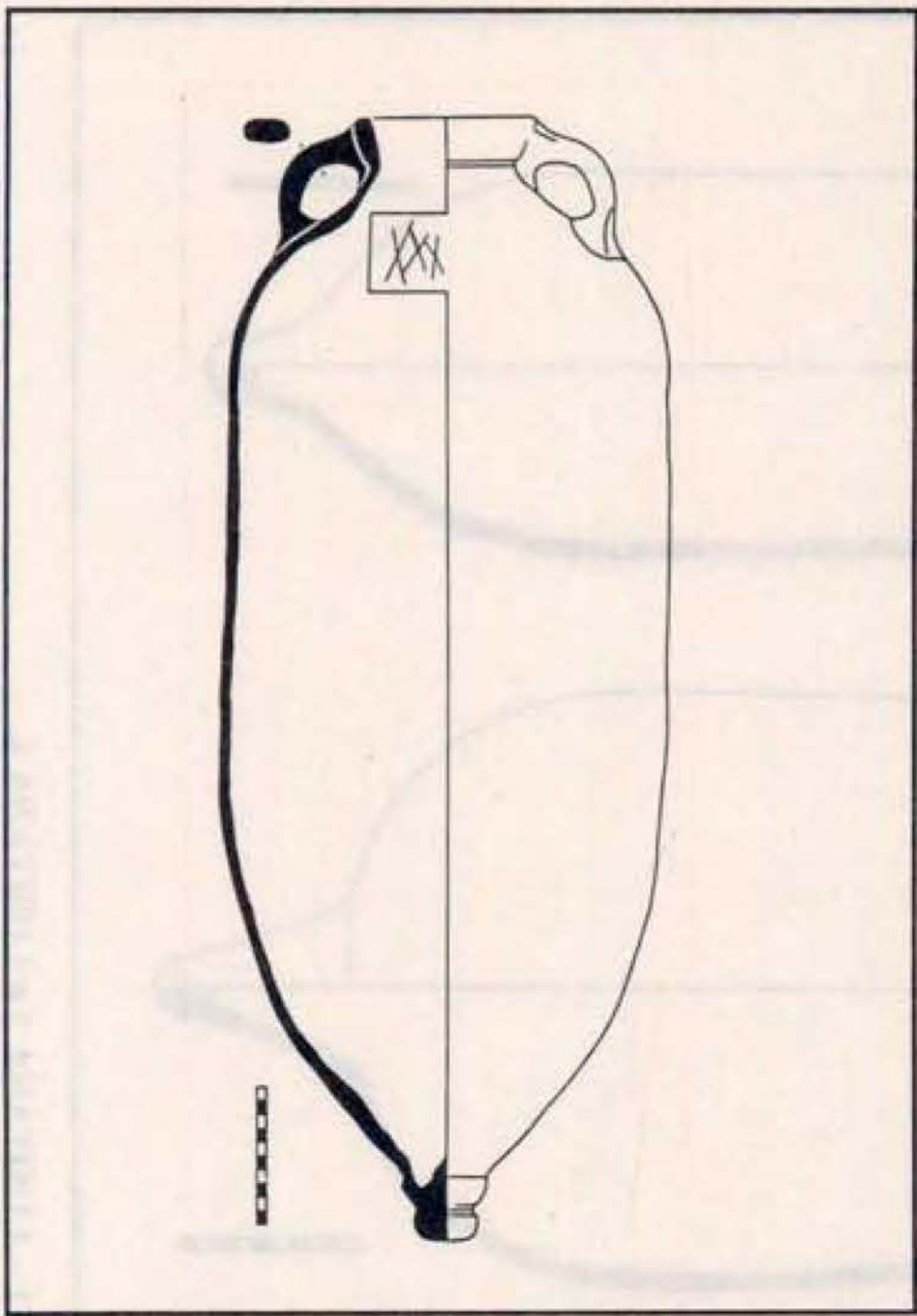


Fig. 12 - LUSITANA 8.

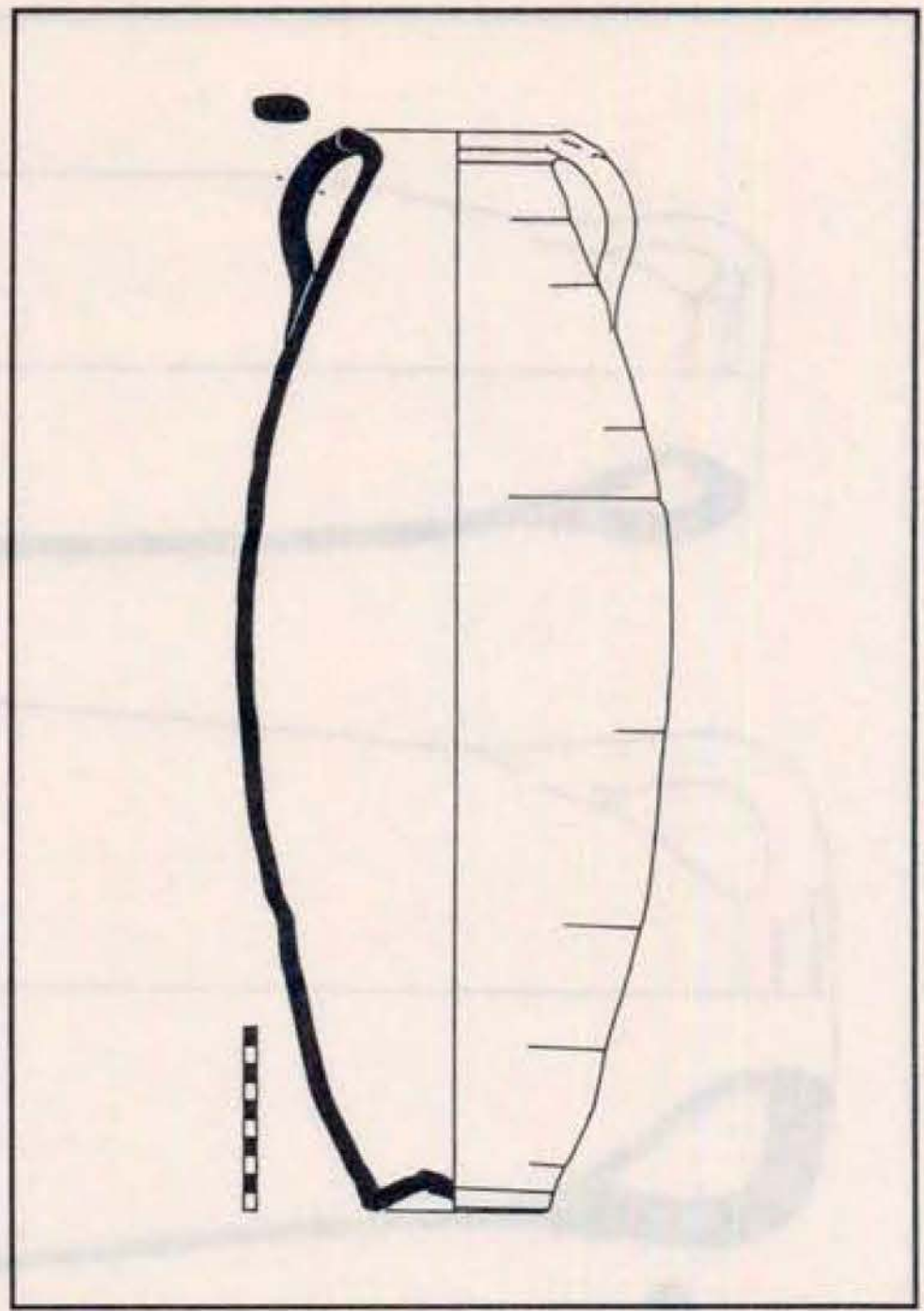


Fig. 13 - LUSITANA 9.

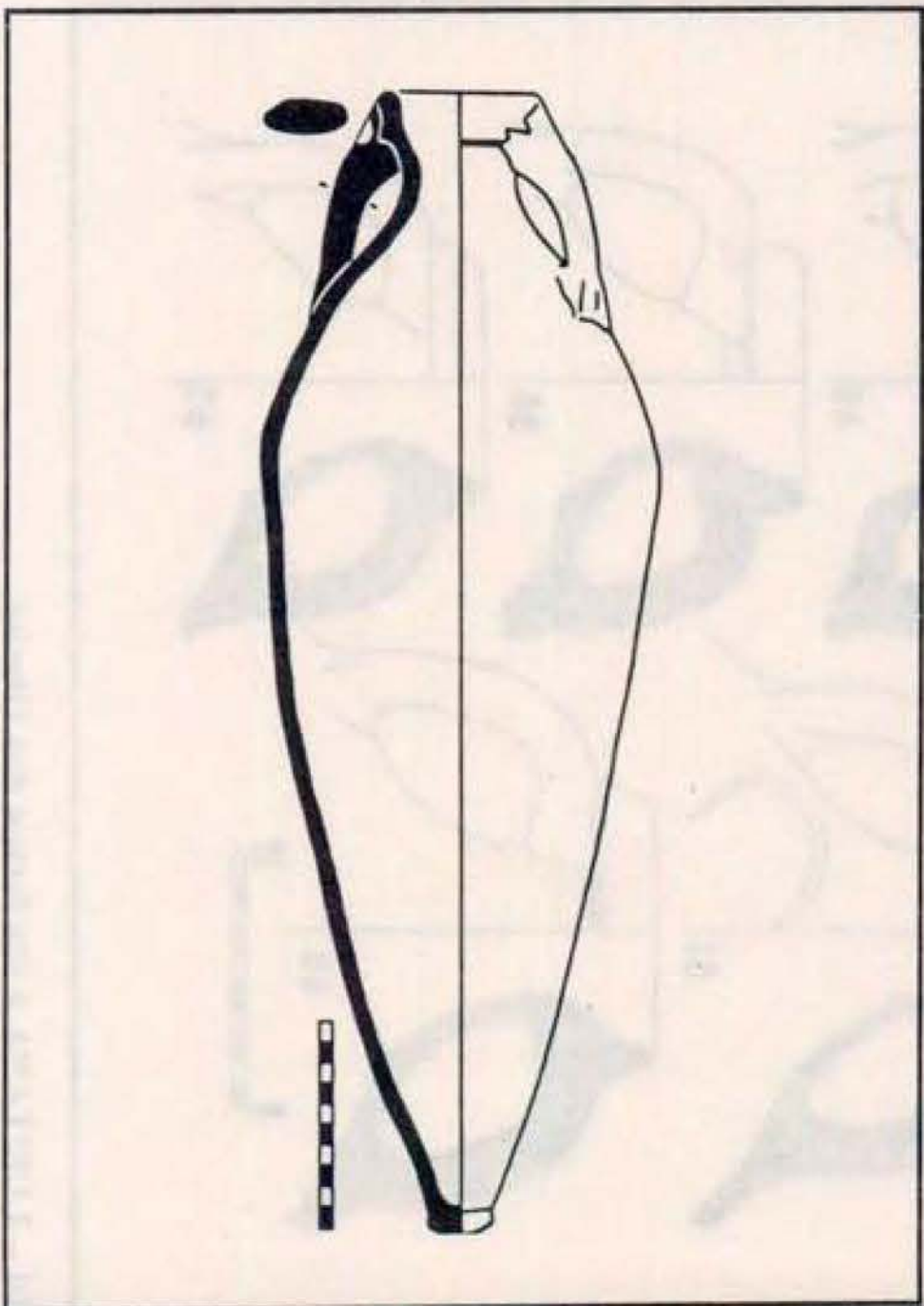


Fig. 14 - LUSITANA 10.

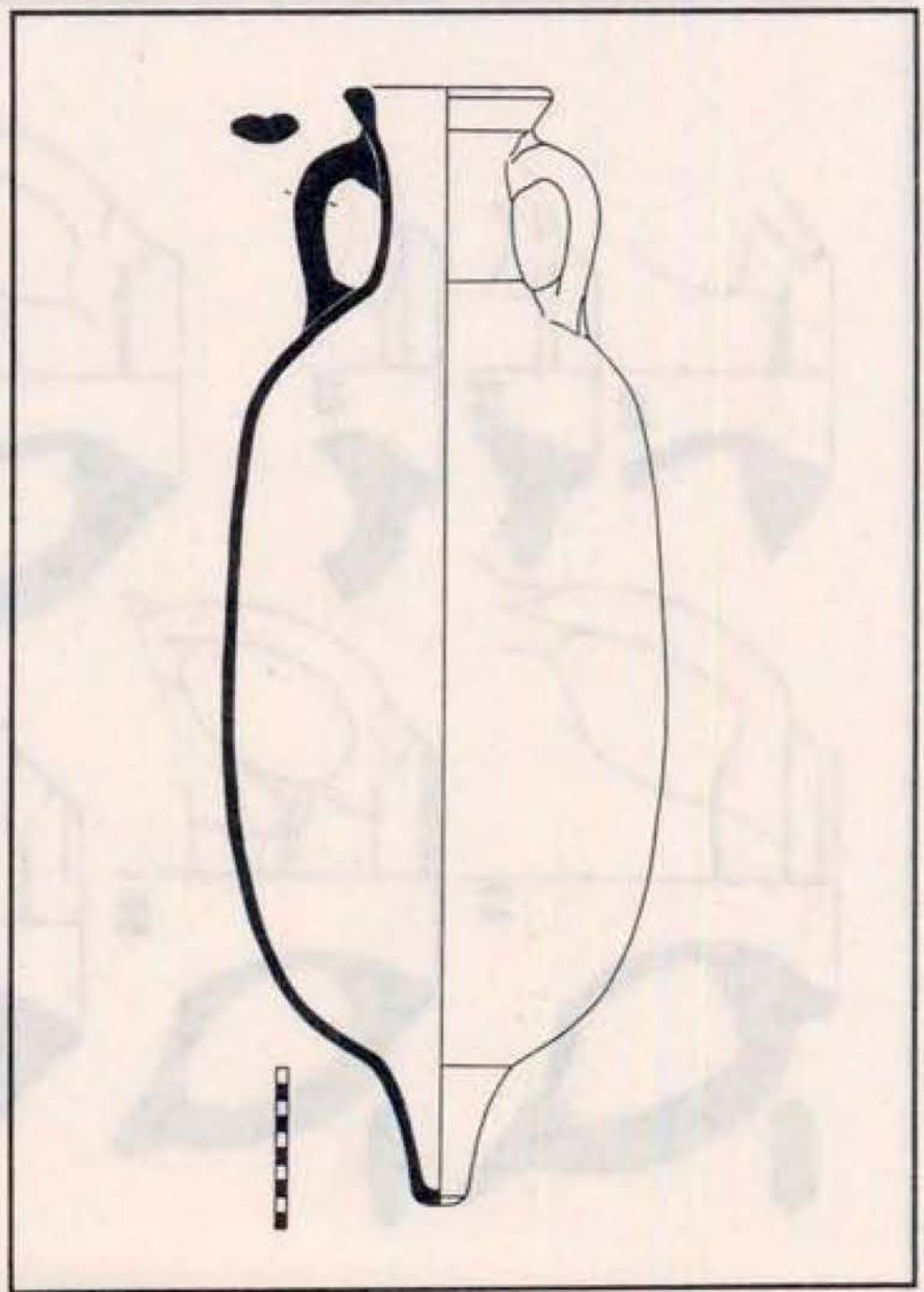


Fig. 15 - LUSITANA 12.

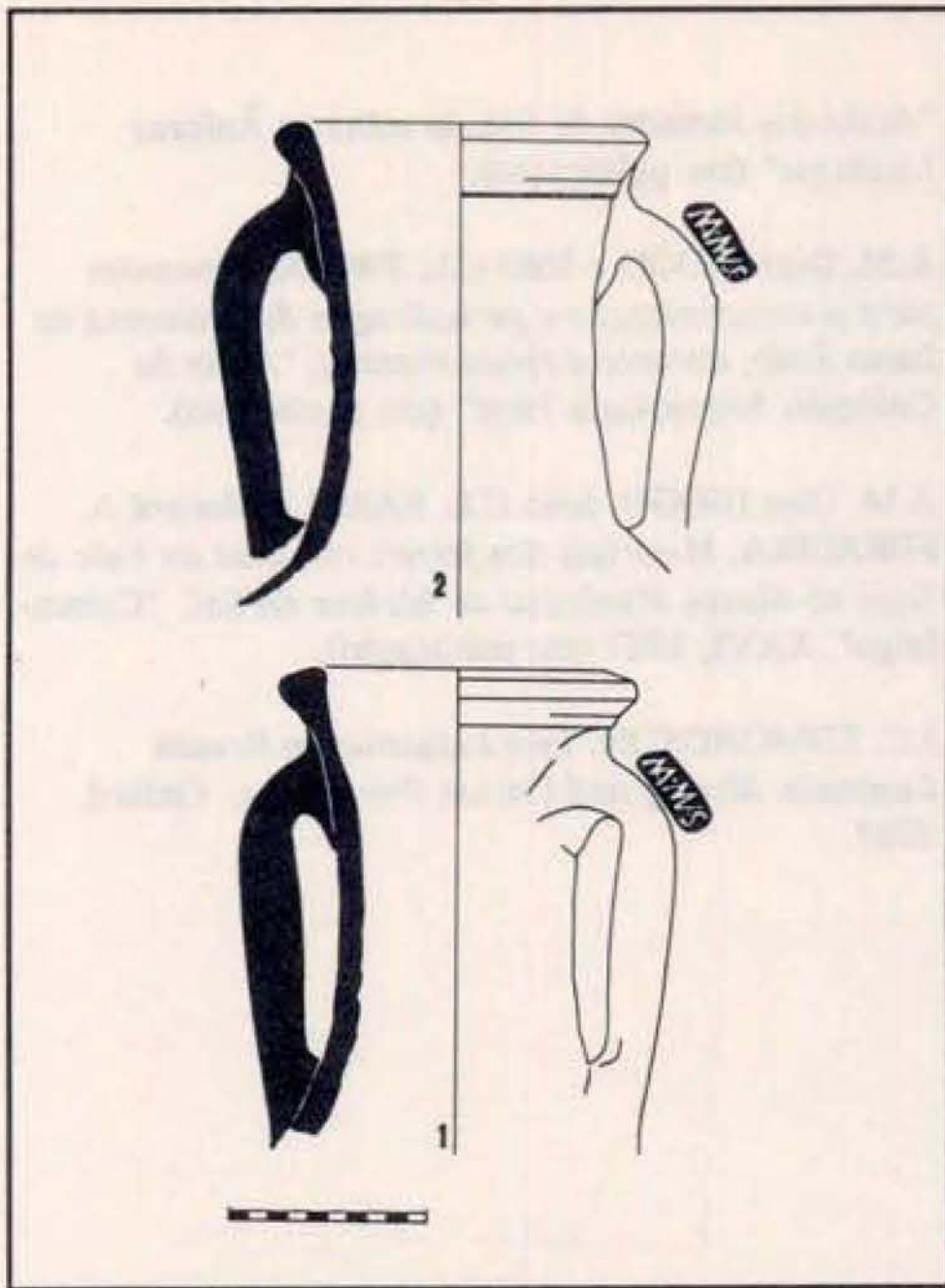


Fig. 16 - LUSITANA 2 da Barrosinha I.

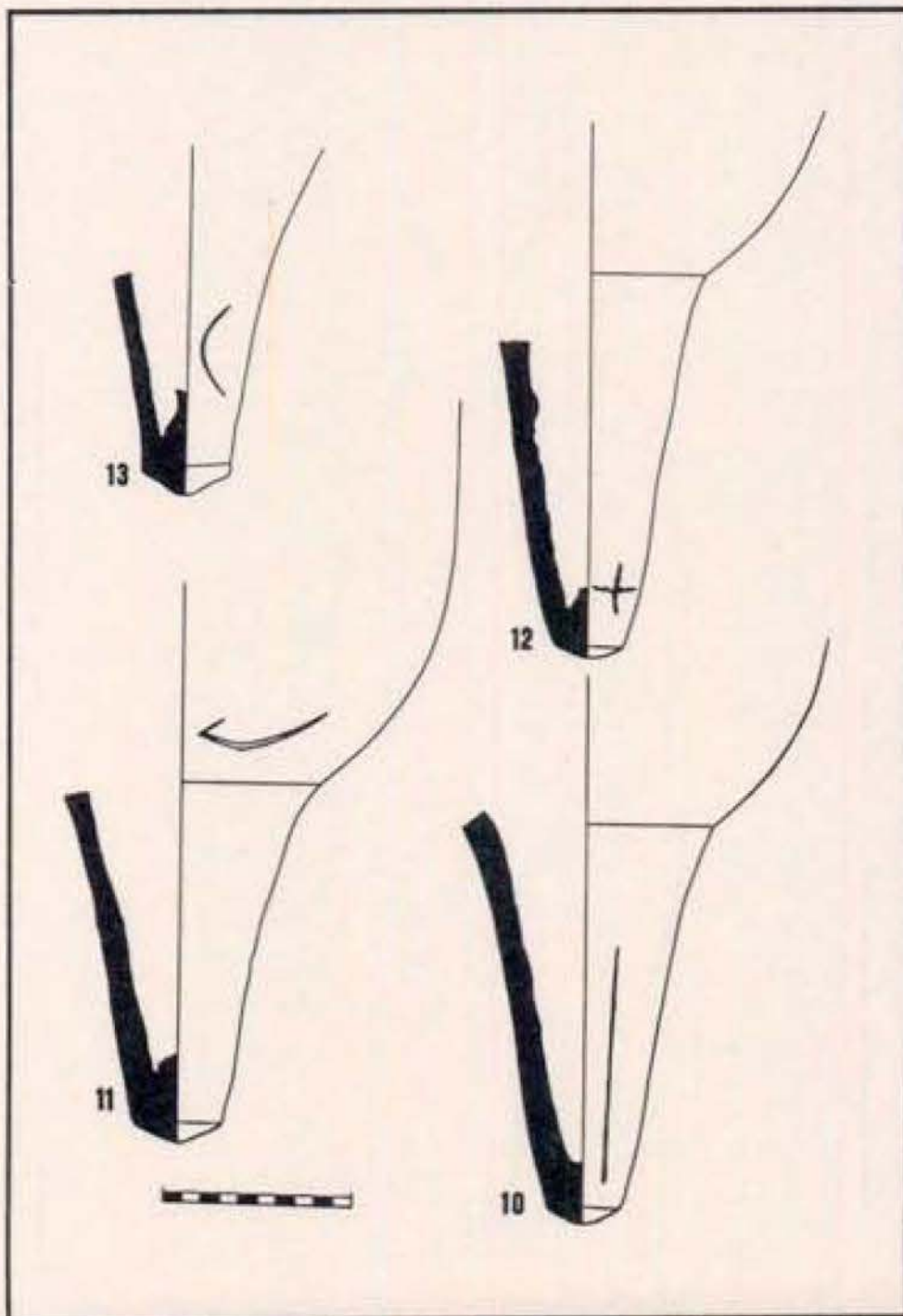


Fig. 17 - Fundos de LUSITANA 2 da Barrosinha I.

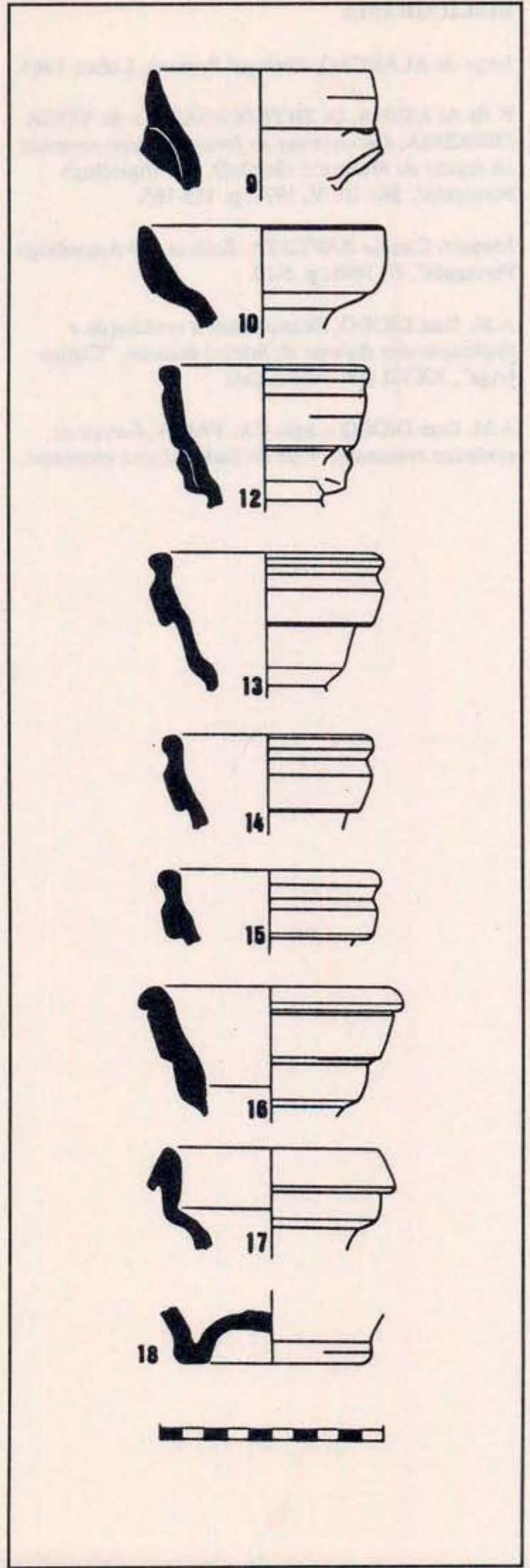


Fig. 18 - LUSITANA 3 fornos da Telhada.

BIBLIOGRAFIA

Jorge de ALARCÃO, *Portugal Romano*, Lisboa 1983.

F. de ALMEIDA, G. ZBYSZEWSKI e O. da VEIGA FERREIRA, *Descobertas de fornos lusitano-romanos na região da Marateca (Setúbal)*, "O Arqueólogo Português", Sér. III, V, 1971, p. 155-165.

Joaquim Correia BAPTISTA, *Salacia*, "O Arqueólogo Português", II, 1896, p. 5-10.

A.M. Dias DIOGO, *Ensaio sobre a modulação e tipificação das ânforas de fabrico lusitano*, "Conimbriga", XXVII (em publicação).

A.M. Dias DIOGO e João C.L. FARIA, *Fornos de cerâmica romana do Vale do Sado. Alguns elementos,*

"Actas das Jornadas de Estudo sobre as Ânforas Lusitanas" (em publicação).

A.M. Dias DIOGO e João C.L. FARIA, *Elementos para a caracterização e periodização da economia do baixo Sado, durante a época romana*, "Actas do Colóquio Arqueologia Hoje" (em publicação).

A.M. Dias DIOGO, João C.L. FARIA e Marisol A. FERREIRA, *Materiais dos fornos romanos do Vale do Sado no Museu Municipal de Alcácer do Sal*, "Conimbriga", XXVI, 1987 (em publicação).

J.C. EDMONDSON, *Two Industries in Roman Lusitania. Mining and Garum Production*, Oxford, 1987.



O PROCESSO DE EXPANSÃO URBANA DE GRÂNDOLA

João Videira *

AS ORIGENS

Embora haja indícios que apontem para uma permanência humana bastante anterior, as referências escritas mais antigas presentemente disponíveis, testemunham que em finais do séc. XV, princípios de XVI existia um pequeno burgo no local actual da vila de Grândola. Os edifícios religiosos mais antigos cuja existência é comprovada pelas visitas, apontam para a 1ª metade do séc. XVI e permitem o estabelecimento de um perímetro limitado, a Norte, pela Igreja de S. João, a Sul, S. Domingos, a Nascente, S. Sebastião e Poente, S. Pedro.(1)

Actualmente, são poucos os traços que em termos de arquitectura permitam localizar aquele período, o que pressupõe profundas modificações entretanto ocorridas. Refira-se, a este propósito, a existência de uma base em calcário, manuelina, que durante largos anos esteve á porta da Câmara Municipal, datável do 1º quartel do séc. XVI e cuja origem poderia lançar alguma luz sobre esta questão.

Na arquitectura civil destacam-se os edifícios nobres na Rua de S. Pedro (Frayão Metello), Praça Marquês de Pombal (Chainho Barradas) e Largo D. Álvaro Castelões (Leitão Macedo). De salientar a Praça do Celeiro (Praça de S. Jorge) onde se localizavam a Igreja da Misericórdia, o Hospital e o Celeiro Comum. Este núcleo inicial terá surgido pois, totalmente desta-

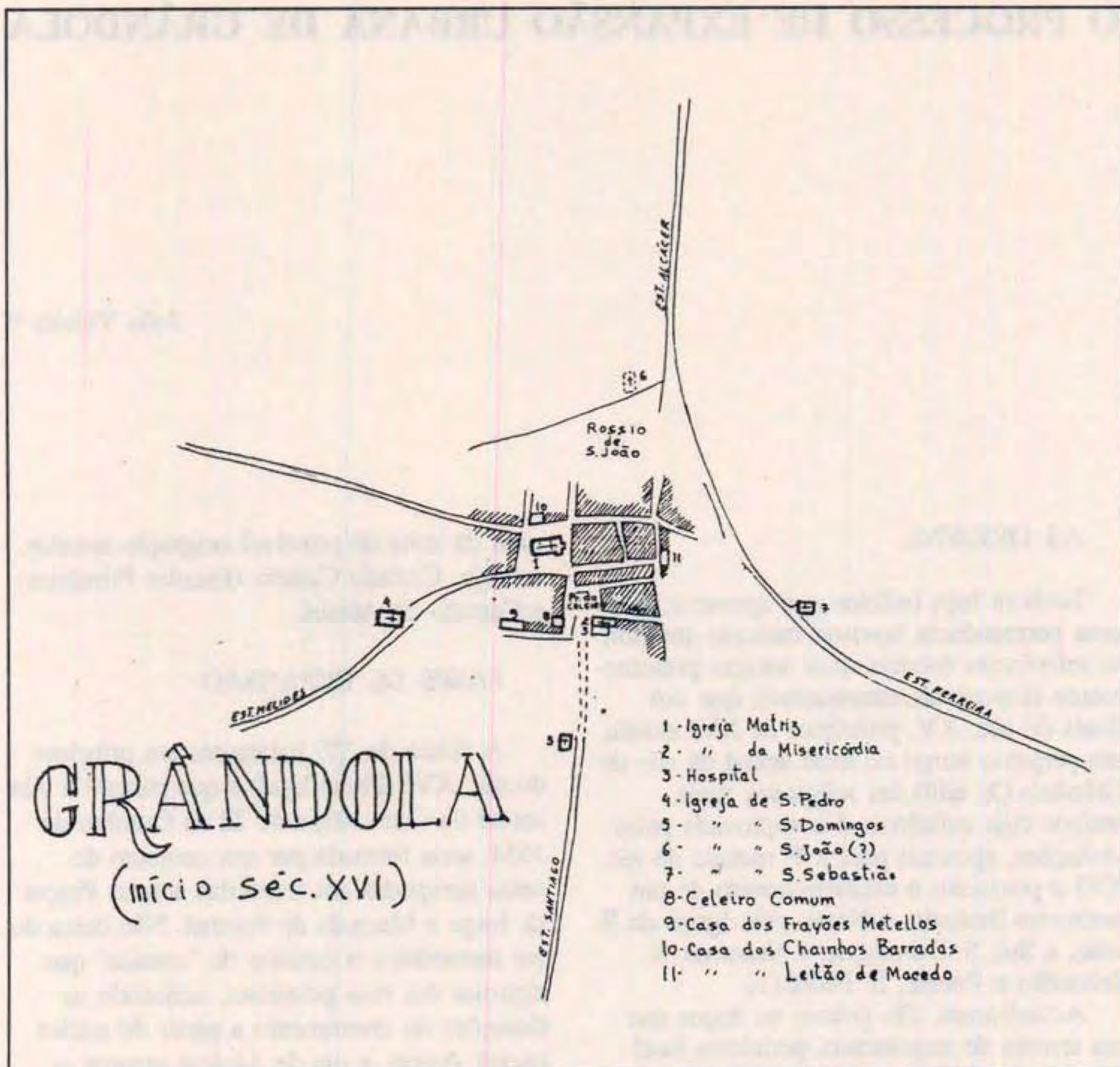
cado da zona de provável ocupação anterior, ou seja: Cerrado Castelo (Escolas Primárias) e Cerrado do Arraial.

FASES DE EXPANSÃO

A aldeia de 250 habitantes em princípio do séc. XVI (Pinho Leal) e que passará a vila mercê da Carta Régia de 22 de Outubro de 1554, seria formada por um conjunto de casas agrupadas em torno das actuais Praças D. Jorge e Marquês de Pombal. Não deixa de ser sintomático o carácter de "estrada" que algumas das ruas possuíam, indicando as direcções do crescimento a partir do núcleo inicial. Assim, a rua de Alcácer assume, a partir de certa altura, o papel de "variante" pelo lado Nascente, enquanto a norte se verifica a existência de um rossio cujo prolongamento viria a subalternizar a natural saída Poente da vila (Rua Mouzinho de Albuquerque) ligando-se a ela através de uma situação de cotovelo semelhante ao existente a Sul, na estrada para Santiago.

Deste modo e numa 1ª fase, a expansão verificar-se-á nos sentidos Sul até á igreja de S. Domingos, Poente até à Igreja de S. Pedro/Rua Anchieta (ou Pombal Velho), culminando a Norte com a ocupação do Rossio (Rocio de S. João) aí existente durante a 2ª metade do séc. XIX. (2) A Nascente, as estradas de Alcácer e Santiago formam o limite, sendo de notar o Rossio de S. Sebastião ou oriental (no actual Jardim), o

Arquitecto da Câmara Municipal de Grândola

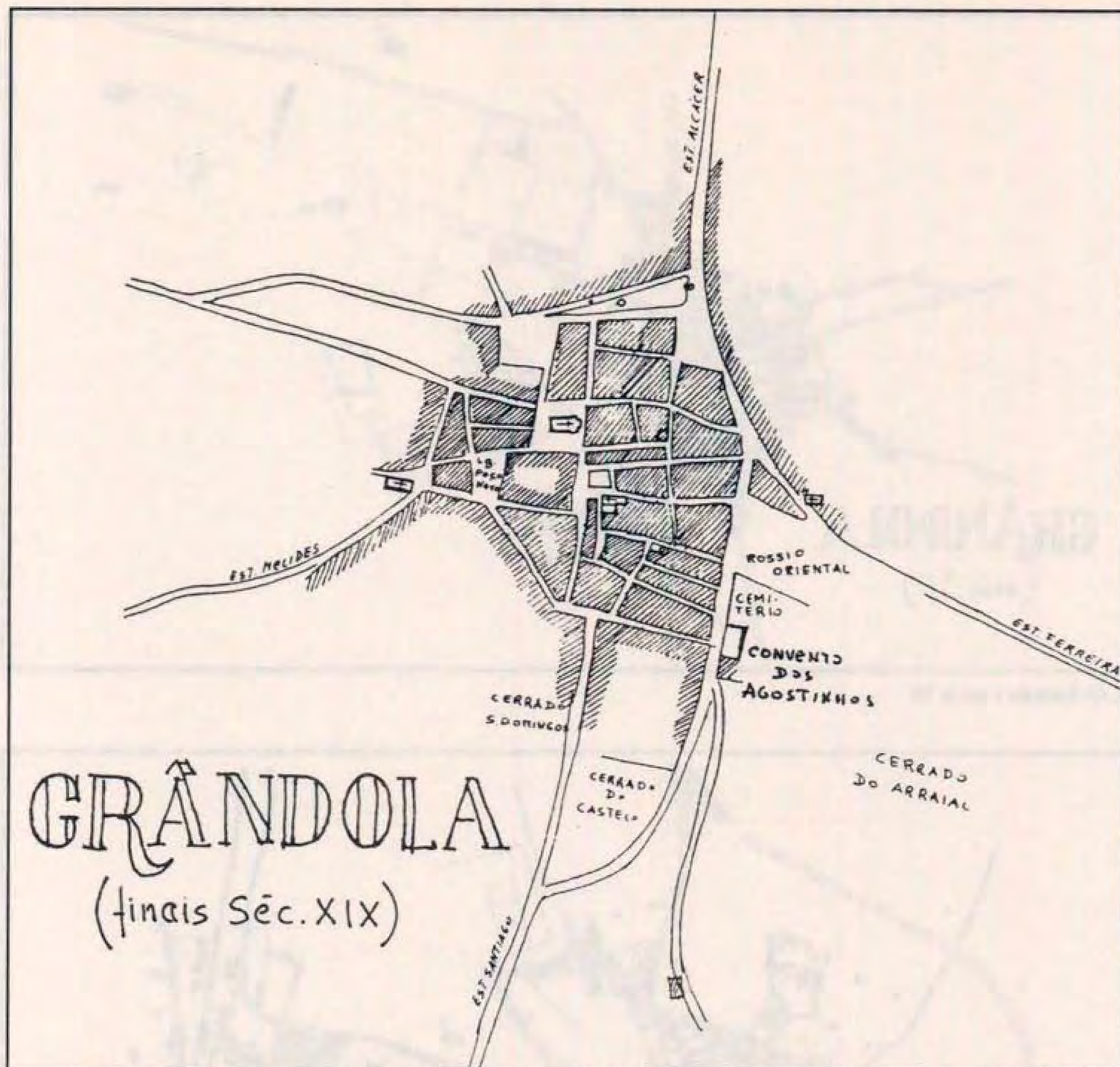


1. Grândola no início do séc. XVI

cemitério (actual Hospital da Misericórdia) bem como 3 edifícios de carácter religioso: Igreja de S. Sebastião, Ermida do Senhor dos Aflitos (no actual Jardim e já destruída) e o convento dos Agostinhos, junto aos antigos Paços do Concelho.

O final do séc. XIX vem ainda encontrar um núcleo urbano extremamente consolidado, a poente do eixo viário atrás referido. Esta situação cedo se virá, porém, a alterar. De facto, aquele eixo irá constituir o ponto de partida para a expansão Nascente da vila, desde o início do presente século. Esta seguirá duas direcções que serão determinantes para a orientação dos futuros

quarteirões. O chamado Bairro do Convento desenvolver-se-á segundo uma malha ortogonal, paralela à estrada de Ferreira, originando a forma rectangular do actual Jardim 1º de Maio. A Avenida Jorge Nunes, cuja abertura é consequência natural da chegada do caminho de ferro a Grândola, e os terrenos adjacentes, ditos dos catalares, virão a constituir igualmente uma malha ortogonal baseada naquela nova artéria.(3) A ligação das duas frentes de crescimento e destas com a rede viária existente, não se processará sem sobressaltos. O traçado das ruas Infante D. Henrique e Humberto Delgado ou os quarteirões triangulares a



2. Grândola - 1890

Norte, junto à Rua das Aranhas, são disso testemunhas. Da 2ª metade deste século datam as duas restantes manchas de expansão significativas: a Nascente o Bº do Arneiro e, no extremo Norte/Poente, o Bº de S. João.

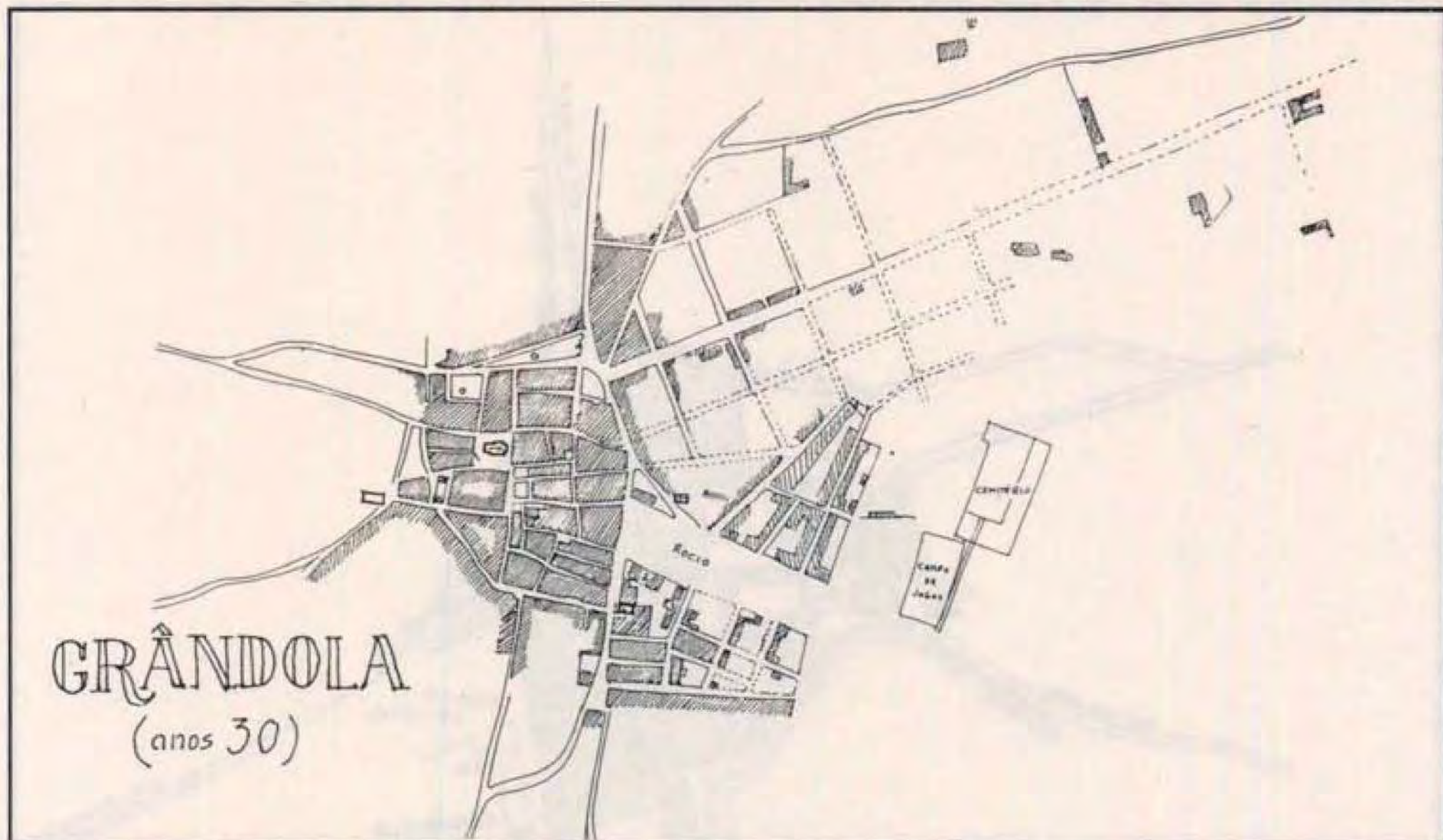
CONCLUSÕES

Do que fica dito alguns aspectos há que consideramos dignos de de realce:

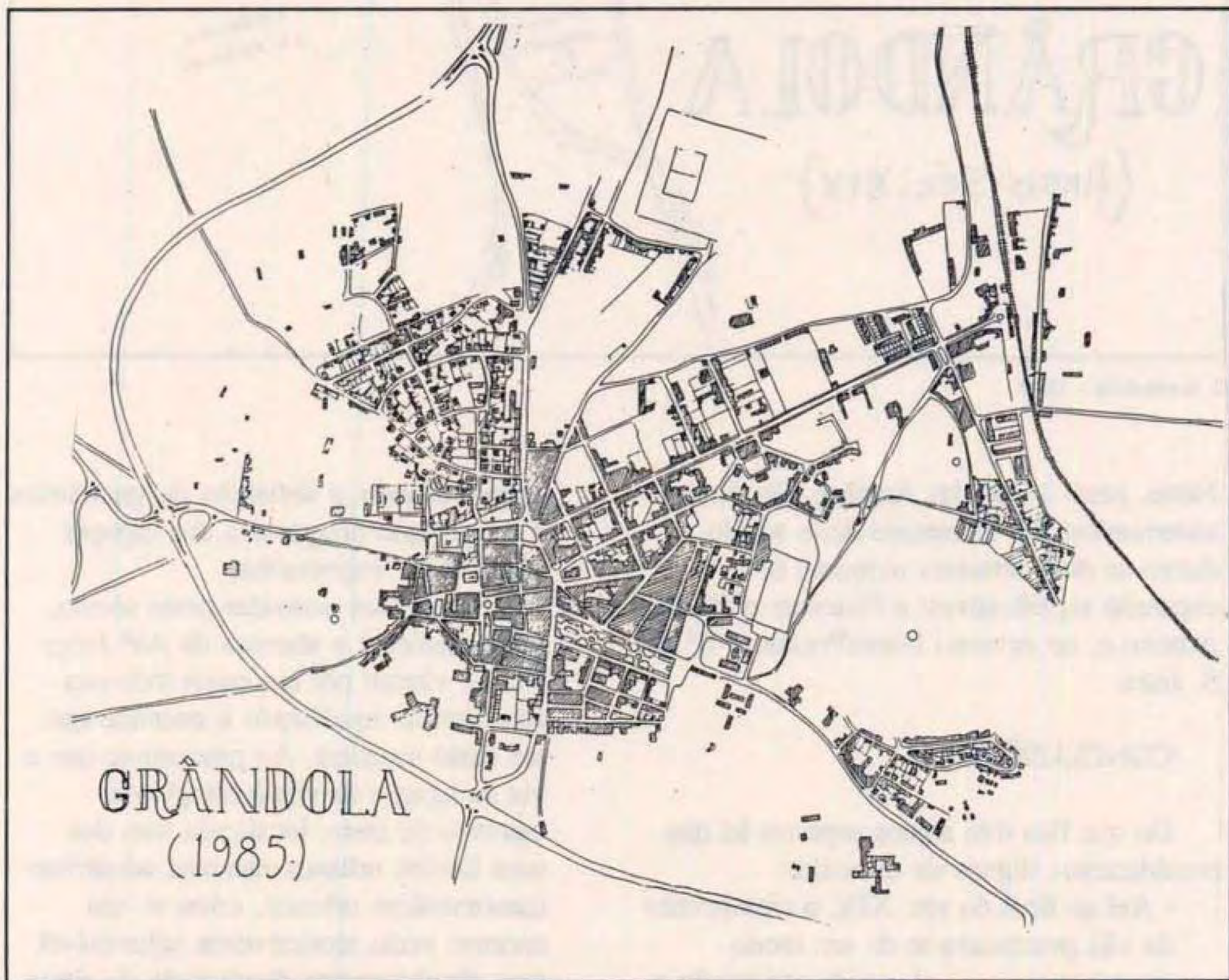
- Até ao final do séc. XIX, o crescimento da vila processava-se de um modo natural, com um volume de construção a surgir ao longo das vias existentes,

proporcionando a definição de quarteirões e a ocupação progressiva dos espaços intersticiais expectantes.

- As expansões ocorridas neste século, nomeadamente a abertura da Avª Jorge Nunes, vieram pôr em causa todo um crescimento equilibrado e coerente que até então sucedera. Ao procurar-se que a via de ligação da vila à estação de caminho de ferro, localizada fora dos seus limites urbanos naturais, adquirisse características urbanas, criou-se um enorme vazio teoricamente urbanizável, mas absolutamente desajustado do ritmo de crescimento da sede do Concelho.



3. Grândola - anos 30



4. Grândola - 1985

Passados quase 90 anos desde que tais decisões foram tomadas, é ainda extremamente reduzida a percentagem de ocupação naquelas áreas.

- Finalmente, pensamos que a principal conclusão a tirar será no sentido de que sejam evitadas novas frentes de expansão da vila, privilegiando-se a urbanização e construção nos terrenos expectantes que continuam a formar extensas áreas dentro do próprio perímetro urbano da vila. A recente construção da variante de Grândola, pelo Sul e Poente, e a existência do caminho de ferro pelo Nascente, constituem também um factor concorrente neste sentido.

NOTAS:

(1)- Não deixa de ser interessante notar a situação de afastamento das quatro igrejas, relativamente ao centro da vila. De facto, elas surgem colocadas nos pontos cardeais junto às quatro saídas, ou seja: Estrada de Alcácer, a Norte (S. João), Estrada de Ferreira, a Nascente (S. Sebastião), Estrada de Santiago, a Sul (S. Domingos) e Estrada (Rua) de Melides, a Poente (S. Pedro).

(2)- Em 20 de Março de 1884 foi aprovado o projecto de construção de uma "escola parochial" no então Rossio Norte da vila. Este edifício viria a ser posteriormente adaptado para outros fins, sendo conhecido por Casa Barahona.

(3)- A inauguração do troço Lousal-Grândola, com paragem em Bairros e Canal Caveira, teve lugar no dia 22 de Outubro de 1916.

ANO	POPULAÇÃO	ÁREA (ha)	OCUPADA (ha)
1950	1.200	1.200	100
1960	1.500	1.500	150
1970	1.800	1.800	200
1980	2.100	2.100	250
1990	2.400	2.400	300
2000	2.700	2.700	350
2010	3.000	3.000	400
2020	3.300	3.300	450

ALGUNS ASPECTOS DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE SETÚBAL DE 1920 A 1930

Joaquina Soares*

A cidade reflecte, embora de forma não linear, as relações de produção vigentes. A Setúbal dos anos 20 mostra uma estrutura urbana tipicamente "classista", de acordo com o respectivo quadro económico-social. Os vestígios das estruturas habitacionais da burguesia e da classe operária, tendendo respectivamente para uma situação de presença/ausência no tecido urbano actual, revelam esse antagonismo extremo face à produção/consumo de riqueza.

I - Enquadramento económico-social

Na década de 20, a vida económica de Setúbal assentou predominantemente na indústria conserveira e em actividades subsidiárias. A indústria de conservas de peixe atingia então o seu apogeu, com 130 fábricas (1920) e uma média anual de exportação de conservas de ca. 15.000 toneladas, contribuindo com 42% para o total das exportações de conservas a nível nacional(1). O emprego industrial rondaria os 10.000 postos de trabalho, evidenciando tendência crescente da taxa de feminização.

O extraordinário incremento do número de fábricas ocorrido nos finais da década anterior ficou a dever-se ao grande aumento da procura, no mercado externo, durante a Primeira Guerra Mundial. Esta conjuntura favorável propiciou uma significativa acumulação de capital, com efeitos

indutores a juzante (urbanização) e a montante da indústria conserveira, em especial no sector das pescas: operou-se a substituição do cerco do galeão a remos pelo cerco a vapor. Em 1925 foram registados dezoito cercos — o que representa investimento considerável — pertencentes a cooperativas de pesca, a firmas e a indivíduos de Setúbal, à excepção de dois cercos, de armadores de Vila Real de Santo António e de Lisboa (2).

ANOS	PESCA TOTAL 1000 ESC.	CONSERVAS 1000 ESC.	EXP. TON.
1920	6424	5527	4695
1921	6181	11196	10449
1922	15420	9055	8830
1923	26382	47803	12891
1924	49384	68425	16407
1925	33478	65009	19492
1926	24571	60412	18171
1927	25292	30023	10059
1928	36813	57813	13290
1929	45729	89278	18259
1930	29868	65850	14198

QUADRO I. VALORES DO PEIXE CAPTURADO EM SETÚBAL E DAS CONSERVAS DE PEIXE EXPORTADAS PELO MESMO PORTO. 1920-1930.

Na indústria, passara-se de cerca de 80 fábricas de conservas existentes antes da guerra (3), para 130. Proliferavam pequenas unidades, mal dimensionadas, resultantes de

* Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal.

limitados investimentos à escala local, em muitos casos da iniciativa de ex-soldadores, categoria profissional rudemente atingida pela introdução, na década anterior, das máquinas de soldar e das cravadeiras (4).

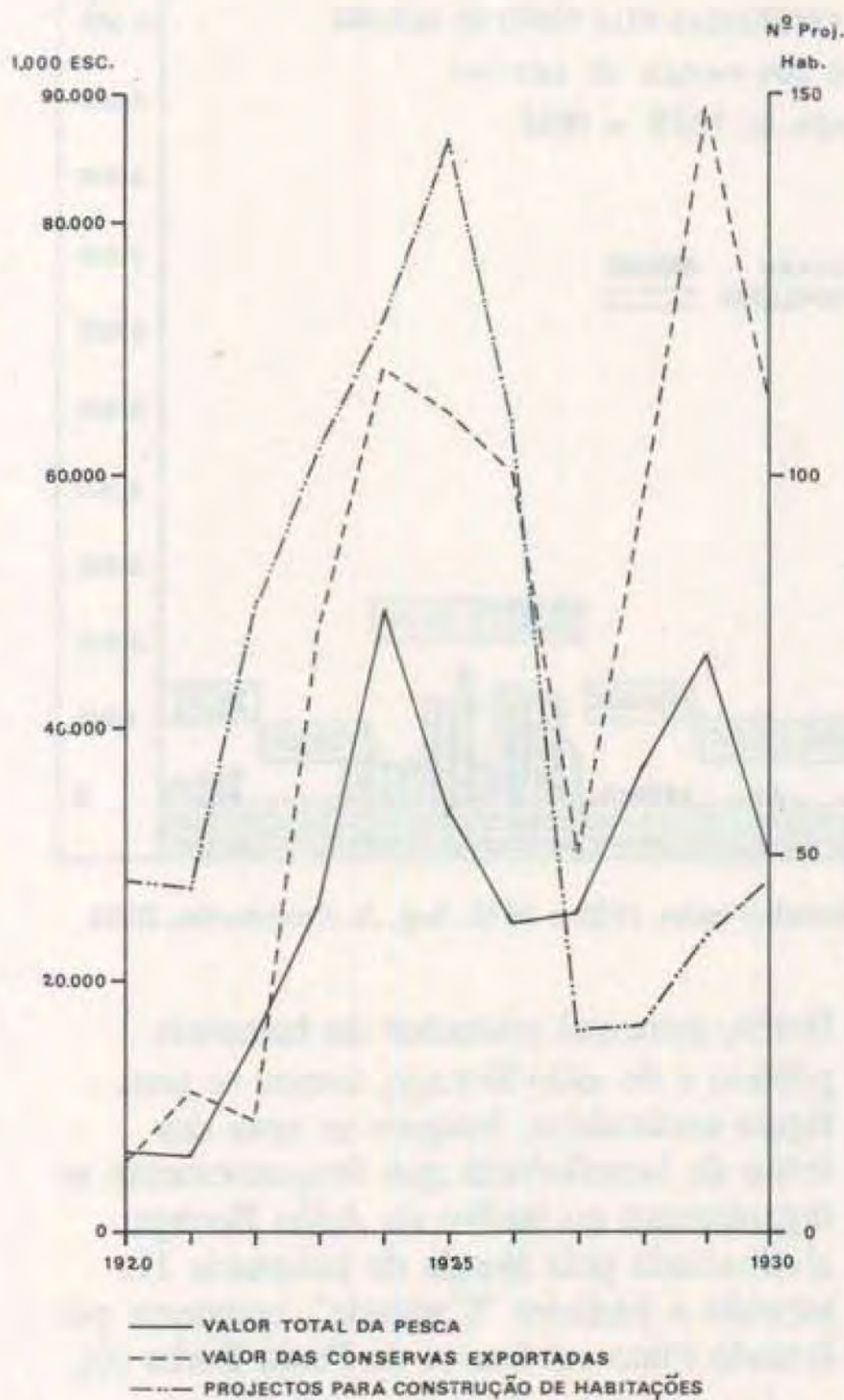


Fig. 1 – Polígonos de frequência dos indicadores económicos (pesca e conservas exportadas) e de expansão urbana (projectos de construção de habitações).

Dotadas de precárias condições de laboração, de acentuado imobilismo tecnológico, aquelas unidades fabris procediam à extorção de mais valia através da extensão da jornada de trabalho e de salários baixos, insuficientes para a reprodução da força de trabalho (alastramento dos bairros de "lata", das doenças epidémicas, da mendi-

cidade).

Factores internos inerentes à organização da produção a que se associam factores políticos (implantação do regime ditatorial de 28 de Maio de 1926) fazem despoletar uma crise em 1926-27, bem patente na diminuição dos valores do pescado, das exportações de conservas (Quadro I, fig.1), no déficit do hospital da Misericórdia, estimado em 50 contos, nas centenas de vítimas de fome e nos suicídios de trabalhadores que a imprensa local ("Setubalense") regista.

A pesca exaustiva e indiscriminada e a correlativa escassez de peixe são denunciadas. Realiza-se em Setúbal o I Congresso Nacional da Pesca e das Conservas, em 1927. O carácter monoindustrial da economia setubalense é questionado abertamente no relatório de 1928 da Junta Autónoma do Porto de Setúbal. O Decreto-Lei 15 581, de 19 de Maio de 1928, proíbe a instalação de fábricas de conservas de peixe.

A crise de 1926/27 preludia a de 1930, eco da crise internacional que abala fortemente o modo de produção capitalista.

Em 1934 laboravam apenas 64 fábricas (5). O capital industrial encontrava-se agora mais concentrado, mas o ciclo conserveiro declinava inexoravelmente. O carácter monoindustrial e a dependência da economia de Setúbal face a mercados externos, sobretudo França e Alemanha (Fig. 2), tiveram um elevado custo social.

Apenas duas empresas se afastam nitidamente do quadro traçado. A Secil (cimentos), cuja localização foi condicionada pela fonte de matéria-prima e remonta a 1904, e a Sapec (produtos químicos), fundada em 1926, próxima da linha de costa, com cais próprio, e da linha férrea do Vale do Sado (inaugurada em 1920), com excelente acessibilidade tanto a matérias-primas como a um dos principais mercados consumidores de adubos do país (Alentejo). Estas duas empresas industriais funcionam como células independentes, no exterior da cidade; constroem os seus próprios bairros residenciais. Ao contrário, as unidades

conserveiras, intensivas em mão-de-obra, procuram deliberadamente a proximidade dos bairros operários, do porto e da lota.

alargamento das instituições de assistência herdadas do séc.XIX e através de práticas caritativas. Neste contexto, o Dr. Paula

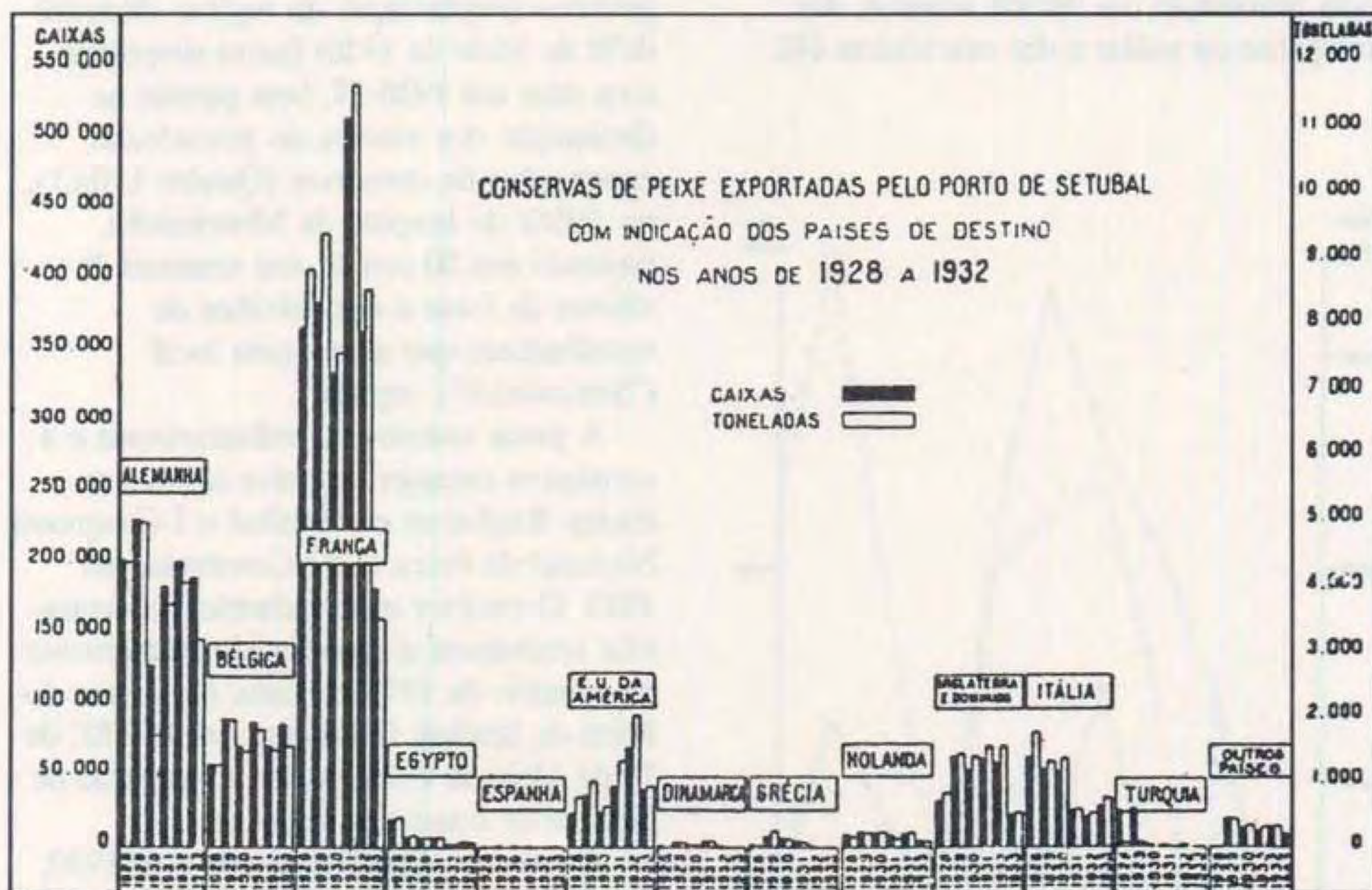


Fig. 2 – Destino da exportação de conservas de peixe de Setúbal entre 1928 e 1933. Seg. A. Perestrello, 1934.

De um ponto de vista social, Setúbal possuía numerosa população operária e piscatória genericamente designada por gente pobre e uma minoria burguesa, constituída por elementos ligados à actividade comercial e portuária, por alguns armadores e pelos proprietários de fábricas de conservas, rapidamente enriquecidos, aliados dos representantes locais da classe terratenente de tradições mais ou menos aristocráticas.

Entre os extremos da estratigrafia social situava-se uma classe média, pequeno-burguesa, constituída por pequenos armadores, comerciantes, agricultores, alguns funcionários públicos e intelectuais.

A luta de classes era evidente entre operários e "fabricantes", entre pobres e ricos. Aqueles eram dirigidos pelas Associações de Classe. A actividade sindical, o recurso à greve e a circulação do ideário socialista e anarco-sindicalista encontravam grande adesão em Setúbal.

A classe dominante tentava confundir a clivagem social através da manutenção e

Borba, principal promotor do balneário público e do asilo Bocage, tornou-se uma figura carismática. Imagine-se uma das festas de beneficência que frequentemente se organizavam no jardim do Asilo Bocage, abrilhantada pela Banda de Infantaria 11, tocando a partitura "Caridade", composta por Rosado Pinto em louvor de Paula Borba (6).

II. Evolução demográfica

Procederemos a uma breve análise do ritmo de crescimento da população do concelho de Setúbal (referida ao padrão Portugal Continental e desagregada ao nível da freguesia) já que estão sobejamente demonstradas as relações de interdependência entre factores demográficos, económico-sociais e processo de urbanização.

De 1864 a 1878 (Quadro II), período que antecede a primeira fase de industrialização de Setúbal, dominado por uma economia agrícola, a variação % média anual ou ritmo médio anual de crescimento da população do concelho de Setúbal (1.5) é idêntico ao

ANOS	POPULAÇÃO		VARIAÇÃO%		VAR. MÉDIA ANUAL%	
	A	B	A	B	A	B
1864	15 541	3 927 392				
1878	18 758	4 303 664	20.7	9.6	1.5	1.5
1890	21 252	4 713 319	13.3	9.5	1.1	0.8
1900	25 406	5 039 744	19.3	6.9	1.9	0.7
1911	32 096	5 586 053	26.3	10.8	2.4	1.0
1920	41 131	5 668 232	28.1	1.5	3.1	0.2
1930	50 456	6 334 507	22.7	11.8	2.3	1.2

QUADRO II: EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO NO CONCELHO DE SETÚBAL (A) COMPARADA COM A DE PORTUGAL CONTINENTAL (B), 1864 a 1930.

Fonte: Recenseamentos Gerais da População de 1864 a 1930. INE.

observado para Portugal Continental. Para um rendimento colectável total do concelho, inscrito nas matrizes em vigor no ano de 1899, de 302 875 022 réis, 175 043 964 réis, ou seja ca. 58% eram ainda atribuídos a prédios rústicos (7). O peso do sector secundário irá suplantar o do primário só no nosso século. No entanto, a imagem de Setúbal começa a mudar quando em 1880 se instala a primeira fábrica de conservas, "Etablissement F. Delory", de capitais franceses (Bretanha), à qual se segue o estabelecimento de outras, atingindo-se as 26 fábricas em 1897 e 42 em 1912 (8).

O concelho de Setúbal absorvera, por Decreto de 24 de Outubro de 1855 (9), o vizinho concelho de Palmela, dilatando consideravelmente o seu hinterland agrícola, mas em Dezembro de 1926 o concelho de Palmela reconquistava a sua autonomia administrativa e Setúbal tornava-se capital de um novo distrito. Consideraremos, assim, apenas a população das freguesias que definitivamente incorporaram o concelho de Setúbal já que a perda de autonomia administrativa de Palmela foi uma situação transitória.

De 1911 a 1920, o concelho de Setúbal regista o maior ritmo de crescimento anual do período considerado (3.1%). Setúbal tornara-se um concelho industrial fortemente

atractivo, fundamentalmente devido ao desenvolvimento da indústria conserveira. É precisamente essa situação económica favorável que pode ser invocada para explicar o elevado crescimento da população quando, no mesmo período, Portugal Continental apresentava uma variação % média anual muito baixa (0,2%), consequência da grave epidemia "pneumónica", de 1916 a 1920, e também os efeitos negativos da I Guerra Mundial; de notar que a variação % média anual da população da Europa Ocidental atinge os -0,43% (10).

De 1920 a 1930 o ritmo do crescimento anual da população do concelho de Setúbal sofre um decréscimo em relação ao do decénio anterior. Na 2ª metade dos anos 20, a indústria conserveira e a pesca intensiva dão mostras de cansaço, surgindo os primeiros sintomas da crise que irá agudizar-se na década seguinte, devido a factores internos, já referidos, ampliados pela conjuntura internacional desfavorável (crise económica 1929-30). Pelo contrário, o ritmo de crescimento da população de Portugal Continental recupera em relação ao decénio anterior o que evidencia o carácter autárquico e rural da economia portuguesa.

A evolução demográfica do concelho reflecte a evolução da população das freguesias urbanas (Anunciada, Stª. Maria, S.

	FREG.									
	ANOS	ANUNC.	S. MARIA	S. JULIÃO	S. SEBASTIÃO	T. F. UR.	S. LOURENÇO	S. SIMÃO	T. F. RURAIS	T. CONC.
	1864	4323	1547	3376	3482	12728	1841	972	2813	15541
VAR. %		17.6	4.1	13.6	38.8	20.7	26.0	10.4	20.6	20.7
VAR. MÉDIA ANUAL%	1864-78	1.3	0.3	1.0	2.8	1.5	1.9	0.7	1.5	1.5
	1878	5085	1611	3836	4833	15365	2320	1073	3393	18758
VAR. %		18.2	20.4	11.3	17.3	16.4	-8.4	15.1	-0.9	13.3
VAR. MÉDIA ANUAL%	1878-90	1.5	1.7	0.9	1.4	1.4	-0.7	1.3	-0.08	1.1
	1890	6012	1940	4270	5669	17891	2126	1235	3361	21252
VAR. %		30.7	20.8	15.7	16.0	21.4	12.6	4.5	9.6	19.3
VAR. MÉDIA ANUAL%	1890-1900	3.1	2.1	1.6	1.6	2.1	1.3	0.4	1.0	1.9
	1900	7859	2344	4942	6577	21722	2394	1290	3684	25406
VAR. %		23.8	1.1	26.4	46.1	28.7	13.6	9.7	12.2	26.3
VAR. MÉDIA ANUAL%	1900-1911	2.2	0.1	2.4	4.2	2.6	1.2	0.9	1.1	2.4
	1911	9732	2370	6249	9611	27962	2719	1415	4134	32096
VAR. %		43.9	0.1	2.5	48.0	32.3	-5.5	10.2	-0.1	28.1
VAR. MÉDIA ANUAL%	1911-1920	4.9	0.01	0.3	5.3	3.6	-0.6	1.1	-0.01	3.1
	1920	14000	2373	6407	14222	37002	2569	1560	4129	41131
VAR. %		6.4	182.4	-1.0	29.4	25.2	3.9	-7.3	-0.4	22.7
VAR. MÉDIA ANUAL%	1920-30	0.6	18.2	-0.1	2.9	2.5	0.4	-0.7	-0.04	2.3
	1930	14902	6702	6340	18398	46342	2668	1446	4114	50456

QUADRO III: EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE NAS FREGUESIAS DO CONCELHO DE SETÚBAL. 1864 – 1930. FREQUÊNCIAS ABSOLUTAS, VARIAÇÃO PERCENTUAL, VARIAÇÃO % MÉDIA ANUAL

Fonte: Recenseamentos Gerais da População de 1864 a 1930. INE..

ANOS	DENS. POP. CONC.	DENS. POP. FREG. URBANAS	FREG. ANUNC.	FREG. STª MARIA	FREG. S. JULIÃO	FREG. S. SEBAST.	DENS. POP. FREG. RURAIS
1864	0.9 hab. / ha	1.3 hab. / ha	1.6 hab. / ha	19.7 hab. / ha	8.3 hab. / ha	0.5 hab. / ha	0.4 hab. / ha
1878	1.1 hab. / ha	1.5 hab. / ha	1.9 hab. / ha	20.5 hab. / ha	9.5 hab. / ha	0.7 hab. / ha	0.5 hab. / ha
1890	1.2 hab. / ha	1.8 hab. / ha	2.2 hab. / ha	24.7 hab. / ha	10.5 hab. / ha	0.8 hab. / ha	0.5 hab. / ha
1900	1.5 hab. / ha	2.1 hab. / ha	2.9 hab. / ha	29.9 hab. / ha	12.2 hab. / ha	0.9 hab. / ha	0.5 hab. / ha
1911	1.9 hab. / ha	2.8 hab. / ha	3.6 hab. / ha	30.2 hab. / ha	15.4 hab. / ha	1.4 hab. / ha	0.6 hab. / ha
1920	2.4 hab. / ha	3.6 hab. / ha	5.2 hab. / ha	30.3 hab. / ha	15.8 hab. / ha	2.0 hab. / ha	0.6 hab. / ha
1930	3.0 hab. / ha	4.6 hab. / ha	5.5 hab. / ha	85.5 hab. / ha	15.6 hab. / ha	2.6 hab. / ha	0.6 hab. / ha

QUADRO IV: DENSIDADES POPULACIONAIS DO CONCELHO DE SETÚBAL DE 1864 A 1930.

Fonte: Recenseamentos da população de 1864 a 1930 (INE) e "A Carta Administrativa de Portugal e a sua Contribuição para a Investigação Urbana e Regional", Comissão Nacional do Ambiente.

Julião e S. Sebastião), seguindo de muito perto as pulsações da freguesia de S. Sebastião (Quadro III Fig.3), a mais populosa. A freguesia de Stª. Maria, a mais antiga, é a que possui densidades populacionais mais elevadas (Quadro IV). Esta

constitui o que pode ser chamado de "continuum" urbano, após a construção do Bairro Salgado, pela burguesia industrial, particularmente incrementada nos finais do primeiro decénio do século e praticamente concluída em 1930.

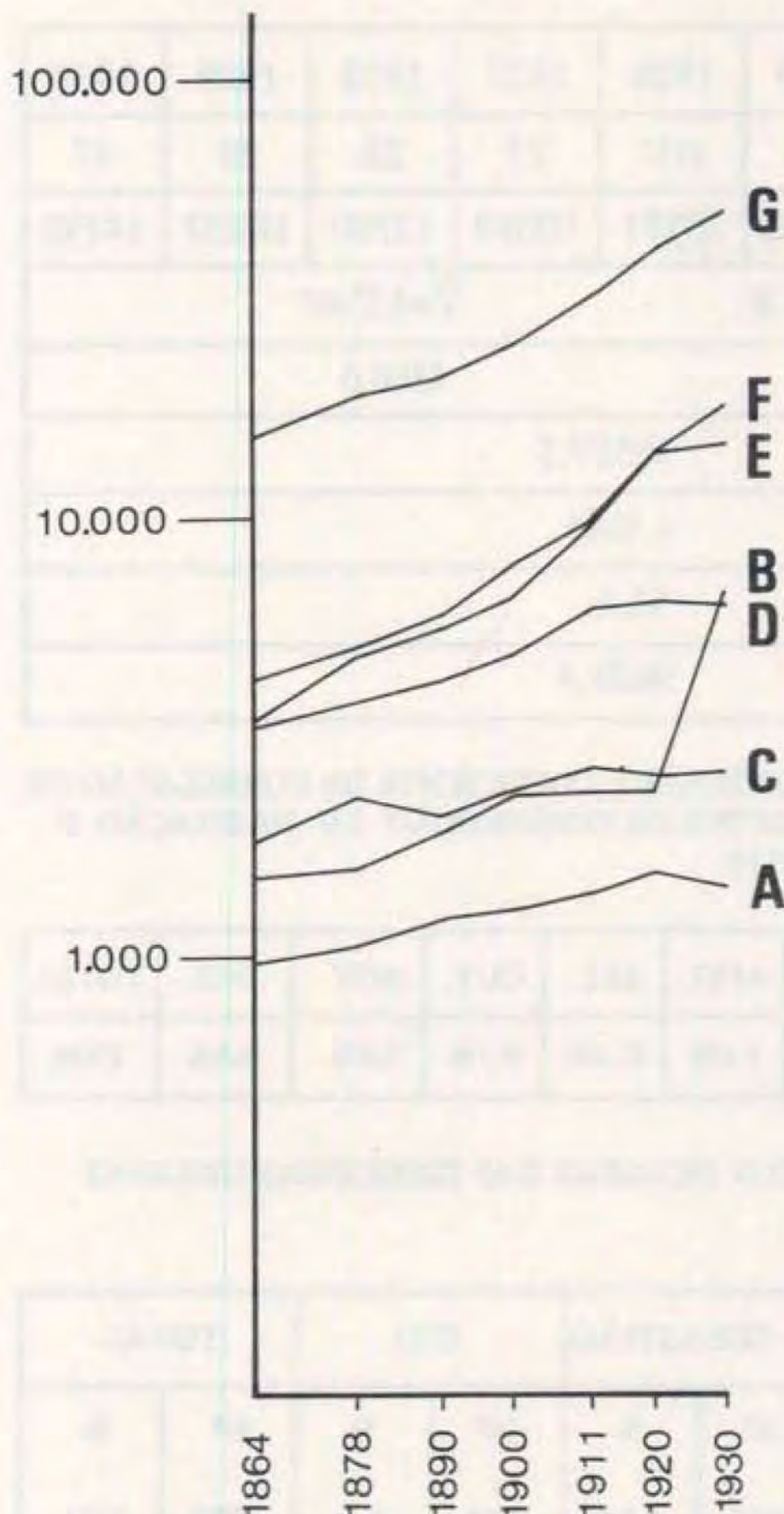


Fig. 3 – Evolução da população das freguesias do concelho de Setúbal de 1864 a 1930: A - S. Simão; B - Sta. Maria; C - S. Lourenço; D - S. Julião; E - Anunciada; F - S. Sebastião; G - Total do Concelho.

As populações das freguesias da Anunciada e de S. Sebastião mostram, embora com ligeiro desfazamento cronológico, um nítido crescimento associado ao processo de industrialização, apresentando um máximo em 1900-1911 e outro em 1920-30, respecti-

vamente. Foram estas freguesias que receberam a população operária, em bairros de "lata", pátios e vilas.

III – Produção do Espaço Urbano

Para a definição das principais linhas de força que orientaram o crescimento urbano, reorganizaram o espaço herdado e reestruturaram a imagem morfológica, estética e ideológica da cidade, utilizámos como base de trabalho os projectos de obras, de 1920 a 1930 (12), arquivados na Câmara Municipal de Setúbal (Quadro V).

Num total de 1707 projectos de obras (relativos às freguesias urbanas) encontrados, cerca de 67% são de construção e 33% de alterações. Considerando os projectos de construção de habitação, que ocupam na totalidade dos projectos de obras 46% e no conjunto dos projectos de construção ca. 69%, verifica-se que o seu número sofre sucessivos aumentos, de 1920 a 1925, ano em que se atinge o valor máximo. Em 1926 e 1927 o número de projectos de construção de habitação decresce, acompanhando a crise económica e social e nos restantes anos do período considerado tende a recuperar, embora muito lentamente.

O coeficiente de correlação de Pearson (Quadro VI) calculado para as variáveis **projectos de habitação e conservas exportadas** evidencia a existência de uma associação directa ou de igual sentido, e moderada (+ 0,46). Associação que é confirmada pela recta de regressão; os resíduos podem ser explicados no quadro de uma maior inércia do processo de urbanização relativamente ao desenvolvimento das forças produtivas.

Procurámos observar o ritmo médio mensal dos projectos de obras (Quadro VII)

PROJECTOS DE CONSTRUÇÃO							PROJECTOS DE ALTERAÇÃO					TOTAL
HAB.	ARMAZ	COMÉR-CIO	EDIFIC. PUBL.	ESTRUT. SEPULC.	OUTROS	TOTAL	HAB.	ARMAZ	FAB.	COMÉR-CIO	TOTAL	
790	53	50	5	120	134	1152	459	37	14	45	555	1707

QUADROV: PROJECTOS DE OBRAS DAS FREGUESIAS URBANAS DO CONCELHO DE SETÚBAL. 1920-1930. Arquivo Municipal.

	1920	1921	1922	1923	1924	1925	1926	1927	1928	1929	1930	
X	47	46	82	103	120	144	107	27	28	39	47	
Y	4695	10449	8830	12891	16407	19492	18171	10059	13290	18259	14198	
Média						$\bar{X}=71.8$						$\bar{Y}=13340$
Desvio padrão						39.0						4368.6
Cov. X, Y											78559.5	
Correlação (r)											+ 0.46	
Declive da recta de regressão											51.6	
Ordenada na origem											9635.4	

QUADRO VI. MEDIDAS DE TENDÊNCIA CENTRAL, DISPERSÃO, COEFICIENTE DE CORRELAÇÃO DE PEARSON E REGRESSÃO DAS VARIÁVEIS: X - PROJECTOS DE CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO E Y - CONSERVAS DE PEIXE EXPORTADAS. 1920 - 1930.

JAN.	FEV.	MAR.	ABR.	MAI.	JUN.	JUL.	AGO.	SET.	OUT.	NOV.	DEZ.	TOTAL
6.7%	6.3%	8.5%	8.7%	9.1%	9.7%	7.9%	8.4%	10.6%	9.7%	5.8%	8.6%	100%

QUADRO VII: DISTRIBUIÇÃO MENSAL DOS PROJECTOS DE OBRAS DAS FREGUESIAS URBANAS DO CONCELHO DE SETÚBAL. 1920 - 30.

STA. MARIA		S. JULIÃO		ANUNCIADA		S. SEBASTIÃO		IND.		TOTAL	
Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
164	9.6	207	12.1	293	17.2	905	53.0	138	8.1	1707	100

QUADRO VIII: LOCALIZAÇÃO DOS PROJECTOS DE OBRAS POR FREGUESIA. 1920 - 30.

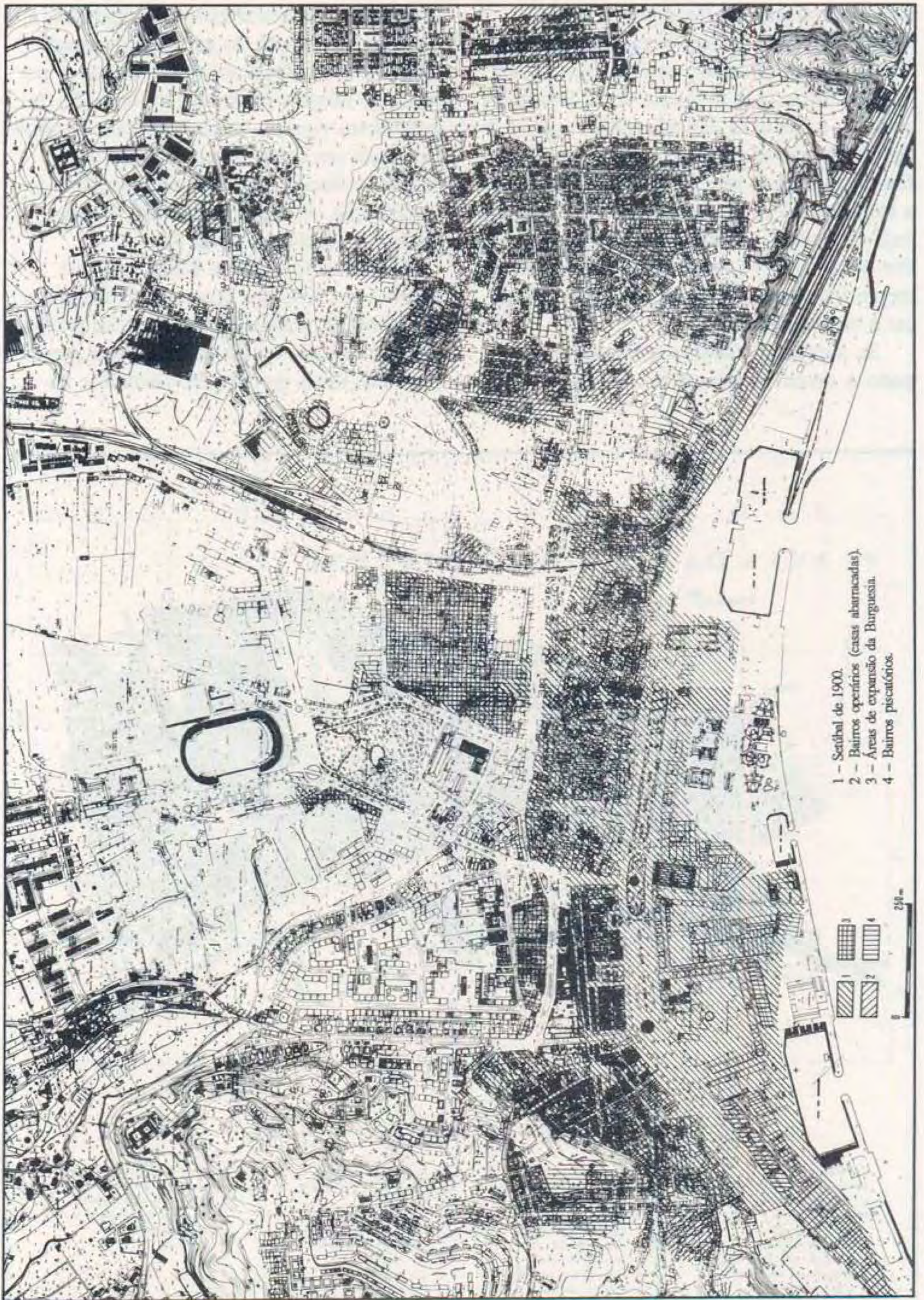
STA. MARIA		S. JULIÃO		ANUNCIADA		S. SEBASTIÃO		TOTAL	
Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
125	11.2	62	5.5	171	15.3	762	68.0	1120	100

QUADRO IX: DISTRIBUIÇÃO DO Nº DE FOGOS POR FREGUESIA. 1920 - 30.

para os onze anos considerados mas não obtivemos resultados inequívocos quanto à definição de um comportamento sazonal. Com efeito, os projectos distribuem-se por todos os meses do ano sem sugestivas

diferenças quantitativas mensais, situando-se os valores extremos entre 5,8% (Novembro) e 10,6% (Setembro).

Quanto à distribuição espacial dos projectos de obras (Quadro VIII), é notória a



- 1 - Setúbal de 1900.
- 2 - Bairros operários (casas abarracadas).
- 3 - Áreas de expansão da Burguesia.
- 4 - Bairros piscatórios.



Fig. 4 - Setúbal. Principais áreas urbanas em expansão de 1920 a 1930. De notar que os bairros pobres se situam maioritariamente na freguesia de S. Sebastião e que a localização dos bairros burgueses (Salgado, Nascimento) assegura uma boa acessibilidade ao Centro Histórico e um relativo afastamento dos primeiros.

sua concentração na freguesia de S. Sebastião (53%), a mais populosa. Nesta, o Bairro Santos Nicolau participa com 26,6%. A preferência pela freguesia de S. Sebastião ainda se torna mais elevada (68%) quando se atende apenas ao nº de fogos (Quadro IX). Em muitos casos não foi possível identificar a freguesia a que pertenceram ruas e lugares cuja toponímia sofreu apreciável alteração. Por outro lado, os processos estão frequentemente incompletos, faltando a parte gráfica ou o requerimento.

Se a expansão urbana acompanha de perto o desenvolvimento das forças

produtivas e o crescimento da população, a organização interna do espaço urbanizado reflete, por um lado, as preexistências e, por outro, as relações de produção, mas não de uma forma passiva, sendo a própria estrutura da cidade um factor de reprodução da hierarquia social, de mobilidade social e de perpetuação de um determinado sistema político e ideológico (Fig. 4).

O Bairro Salgado ou Municipal, que absorve ca. 52% dos projectos da freguesia de Stª Maria, seria a área residencial privilegiada da década de 20; edificado em grande parte nos finais do primeiro decénio e no



Fig. 5 - Planta de Setúbal dos inícios dos anos 20.

decénio seguinte do nosso século, pela burguesia local, em especial pelos "fabricantes", é talvez o espaço urbano mais característico do período do apogeu da indústria conserveira; os seus limites tinham já sido

delineados na 2ª metade do séc. XIX – R. de S. João (actual Av. Manuel Maria Portela) que estabeleceu a ligação da cidade à estação de caminho de ferro; R. Almeida Garrett; R. Nova da Conceição (actual 5 de Outubro) e

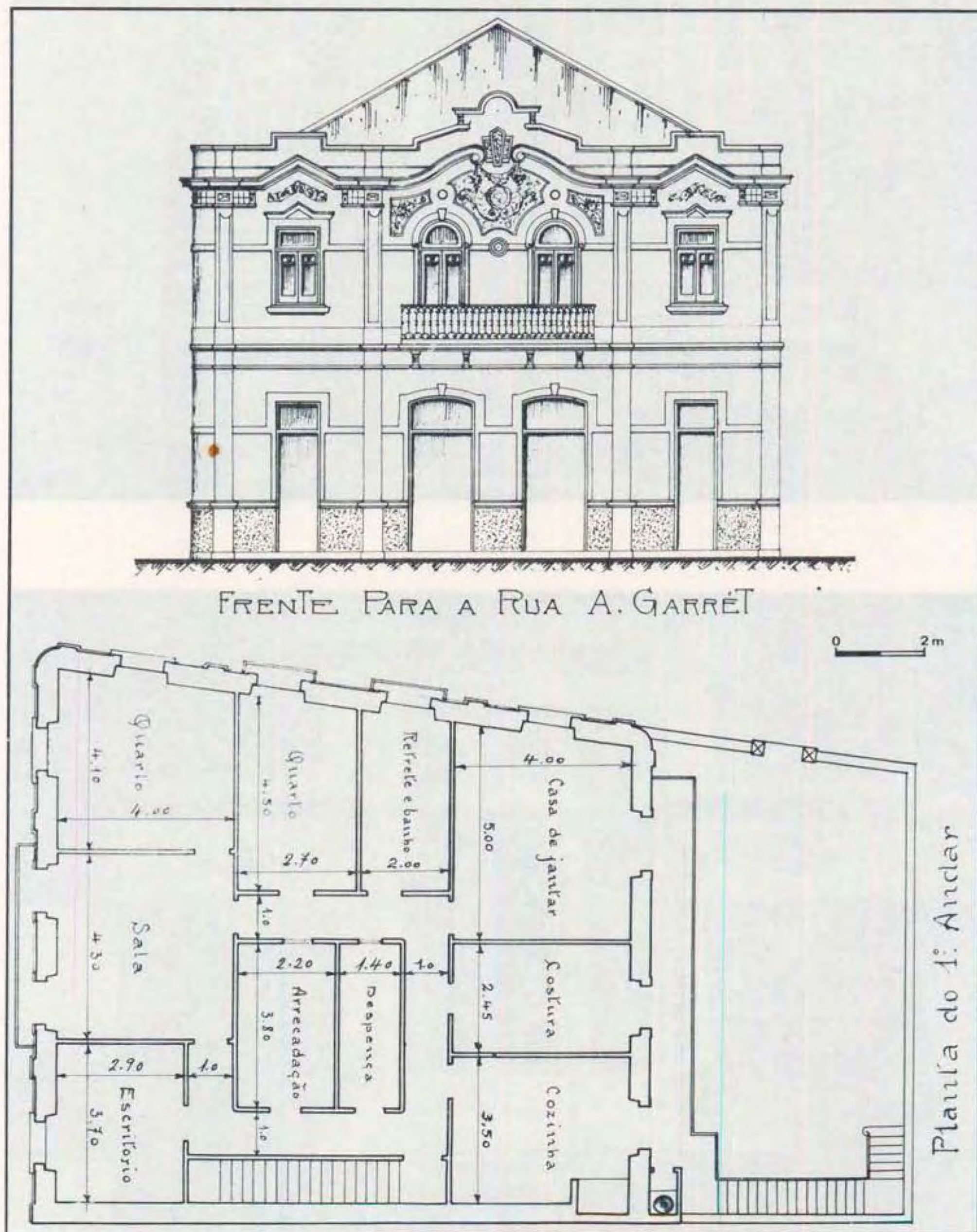


Fig. 6 – Fachada para a R. Almeida Garrett e planta do 1º andar da habitação construída por César Augusto Luz. Projecto de J. Dinis de 3/2/1920.



Figs. 7A e 7B –Bairro Salgado ou Municipal. Aspectos da fachada principal da habitação do industrial Ange Alène, projectada em 1921. Foto de J. Soares, 1986.

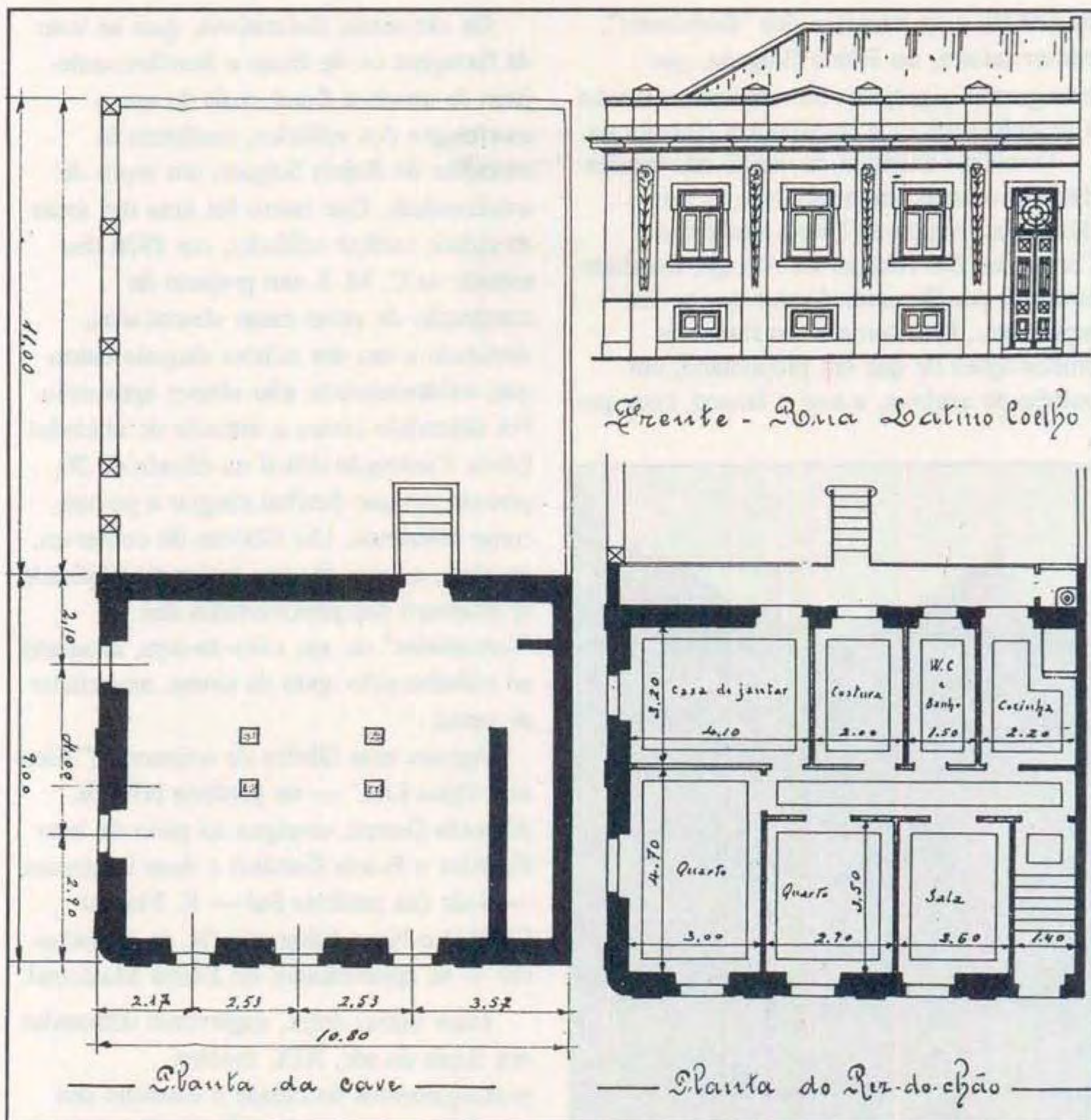


Fig. 8 - Projecto de moradia do Bairro Salgado apresentado por Ismael Teixeira da Silva em Junho de 1930. Rua Latino Coelho.

Campo do Bonfim.

Apresenta uma planta reticulada, racionalista e monótona onde as ruas são apenas áreas de circulação, começando o convívio, e também o isolamento, dentro do logradouro murado de cada habitação.

Os edifícios, regra geral com um piso térreo e cave ou dois pisos subaéreos, possuem carácter vincadamente unifamiliar (Figs. 6 - 8). Em muitos casos está-lhes subjacente o conceito de "casa portuguesa"

de Raul Lino (13), cuja ambiguidade fica aliás patente neste bairro.

Nas habitações do Bairro Salgado e de outras áreas residenciais burguesas podem observar-se, com efeito, elementos mais ou menos integrados, característicos da casa portuguesa, como o alpendre, o beiral e os azulejos (Figs. 9 e 10).

Evidentemente que é intransponível a distância que separa um projecto da autoria de Raul Lino, como o do Palácio da Comen-

da (1909), e as moradias dos "fabricantes", conservadores, do Bairro Salgado, que entregavam o projecto da respectiva moradia a desenhadores e a construtores civis locais.

O melhor exemplo da versão não erudita daquele conceito arquitectónico é, sem dúvida, a vivenda de Nossa Senhora do Carmo, na Av. Manuel de Arriaga, mandada construir por Bernardo Santos que se fez representar, bem como a sua filha e às embarcações de que era proprietário, em painéis de azulejos, a azul e branco, com que



Fig. 9 – Bairro Salgado (Av. Manuel de Arriaga). Aspecto da vivenda de Nossa Senhora do Carmo no estilo "casa portuguesa", mandada construir por Bernardo dos Santos. Foto de J. Soares, 1986.

decorou profusamente o exterior e interior da casa (Fig. 9).

Também o nº 38 da Rua Garcia Peres e o edifício da Av. dos Combatentes — R. Aníbal Alvares da Silva, entre outros, se integram na referida tendência arquitectónica.

Os elementos decorativos, quer se trate de ferragens ou de frisos e frontões azulejares de temática floral, mais do que a morfologia dos edifícios, conferem às moradias do Bairro Salgado um sopro de modernidade. Este bairro foi uma das áreas da cidade melhor cuidadas; em 1926 deu entrada na C. M. S. um projecto de construção de umas casas abarracadas, destinado a um dos talhões daquele bairro que, evidentemente, não obteve aprovação. Foi defendido contra a intrusão de unidades fabris. Contenção difícil na década de 20, período em que Setúbal chegou a possuir, como referimos, 130 fábricas de conservas, as quais, a favor de uma maior rendibilidade, se situavam nas proximidades dos "dormitórios" da sua mão-de-obra, chamada ao trabalho pelo apito da sirene, anunciador de peixe.

Apenas uma fábrica de conservas ("Alonso e Hijos Lda." — na periferia NW., R. Almeida Garrett, contígua ao pátio de João Ferrador e Bairro Gamito) e duas litografias — Sado (na periferia Sul — R. Manuel Livério) e Nova Litografia (R. do Matadouro) — se aproximaram do Bairro Municipal.

Duas outras áreas, vagamente delineadas nos finais do séc. XIX, tímidos prolongamentos da cidade a caminho dos laranjais, seriam, na década de 20, edificadas pela burguesia: o Bairro "Nascimento", limitado pela Av. dos Combatentes (Fig. 11) (antigas Rua de S. Caetano e Av. Mariano de Carvalho) e pela Rua Acácio Barradas (Fig. 12) em cuja periferia (Norte) apenas laborou uma fábrica de conservas ("Atlas"); a Rua Ocidental do Campo do Bonfim (actual Av. 22 de Dezembro) (Fig. 13), sem o incómodo de qualquer unidade fabril nas proximidades imediatas. De registar, também, a presença de edifícios residenciais burgueses, mais ou menos isolados, nas imediações rurais da cidade e junto de estradas principais (Figs. 14 e 15).

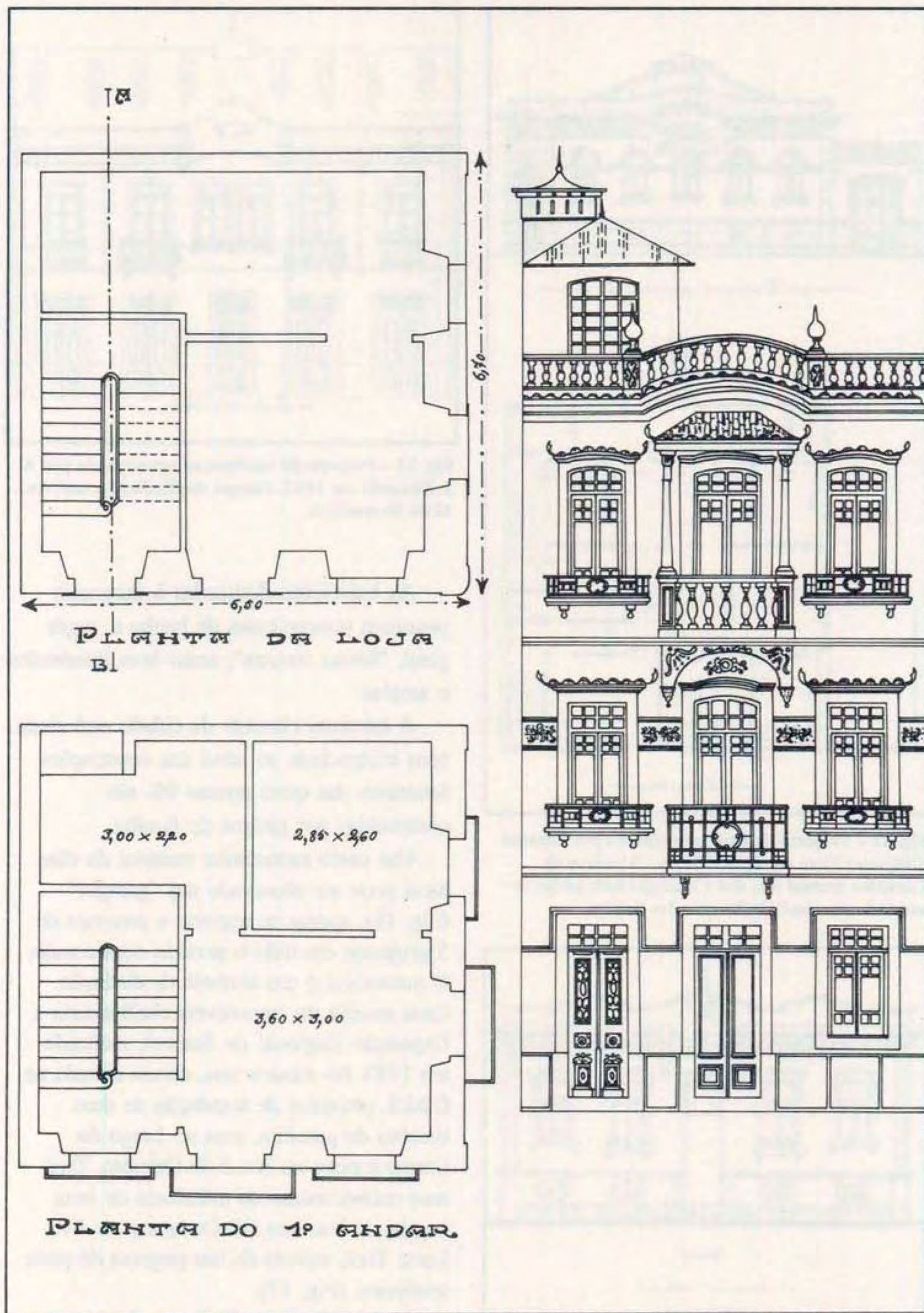


Fig. 10 – Projecto de construção apresentado por Bernardo dos Santos em Abril de 1929 e concretizado em Maio de 1931. Rua do Forte / R. Gil Vicente. Autoria de Manuel Dias Duque. Fachada com numerosos elementos característicos da "casa portuguesa".

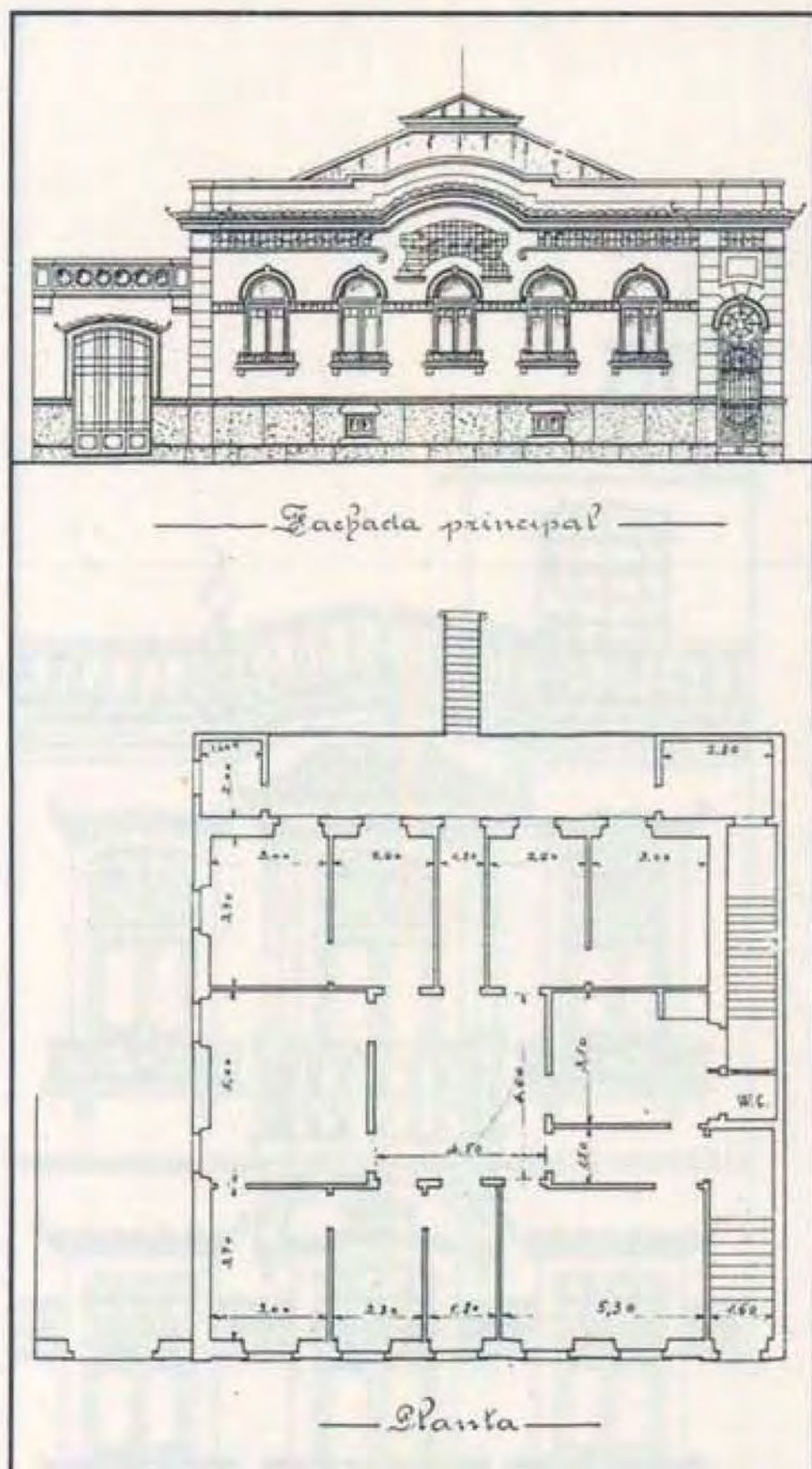


Fig. 11 – Projecto de casa apresentado por Manuel d'Oliveira Neto em 29/8/1929. Av. Mariano de Carvalho (actual Av. dos Combatentes); projecto assinado por José Guilherme dos Santos.



Fig. 12 – Projecto de alteração apresentado por Alberto Carmona em Março de 1920 e aprovado no mesmo mês. A autoria de J. Dinis. Rua Acácio Barradas.



Fig. 13 – Projecto de construção apresentado por A. J. Miranda em 1925. Campo do Bonfim (actual Av. 22 de Dezembro).

As habitações destinadas à burguesia possuíam sempre casas de banho e, regra geral, "fossas mouras"; eram bem iluminadas e amplas.

A estrutura classista da cidade está ainda bem evidenciada ao nível das construções funerárias das quais apenas 9% são constituídas por jazigos de família.

Um outro testemunho material da elite local pode ser observado nas "garages" (Fig. 16); apenas se registou a presença de 5 projectos em todo o período considerado. O automóvel é um símbolo de distinção. Uma corrida de automóveis abrihantaria a Exposição Regional de Setúbal, realizada em 1930. No mesmo ano, deram entrada na C.M.S. projectos de instalação de duas bombas de gasolina, uma no Largo do Carmo e outra na Av. 5 de Outubro. Tivemos conhecimento da existência de uma bomba da Vacuum Oil Company na Av. Luisa Todi, através de um projecto de poste telefónico (Fig. 17).

A Avenida Luisa Todi completava o seu lado sul, reafirmando a vocação, herdada do séc. anterior, para "centro cívico" e espaço

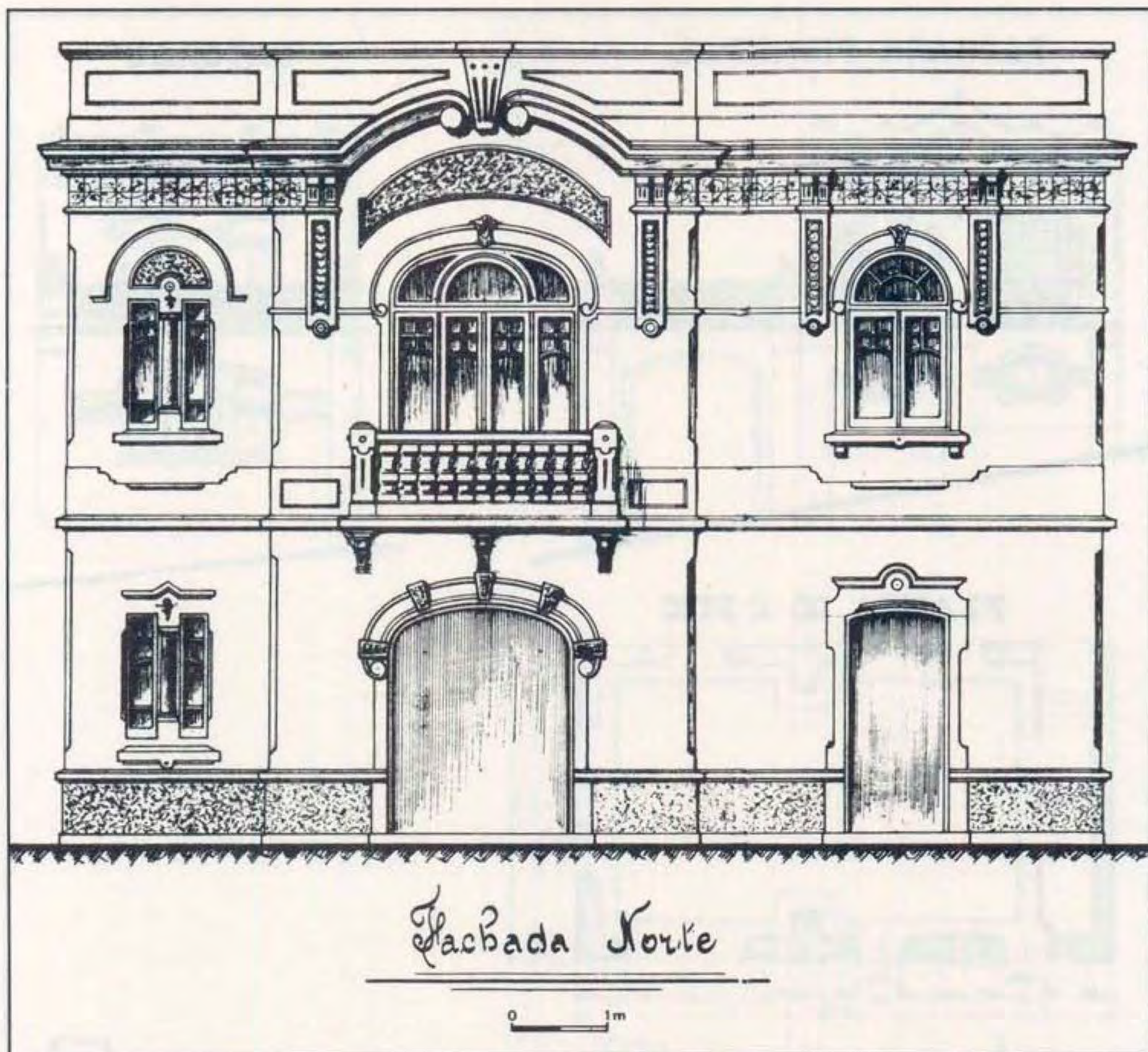


Fig. 14 – Projecto de alteração da casa de Mariano Augusto Coelho, sita na Estrada de Palmela (Estrada dos Arcos), apresentado em Março de 1920. Projecto da autoria de J. Dinis. Fachada norte.



Fig. 15 – Aspecto de um edifício cujo projecto foi apresentado por Maria Leopoldina Araújo Costa Garradas em Abril de 1920, destinado a uma sua propriedade na Estrada de Santas. Foto de J. Soares, 1986.

dedicado ao sector terciário. Nela já havia sido construído o Teatro D. Amélia, ainda em oitocentos, e o Grande Salão Recreio do Povo, nos inícios do séc. XX (na década em estudo sofre alteração na fachada). Também se situava naquela artéria o principal hotel da cidade (Esperança). Imediatamente a oeste do Grande Salão de Recreio do Povo ficava o sindicato dos soldados. Em 1922, um edifício marcante é projectado para a Avenida Luisa Todi: a agência do Banco de Portugal (Figs. 18 e 19), com um projecto assinado por Adães Bermudes (14), o único

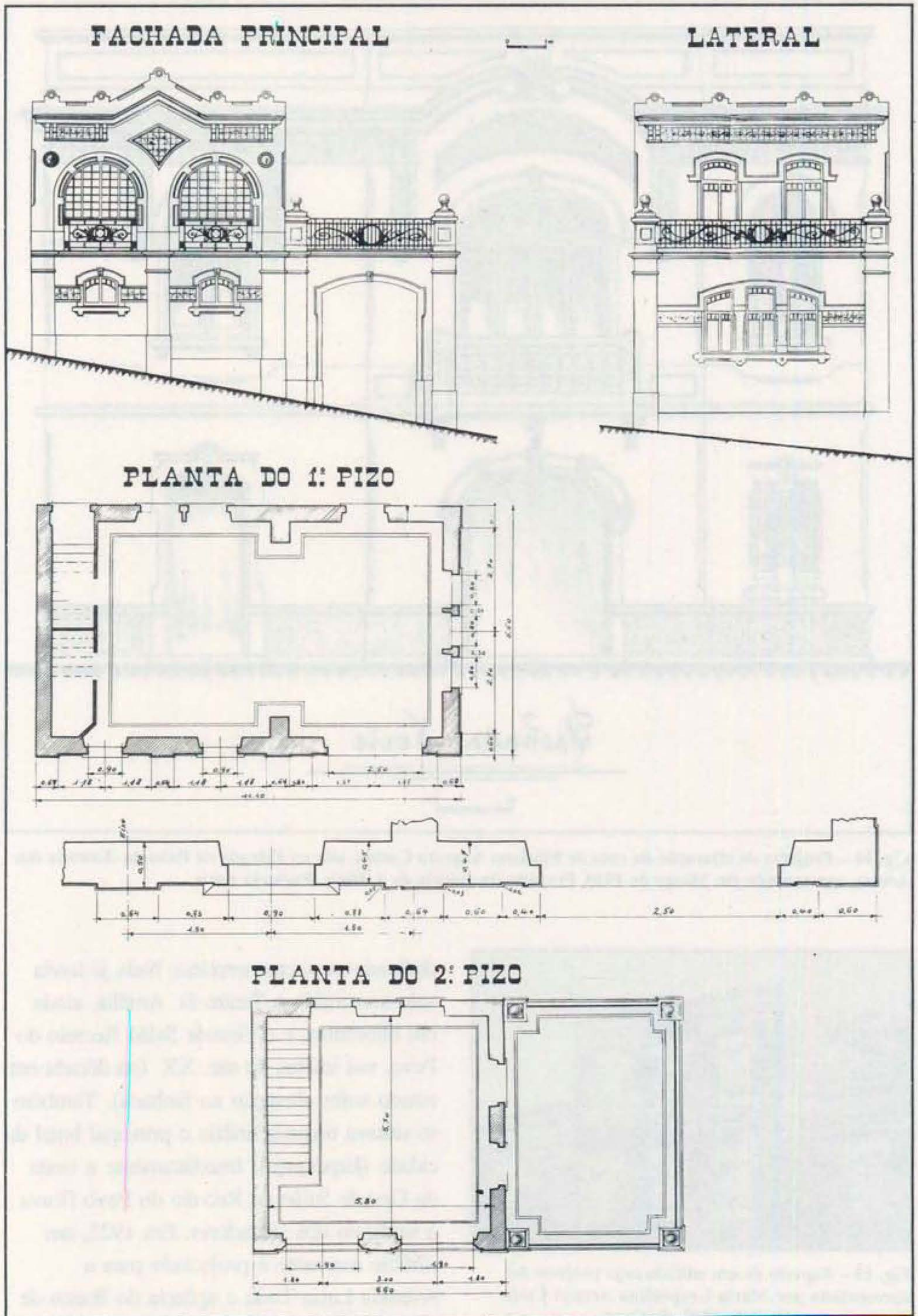


Fig. 16 – Projecto de uma "garage" mandada construir pelo Dr. António Carlos da Costa Botelho Moniz no Outeiro da Saúde. Autoria de J. Dinis. Apresentado em 18/7/20.

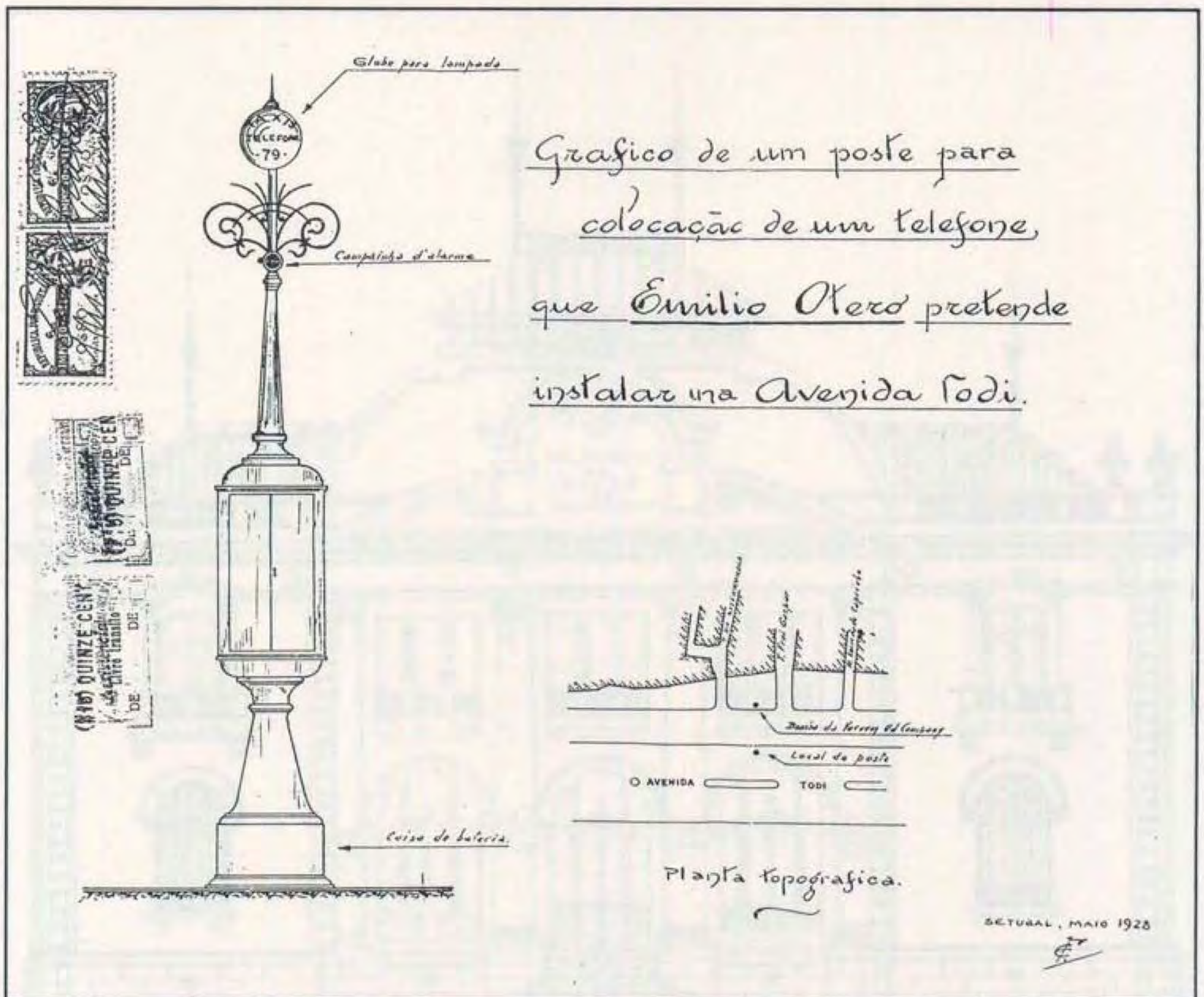


Gráfico de um poste para
colocação de um telefone,
que Emilio Otero pretende
instalar na Avenida Todi.

Fig. 17 – Peça de mobiliário urbano destinada à colocação de telefone. De salientar a nota decorativa fornecida pela ferragem, organizada em volutas, na parte superior do poste. 1928. Av. Luisa Todi.

arquitecto cuja participação na produção urbana de Setúbal, de 1920 a 1930, identificámos. Muitos dos projectos não eram assinados e os melhor elaborados pertenciam ao desenhador Jorge Dinis.

Outros desenhadores, como Manuel Dias Duque, e construtores civis, como José Guilherme dos Santos, foram autores de projectos. Observa-se que o primeiro ocupa o cargo de chefe da Repartição do Serviço de Viacção e Obras pelo menos desde 1922 e que, em 1929, funda uma empresa de projectos e orçamentos a qual parece dominar o mercado local.

A agência do Banco de Portugal é um

edifício imponente, dentro dos cânones revivalistas, de retomada de elementos neo-classizantes e com um excelente programa funcional. Este é o edifício onde se instalou o Clube Setubalense (cujo projecto, da autoria de J. Dinis, data de 1920) são os melhores representantes das tendências arquitectónicas europeizantes chegadas aqui (Figs. 20 e 21) com atraso e variação de amplitude. Um outro edifício projectado, em 1920, para a Avenida e digno de nota foi a sede da Associação da Classe dos Operários da Indústria de Construção Civil e Artes Correlativas, também da autoria de Jorge Dinis e que parece não ter sido construído (Fig. 22).

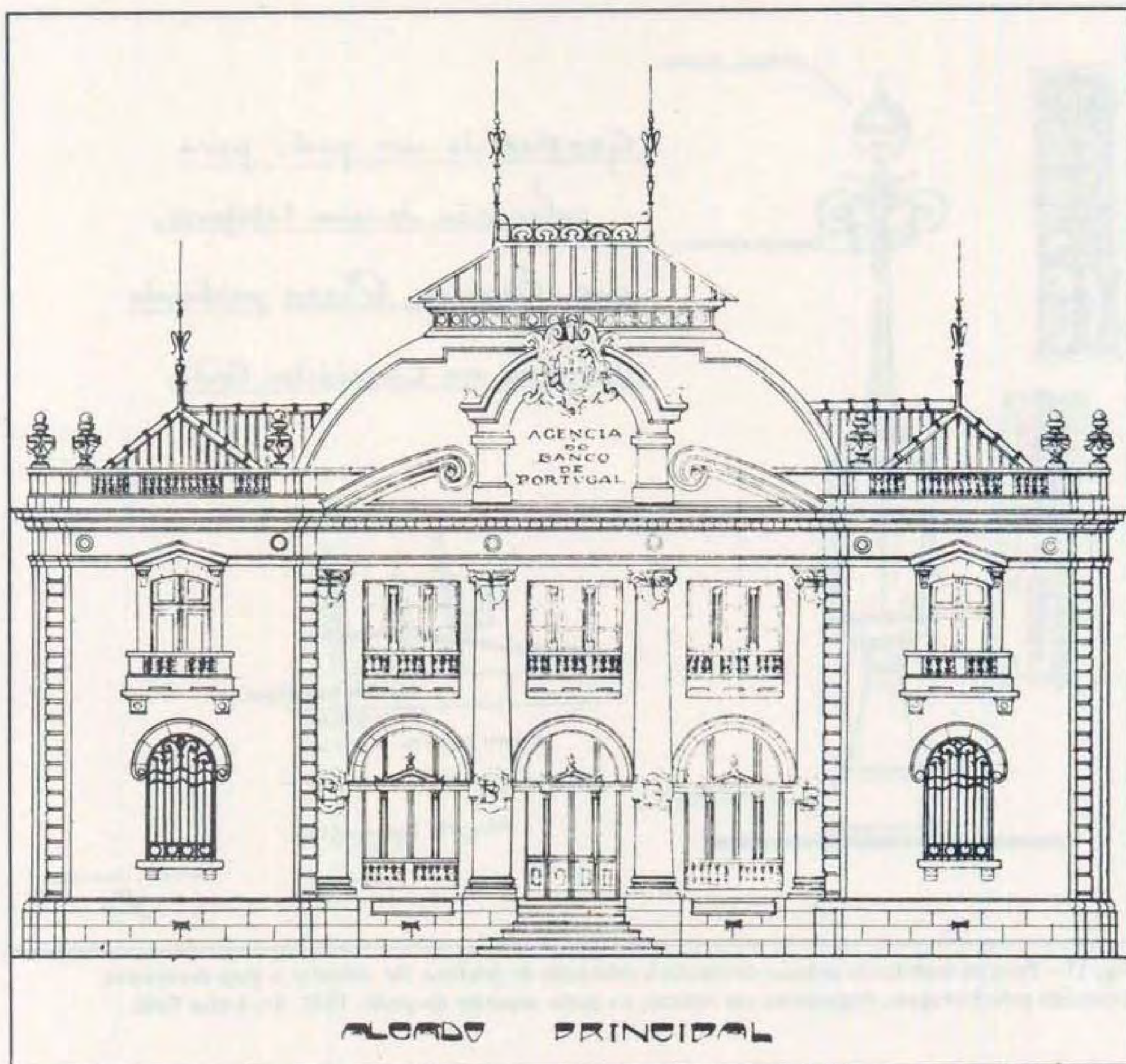


Fig. 18 – Fachada principal (Av. Luisa Todi). Agência do Banco de Portugal. Projecto da autoria de A. R. Adães Bermudes, datado de 1922.

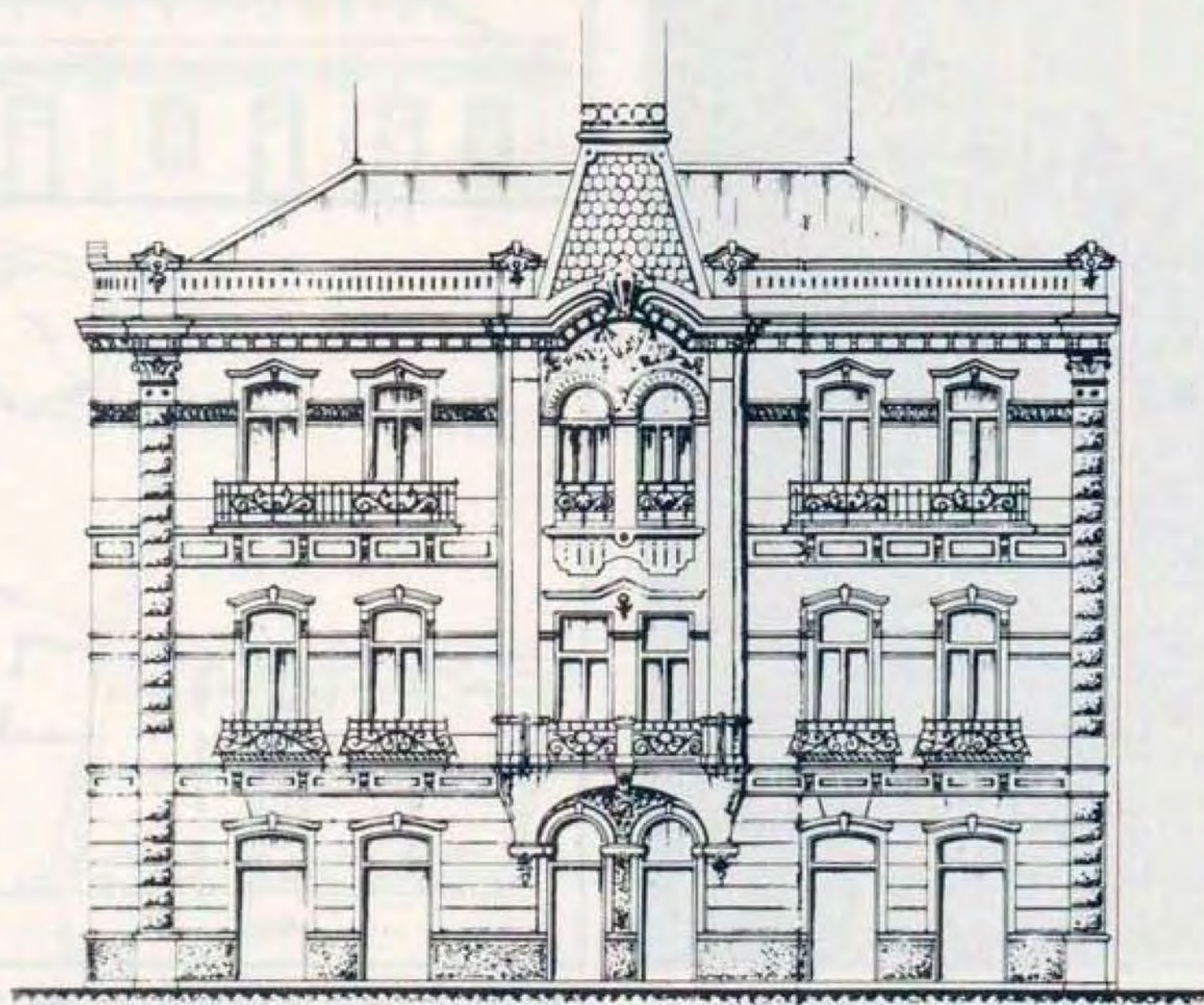


Fig. 19 – Aspecto da fachada principal da agência do Banco de Portugal. Av. Luisa Todi. Foto de J. Soares. 1986.

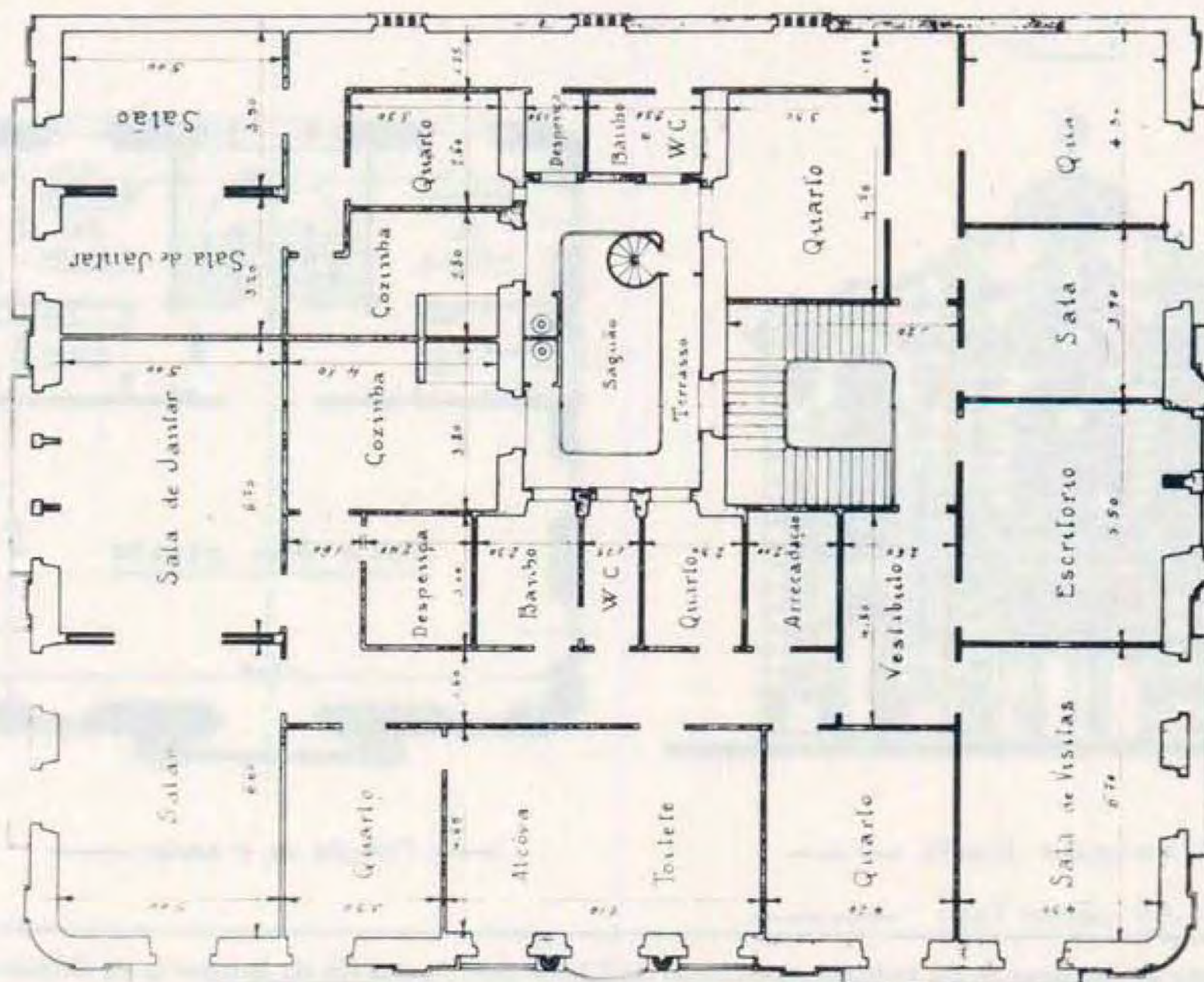
O Centro Histórico, como era inevitável, foi atingido na sua fisionomia durante o período em questão. As intervenções tiveram frequentemente o carácter de ampliações, em altura, aumentando consideravelmente a densidade de ocupação. Levantaram-se pisos em diversas ruas, nomeadamente na Rua de João Galo e na Travessa da Porta do Sol.

As alterações mais acentuadas e frequentes verificam-se ao nível dos pisos térreos, em estabelecimentos comerciais.

O Centro Histórico era a área comercial



Fachada Norte.
 AVENIDA TODI



PLANTA DO 2º ANDAR

Fig. 20 – Fachada principal (Av. Luisa Todi) e planta do 3º piso do edifício onde está instalado o Clube Setubalense. O projecto, da autoria de J. Dinis, foi apresentado em 1920.



Fig. 21 – Vista de conjunto do edifício do Clube Setubalense. Fachada da Av. Luisa Todi. Foto de J. Soares, 1986.

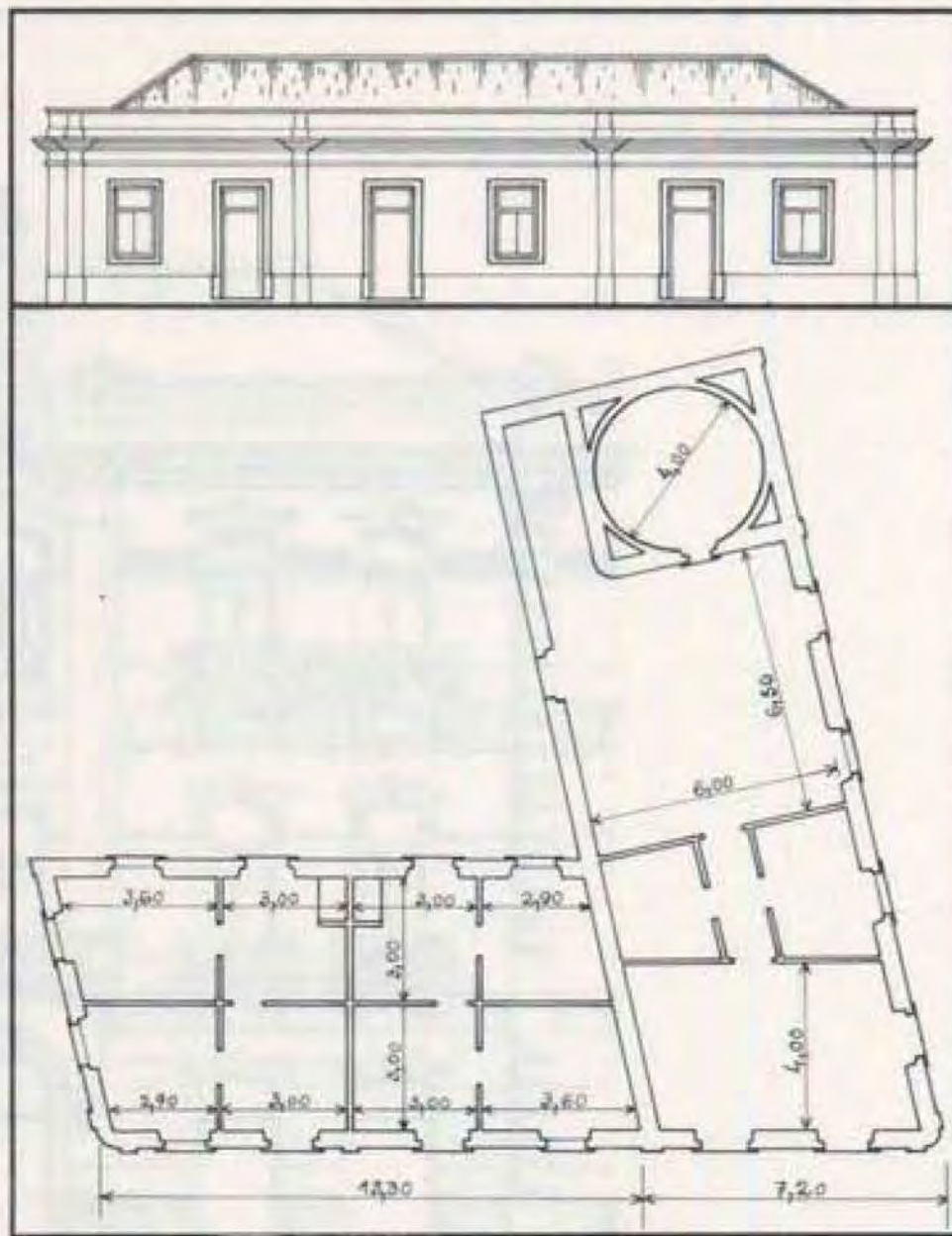


Fig. 23 – Projecto de padaria e de duas casas de habitação apresentado por Marques d'Oliveira Duarte, em 1923. Bairro Melo (Freguesia da Anunciada).

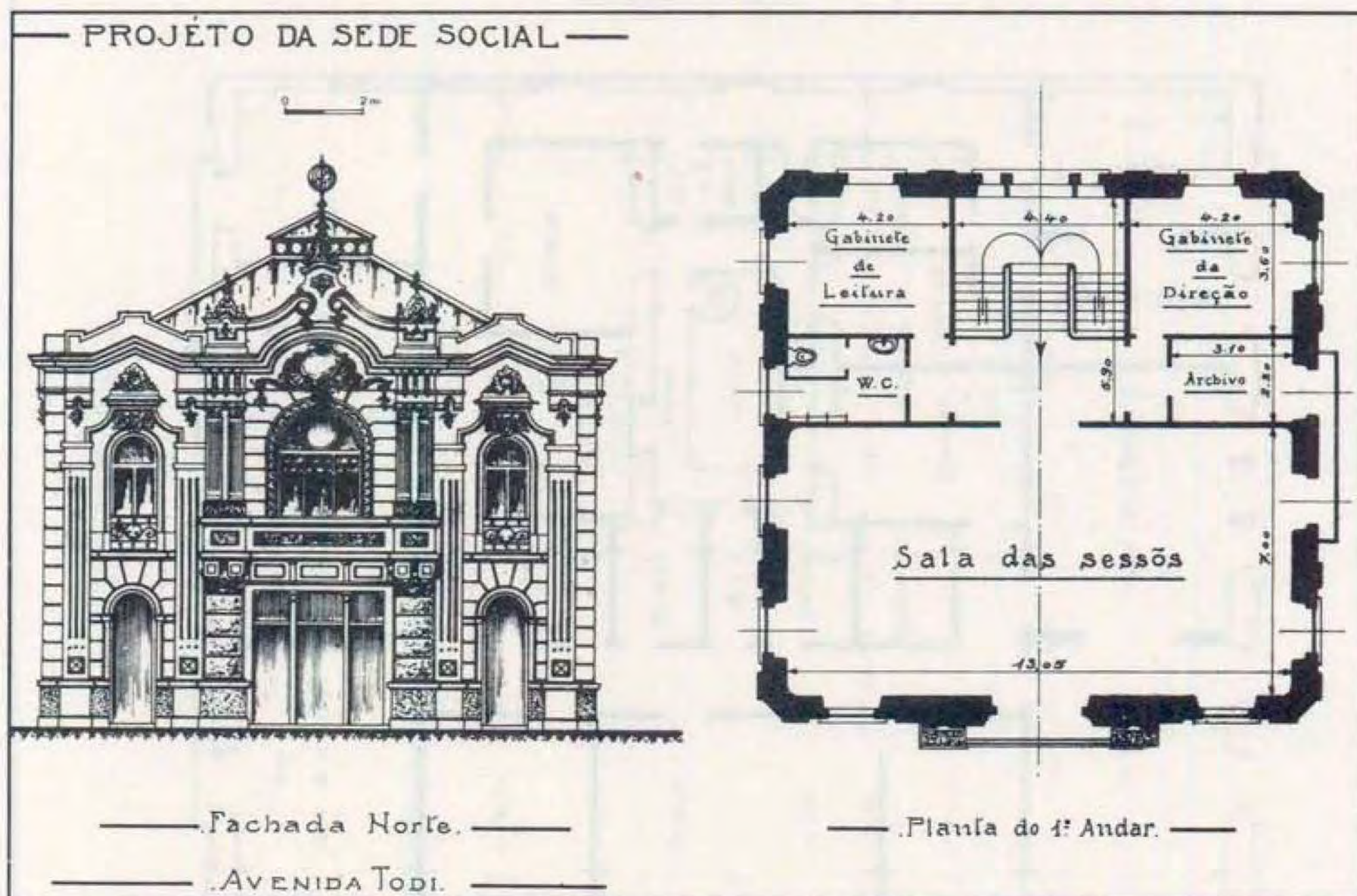


Fig. 22 – Projecto de construção da sede da Associação de Classe dos Operários da Indústria de Construção Civil e Artes Correlativas do Concelho de Setúbal apresentado em 17 de Agosto de 1920 e deferido em 28 de Agosto do mesmo ano. A fachada norte confrontava com a Av. Luisa Todi, a sul com a R. 1º de Maio, a este com a R. dos Trabalhadores do Mar e a oeste com o Parque das Escolas. A planta que se ilustra corresponde ao 2º piso. A autoria do projecto pertence a J. Dinis. O edifício projectado parece não ter sido construído.

por excelência (atenda-se à sua posição central e à sua acessibilidade) e a sede do poder administrativo (atenda-se à concentração dos valores históricos e simbólicos a que o poder tende a associar-se). O comércio, muito sensível à moda, ia introduzindo nas fachadas das suas lojas elementos neo-clássicos ou de tendência Arte-Nova. Os estabelecimentos comerciais localizados fora do Centro Histórico foram, nos anos 20, quase só padarias (Fig. 23). O pão era, evidentemente, o alimento mais largamente consumido.

O comércio contava ainda com numerosos quiosques (17 projectos de construção e 7 de alteração) (Fig. 24), edificados, na sua maioria, na freguesia de S. Julião.

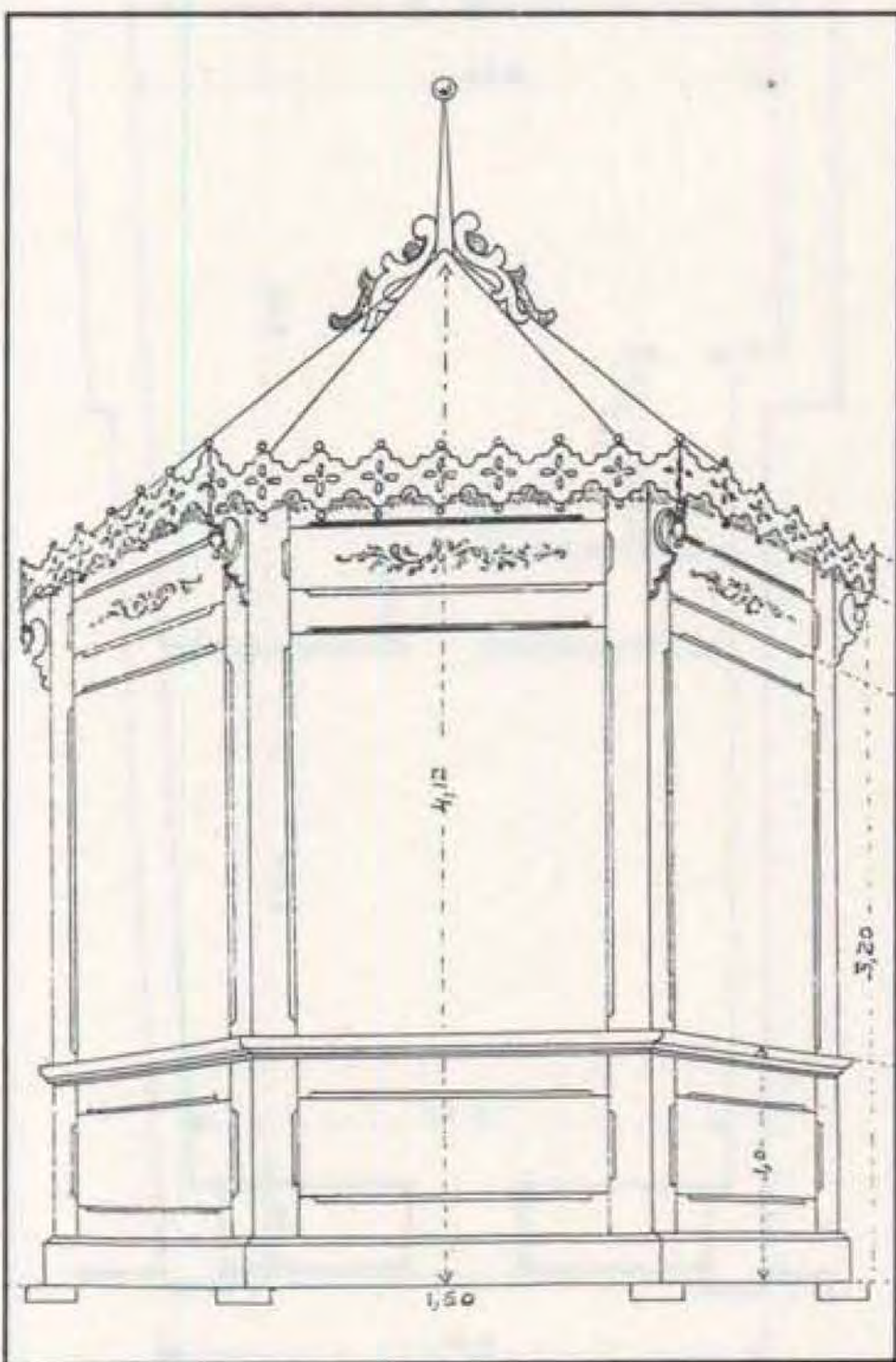


Fig. 24 – Projecto de quiosque apresentado por Delmiro Varela Faro em 1920. O projecto viria a ser aprovado mas não a localização solicitada (Largo da Misericórdia).

Uma construção no Centro Histórico, mais precisamente na Rua dos Sapateiros, merece um destaque particular. Trata-se do edifício onde funciona actualmente o Clube dos Amadores de Pesca, o qual apresenta fachada afim das correntes decorativas Arte-Nova (Fig. 25). No rés-do-chão construiu-se forno e padaria primorosamente decorada, no seu interior, por estuques com representações femininas enquadradas por molduras neo-clássicas.

De salientar a construção de um prédio de rendimento na Tv. da Capricho (Fig. 26), com 4 pisos, em substituição de uma construção em ruínas, a ampliação, em mais um piso, do prédio de rendimento do pátio Gago da Silva, ambos na freguesia de Santa Maria, e ainda a construção de um edifício com funções médico-assistenciais, no Largo da Portuguesa, por iniciativa da Associação Operária de Socorros Mútuos Setubalense fundada em 1888. O seu projecto, de autoria de Manuel Dias Duque foi apresentado em 1929.

Nas áreas degradadas, com edifícios mais antigos, viviam famílias pobres, longamente enraizadas; alimentavam não só a actividade menos qualificada do sector terciário como ofícios artesanais e serviço doméstico à burguesia que preferia construir em áreas abertas, novas, sem limitações de superfície. Alguns espaços do Centro Histórico, definida a sua vocação residencial da classe dominante desde o século XVIII, como o lado norte da Av. Luisa Todi e os principais largos que nele se abrem (na periferia do núcleo medieval, de casas estreitas e ruelas sujas) (15) continuam a manter aquela função ao serviço da burguesia tradicional e dos representantes da aristocracia local.

O habitar das "classes laboriosas" era bem diferente do da burguesia e extraordinariamente penoso.

O antagonismo dessas classes sociais projecta-se de forma exemplar na

organização do espaço urbano. Com efeito, as respectivas áreas residenciais repelem-se, sendo o fosso assim aberto colmatado pela chamada "classe média" (Fig. 27).

A classe piscatória, tradicionalmente acantonada nos bairros de Troino (pesca do alto) e Fontainhas (pesca do rio - colónia de varinos), continua a expandir-se: no primeiro

caso para Ocidente (Bairros Melo e Ferreira, Rua do Castelo, Rua da Herdade, Reboreda, Viso); os varinos urbanizam uma nova área — Bairro Santos Nicolau, de traçado vagamente radial. As moradias são, em geral, unifamiliares, térreas, com três e quatro divisões, sem casa de banho. As fachadas são pobres, decoradas por platiban-

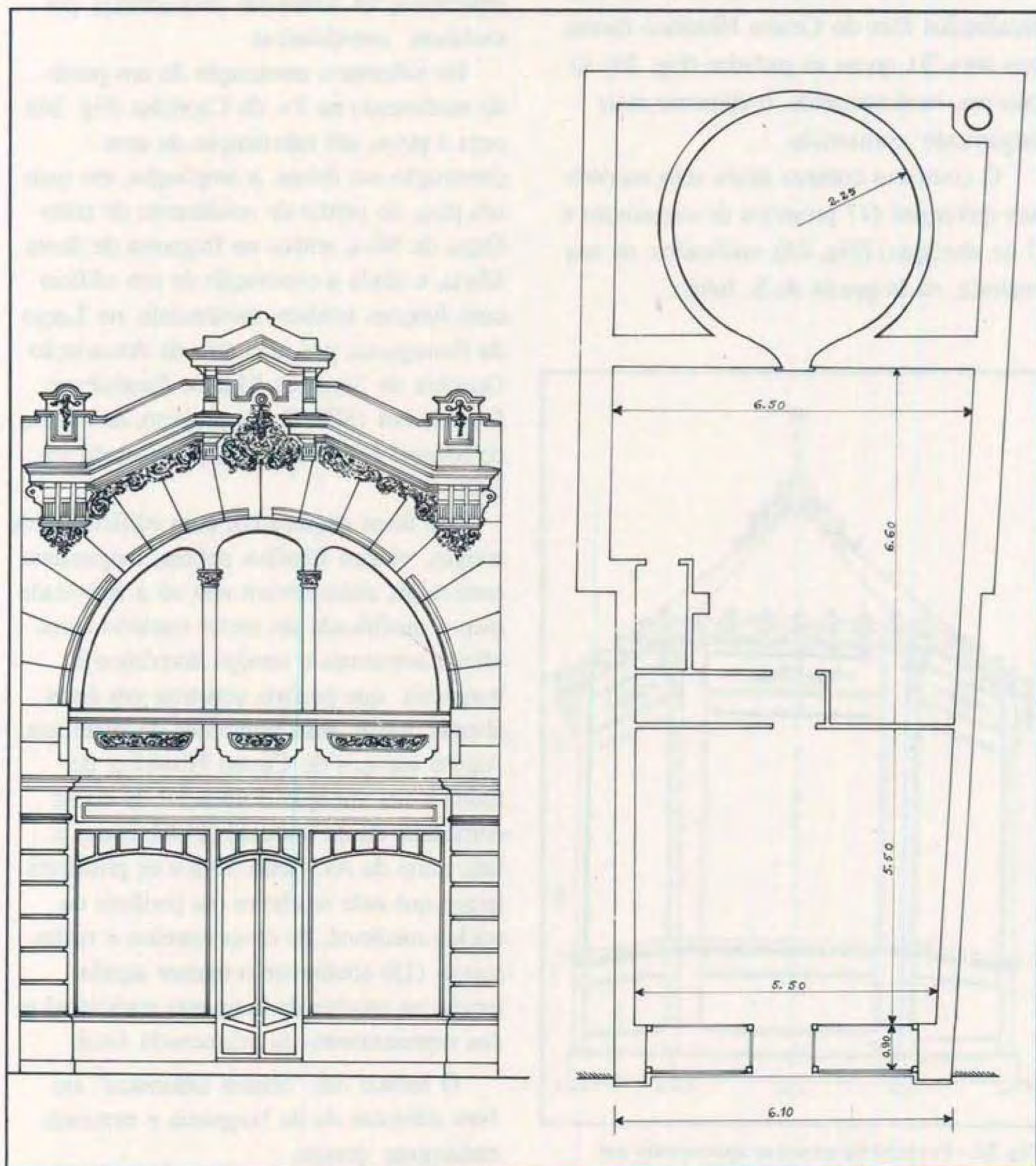


Fig. 25 – Pormenor da fachada (Rua Augusto Cardoso) e planta de uma padaria cujo projecto foi apresentado em 31/12/22 por Alberto Carmona.

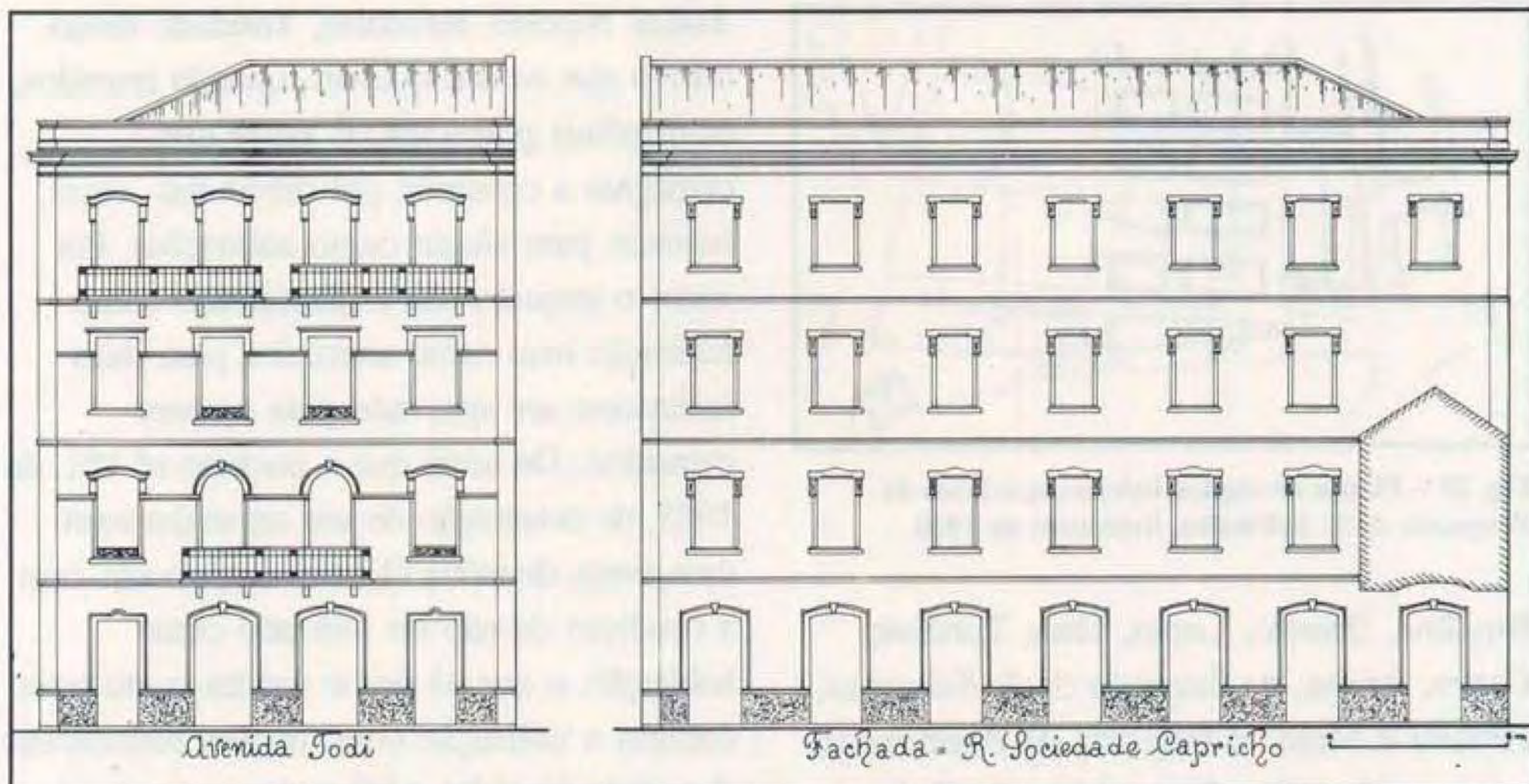


Fig. 26 – Fachadas de um prédio de rendimento, ainda hoje existente. Projecto apresentado em 1924 por Marcelino Pais Cabral.

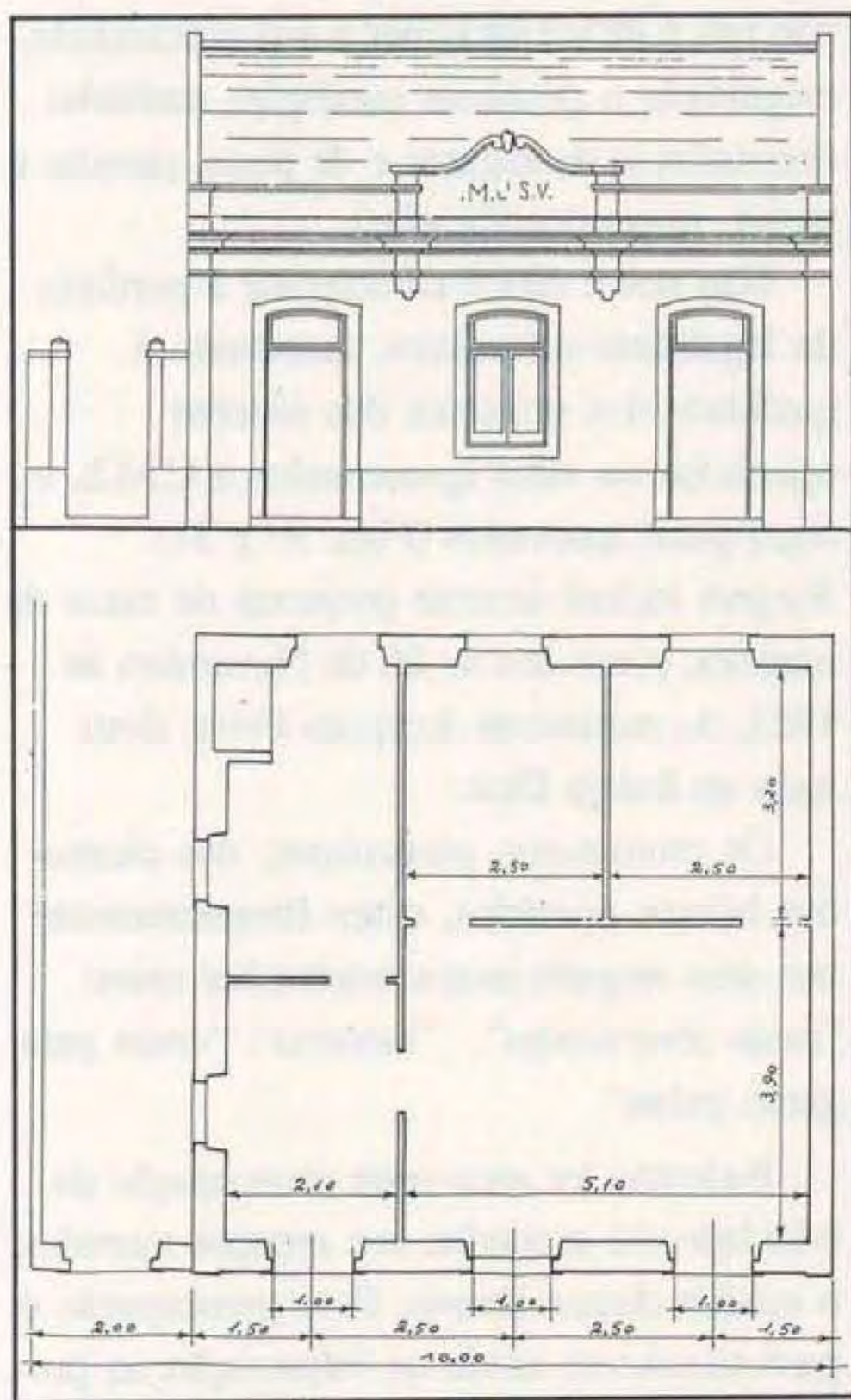


Fig. 27 – Fachada principal e planta de um dos tipos de casa mais comuns no Bairro Santos Nicolau. De notar que não possui WC. Projecto apresentado por Manuel José Soares Vigário em Abril de 1927.

das maciças, molduras ou frisos, mais raramente por azulejos. Algumas destacam-se, pela sua cêrcea, na paisagem monótona deste bairro, possuindo mais de um piso e apresentando fachadas elaboradas. Podem ter pertencido a armadores. O Bairro Rendeiro, contíguo ao anterior, desenvolveu-se também nos anos 20.

A crise habitacional, já perceptível no séc. XIX, atinge situação de ruptura na década de 20. A população continuava a crescer; esgotava a sua força de trabalho a troco de magros salários. "Habitar" era uma função secundária para quem passava fome ou sub-nutrição crónica. Mas dormir era necessário... em qualquer barraca, em qualquer canto (Figs. 28 e 29).

Pescadores e operários conserveiros viviam nas zonas periféricas da cidade, em casas mais ou menos abarracadas, com famílias numerosas. Os primeiros, mantendo elos com as áreas nucleares da sua origem; os segundos, mais desenraizados, tão próximo quanto possível do local de trabalho, em pequenas ilhas (Bairro Gamito, Pátio do Peixe-Rei, na freguesia de S. Julião), em "bairros de lata" (Monarquina,

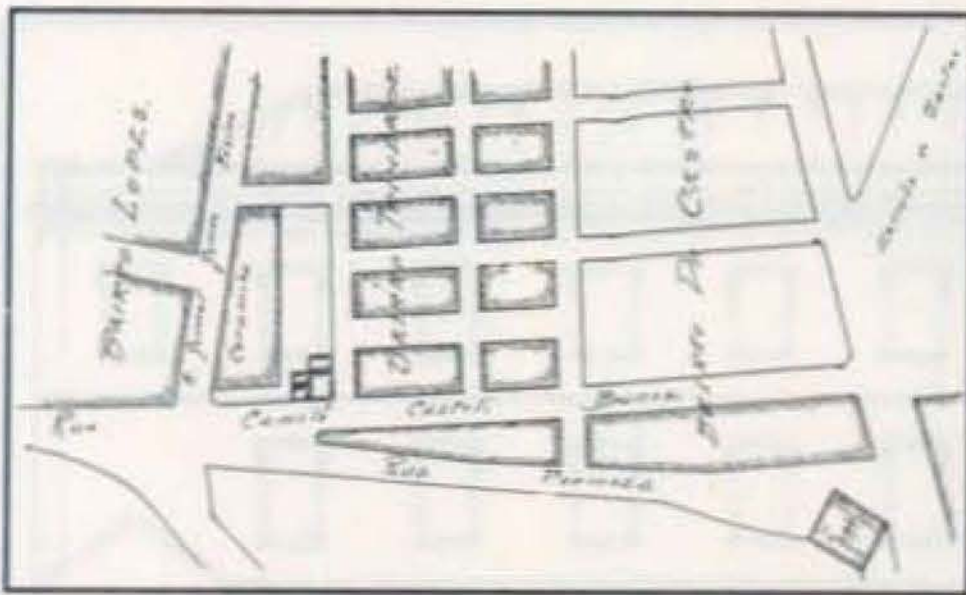


Fig. 28 - Planta de alguns bairros operários da Freguesia de S. Sebastião. Setembro de 1920.

Rosalina, Barreto, Lopes, Dias, Trindade, Castro, Areias, na freguesia de S. Sebastião; Ferreira e Melo na freguesia da Anunciada); ou em pátios (Rua General Gomes Freire, Horta dos Carmelitas; vedados, para não ser visível do exterior a sua miséria, possuíam elevada densidade populacional, sendo frequente a ocupação de uma só divisória por família). Nestes pátios, vivia-se em total promiscuidade, tomando-se negativas as qualidades de articulação do grupo, pela saturação do número de indivíduos que bloqueava totalmente o direito à intimidade individual; a mendicidade e a prostituição estão-lhes intimamente associadas.

Sobretudo a partir de 1924, os proprietários de habitações nos Bairros



Fig. 29 - Aspecto de bairro operário (Moinho das Areias). Foto de J. Soares.

Santos Nicolau, Rendeiro, Trindade descobriram que os seu quintais, quando murados, eram pátios potenciais. É assim que começam a construir, por detrás das casas, barracas para alugar como habitações. Por vezes o projecto não é identificado como habitação mas como armazém, para mais facilmente ser aprovado pela censura camarária. De notar que o projecto nº 181, de 1925, de construção de um armazém com uma única divisória (12 m²) é aprovado com a condição de não ser utilizado como habitação, o que só por si mostra como seria comum a utilização com funções residenciais das mais precárias edificações.

É-nos impossível contabilizar aqui a importância da construção clandestina, mas não nos é difícil imaginar a sua precaridade, exiguidade e péssimas condições sanitárias (inexistência de esgotos e de pisos, paredes e tectos impermeabilizados).

Não nos é difícil caracterizar a periferia da legalidade urbanística, atendendo à qualidade dos projectos dos **bairros operários** ou **vilas** apresentados à C.M.S. e regra geral aprovados (Figs. 30 e 31). Surgem inclusivamente projectos de casas de madeira, como um de 26 de Novembro de 1925, do requerente Joaquim Pinto, destinado ao Bairro Dias.

Os promotores, particulares, dos chamados bairros operários, usam frequentemente nos seus requerimentos expressões como "casas abarracadas", "barracas", "casas para gente pobre".

Pudemos ler uma certa preocupação da edilidade em esconder, em espaços murados, a miséria desses bairros. Essa preocupação é particularmente nítida na informação ao projecto de construção de sete fogos em torno de um pátio (Horta dos Carmelitas — freguesia da Anunciada) apresentado em 1920

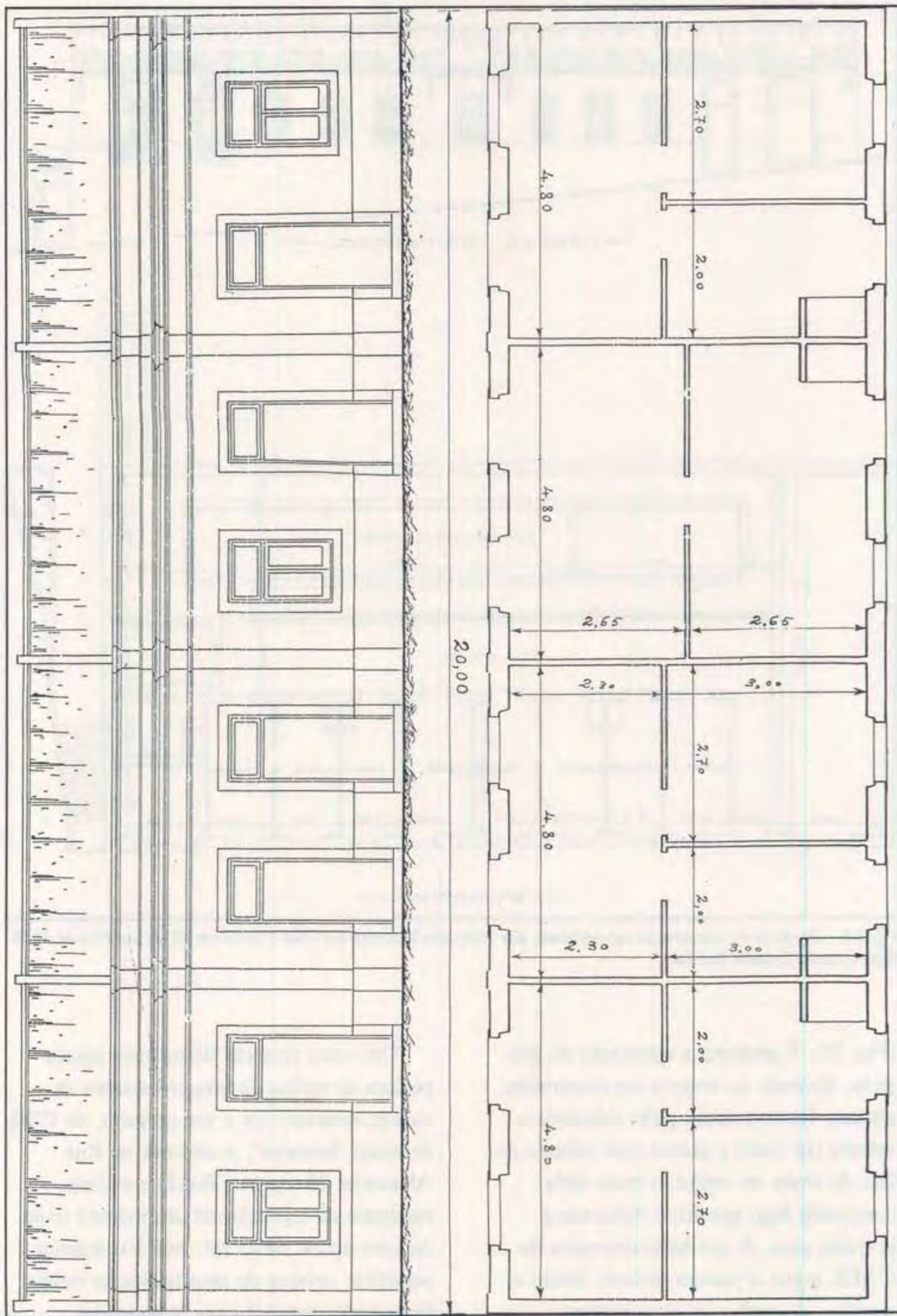


Fig. 30 – Projecto de construção de quatro habitações apresentado por Francisco Duarte dos Reis em 19/10/1925. Bairro Dias (Freguesia de S. Sebastião).

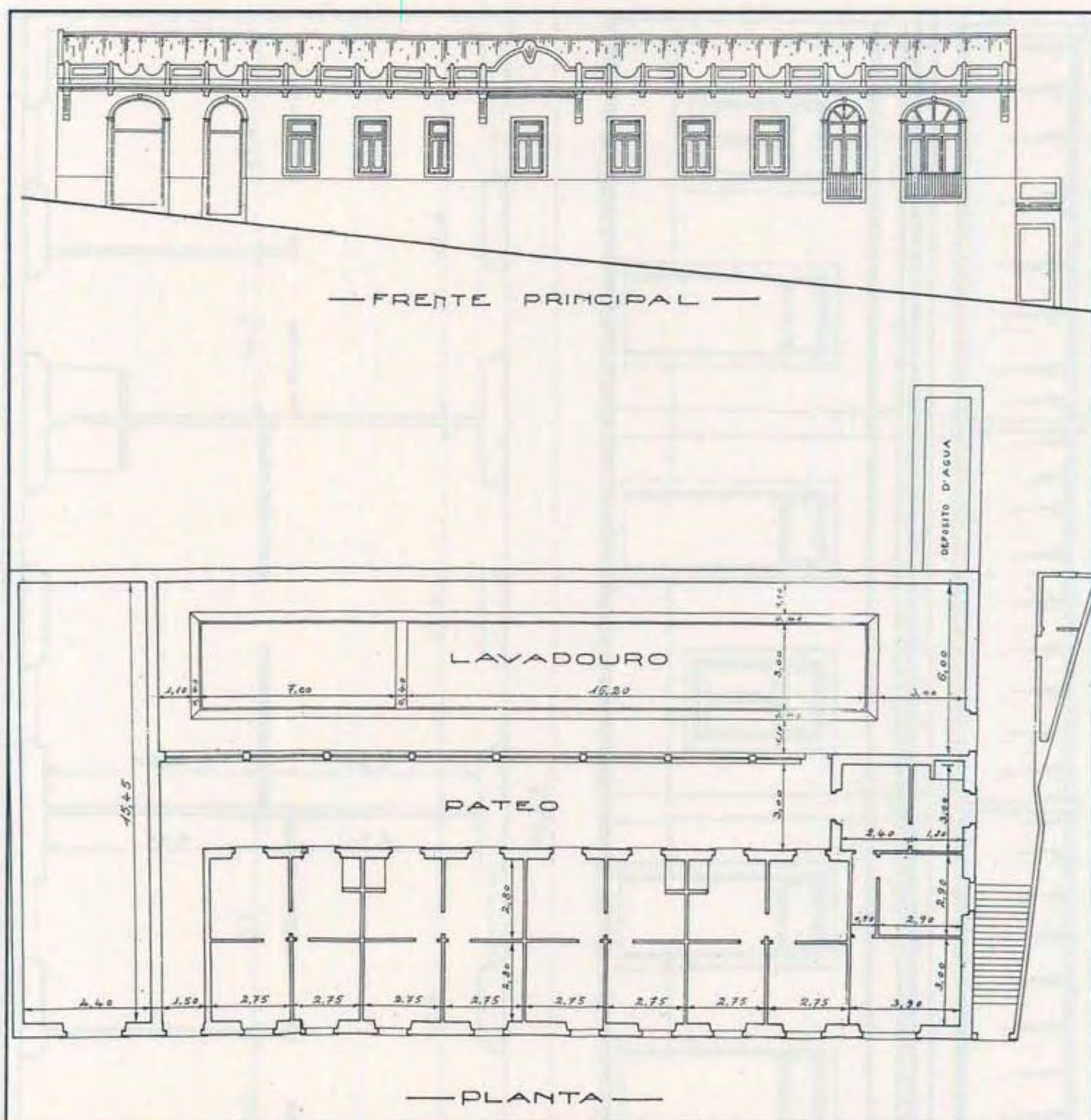


Fig. 31 – Projecto de construção apresentado por Mariano Martins dos Reis Picoto em 22 de Janeiro de 1929. Rua Camilo Castelo Branco.

(Fig. 33). É proposta a aprovação do projecto, devendo no entanto ser construídas retretes, fossa comum, pátio calcetado e vedado por muro e portão com mínimo de 2m. de altura no centro; o muro seria construído logo que fosse edificada a primeira casa. A comissão executiva da C.M.S. segue o parecer técnico, dando o seguinte despacho ao requerimento: "Deferido mas com muro de vedação".

Um outro projecto ilustra bem aquela política de defesa da imagem externa da cidade; referimo-nos a um projecto, de 1920, de cinco "barracas", a construir na Rua Alexandre Herculano. Banda rectilínea, resultante da repetição de um módulo (cujá área era aprox. de 21 m², área 10x inferior à superfície coberta de uma habitação média burguesa) constituído por 3 divisórias abertas para o exterior através de uma porta

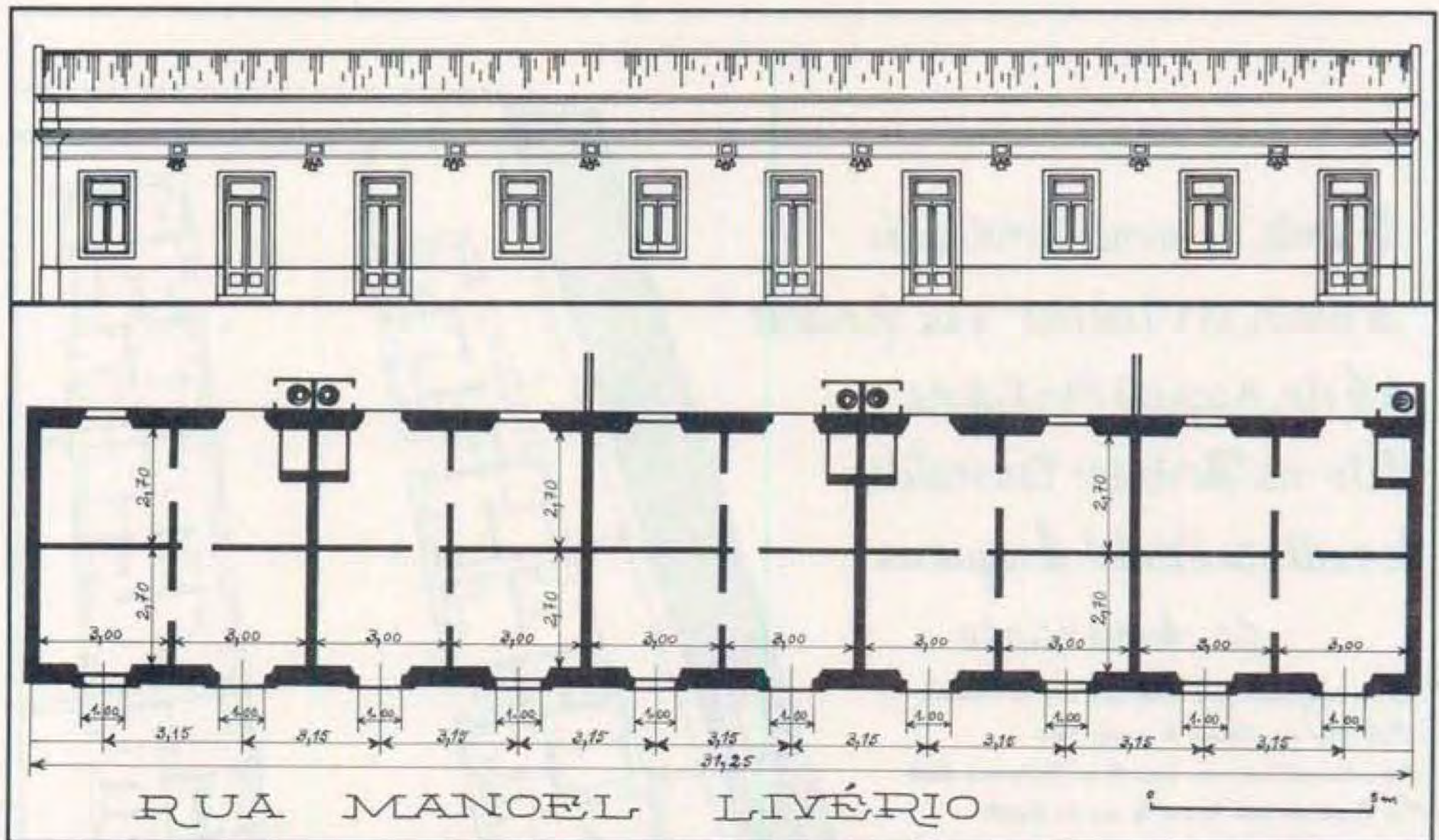


Fig. 32 – Projecto de cinco habitações, térreas e contíguas que repetem um único módulo; apresentado por Manuel de Deus Palhão em 13/2/1925. Rua Manuel Livério (periferia sul do B. Salgado, frente à litografia Sado).

e de duas janelas na fachada principal. O projecto foi deferido pelo facto da construção ser projectada para o interior de um quintal.

Um projecto de 1920 (Fig. 34), para a construção de uma vila no Bairro Santos Nicolau, merece um destaque muito particular. Ele é um caso paradigmático da desenfreada exploração do operariado pelos promotores imobiliários, atingindo-se neste caso uma situação de indeferimento. Também é aqui notório um empenho legalista "desusado" na informação sanitária, que deixa perceber o acesso muito diferenciado aos canais do poder local e a excessiva pessoalização das questões. No entanto, parece-nos interessante reproduzir algumas das passagens das sucessivas informações que este discutido processo desencadeou porque elas nos traçam o quadro legal em vigor, raramente recordado: "guarnecer os vãos destas frentes principais, com cantarias

(...). Em Lisboa é raro verem-se construções sem que levem cantarias, e as que se fazem, não levando cantarias, obedecem a outro estilo, que não este de barracas de aspecto simplicíssimo".

O parecer sanitário é francamente desfavorável: "Este projecto de bairro operário (...) constitui um grave perigo para a saúde pública".

"É constituído por um grande aglomerado de habitações (...) porque o pátio se torna sempre um depósito de lixo e imundícies".

"Grande número de compartimentos não tem o mínimo de cubagem legal (...)".

"Muitas habitações são constituídas apenas por dois pequenos quartos com a cubagem total de 43 a 50 metros cúbicos (...)".

"Que a cubagem de cada compartimento seja pelo menos de 25 metros cúbicos e que o mínimo de cubagem total da habitação seja

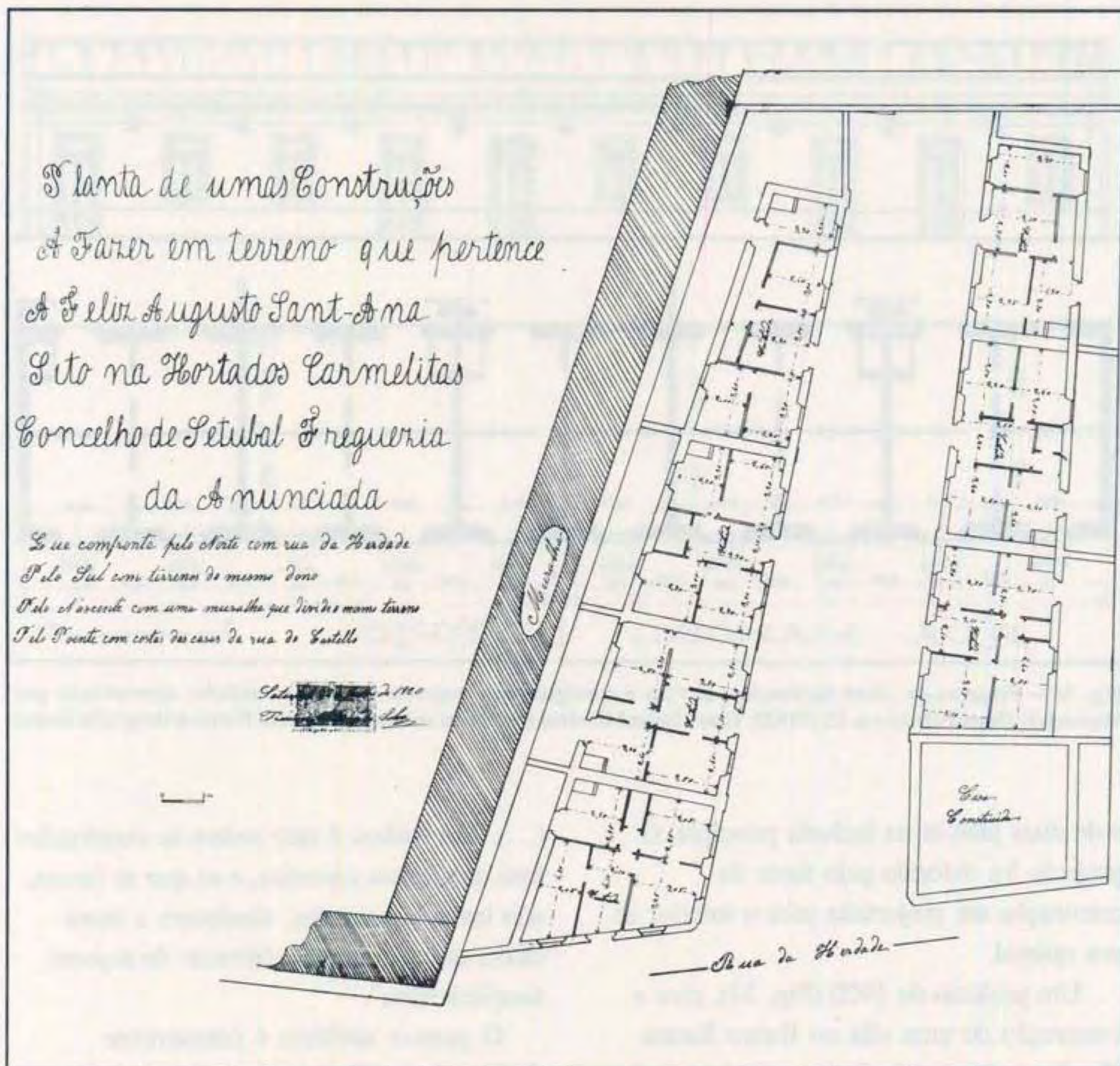


Fig. 33 – Projecto de um pátio a edificar na Horta dos Carmelitas (Freguesia da Anunciada) apresentado em 1920.

de 100 metros cúbicos".

"Que o páteo seja calçado".

"Que no centro do páteo haja uma retrete colectiva com fossa, (...) e um tanque lavadouro com o devido esgoto".

"(...) habitações pequenas, exíguas (...) temos já demasiadas na cidade (...) não se deve permitir que se estabeleçam novas ilhas sem nenhuma condições hygiénicas".

A requerente argumenta contra as modificações impostas ao projecto, invocando entre outras razões a aprovação de um projecto em tudo semelhante ao seu em 1919. A Comissão Executiva da Câmara Municipal de Setúbal mantém contudo o

indeferimento, "conformando-se" com o parecer sanitário, uma vez que se prescindia das cantarias na fachada principal, exigidas numa primeira fase pelo parecer técnico.

Verifica-se, ainda, que enquanto no Bairro Salgado são dados às ruas nomes de figuras notáveis, nos bairros operários, também de estrutura reticulada, pelo menos em projecto, ou seja em intenções, as ruas são frequentemente designadas por letras.

As estradas e azinhagas mostram-se importantes factores na orientação da expansão urbana (Estrada dos Arcos, das Machadas, da Algodeia, na freguesia de S. Julião; Estrada dos Ciprestes, do Alentejo,

de Santas, Estrada Nova das Montureiras, Estrada do Camolas, na freguesia de S. Sebastião).

Em Areias, Estrada de Santas, Olival do Cano/Rio da Figueira, Bairro Santos Nicolau, constroem-se habitações destinadas a uma classe média que funciona como almofada entre os extremos da hierarquia social.

Já no séc. XIX (16) e primeira década do séc. XX, se tinham vulgarizado os "prédios de rendimento", de fachadas monótonas, resultantes da repetição de um módulo correspondente a uma unidade habitacional. Situaram-se nomeadamente na zona ocidental e fabril da Avenida Luisa Todi, na zona ribeirinha. Estes prédios de rendimento irão, na década de 20, aumentar a sua capacidade através do acréscimo de sótãos ("trapeiras"); outros serão construídos de raiz. Bons exemplares dos anos 20 podem ser observados, como já referimos, no pátio Gago da Silva e na Travessa da Sociedade Capricho, com quatro pisos.

A expansão urbana, particularmente importante na freguesia de S. Sebastião, irá desenvolver-se sobre terrenos de fraca capacidade agrícola, incultos ou ocupados por olivais pouco produtivos. Na freguesia de S. Julião, onde se situam solos de aluvião de alto valor agrícola, as novas áreas urbanizadas dispõem-se em estreitos cordões ao longo das estradas (E. da Algodeia, E. dos Arcos, e ainda entre as Estradas dos Arcos e Machadas, numa faixa de terreno de relevo acidentado, o chamado Olival do Cano). A geomorfologia (planalto de arenitos plio-pleistocénicos) e a fraca capacidade agrícola de parte do território da freguesia de S. Sebastião favoreceram a expansão dos bairros pobres. Estes, por sua vez, são repulsivos para os bairros burgueses.

Não foram registados projectos de construção de fábricas de conservas de peixe ou de indústrias subsidiárias; surgiram 24 projectos de construção de barracões não especificados. Seriam destinados a unidades fabris improvisadas? Encontrámos projectos de alteração de fábricas de conservas

preexistentes: Policarpo, Ramos e Comp^a, na Rua da Herdade, António Alonso, Hijos, na Rua Almeida Garrett, Sociedade de Conservas Atlas, na R. Acácio Barradas, Reis e Dias Lda., na Estrada da Graça, Abreus Novais, Lda., nas Fontainhas, fábrica Luis José Baptista, no Bairro Baptista, Fábrica de Conservas da Societé Arsène Saupiquet, na Estrada da Rasca, firmas M. Periennes Lda., na ladeira de S. Sebastião, Delory e fábrica de Conservas da firma Casimiro e Nascimento no Largo António Joaquim Correia. Surgiram igualmente projectos de alteração de litografias (Litografia Sado, na R. Manuel Livério, Nova Litografia na R. do Mata-douro, Sociedade Litográfica Portuguesa na R. Alexandre Herculano) e de litografias/latoarias (fábrica Astória, da Sociedade Industrial Setubalense). A localização destas unidades fabris fornece bem a imagem de entrosamento entre espaços residenciais e fabris na cidade de Setúbal (Fig. 35). As fábricas dispersam-se pelo tecido urbano com alguns núcleos de maior concentração (Zona Ocidental da Av. Luisa Todi, Ladeira das Fontainhas / Estrada da Graça) e ditam, em última análise, as regras da produção do espaço urbano.

Em geral, podemos afirmar que Setúbal possuía graves carências em termos de equipamentos colectivos e de infra-estruturas. A rede de esgotos não acompanhava o seu crescimento; os Ribeiros do Livramento e de S. Francisco eram verdadeiros colectores de despejos; o bem-estar colectivo interessava pouco aos poderes instituídos. As doenças (tuberculose, tifo exantemático, peste bubónica) propagavam-se em campo fértil.

Alguns elementos provenientes da classe dominante, intelectuais, dedicaram, contudo, atenção especial aos graves problemas sanitários / sociais que atormentavam a cidade. Referimo-nos aos médicos Francisco Soveral, António Rodrigues Manito e ao já citado provedor do Hospital da Misericórdia, Paula Borba (17).

A iluminação continuava a ser a gás, desde 1859; existiam 150 candeeiros e

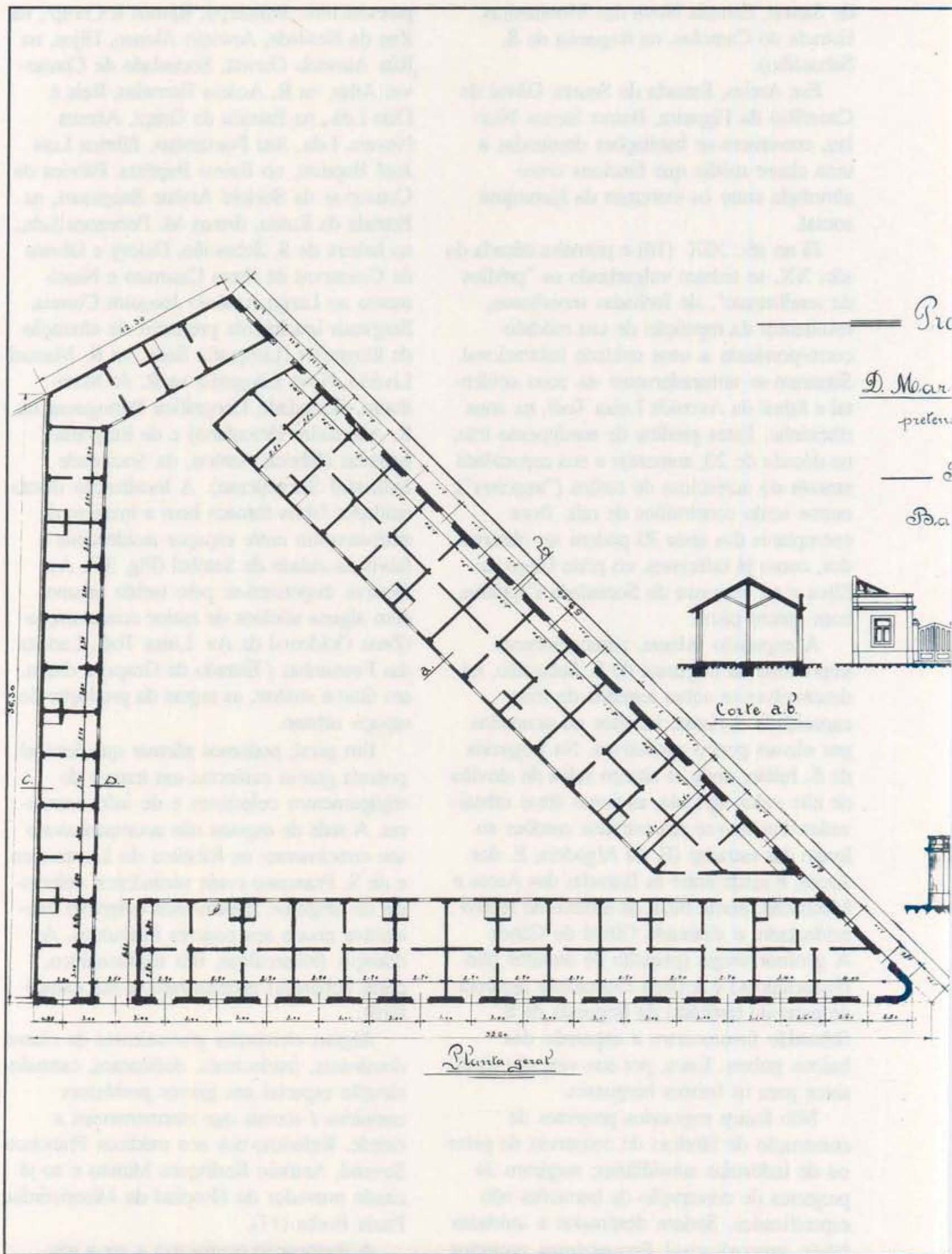


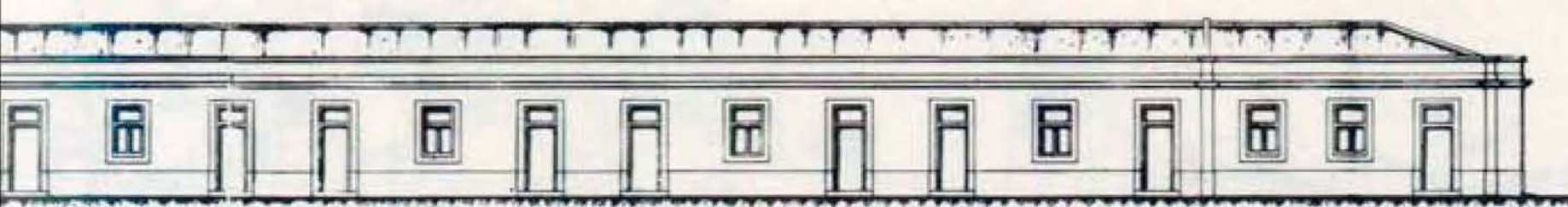
Fig. 34 – Projecto indeferido de um bairro operário, "vila", apresentado em 1920 e destinado ao Bairro Santos Nicolau.

Plano de uma Villa ———
que
Perpetua Ribeiro

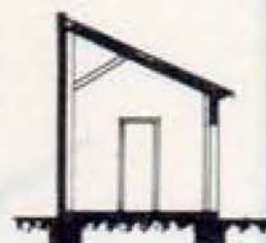
construira no seu terreno

sito entre as
ruas "B" e "D" ———

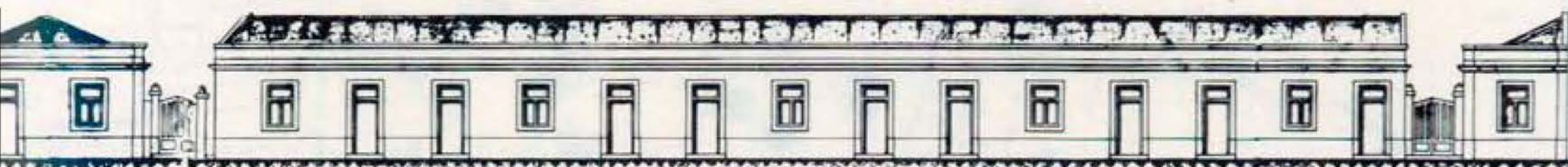
no
Lugar Santos Nicolau



Frente para a Rua "B"



Corte C.D.



Frente para a Rua "D"

18 de Junho 1922

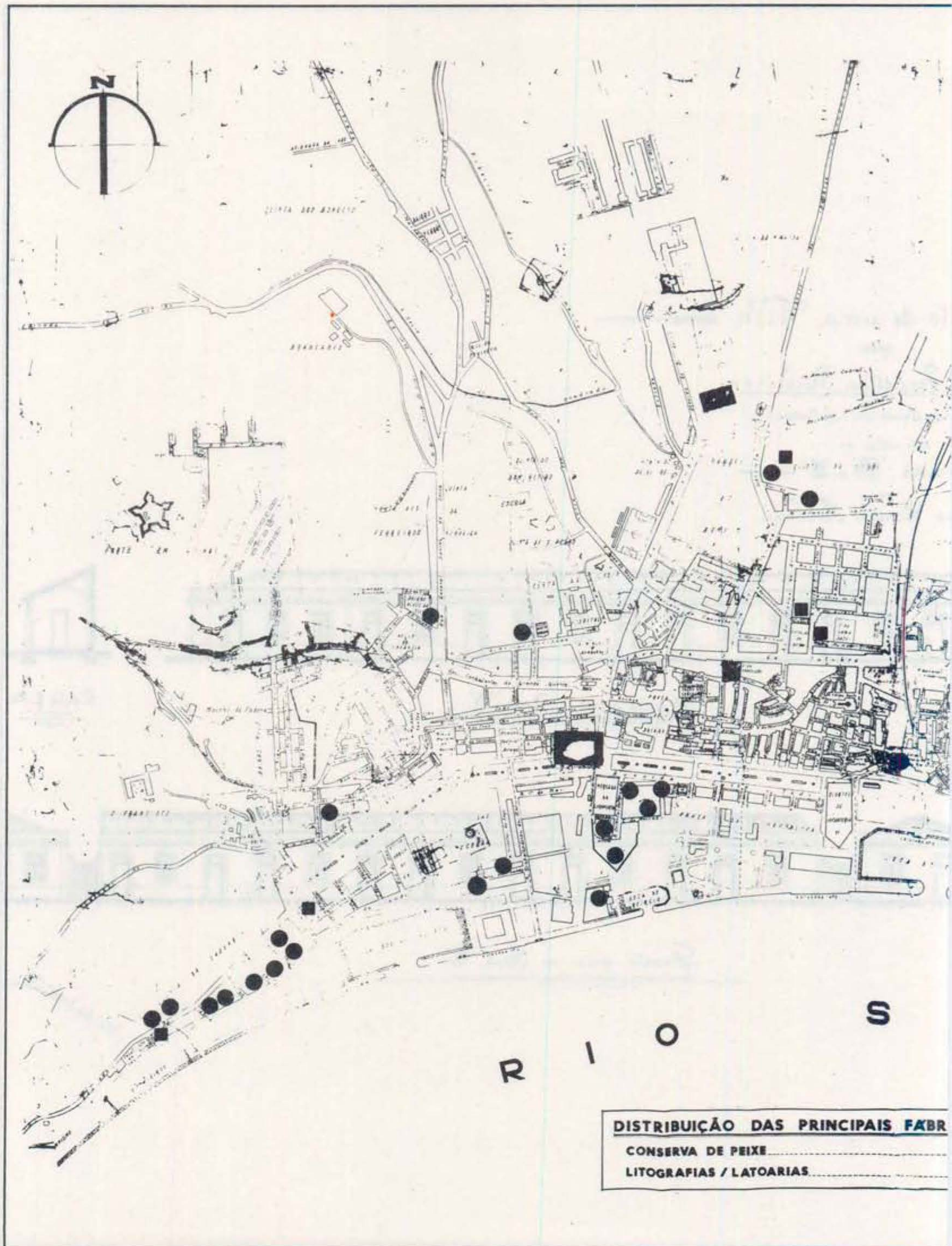


Fig. 35 – Distribuição espacial (aproximada), no tecido urbano de Setúbal, de unidades fabris de conservas de peixe, latoaria antiga fábrica Astória (latoaria e litografia) e que trabalha nesse ramo industrial, em Setúbal, desde os anos 40.

PLANTA DA CIDADE DE SETÚBAL



rias e litografias. A reconstituição foi possível graças à colaboração de Júlio Silva, chefe dos serviços administrativos da

estavam a cargo de Companhias Reunidas de Gás e Electricidade. A sua produção era quase só destinada à iluminação pública. Algumas fábricas de conservas e litografias possuíam geradores eléctricos. A Sapec e a Secil tinham centrais próprias.

Só em 1930 seria inaugurada a iluminação eléctrica em Setúbal, a cargo da Sociedade Electrificadora Urbana e Rural – SEUR, subsidiária da VUP, a partir da central da Cachofarra. Em 1929 instalara-se a central eléctrica da Cachofarra, com caldeiras a carvão e um turbo grupo de 1 500 KW, por iniciativa das Minas da Borralha que dela necessitava para a produção de carboneto de cálcio, e que tinha também potência para alimentar a cidade (18).

As obras do porto, tão insistentemente reclamadas e adiadas, constituíram o principal investimento público do final do período em estudo. O início (1920) do mesmo ficara marcado pela inauguração da linha férrea do Vale do Sado.

No final do decénio parece notar-se uma tendência para o reforço do poder administrativo e quiçá para um maior controlo da intervenção do capital privado na produção do espaço urbano. Este atinge em 1930 a área de 22 ha (19) (Figs. 36-38). A Exposição Regional de 1930 faz, de certo modo, um balanço dos recursos económicos regionais. Setúbal manifesta a vontade de assumir o controlo da região, de acordo com as funções que lhe são cometidas como capital do novo Distrito.

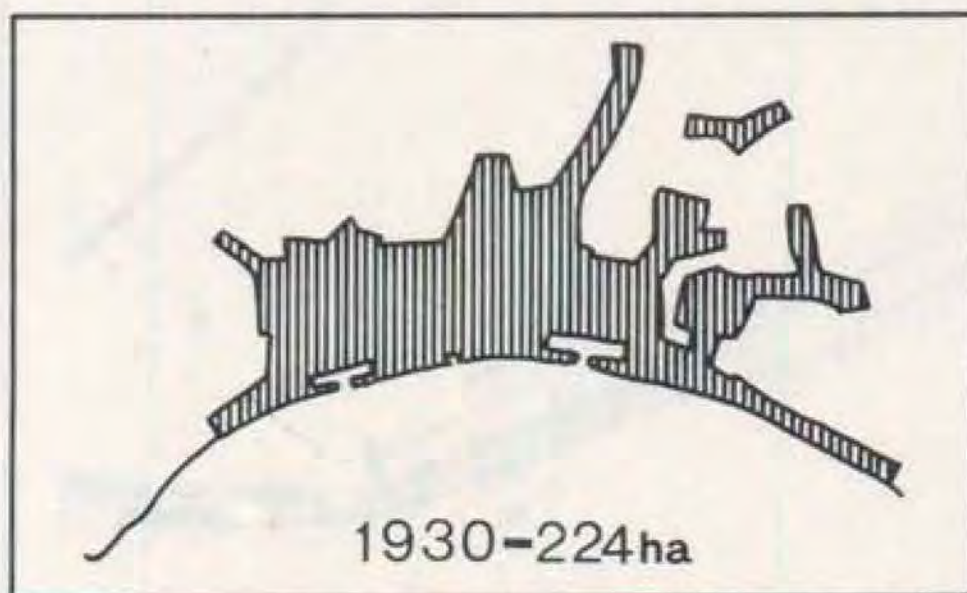


Fig. 36 – Área urbanizada de Setúbal em 1930. Seg. Caldeira Cabral et. al., 1975.

- (1) Guilherme FARIA, *Setúbal e a Indústria de Conservas*, ed. Câmara Municipal de Setúbal, 1950.
- (2) Informação recolhida no Arquivo Geral da Marinha.
- (3) A. PERESTRELLO, *O Porto de Setúbal*, ed. Junta Autónoma das Obras do Porto e Barra de Setúbal e do Rio Sado, p. 39, 1934.
- (4) V. Pulido VALENTE, Os conserveiros de Setúbal (1887-1901), *Análise Social* vol. XVII nº 3, 4 e 5, pp. 615-678, Lisboa 1981.
- (5) Op. cit. nota 3.
- (6) Leonor CAMPOS, Do trabalho ao lazer, in catálogo policopiado da exposição *Setúbal. Anos 20.*, Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal e Museu da Cidade, Setúbal, 1986.
- (7) Boletim da Direcção Geral da Agricultura, *Monografia do Concelho de Setúbal*, nº 1, p. 51, ed. Imprensa Nacional, Lisboa, 1911.
- (8) Op. cit. nota (3) e C. Vieira de FARIA, *Novo Fenómeno Urbano. Aglomeração de Setúbal*, ed. Assírio e Alvim, Lisboa, 1980.
- (9) Alberto PIMENTEL, *Memória sobre a História e Administração do Município de Setúbal*, p. 140, Lisboa, 1877.
- (10) D. VALENTI, *Teoria da População*, ed. Progresso, 1987.
- (11) Trabalho realizado no âmbito do projecto "Préexistências e Evolução Urbana de Setúbal". Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal.
- (12) A informação arquivada apresenta lacunas detectáveis no que respeita a peças gráficas e a requerimentos e é possível que não corresponda à totalidade dos projectos que deram entrada na C.M.S. Constituirá no entanto uma amostra significativa.
- (13) Catálogo da exposição *Raúl Lino. Exposição Retrospectiva da sua obra*, ed. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1970.
- (14) Cf. José Augusto FRANÇA, *A Arte em Portugal no séc. XIX*, vol. II, ed. Livraria Bertran, Lisboa 1966.
- (15) Carl, I., RUDERS, *Viagem em Portugal. 1798 - 1802*, ed. Imprensa Nacional, Lisboa, 1981.
- (16) Ver a propósito Maria João Madeira RODRIGUES, *Tradição, Transição e Mudança. A produção do espaço urbano na Lisboa oitocentista*, *Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa*, Lisboa 1979.
- (17) J.T. Montalvão MACHADO, *Vultos médicos de Setúbal*, ed. Junta Distrital de Setúbal, Setúbal, 1961.
- (18) Henrique CABEÇADAS, *Setúbal nos Anos 20. Novas indústrias*, in catálogo policopiado da exposição *Setúbal Anos 20*, Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal e Museu da Cidade, Setúbal, 1986.
- (19) F. Caldeira CABRAL et al., *Ordenamento Territorial do Concelho. Estudo Prévio*, ed. Câmara Municipal de Setúbal, 1975.



Fig. 37 – Fotografia aérea de Setúbal. 1930. Área central . (Oferecida à C.M.S. pelo G.E.A.R. Amadora, 3/5/1930).



Fig. 38 – Fotografia aérea de Setúbal. 1930. Área ocidental. (Oferecida pelo G.E.A.R. à Câmara Municipal de Setúbal. Amadora 3/Maio/1930).

I ENCONTRO INTERNACIONAL DE MUNICÍPIOS COM CENTROS HISTÓRICOS

Manuela D. Boieiro*

Por iniciativa da Associação Portuguesa de Municípios com Centros Históricos e da Associação Cultural – Património XXI, decorreu em Beja na Casa da Cultura (de 28 de Outubro a 1 de Novembro de 1988) o I ENCONTRO INTERNACIONAL DE MUNICÍPIOS COM CENTROS HISTÓRICOS.

A presença de mais de 200 participantes nacionais e estrangeiros num debate vivo e entusiástico, veio confirmar que as temáticas programadas mereceram, só por si, um indesmentível interesse, quer por parte dos técnicos quer pelas instituições ali representadas.

De Espanha, França, Itália e Hungria vieram diversos especialistas convidados que apresentaram as suas experiências neste âmbito e contribuíram para um novo entendimento dos conceitos de património cultural e histórico bem como uma nova visão dos espaços denominados "Centros Históricos".

Mundialmente, está a generalizar-se uma grande preocupação por parte de técnicos ligados às áreas de urbanismo, arquitectura e meio ambiente, no sentido de alertar os poderes públicos para a importância do património histórico legado pelas gerações passadas e ao mesmo tempo sensibilizá-los para uma intensa campanha de esclarecimento junto das populações, de modo a que

haja uma colaboração muito estreita entre estas e os possuidores e/ou administradores destes elementos históricos, parte integrante da Humanidade.

Sempre que os organismos públicos decidem empreender programas de restauro e recuperação do património histórico, técnicos e populações, organizadas ou não em Associações, têm desenvolvido um trabalho conjunto no sentido de preservar as tradições e tudo aquilo que diz respeito à sua vida colectiva.

Em Portugal, a constatação do imenso património imóvel degradado (habitações, monumentos, castelos, muralhas, capelas, igrejas, conventos, edificações de variados tipos, etc.) em simultâneo com a existência e/ou alargamento de autênticos atentados arquitectónicos praticados em cidades, vilas e aldeias abastardando assim o equilíbrio paisagístico e contribuindo para a desvalorização e/ou perda de valores culturais que perduraram ao longo dos tempos, fez despoletar nas camadas populacionais mais conscientes e sensíveis a esta herança colectiva uma empolgante vontade e um movimento dinâmico muito positivo.

Dessa força anímica aliada aos conhecimentos dos técnicos especializados, surgiu de uma forma responsável, ponderada e actuante a formação de diversas Associações de Defesa e Salvaguarda do Património, que a este nível local desempenham não só um trabalho de sensibilização e esclarecimento

* Técnica da Câmara M. do Seixal

como também actuam de uma forma vigilante, impedindo em muitos casos um maior atropelo e mesmo a destruição de bens patrimoniais que a todos pertencem.

Refira-se, como exemplo, as Associações de Defesa do Património existentes em Beja, Évora, Mértola, Lisboa (Alfama) a par de tantas outras no nosso país. E quão importante tem sido a sua actuação junto do Poder Local e das instituições governamentais que interferem nessas áreas!

Lamentavelmente, nem sempre estas correspondem aos desejos, vontades e necessidades sentidas pelos munícipes, potenciais interessados na salvaguarda e preservação dos valores tradicionais seus envolventes.

Numa afirmação da nossa identidade cultural portuguesa, o Poder Local Democrático, interpretando uma vez mais os desejos acalentados das populações e compreendendo a importância do património cultural e histórico, tem na realidade desenvolvido um trabalho articulado com técnicos,

reunindo inúmeros saberes (populares e científicos) numa tentativa de preservar as características tipológicas dos aglomerados urbanos e rurais, evitando a destruição do que ainda é possível.

O testemunho deste incansável trabalho está patente na abertura de museus municipais, na criação de diversos núcleos museológicos e urbanos, mais conhecidos por centros históricos das vilas ou cidades.

No I Encontro Internacional de Municípios com Centros Históricos, entidades organizadoras, autarcas presentes, técnicos e especialistas confirmaram que na realidade, não fora a intervenção do Poder Local Democrático na salvaguarda do património existente, Portugal estaria hoje ainda mais pobre.

O estado de abandono e desleixo patentes por toda a parte, relativamente ao património edificado, a par da ausência de recursos materiais e financeiros (privados ou estatais) ilustram esta vergonhosa situação nacional.

A inerente complexidade envolvendo diversas entidades protectoras ou tutelares, de intervenção prática quase inexistente, em simultâneo com a posição dos proprietários dos imóveis, sujeitos a condicionalismos económicos dificilmente ou mesmo impossíveis de superar por si próprios, leva a que se tenha ali concluído que o premente restauro e conservação são tarefas árduas e complexas com inúmeras dificuldades na sua resolução rápida.

O consenso ali alcançado pelos arquitectos, urbanistas, historiadores e dirigentes das Associações de Defesa do Património Histórico-Cultural, entre outros, reforçou a urgência na redefinição de atribuições e competências.

Urge dotar dos necessários recursos financeiros, mesmo de uma forma faseada, as entidades responsáveis pelos planos de restauro e conservação dos inúmeros edifícios de interesse público, incluindo os monumentos nacionais.

A indefinição e dispersão de responsabilidades pelo Instituto Português do



Património Cultural (I.P.P.C.), Direcção Geral de Monumentos Nacionais, autarquias e outras entidades, não permitem articular os poucos meios disponíveis tendentes à desejável resolução de tão candentes problemas.

A apresentação de textos e imagens documentais do lamentável e indigno panorama do Património Histórico Edificado Português evidenciou a degradação, ruína e um desprezível abandono por parte das entidades superintendentes, salvo raríssimas excepções.

A constatação de tanta insensibilidade e desrespeito pela nossa riqueza cultural e histórica, por parte dos organismos estatais, ilustra a orientação seguidista dos inesquecíveis comandos do antigo regime, em oposição à vontade das populações locais e seus representantes.

No período pós - 25 de Abril e a nível das autarquias, os Gabinetes Técnicos Locais desempenharam uma importantíssima função técnica e social, contribuindo para um movimento dinâmico local no sentido de sensibilizar as populações residentes nos núcleos habitacionais antigos para estas questões prioritárias de intervenção e aplicação de materiais tradicionais, planificando fases de recuperação e restauro de modo a proporcionar melhores condições de habitabilidade, melhorando igualmente o aspecto estético exterior de cada construção.

Em suma, revitalizando socialmente zonas degradadas no respeito pela sua arquitectura e enquadramento paisagístico e inserindo as populações numa vivência colectiva tradicional.

Apesar do trabalho meritório e impulsionador dos G.T.L.s, o Poder Central, alegando ausência de verbas, decidiu extinguir alguns contrabalaçando com a criação de outros.

Os resultados já são visíveis:

- 1 – O desaparecimento dos G.T.L.s em muitos municípios;
- 2 – A estagnação do trabalho de

- recuperação e restauro iniciados;
- 3 – A ausência duma alternativa satisfatória, evitando a acelerada degradação ou ruína, sem proveito para proprietários, inquilinos, utentes, autarquias e população em geral.

Em Portugal, bastaria que se dinamizasse uma política de recuperação e preservação patrimonial, aliada à disponibilidade dos imprescindíveis meios financeiros e a uma legislação mais adequada às realidades.

A par disto e com a definição clara de áreas de competências e atribuições, a situação das aldeias, vilas e cidades portuguesas seria deveras alterada no sentido de revitalizar estes espaços merecedores de mais atenção por quem de direito.

Os exemplos estrangeiros apresentados, demonstram inequivocamente que apesar de não estarem ainda solucionados todos os Planos de Restauro do Património (tão vasto é o número de áreas, edifícios e demais monumentos classificados) a situação, na generalidade, é incomparável e bem mais satisfatória do que o que acontece em Portugal.

Durante o I Encontro Internacional de Municípios com Centros Históricos, os conceitos de "antigo e/ou histórico" foram amplamente discutidos, já que de uma forma simplista eles se confundem e se diluem no critério das prioridades consideradas nos Planos de Salvaguarda e Preservação do Património Imóvel.

Refira-se ainda que do património histórico edificado há que considerar dois níveis de construção:

- 1 – No solo (edificações visíveis e cujo estado de conservação alerta mais facilmente qualquer leigo, chocando mesmo a sensibilidade de qualquer viajante).
- 2 – No sub-solo (diverso material arqueológico ocultado por outras construções ou, quantas vezes, destruído pelo acelerado lucro e interesses imediatistas de alguns, numa atitude ignorante perante a

riqueza patrimonial encontrada. Os lugares previamente conhecidos são merecedores de estudos e recolhas de achados antes de se prosseguir com uma nova ocupação desses espaços).

Na abordagem feita no I Encontro Internacional de Municípios com Centros Históricos não passou despercebido o trabalho encetado no Distrito de Setúbal, neste âmbito.

O imenso e diversificado património histórico e cultural necessitado de cuidados e conservação urgente, tem merecido o apoio e acções concretas de restauro por parte das autarquias, lídimas representantes duma população regional muito activa e participativa.

O resultado desta colaboração tem sido frutuoso e dignificante.

Comprovativo desta articulação de esforços, foi ressaltada a exemplar política de recuperação do património no concelho do Seixal (Moinho de Maré de Corroios, Estaleiro Naval de Arrentela e Centros Urbanos Antigos). Também o vasto trabalho desenvolvido no município de Alcochete, quer no Centro Histórico da Vila quer no sítio do Porto dos Cacos (Herdade de Rio Frio), assegurando um importantíssimo Programa de Escavações Arqueológicas da Época Romana, com a colaboração do Centro Arqueológico de Almada, documenta o zelo empreendido na salvaguarda de um espólio arqueológico incalculável tal é a amplitude da área a estudar.

Nos restantes municípios do distrito

conhecem-se igualmente outras acções merecedoras de destaque. A generalizada ausência de recursos financeiros a nível das autarquias impede uma intervenção ainda mais alargada, já que outros organismos estatais não o fazem.

Deste I Encontro Internacional de Municípios com Centros Históricos e em jeito conclusivo, considerou-se que, sejam quais forem os entraves impostos, urge conjugar forças por parte de todos os intervenientes e demais interessados.

Só assim é possível, a nível nacional, tomarem-se medidas sérias e pontuais tendentes a salvaguardar e preservar o que resta do legado patrimonial histórico, parte integrante da nossa vida cultural herdada dos nossos antepassados e merecedora de um tal entendimento colectivo que se quer cada vez mais alargado.

Se outro comportamento não for encetado, os vindouros responsabilizarão as gerações actuais pela sua deprimente indiferença e desrespeito face aos valores históricos e culturais adquiridos ao longo dos tempos.

Alguém disse na anfitriã cidade de Beja que, em algumas regiões, somos a última geração usufrutuária do imenso e valiosíssimo património histórico edificado, caso não se assuma atempadamente a responsabilidade de conjugar as evidentes medidas para o recuperar e salvaguardar.

O contributo consciente de cada um de nós ajudará a preservar a nossa memória colectiva.

LAGOS DE MARÉ NAS QUINTAS SENHORIAIS DO SEIXAL

Manuel Lima*

O que são Lagos de Maré e como funcionam?

Criados artificialmente, encontram-se junto das zonas ribeirinhas, ao nível das águas do mar.

No concelho do Seixal, estes Lagos situam-se nas margens dos esteiros e sapais aqui existentes.

São tanques ou reservatórios, construídos, por vezes, aproveitando as características geomorfológicas do próprio terreno envolvente e ligados à zona de maré normalmente por um canal, que pode ser aéreo ou subterrâneo.

Construídos com diques de terra, muros de pedra ou de cimento, têm em comum e em particular o facto de serem cheios com água salgada em vez de doce, como quase sempre é habitual.

Para regular a entrada ou a saída das águas salgadas vindas da maré, existem comportas, que se podem abrir e fechar, conforme se pretende que a água saia ou fique retida.

O lago é mantido normalmente cheio de água, durante longos períodos, mesmo durante as marés baixas, sendo apenas vazio quando necessita de limpeza.

Numa operação de limpeza, começa-se por abrir a comporta do lago durante uma vazante, seguindo-se-lhe a extracção dos

lixos do fundo. Na praia-mar seguinte outras águas voltam a entrar, sendo então necessário fechar a comporta, para que estas fiquem retidas.

Os lagos de maré apresentam características peculiares tais como a sua fauna e flora que é típica de meio marinho. São as algas, os carangueijos e as tainhas neles existentes, que os distinguem dos lagos de água doce.

Estes lagos não foram concebidos como viveiros de peixe, mas sim como elementom decorativo das Quintas Senhoriais, ou como factor recreativo para os seus proprietários nobres.

Lago de Maré da Quinta da Fidalga

Sem dúvida, o mais decorado e imponente do conjunto dos Três Lagos de Maré existentes no concelho, é também aquele que, até aos nossos dias, chegou em melhor estado de conservação.

Com cerca de 30 metros de comprimento por 20 de largura e 3 de profundidade, foi construído com grandes blocos de calcário vidrado.

Possui uma pequena escadaria num dos cantos voltado a sul que dá acesso ao seu fundo, e é vedado a toda a volta por um gradeamento em ferro forjado suportado por 30 pequenas colunas.

Outros elementos decorativos são fundamentais para obter tão gracioso conjunto. Podemos destacar à volta do lago os bancos

* Professor efectivo da Escola Sec. de Corroios I



Lago de Maré da Quinta da Princesa – Amora. Encontra-se muito assoreado podendo ser vista pequena ilha no meio e comporta do Lago.

corridos forrados a azulejo e cobertos por uma latada, assim com duas casas de lago, uma em cada canto Sul e ainda um nicho de grande valor estético e ornamental.

Este lago e outro semelhante existente no Norte do país parecem ser, no seu género, exemplares únicos em Portugal.

O lago da Quinta da Fidalga ainda hoje tem o seu sistema de entrada e saída de água a trabalhar, constituído de uma comporta e 14 bocas de nivelção. A ligação com a Maré faz-se através de uma conduta com cerca de meio metro de diâmetro, que passa por debaixo da Estrada Nacional adjacente à Quinta.

Este lago, no seu fundo, tem uma zona mais baixa em forma de trevo de quatro folhas, para que quando vazio, a fauna marinha nele existente aí permaneça sem ser arrastada pela vazante.

Hoje aqui vivem muitas tainhas, carangueijos e outros habitantes dos nossos esteiros que podem ser pescados com camaroeiro ou à linha. Parece, no entanto, que este lago, pela sua beleza e riqueza, foi

construído com objectivos fundamentalmente decorativos e ornamentais.

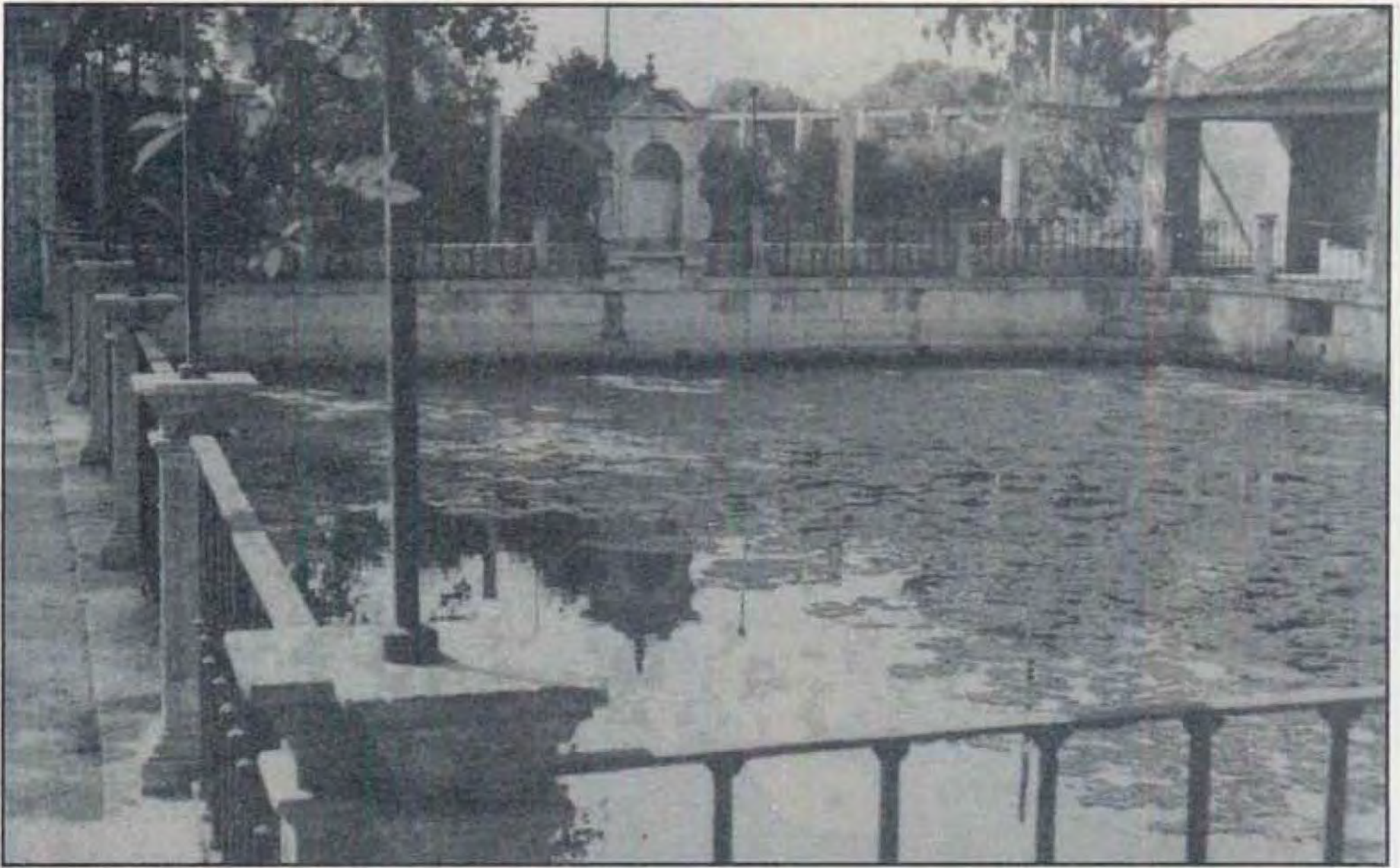
Lago de Maré da Quinta da Princesa

Este lago, hoje em dia, já se encontra muito assoreado, coberto por caniços e outra vegetação aquática, apresentando consequentemente um mau estado de conservação.

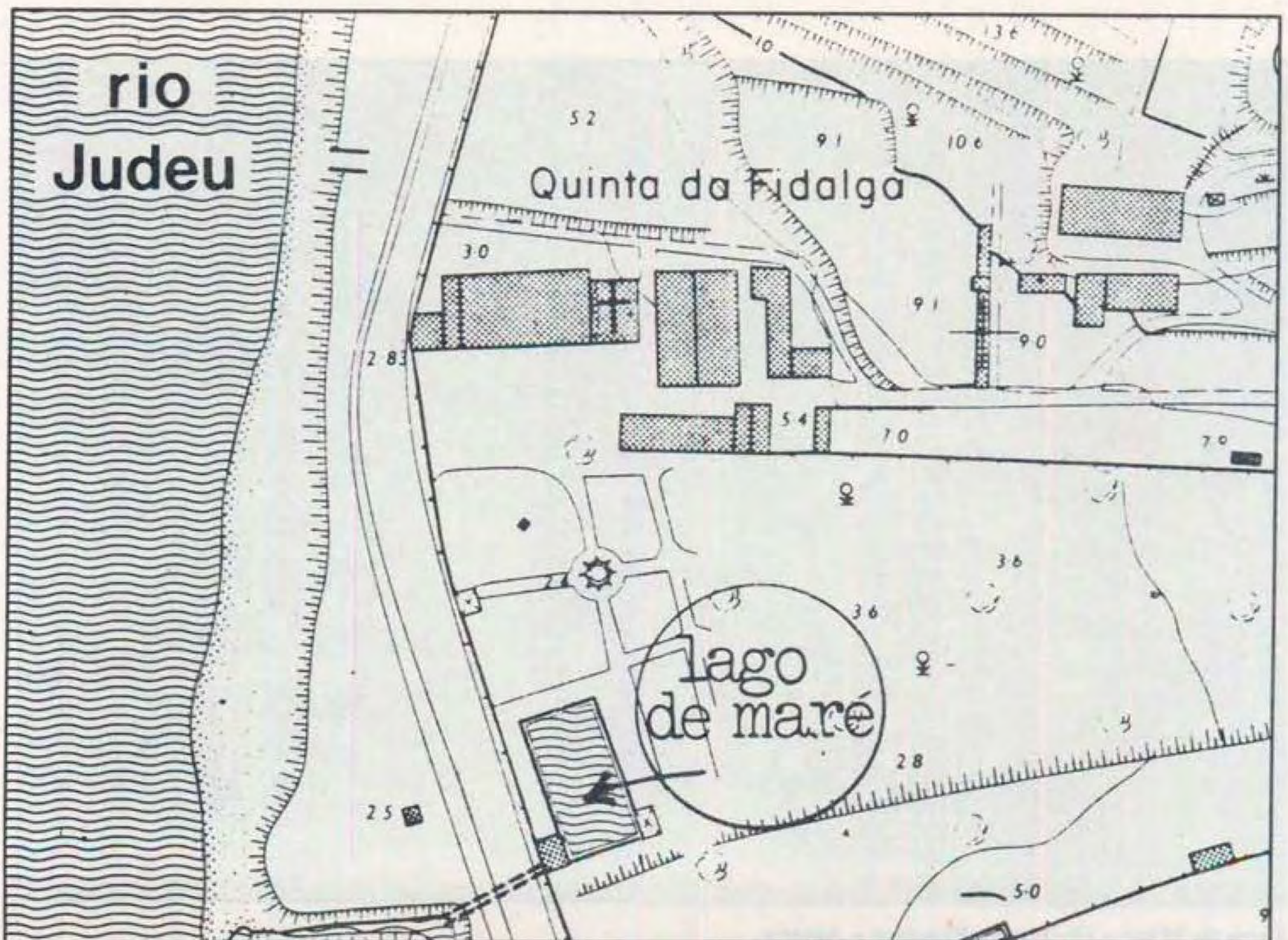
Tem uma concepção mais simples e menos rica que o anterior mas, mesmo assim, muito agradável e está bem integrado na paisagem.

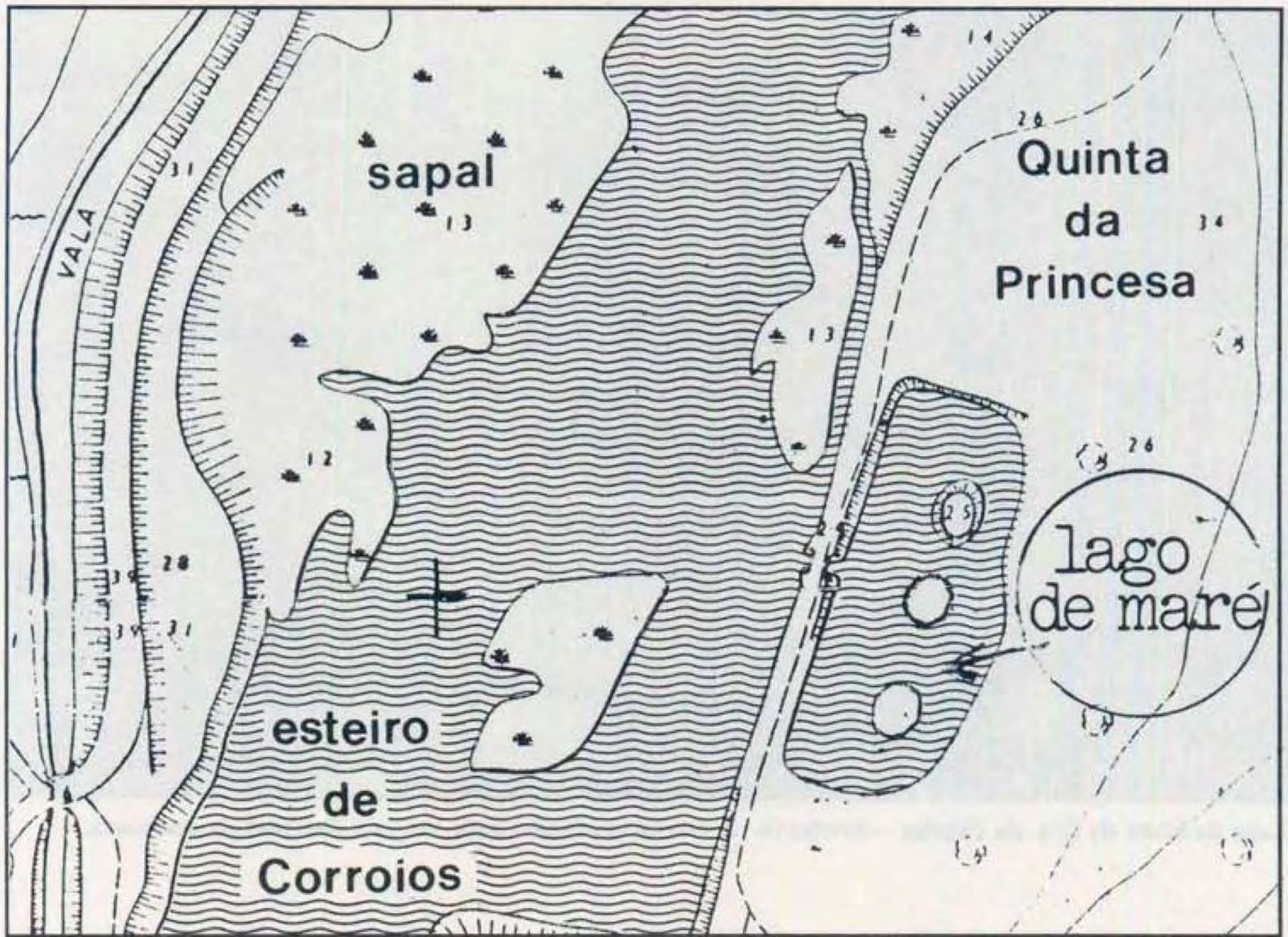
À semelhança do anterior, também de forma rectangular, tem de comprimento cerca de 70 metros e de largura 20. Possui, no centro, e distribuídas ao longo do comprimento, 3 ilhas, sendo a do meio a maior e as outras duas mais pequenas.

Situado na parte baixa da Quinta, junto do esteiro de Corroios, próximo de Santa Marta, encontra-se afastado da casa senhorial cerca de 500 metros. Bem integrado em frondosa e luxuriante mata, constituiu no passado, fundamentalmente, um lugar de



Lago de Maré da Qta. da Fidalga – Arrentela. À direita, ao fundo, pode ver-se a abertura da comporta.





Lago de Maré – Quinta da Princesa – Amora.

lazer e recreio.

O seu material de construção é diverso, apresentando diques e ilhas em terra e pedra da região, margas de Almada, assim como escadarias e coberturas das ilhas em calcário vidrado.

As ilhas estavam ligadas entre si por passareiras e rodeadas de um varandim em ferro forjado. Na travessia da margem do lago para as ilhas era utilizado um pequeno bote.

Segundo a tradição oral, parece ter sido este lago muitas vezes utilizado para pesca à linha, constituindo as suas ilhas lugar de arremesso e de pouso para os nobres e proprietários da Quinta.

A comporta do lago que faz a comunicação deste com a ponta terminal do esteiro de Corroios, é rectangular, sendo o túnel de ligação abobadado em tijoleira com cerca de 1 metro de largura.

Também este lago parece ter sido desde sempre lugar preferido pelas aves aquáticas, pois os mais idosos ainda se lembram dos

patos que normalmente aqui nidificavam. Hoje, é comum verem-se garças brancas e galinhas de água, que sagazmente se escondem ou levantam quando nos aproximamos.

Lago de Maré da Quinta Real do Alfeite

Sendo o maior do conjunto dos três, é por outro lado o que se encontra em pior estado de conservação.

Assoreado ao longo dos anos e aterrado em parte por deslocções de terra feitas na área, ultimamente, pela Base Naval do Alfeite, só em determinadas zonas contém alguma água nas quais se desenvolvem caniços.

As suas medidas de comprimento e largura são aproximada e respectivamente, 100 e 25 metros, não ultrapassando a sua profundidade os 2 metros.

Tratando-se de um tanque simples de paredes espessas e construídas em cimento, não apresenta decoração especial, possuindo apenas umas escadarias do lado Sul, hoje



Comporta do Lago de Maré – Quinta da Princesa – Amora.



Em 1º plano, vista parcial do Lago de Maré da Qtª Real do Alfeite – Corroios. Ao fundo, o edifício que, segundo a tradição, foi casa de caça do Rei D. Carlos (já no concelho de Almada).

soterradas. O fundo é forrado em argamassa, ao contrário do que acontece no Lago da Quinta da Princesa que tem fundo natural.

Junto do sapal da Ponta do Mato, apresenta este lago, à semelhança dos anteriores, uma comporta com possibilidades de abrir e fechar permitindo fazer entrar e sair a água salgada da maré.

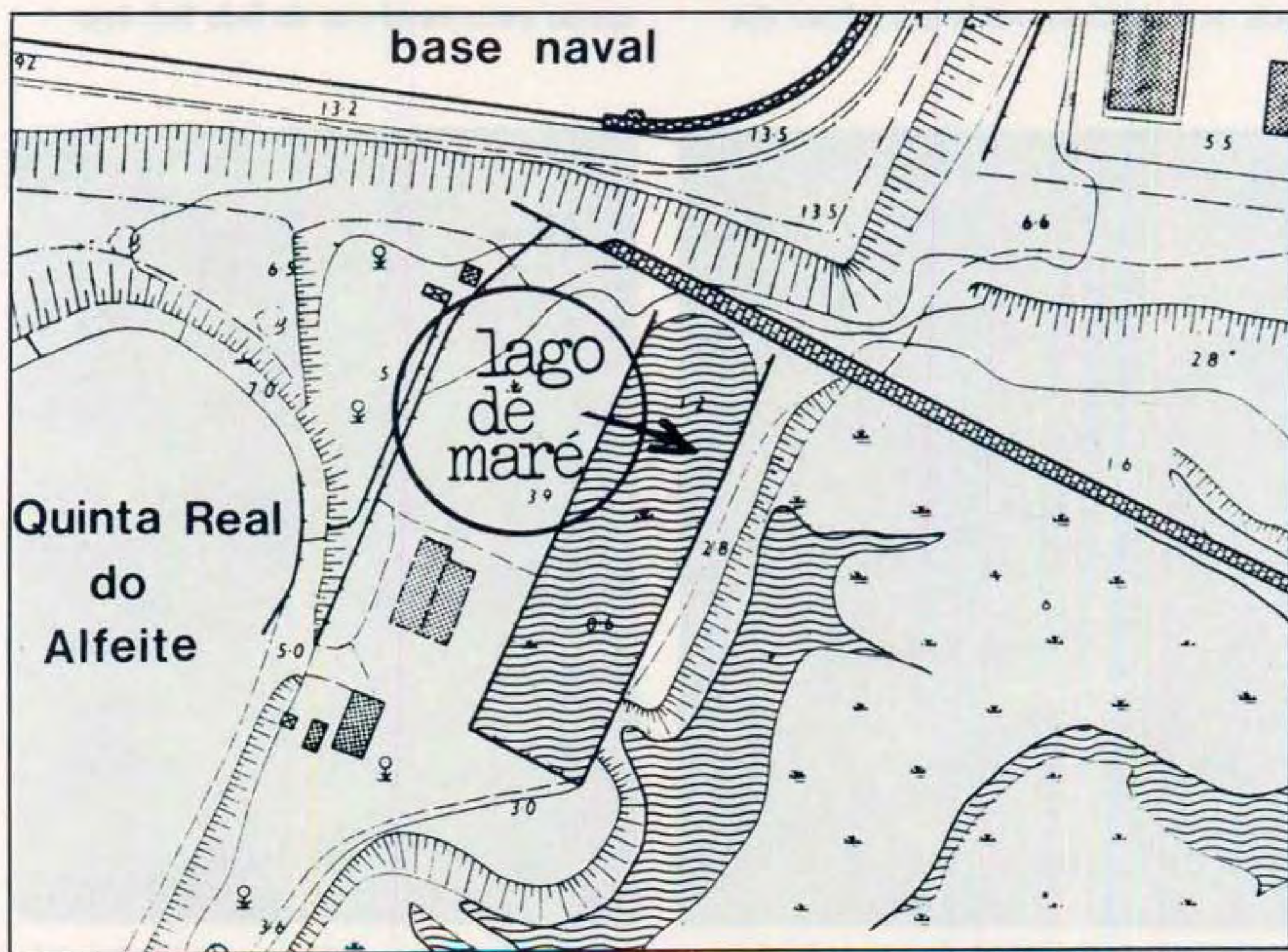
Perto do local, encontra-se ainda hoje em ruínas, uma construção que os mais idosos dizem ser as cocheiras e a casa de caça do Rei D. Carlos. Segundo a tradição oral, a família real vinha em bergantim até esta banda, havendo nessa altura, na Ponta do Mato, um acesso ao esteiro de Corroios para quem vinha do Mar da Palha. Esta entrada,

que foi mais tarde fechada pela estrada da Seca do Bacalhau, evitava que se desse a volta pela Ponta dos Corvos em frente ao Seixal para vir à região de Corroios.

Quanto a este lago, diz o povo ser a antiga piscina da Rainha D. Amélia, de águas renovadas em cada maré e no tempo em que o Tejo não se encontrava poluído.

Ainda se encontram pessoas em Corroios, que há uns bons anos atrás ali tomavam banho. E falam com tristeza do seu estado actual.

Assim sendo, este lago de maré parece ter tido, ao contrário dos dois anteriores, uma função mais recreativa do que ornamental ou decorativa.



Desenhos de Jorge Raposo (Ecomuseu Municipal do Seixal).

Fotos do autor, Manuel Lima (1988).

A FAUNA DA ARRÁBIDA – SITUAÇÃO ACTUAL*

Luis Filipe Oliveira**

1. – SITUAÇÃO ACTUAL DOS ESTUDOS FAUNÍSTICOS

1.1. – Evolução neste século

Os estudos faunísticos são muito escassos, para não dizer raros, nesta região até 1980.

É de destacar o trabalho de Nascimento (1949), apesar das inúmeras incorrecções contidas, nomeadamente em termos de identificação de espécies.

A partir de 1980, grosso modo, dá-se uma nova dinâmica que é reflexo do que se vem fazendo no País, em especial no fim da década de 70.

Os grupos de análise preferenciais são as aves e alguns grupos de insectos (coleópteros e lepidópteros).

As importantes descobertas feitas acompanharam cronologicamente as que foram feitas a nível botânico, em especial no que concerne às plantas de características macaronésicas. Dessas "descobertas" há a referir que nas matas da Arrábida, onde ocorre *Quercus faginea*, a densidade de aves nidificantes é muito elevada, a mais elevada da Europa até hoje conhecida.

Os dados obtidos nesta década (de 80)

não só retratam a complexificação estrutural da vegetação mas também a importância biológica e ecológica da região. Porém, a falta de elementos de décadas anteriores, em especial do princípio do século, não permite definir claramente a evolução, *Sensu lato*, degradativa neste mesmo século. Contudo, e no caso das aves de presa, que reflectem a importância dos biótopos e permitem deduzir os impactos ocorridos, estas tiveram um decréscimo da riqueza específica, considerando o total de nidificantes, na ordem dos 60%.

O número de espécies cujo status se encontra menos ameaçado é de apenas cinco, e diz respeito àquelas que têm características de maior afinidade antrópica na região: *Athene noctua*, *Tyto alba*, *Buteo buteo*, *Falco peregrinus*, *Falco tinnunculus*.

A situação, em termos faunísticos, passou de preocupante com os elementos existentes / obtidos em 1980 a muito preocupante em 1987. Pensamos que se está próximo do limiar da ruptura para as espécies cuja afinidade antrópica é menor, cuja salvaguarda e recuperação das espécies faunísticas necessitam de uma definição urgente e precisa. O arrastar da situação pode conduzir a um ponto irremediável.

1.2. – O que falta conhecer, em termos gerais

A inoperância do Conselho Científico do P.N.A., a falta de uma orientação por parte

* 1ª Parte do Relatório de Fauna realizado pelo autor, integrado no Grupo de Trabalho da Arrábida no âmbito do Projecto do Ano Europeu do Ambiente.

** Biólogo.

dos sectores de investigação do SNPRCN junto do P.N.A. e o facto do próprio P.N.A. não atender às indicações do referido conselho, tem conduzido a uma situação simplesmente negativa, em termos de orientação científica. A nosso ver, é necessário, e urgente, encetar estudos de:

- entomologia: inventário, densidades, localização de espécies de maior interesse científico e/ou ecológico;
- mamalogia: inventário, cálculo de efectivos e densidades, distribuição e dinâmica populacional das espécies de maior interesse;
- ornitologia: determinação da importância da região para a migração de espécies orníticas, ou dos principais grupos, em especial para os "planckonófagos aéreos";
- "habitat": Determinação exaustiva de factores de sobrevivência para as aves e mamíferos, nomeadamente abrigo (ex.: matagais), pontos de água, locais de alimentação, etc..

1.3. – Implicação da falta de estudos na gestão

É impossível gerir uma área protegida sem indicações técnico-científicas nas áreas das Ciências Naturais. Ora, na situação actual do P.N.A. não são atendidas essas sugestões, sabendo-se que uma Área Protegida existe essencialmente por causa do Património Natural. Contudo, a área abrangida pelo P.N.A., é gerida pela sua Direcção e por outras entidades com responsabilidades na sua gestão. O resultado tem sido péssimo para a fauna, e esta vem reflectindo uma degradação acentuada, a todos os níveis. Excepcionalmente, a Câmara Municipal de Sesimbra tem feito com que se concretize o seu Plano de Ordenamento, cujo carácter técnico-científico de execução geral está bem patente. E a gestão da área municipal tem obedecido, de modo geral, às indicações sugeridas no Plano.

Se por um lado, a zona do Espichel não

está integrada no P.N.A., a autarquia tem, contudo, feito uma gestão mais ou menos correcta desta Região. No entanto, na zona de intersecção de influência da Câmara e do P.N.A. (Califónia, Calhariz, Píncaro), constata-se que a autarquia tem tentado gerir a área, em termos de conservação da natureza, com melhores resultados que o P.N.A.!!!

São várias as razões para que isto aconteça. No entanto, julgamos admitir que se alguns estudos fossem realizados, mormente os faunísticos, o P.N.A. e o próprio S.N.P.R.C.N. teriam de gerir a área de acordo com os dados obtidos e, consequentemente, com os critérios definidos pela orientação científica recomendada.

Sem uma base de dados que definam linhas de orientação em prol da conservação da natureza, os "graus de liberdade" assumidos por uma gestão são em maior número e, consequentemente, a sujeição a erros é muito maior.

2. – PONTO DA SITUAÇÃO

2.1. – Análise qualitativa

Através de dados por nós obtidos é possível constatar que a partir do estudo das espécies de aves de presa (últimos elementos da cadeia trófica), sobrevivido apenas aquelas que têm maior actividade nocturna ou crepuscular, nidificação rupícola ou ainda as que possuem menor porte. Isto é, aquelas cuja observação pelo homem é menor, de difícil acesso aos ninhos e cujo porte torna difícil o seu abate (a tiro). Como as alterações de biótopos (mosaico vegetal) não têm sofrido alterações significativas de modo a que as condições de sobrevivência das espécies se depauperem, são, contudo, os diversos tipos de impactos que têm causado a diminuição da riqueza específica.

O mesmo nos parece ocorrer com os restantes grupos animais (mamíferos, ofídios, etc.): sobrevivem as espécies de maior aceitação da presença humana. As que

não toleram muito essa presença abrigam-se em locais menos perturbados – matagais altos e densos, matas, fragedos – mas cada vez mais acessíveis pelo novo incremento do montanhismo, da instalação de "rotas pedestres", "percursos de descoberta da natureza", etc..

Apesar da falta de pontos de água permanentes, são a diversidade de biótopos e a grande capacidade que a região tem em oferecer alimento durante todo o ano aos vertebrados (frutos, insectos, gramíneas, etc.), que contribuem para existirem determinadas espécies, com estatuto de ameaçadas ou raras no nosso país, e cujo respectivo número de indivíduos seja mais baixo na Região.

São de destacar as seguintes espécies de vertebrados terrestres ainda possíveis de encontrar em toda a região da Arrábida, de interesse científico / ecológico:

- *Vipera latastei*
- *Phalacrocorax aristotelis*
(nidificação em grutas a nível do mar)
- *Hieraaetus fasciatus* (nidificação nas falésias)
- *Falco peregrinus*
- *Bubo bubo*
- *Monticola solitarius*
- *Phylloscopus collybita iberiae*
- *Lepus granatensis*
- e, provavelmente, *Martes foina*.

2.2. – Análise quantitativa

2.2.1. – Para além do interesse da espécie em si (valor qualitativo), em que se considera qual(is) o(s) lugar(es) que ocupa(m) na cadeia trófica, se é uma espécie rara ou ameaçada, etc., é importante e fundamental utilizar outros parâmetros – os quantitativos. Para a nossa análise, foram tidos como referenciáveis os já apresentados por diversos autores para a área e do nosso conhecimento no terreno. Assim, e de modo global, falar-se-á em riqueza específica, densidades reais e estimativas e, ainda, índices de

diversidade.

O interesse ou grau de importância faunística da Região é assim dada, parcialmente, em valores qualitativos e quantitativos.

2.2.2. – As principais espécies já foram referidas. No entanto, é ainda de salientar grupos de interesse mais relevante (taxonómicos, ecológicos, etc.).

- **Genetta genetta**, pela elevada densidade (talvez das mais elevadas do país);
- **Apodiformes e hirundimídeos**: são na região nidificantes, invernantes ou migradores de passagem. Refira-se que no período de migração primaveril chegam a passar milhares destes plantonófagos aéreos. Numa zona de caça destes grupos, com 4 ha, foram censados 500 indivíduos de *Delichon urbica*. Nos cerca de 1700 ha que a vegetação natural ocupa na Serra da Arrábida (propriamente dita, só esta elevação) poderão passar, por dia, mais de 200 000 destas aves.
- **Quirópteros** – em especial na gruta do Pojo, onde se julga encontrarem-se todas, ou quase todas, as espécies que ocorrem no nosso país, bem como a maior concentração de indivíduos deste grupo.
- **Passeriformes florestais** – densidades que na época de reprodução atingem natas os valores dos mais elevados da Europa (212 casais / 10 ha).
- **Aves nidificantes rupícolas** – os índices de diversidade são relativamente altos: $4' = 2,59$ Bits para a Costa do Espichel.

2.2.3. – Um determinado coberto vegetal é importante não só pelo que pode "oferecer" mas também, e em especial na Arrábida, porque estando integrado num complexo mosaico vegetal pode contribuir para a valorização do conjunto dos biótopos. Assim, torna-se muito importante para algumas espécies, nomeadamente predadores, animais de maior porte e aquelas cujo habitat preferencial são zonas de ecótono, a existência deste variado padrão horizontal que a vegetação apresenta.

Como manchas preferenciais a preservar por ordem decrescente de importância, deverão ser:

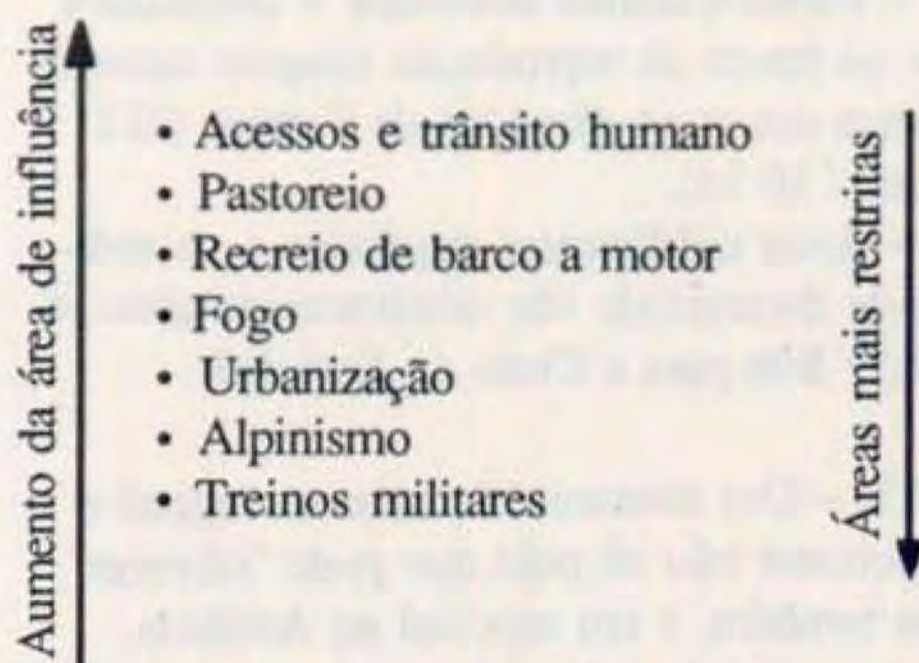
- Matas de *Quercus faginea* / *Acer monspessulanus*
- Matas Oleo-ceratonion
- Matagais (na seguinte ordem: altos, baixos, rasteiros)
- Pinhal manso
- Restantes formações (montados de sobro, pinhal bravo).

Como zonas de ecótono, temos:

- Falésias
- Matas-galeria
- Zonas de sequeiro do Espichel - Sesimbra, Calhariz, Quinta da Serra, Vales de Picheiros e Comenda.
- Ilhotas
- Costeira de Palmela

2.2.4. – Trabalhos já realizados por nós levam-nos a concluir que são os impactos directos e não a alteração de biótopos, a principal razão da diminuição de espécies ao longo deste século.

Refira-se que os impactos que têm vindo a aumentar de intensidade são:



2.2.5. – Preocupante deverá vir a ser o isolamento genético dos núcleos populacionais (ou já mesmo populações!!) existentes.

Com o aumento do tráfego automóvel verificado nas últimas décadas, tem vindo a aumentar o número de vias rápidas, estando previstas novas construções até finais deste século.

A construção destas vias implica dois tipos de impactos imediatos sobre a fauna, ainda não estudados. O primeiro diz respeito não só à área afectada pela nova construção mas também a uma determinada vizinhança, específica para cada espécie.

No caso dos predadores – espécies bastantes sensíveis ao fluxo de tráfego, em especial devido ao ruído – a área de vizinhança é muito maior que a efectivamente ocupada. Assim, e nesta situação, diminuem não só as reservas alimentares como também a área de utilização.

E quanto mais uma espécie se encontra indissociável dos últimos elos de cadeia alimentar, mais afectada fica – devido à maior exclusividade alimentar, isto é, torna-se menos eclético.

Em segundo lugar, há a considerar que se verifica um corte entre as deslocações de animais sem capacidade de voar ou planar. Para além da morte ocasionada por esmagamento (rodado dos veículos) há a considerar a colocação de redes ao longo das vias rápidas, impedindo de facto os nascimentos de travessia aos animais de dimensões superiores à largura da malha da própria rede.

Este facto cria duas situações: redução drástica da área disponível, em especial para espécies de maior porte e, em determinados casos, isolamento genético.

Admite-se que um grupo taxonómico se encontra isolado geneticamente quando nenhum desses indivíduos contribui para deixar descendentes com a participação de outro indivíduo, de sexo oposto, pertencente a um outro grupo de indivíduos da mesma espécie, que ocupa outra área geográfica. O isolamento genético define, de facto, uma população. Convém reter que, quanto mais pequeno é o "pool" genético, as hipóteses de sobrevivência de um grupo diminuem.

Para a diversidade desse "pool" contribui o aumento do número de indivíduos que constituem a população ou o cruzamento (com ajuda artificial) entre indivíduos de

populações diferentes. São as espécies de maior porte (ex. predadores) – e consequentemente os que têm maior área territorial – e as de comportamento territorial acentuado que vão dispôr de uma menor "capacidade de resposta", em termos genéticos.

No caso da Península de Setúbal, verifica-se isolamento genético para algumas espécies, em especial predadores. Os limites físicos são defendidos pelo mar, pelo Estuário do Tejo e pela auto-estrada Lisboa-Setúbal.

3. – MEDIDAS A TOMAR

Têm sido propostas por nós ao S.N.P.R.C.N. e à L.P.N. algumas medidas a tomar para a conservação da fauna desta Região, cujos interesses científico e ecológico ainda são de considerar.

Contudo, parece que não têm sido atendidas até hoje e esperamos que o venham a ser, de modo a evitar que a Arrábida seja mais um Parque Urbano.

Recomenda-se, entre outras acções, a consulta dos trabalhos já publicados.

TRÊS ÚTEIS PREDADORES*

Kevin e Christine Carlson

Silenciosamente, a grande ave de rapina paira ao vento sobre o campo à procura de cobras.

A águia-cobreira (*Circaetus gallicus*), surge no campo como uma ave branca quando vista de baixo, de cabeça e parte superior do peito castanho escuro, a parte inferior e superior das asas de cor castanha acinzentada e as partes de baixo brancas, geralmente listadas de vários tons de castanho. Os olhos, grandes e fixos, são de cor amarelada.

Estas aves habitam regiões de vegetação rasteira, de preferência áreas de manter "colinas" áridas com arvoredos dispersos. Constroem o ninho nas árvores para caçarem nas redondezas. O ninho é feito nos ramos mais altos, geralmente a 3-7 metros do chão, com galhos, e forrado com folhas verdes e ervas. Durante o período de incubação e criação da ninhada, são adicionados pequenos ramos verdes.

Põem apenas um ovo por ano, do qual nasce uma cria, por isso, o crescimento populacional da espécie é bastante lento. Só ao 3º ou 4º ano de vida os adultos estão em condições de se reproduzirem. A incubação dura quarenta e cinco a quarenta e sete dias, e a pequena ave permanece no

ninho ou nas redondezas cerca de setenta e cinco dias. A sua alimentação é essencialmente constituída por cobras, venenosas ou não. Também apanham lagartos e, ocasionalmente, pequenos mamíferos, como ratos e ratazanas. Comem por dia uma ou duas cobras de tamanho médio. Descem em voo picado e apanham as cobras com as garras. Se as cobras forem pequenas, levam-nas no ar e esmagam-lhes a cabeça e o pescoço com as patas, para depois as comerem, começando pela cabeça, num local adequado. Se for uma cobra de maiores dimensões, agarram-na com as garras e, ainda no chão, debicam-na até a matarem, partindo-a em pedaços para depois a comerem. Quando alimentam as crias, engolem primeiro a cabeça da cobra e levam-na no papo, muitas vezes com a cauda a pender do bico. Ao descerem sobre o ninho, retiram a cobra do papo com as garras, cortam-na aos bocados e alimentam as crias. À medida que o filhote cresce, é ele próprio que auxilia a retirar a cobra para fora do papo, e, por sua vez, engole primeiro a cabeça, alisando deste modo as escamas e evitando que estas se espetem na garganta.

Esta bela águia não é comum em Portugal, e é normalmente vista ao longo da fronteira Portugal-Espanha. É uma ave migratória que deixa a Europa em Setembro / Outubro para passar o Inverno em África,

**Traduzido do inglês por Ana Helena Peixoto, Técnica da CMS (DPHN). Revisto posteriormente.*

voltando para nidificar em Março / Abril.

O Peneireiro cinzento (*Elanus caeruleus*) é uma outra encantadora ave de rapina branca e cinzenta. Portugal constitui o limite norte da sua área de nidificação na Europa e da sua área de distribuição principal que é a África e a Ásia. Em Portugal, as primeiras notícias sobre nidificação foram registados em 1944 e de novo em 1963. Desde 1976 que se tem vindo a verificar um ligeiro aumento populacional e, em algumas áreas, vários casais têm nidificado regularmente. Estas aves são pequenas, aproximadamente do tamanho do Peneireiro comum (*Falco tinnunculus*) mas de melhor compleição física e cauda mais curta. São de cor cinzenta com manchas pretas no coberto superior das asas. Têm grandes olhos vermelhos. Quando voam, assemelham-se às gaivotas ou às gaivinas, mas diferenciam-se destas por planarem frequentemente e pairarem no ar à procura de presas. Embora sejam aves crepusculares podem igualmente ser vistas a caçar ao alvorecer.

Têm como habitat preferido os campos de cultivo ou os prados com árvores dispersas. Fazem os ninhos preferencialmente nos ramos exteriores das azinheiras. O ninho é constituído por uma pequena estrutura de galhos finos, forrado com raízes e ervas, a que vai sendo adicionada erva fresca durante o período de incubação.

Põem três a quatro ovos de cor amarela-clara com manchas castanhas. A fêmea choca os ovos durante a maior parte do tempo, enquanto o macho fica de guarda numa árvore próxima ou anda à procura de comida. A sua alimentação consiste, essencialmente, em pequenos mamíferos, ratos, ratazanas e musaranhos. Também comem insectos e pequenas aves como os trigueirões (*Emberiza calandra*) e cotovias-de-poupa (*Galerida cristata*). São das mais bonitas aves de rapina, de cor cinzenta pálida e com grandes olhos vermelhos. É um privilégio

muito especial conseguir fotografá-los no ninho enquanto os pais debicam um rato para, delicadamente, darem pequenos pedaços aos filhotes.

A Coruja das Torres (*Tyto alba*), é a terceira ave branca que pode ser vista no campo. Ainda que seja uma ave essencialmente nocturna, a coruja das torres caça ao anoitecer e ao romper do dia, chegando mesmo a caçar durante o dia quando tem crias. Distingue-se bastante bem porque é totalmente branca, apesar de, ao perto, se notar que a parte superior é amarela. As patas têm muitas penas brancas. Habitam áreas de cultivo e prados com árvores dispersas. Os sítios preferidos para fazerem o ninho são, os edifícios das quintas, as velhas igrejas, celeiros e ruínas. A sua associação com as igrejas, a sua magnífica plumagem branca e o piar sinistro, deram lugar a muitas histórias de fantasmas. Costumam caçar à beira da estrada e podem ser vistas a planar muito perto do solo à procura de roedores. Durante o dia repousam em velhos edifícios ou em troncos de árvores. A sua alimentação consiste em pequenos mamíferos, ratos, ratazanas e ocasionalmente estorninhos (*Sturnus unicolor*) e pardais (*Passer domesticus*). Caçam guiadas pelo som, e mesmo quando totalmente escuro conseguem localizar e apanhar a sua presa. Para nidificar, escolhem preferencialmente casas, buracos nas árvores ou nas rochas mas, não fazem qualquer espécie de ninho — põem directamente no chão os seus 4 - 7 ovos brancos. O período de incubação começa com o primeiro ovo e as crias são aquecidas durante um certo número de dias. Se não houver muitos roedores só as crias mais velhas sobreviverão. Mas, num ano com muitos roedores, toda a ninhada poderá sobreviver. Embora existam corujas das torres em todos os continentes, na Europa o seu número está a diminuir devido a um melhor controle dos



Foto de Kevin Carlson.

roedores por parte do homem. Muitos dos seus locais de nidificação estão a desaparecer devido à "recuperação" das construções antigas e porque os novos edifícios não têm, em regra, condições para o efeito.

Por outro lado, os roedores também ingerem os pesticidas das colheitas, o que, por sua vez, vai afectar as corujas que os apanham, causando infertilidade nas aves e tornando a casca dos ovos mais fina, não conseguindo levar o período de incubação

até ao fim. Todas as aves de rapina regorgitam bolas de penas e ossos que consistem em produtos não assimilados durante a digestão. Estas são constituídas por pêlos, penas e ossos. Pode estabelecer-se o tipo de alimentação dessa ave através dessas bolas, especialmente através dos ossos. Essas bolas encontram-se geralmente debaixo dos seus locais de poiso e a ave pode ser identificada através da forma e do tamanho da bola.

VAMOS SALVAR O RIO TEJO!

Jacinta Ricardo*

O rio só poderá ser aproveitado em todas as suas potencialidades: pesca, navegabilidade, turismo, património da zona ribeirinha, etc., se conseguirmos uma qualidade ambiental e um correcto equilíbrio ecológico.

O Tejo é um rio velho. No quartenário ligava-se ao Sado, desaguando no Oceano através de um extenso braço de rio nas proximidades da Lagoa de Albufeira. A evolutiva configuração do seu estuário (dotado de numerosos esteiros e margens recortadas), as boas condições de abrigo, a riqueza e a tranquilidade do seu plano de água, desde cedo atraíram o Homem que nele deixou, desde a Pré-História, numerosos vestígios da sua presença.

A navegabilidade das suas águas e os seus excelentes ancoradouros tornaram marítimas as populações interiores e logo constituíram motivo para o desenvolvimento das suas margens. O Montijo é reflexo disso. Reflexo do desenvolvimento das margens deste rio é também o aparecimento de inúmeras actividades industriais que obrigaram à existência dos grandes aglomerados populacionais aqui situados.

Hoje são inúmeros os factores poluentes que contribuem para a degradação do Rio Tejo. Todos os esgotos, quer urbanos quer industriais, vão desaguar ao rio. No Montijo,

junto ao cais, em dias de matança nas várias unidades suícolas, o rio perde o que resta da cor azul que o caracterizou, para tomar a tonalidade de vermelho do sangue dos animais abatidos, observando-se a grande alegria das gaivotas que pairam constantemente sobre o cais, alimentando-se dos detritos que ali abundam. Como é também conhecido, as malhadas existentes situam-se quase todas na zona urbana deste concelho, perto do rio.

O não acautelamento das nossas riquezas naturais, ao nível do rio, provocou, nos últimos anos, a sua descaracterização; eram centenas os pescadores que aqui conseguiam a sua faina regular; a fauna e a flora eram abundantes. Hoje, restam 45 pescadores que ainda vivem exclusivamente dos linguados, enguias e tainhas que vão pescando e, com sorte, algum robalo ou faneca, espécies emigrantes que sobem o rio. Das centenas de espécies existentes no rio há alguns anos, entre fauna e flora, hoje poucas se reconhecem ainda existir. No entanto e por tudo isto, é necessário devolver rapidamente o rio à cidade e ao rio o que dele desapareceu, tomando medidas para que ele não se degrade mais.

No Montijo, brevemente será construída uma ETAR; no entanto, na nossa opinião, só resultará em pleno se forem tidas em conta recentes experiências realizadas noutros concelhos e que passam pelo aproveitamento de soluções técnicas adequadas, por forma a resultarem menos consequências negativas.

* Vereadora da Câmara Municipal do Montijo.
Comunicação apresentada no 2º Congresso Nacional dos Municípios com Portos e Actividades Piscatórias - 12, 13 e 14 de Maio de 1989, no Montijo.

Outros projectos começam a desenhar-se no horizonte. A Associação Livre de Suinicultores (ALIS) apresentou à OID um projecto para a construção de uma estação de tratamento de resíduos sólidos que poderá vir a resultar não só no tratamento desses resíduos como também no seu aproveitamento energético e rentabilização financeira, ou seja, a possibilidade da sua transformação em biogás. É hoje possível, com estas medidas e outras, reduzir o factor poluitivo.

O desassoreamento do rio, que envolve verbas avultadas, terá de ser executado rapidamente e essa é, entre outras, uma tarefa que o governo não assume mas que terá de fazer urgentemente e para que tal se verifique envidaremos todos os esforços.

Toda esta problemática ambiental está devidamente equacionada no Plano Integrado de Desenvolvimento do Distrito de Setúbal (PIDDS) donde se salienta:

- Proceder ao inventário sistemático das fontes poluidoras;
- Propôr o estabelecimento de um sistema de monitorização dos parâmetros de qualidade ambiental e de permanente informação às entidades interessadas (autarquias, organismos da administração central, universidades, empresas);
- Proceder à elaboração do plano intermunicipal de tratamento e recuperação de resíduos sólidos;
- Apoiar o controlo e recuperação da exploração de inertes e de depósitos de sucata;
- Intensificar a construção de ETAR's;
- Definir as grandes linhas do futuro Parque Interurbano Almada – Montijo (esteiros e suas margens), fazendo a

sua articulação com a área de Alcochete e a Reserva Natural do Estuário do Tejo – considerada uma das mais importantes da Europa e já hoje tão ameaçada pelo projecto de alargamento do Campo de Tiro de Alcochete.

Mas, em relação a este plano, o Montijo encontra-se, neste momento, prejudicado na articulação dos projectos intermunicipais e consequentemente na adopção das melhores soluções, necessariamente intermunicipais, devido à decisão do Executivo Municipal de deixar de pertencer à Associação de Municípios do Distrito de Setúbal.

De realçar que os projectos aprovados através da OID enquadraram-se perfeitamente e complementarizam o PIDDS, como é referido pelos próprios responsáveis da OID e pela própria CEE.

Em resumo

Só se poderá pensar num correcto aproveitamento do Rio Tejo, e consequentemente na melhoria das condições de vida da população ribeirinha, se encararmos de frente a resolução dos problemas mais prementes (factores de poluição) que afectam actualmente o rio, não separando o factor económico do ambiental e patrimonial. Se tal não se passar, alguns anos bastarão para que se dê a destruição total e nada teremos para ver no rio ou à sua volta. Aos turistas e aos nossos netos, ou mostraremos ilustrações dos livros antigos ou passearemos com eles, com o sol a reluzir no azul da água.

‘É a nós, no presente, que cabe decidir o futuro!

Vamos salvar o Rio Tejo!

DESENVOLVIMENTO E RECURSOS NATURAIS/CULTURAIS DA REGIÃO DE SETÚBAL

Seminário

RECOMENDAÇÕES

APROVADAS PELOS PARTICIPANTES NO SEMANÁRIO SOBRE "DESENVOLVIMENTO E RECURSOS NATURAIS / CULTURAIS DA REGIÃO DE SETÚBAL", PROMOVIDO PELO MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOGRAFIA DO DISTRITO DE SETÚBAL NO DIA 27/4/89.

1. Entendendo-se por desenvolvimento não apenas o crescimento económico cego mas a melhoria global das condições de vida, ou seja, a criação de um ambiente físico e social propício à realização das potencialidades da personalidade humana, recomendamos que nas comissões que estudam e operam no quadro dos programas de desenvolvimento para a Península e Distrito de Setúbal, estejam representadas as instituições culturais e científicas da região, nomeadamente o Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal, entre outras.
2. Considera-se de importância fundamental a articulação dos programas de desenvolvimento existentes para a Península e para o Distrito, com origem na administração central (OIDPS) e no poder local (PIDDS), na perspectiva de uma urgente regionalização.
3. Propõe-se que nos programas de desenvolvimento regional atrás referidos sejam considerados o património natural e cultural e, em particular, o arqueológico, normalmente o mais ameaçado a curto prazo pelos empreendimentos a incrementar. Aquele património deverá ser considerado também como um recurso a rendibilizar no conjunto das acções de planeamento, para o que se impõe a sua identificação, estudo e recuperação cultural.
4. Uma atenção muito especial deverá ser dada à rede de museus actualmente existente no Distrito, uma vez que aquelas instituições não só arquivam vestígios únicos do passado, mas desempenham, quer a nível local quer a nível regional, uma importante função na formação da população em geral, no apoio ao ensino escolar, no enquadramento ao turismo cultural e ainda, em alguns casos, garantem a descentralização cultural e a investigação.
5. A cidade de Setúbal possui uma longa história que remonta ao séc. VII a.C. e que ficou impressa nos sedimentos que constituem o seu subsolo. Para obstar à vã destruição desse arquivo único, deverá a Câmara Municipal de Setúbal cooperar de forma estreita com o Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal de modo a que as obras que impliquem intervenções no subsolo arqueológico sejam precedidas por trabalhos arqueológicos.

6. A Várzea de Setúbal / Baixa de Palmela constitui uma zona importante devido às suas características (ex.: solos de classe A, aspectos culturais, etc.). Assim, urge "congelar" todos os projectos de urbanização nela localizados, organizar um plano de ordenamento global, criar um Parque para a Várzea dos Arcos e uma quinta de educação ambiental para a do Livramento.

7. Na concretização das acções constantes dos pontos anteriores deve-se ter sempre presente a necessidade de incrementar a educação ambiental e a sensibilização pública para as questões que se prendem com o património natural e cultural, não só através do Ensino mas também dos meios de comunicação social, nomeadamente a televisão.

Animação cultural

O PROJECTO "HISTÓRIA AO VIVO" NO CASTELO DE PALMELA (Maio de 1989)* A profissão de um cavaleiro da Ordem de Santiago

Luis Pequito Antunes **

Teresa Rosendo ***

António Simão Condeço ****

Paulo Pacheco *****

Gil Soares *****

INTRODUÇÃO

O que é a "História ao Vivo?"

A "HISTÓRIA AO VIVO" é, sobretudo, uma técnica que pretende revitalizar o ensino da história e disciplinas afins através da reconstituição, com o máximo de rigor, dos ambientes do passado. Recorrendo à dramatização de um facto histórico previamente seleccionado, procura-se reviver práticas sociais e mentais de uma época, isto é, procura-se que a criança sinta e apreenda o quotidiano de homens e mulheres que em tempos viveram nos espaços físicos, hoje despojados da sua função original.

Há assim, na génese destes projectos, um conjunto de preocupações de índole pedagógica. No centro das atenções dos seus promotores está a criança como participante, apreendendo, através da vivência de factos do passado, a história de uma região. Não se trata, portanto, de um espectáculo teatral de

adultos mascarados em que as crianças são espectadores passivos. O âmbito dos projectos de "História ao Vivo" não se esgota nos seus objectivos educativos, nem no universo da escola. De forma indirecta, mas decisiva para o sucesso do projecto, a comunidade é convidada a participar na sua organização. A "História ao Vivo" assume-se desta forma, como um instrumento eficaz de promoção do relacionamento escola/comunidade.

Que mais motivações poderíamos ter para promover e apoiar um projecto desta natureza? Não nos compete também a nós, autarquia, para além das formas institucionais e rotineiras de apoio, intervir de forma inequívoca na educação das crianças do nosso concelho? Não retiramos todos nós benefícios da criação de laços mais fortes entre a escola e a comunidade que a rodeia e usufrui dos seus serviços? Cremos que sim, e nunca nos furtámos a essas responsabilidades.

* *Patrocínios: HR-AGAERRE, Região de Turismo Costa Azul; Coopinbal, Socar, Caixa Geral de Depósitos, Cooperativa Agrícola da Palmela. Apoios: Museu de Setúbal / Convento de Jesus, Museu do Trabalho de Setúbal, Sociedade Filarmónica Palmelense "Os Loureiros", Sebastião Fortuna - Ofícios, José João Besugo - Artesão, Sociedade Humanitária e Câmara Municipal do Porto.*

** *Técnico Superior da Câmara Municipal de Almada.*

*** *Técnica Superior do Serviço Educativo da Câmara Municipal de Palmela.*

**** *Técnico Superior dos Serviços de Património da Câmara Municipal de Palmela.*

***** *Técnico Auxiliar de Museografia da Câmara Municipal de Palmela.*

***** *Professor de História da Escola Preparatória do Pinhal Novo.*

A concluir, pensamos que tem cabimento referir aqui uma outra razão que nos motivou, a nós - Câmara Municipal de Palmela -, a tomar a decisão de promover e apoiar a realização do projecto "História ao Vivo - Palmela/89": a consciência de que os monumentos, sejam eles Palácios, Castelos, sítios arqueológicos, entre outros, necessitam de ser utilizados regularmente, pois essa é uma das formas de os preservar e valorizar aos olhos das gerações mais jovens da população. Cria-se assim um inestimável crédito de indivíduos empenhados na proteção de um património que sabem também ser seu. Propomos, obviamente, utilizações compatíveis com a natureza do monumento e a sua dignidade.

Em Maio de 1989, com o projecto História ao Vivo, será o momento para o Castelo de Palmela reviver o seu passado.

APRESENTAÇÃO DO PROJECTO DE PALMELA

Promovido pela Câmara Municipal de Palmela, o projecto "História ao Vivo - Palmela/89", terá lugar em Maio de 1989 aplicado ao Castelo nos inícios do século XVI, ao tempo do Mestre da Ordem D. Jorge de Lencastre.

Além da preparação de cerimónias de investidura de Cavaleiros da Ordem, estarão em causa: o quotidiano dos freires no Castelo; as relações da ordem e do seu mestre com as comunidades vizinhas, suas dependentes; as beneficiações artísticas dentro da Igreja de Santiago (como a execução do Retábulo, por ex.), etc...

Este projecto, ao enquadrar alunos da 2ª Fase do Ensino Primário e do Ensino Preparatório no contexto da história da região, procura fazer a ligação com os acontecimentos nacionais numa perspectiva global, para o período 1500-1530, em articulação com o programa de História de Portugal.

Integrado nesta época, pretende-se desenvolver com os alunos um trabalho de descoberta sobre o que representou a Ordem

de Santiago:

- no plano nacional (século XVI);
- para a população do Concelho de Palmela.

Quanto ao primeiro aspecto, o desenvolvimento de uma trama dramática em torno da figura de D. Jorge de Lencastre levou os alunos a aperceberem-se:

- do seu papel na reestruturação das várias ordens militares, principalmente da de Santiago;
- da sua crescente importância na Corte;
- das funções de uma Ordem religiosa-militar desde a Reconquista até ao século XVI;
- de que modo a expansão se reflectiu na vida local.

Em relação ao segundo, procurou-se realçar a dependência da população em relação à Ordem de Santiago que regulava a vida do concelho.

Os alunos irão viver esse quotidiano, o mais fielmente possível, partindo de todos os aspectos que envolviam o cerimonial da investidura de um cavaleiro daquela ordem, encarnando vários personagens/figurantes populares, nos vários trabalhos que lhes competiam.

É através da vivência que poderão compreender a diferenciação social existente na vila e os aspectos económicos e culturais que, de outra forma, dificilmente seriam integrados numa aprendizagem significativa.

GUIÃO DA ACÇÃO

Estamõs no dia 15 de Maio de 1505, no Convento sede da Ordem de Santiago em Palmela. O Convento encontra-se em obras de restauro e melhoramentos. Para realizar tais obras os freires de Palmela contrataram diversos artesãos da região e ainda um grande número de ajudantes (gente do povo sem qualificações), recrutados na vila e arrabaldes, gente que todos os dias de manhã chega ao Castelo.

Paralelamente às obras de restauro e melhoramento, estão em curso os trabalhos de construção do suporte de madeira do

futuro Retábulo de Santiago destinado ao Altar-Mor da Igreja. Para a sua concepção e pintura foi contratado um mestre estrangeiro (Flamengo (?)).

Neste dia vão ocorrer dois acontecimentos de grande importância para o convento, são eles: a visita do Mestre da Ordem, D. Jorge de Lencastre, Duque de Aveiro, e uma reunião do Capítulo dos treze presidida pelo Mestre, reunião que se destina a marcar diversas visitas a comendas e Igrejas da Ordem. Aproveitando a presença do Mestre D. Jorge, vai ser investido um novo Cavaleiro.

Guião da Acção

- 09h30 – Chegada das crianças participantes (cerca de 60).
– Vestem-se e dirigem-se para o Castelo..
- 09h45 – À porta do Castelo são recebidos pelo Comendador do Convento que os informa da iminente chegada do Mestre da Ordem e de alguns membros dos Treze.
– Dá-lhes indicações sobre as obras em curso e quais as tarefas que cada grupo terá de desempenhar. São ainda informados da jorna que irão receber e encaminhados para o Tesoureiro.
- 10h00 – As crianças são distribuídas pelos diversos grupos de trabalho onde irão desempenhar tarefas destinadas a:
1º Restaurar e melhorar as condições do Convento;
2º Preparar a recepção ao Mestre D. Jorge e acompanhantes;
3º Preparar a cerimónia de investidura do Cavaleiro.
- 11h00 – Anuncia-se a chegada do Mestre da Ordem.
– O Comendador reúne todos os presentes sem excepção (povo, freires, cavaleiros, artesãos, etc...).
– Juntam-se na Praça de Armas e, em procissão, dirigem-se para a porta do Castelo a fim de receberem o

Mestre e acompanhantes.

- 11h45 – Durante o percurso entre a porta do Castelo e a Igreja onde será dita missa, um homem do povo, que já se mostrara renitente em acompanhar a procissão, recusa-se a entrar na Igreja e a assistir à missa por ser Judeu, professo. Gera-se grande confusão e o Judeu é preso, não antes de ter oferecido alguma resistência, e encerrado nas masmorras (Torre de Menagem).
– É rezada missa.
- 12h00 – D. Jorge e acompanhantes visitam o Castelo tomando contacto com as obras em curso.
– É dada ordem para servir o almoço.
- 12h30 – Almoço.
- 13h30 – Rotação das crianças nos grupos de trabalho:
– Inicia-se a reunião do Capítulo dos Treze.
- 14h00 – Concluída a reunião inicia-se a cerimónia de investidura do Cavaleiro.
- 14h30 – Partida de D. Jorge.
- 14h45 – O Comendador reúne todos os presentes, elogia o empenhamento de todos e convoca-os para o dia seguinte.
- 15h00 – As crianças abandonam o Castelo.
– Depois de se despirem e arrumarem os adereços, vão-se embora.

GRUPOS DE TRABALHO PERSONAGENS PRINCIPAIS

Durante a acção, que decorrerá ao longo de quinze dias, desenvolver-se-ão paralelamente, por um lado, as actividades quotidianas próprias de um núcleo castelejo de uma Ordem Militar a sofrer obras de melhoria; por outro lado, preparação e execução de dois acontecimentos estranhos a esse quotidiano: a cerimónia de investidura de um cavaleiro e a reunião do capítulo dos Treze presidida pelo Mestre da Ordem.

Este dia será reconstituído por 8 grupos de crianças que realizarão outras tantas tarefas e/ou funções da vida do castelo

naquela época. Grupos liderados por professores e/ou actores, que cumpriram funções de chefia, por exemplo: Mestre de pintura e seus aprendizes (grupo 7). Os actores profissionais representaram as personagens mais importantes e com papel de relevo.

Atribuiu-se à figura de D. Jorge de Lencastre um maior destaque criando para este personagem um enredo mais rico e complexo.

Grupos de trabalho

1. Cozinha
2. Pedreiros
3. Carpintaria
4. Tecelagem
5. Preparação da cerimónia de investidura do cavaleiro e da procissão que receberá o Mestre D. Jorge
6. Criadagem do Mestre
7. Ajudantes do mestre de pintura estrangeiro
8. Colocação de azulejos

Personagens Principais (Representadas por artistas)

- Mestre D. Jorge de Lencastre
- Prior-Mor
- Cavaleiros (3)
- Freires (3)
- Membros do capítulo dos Treze (4)
- Judeus (2)
- Mestre de pintura estrangeiro
- Comendador

Nota: Os restantes freires e cavaleiros (num total de cinco para cada estado) serão representados por alunos do Secundário, uma vez que o seu papel não exige grande preparação dramática.

ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE O CASTELO DE PALMELA

Sentinela altaneira das terras da Península de Setúbal, o Castelo de Palmela continua ainda hoje a ser um dos pontos de

referência, quando a vista percorre a vastidão de muitas léguas em redor. Construído sobre um dos derradeiros contrafortes da Arrábida, emana ainda uma forte sensação de poder e força das suas poderosas linhas de fortificação.

A data da escolha do local, bem como a fundação e implementação desta estrutura militar, permanece até aos nossos dias incerta. Existem fortes probabilidades para o período da ocupação romana, devido à situação estratégica do local e à forte presença do Império Romano em toda a região, nomeadamente em Setúbal e Península de Tróia. As respostas a esta e outras questões só poderão ser obtidas mediante a realização de escavações arqueológicas.

Os Árabes transformaram, no século VIII, o local fortificado num dos bastiões da sua presença no sul do território, incluído na linha de defesa da cidade de Al Oshbuna (Lisboa); o avanço da "Reconquista", no séc. XII, fez com que em 1147 o castelo transistasse para a posse dos cristãos, com D. Afonso Henriques. Mas as vicissitudes da guerra em zonas de "terras de ninguém", levam a avanços e recuos da linha fronteira entre o mundo muçulmano e cristão. Esta conjuntura leva a que só em 1205 Palmela seja definitivamente conquistada por D. Sancho I, que ordenou a reconstrução da fortaleza arruinada pelas sucessivas campanhas militares. Este mesmo monarca integrara o castelo nos bens da Ordem Militar de Santiago em 1186.

Fazendo parte do conjunto defensivo dos vales do Tejo e Sado, conjuntamente com as fortalezas de Sesimbra, Almada, Alcácer do Sal, Coima-a-Velha, Belmonte e a fortaleza medieval de Setúbal, mantém por isso a sua importância militar. As grandes obras de conservação e ampliação promovidas por vários soberanos da 1ª e 2ª distâncias são prova cabal deste facto.

D. João I estabeleceu a partir de 1423 a sede da poderosa Ordem de Santiago, bem como o convento mestral no Castelo de Palmela. É sobre o patrocínio da Ordem que

se inicia o período de apogeu, nomeadamente pela construção da igreja conventual, a Igreja de Santiago, notável templo tardogótico de arquitectura despojada, concluído entre 1460 e 1470. Do primitivo convento mestral de modestas dimensões poucos vestígios restam.

A evolução da vida nacional a nível político e económico levou ao declínio da importância estratégico-militar do castelo, a favor de Setúbal, enquanto entreposto comercial, e da fortaleza de S. Filipe, integrada na linha de defesa da barra do Sado. Do domínio espanhol resultou também o novo projecto do convento mestral (que domina o conjunto com a sua massa arquitectónica) que, iniciado no século XVII, prolonga as suas obras até meados da centúria seguinte, bem como após a Restauração a nova cintura de fortificações (tipo Vauban) no reinado de D. Pedro II.

A extinção das ordens religiosas em 1834 pelo novo regime liberal, inicia o período de destruição e delapidação do conjunto monumental que se prolonga até à década de 1940, quando a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, de acordo com plano mais vasto deliniado pelo Estado Novo, promoveu o restauro parcial da fortaleza.

CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A ORDEM DE SANTIAGO

A data aceite, pela generalidade dos historiadores, para o "nascimento" da Ordem de Santiago é a de 1 de Agosto de 1170, em Leão, durante o reinado de Fernando II.

Criados para defender a fé cristã frente aos muçulmanos, não admira que os santiaguistas se fixassem em território de fronteira com o Islão. Daí que a sua primeira sede tivesse sido Cacéres, centro de uma importante região conquistada aos mouros por Fernando II. Perdida Cacéres em 1174 num dos avanços almohades, a Ordem passa a Castela estabelecendo-se em vários lugares, acabando Uclés por se tornar sede da Ordem.

A presença da Ordem de Santiago em Portugal data de 1172 com a doação de Arruda-dos-Vinhos, por D. Afonso Henriques, vencidas que foram as desconfianças iniciais do rei. Com o tempo, e mercê de uma actuação de primeira ordem na reconquista, foram-lhes distribuídas terras a sul do Tejo nomeadamente no Baixo Alentejo e Algarve. Doações que, no dizer de Rui Azevedo, se deveram à "imperiosa necessidade em que Portugal, Leão e Castela se viam de conjugar esforços para resistirem às acometidas almohades desde 1172" (1).

As doações de Sancho I, em 1186, Almada, Palmela e Alcácer não resistiram à invasão almohade de 1191 tendo estes acabado por se fixar em Alcácer, de onde assediavam a Península de Setúbal. Conquistada Alcácer em 1217, voltaram os santiaguistas à posse dos territórios possuídos anteriormente nesta zona, seguindo-se, nos anos posteriores, doações à Ordem que recebeu Aljustrel em 1235; Cezimbra em 1236; Alfajar de Pena e Mértola em 1239; Aymonte em 1240 e Tavira em 1244, entre outros lugares. Palmela foi então eleita para sede da Ordem, em território português, depois de ter estado em Alcácer durante algum tempo.

Foi a Ordem de Santiago governada em Portugal por um Comendador que reconhecia a autoridade do Mestre de Uclés, a quem devia obediência como topo da hierarquia santiaguista.

Razões diversas, entre as quais avulta o desinteresse da parte castelhana da Ordem em relação à parte portuguesa, levaram a que esta última procurasse separar-se da primeira. Assim, durante o reinado de D. Dinis, foram dados passos no sentido da emancipação, solicitando os portugueses ao Papa Nicolau IV autorização para elegerem Mestre próprio. Solicitação que foi atendida por bula de 17 de Setembro de 1288 confirmada em 1 de Maio de 1290. Foi então eleito o Mestre português, em capítulo dos Treze, sendo escolhido D. João Fernandez. Claro está que a parte castelhana recorreu, encetando diligências no sentido de alterar

tal decisão papal, mantendo-se no entanto a separação de facto até que uma bula de Nicolau V, 1542, torna de direito esta separação, confirmando à Ordem de Santiago de Portugal todos os privilégios, isenções e prerrogativas de que o ramo castelhano gozava.

Apesar da importância alcançada durante o período da consolidação do território, e do interesse demonstrado por D. Dinis na separação do ramo português da Ordem, esta foi perdendo importância em relação às outras ordens, tanto mais que os objectivos para que fora criada desapareceram com a conquista definitiva do sul aos mouros. Exceptuando o período do mestrado de D. Jorge, o qual mandou reunir capítulos para aprovar novos estatutos e enviou a Roma homens da sua confiança para saberem coisas da Ordem, incluindo as regras para se governarem, os santiaguistas não mais voltaram a ter a força e o prestígio de outrora.

Todos aqueles que entravam na Ordem sujeitavam-se, no momento de tomarem o hábito, a três votos: obediência, castidade e pobreza. Divididos em dois grupos: clérigos e freires, podendo estes últimos contrair matrimónio. Aos clérigos cabia a missão de instruir os filhos dos freires na "ciência" das letras e prestar, a estes, serviços espirituais; aos freires cabia a propagação da fé cristã lutando contra os mulçumanos. Os primeiros viviam debaixo da autoridade de um prior e, para cumprirem a sua missão, recebiam dos freires o dízimo de todos os bens, que dedicavam à compra e feitura de livros, ornamentos eclesiásticos e outras necessidades; os segundos viviam debaixo da autoridade de um comendador que administrava os bens da casa posta sobre a sua autoridade. Ao Mestre cabia, como cabeça e centro da Ordem, o cargo de supervisionar em tudo o que respeitasse à Ordem, tanto no espiritual como no temporal.

(1) – Rui de Azevedo, *Documentos Mediavais Portugueses, Documentos Régios*, t. II, pág. 716.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

– Gerais

Dicionário de História de Portugal, Dir. Joel Serrão Pinto, Porto, Liv. Figueirinhas, s.d.

– Estudos

Freire, A. Braamcamp, *Crítica e História*, Lisboa, 1910.

Marques, José, *Os castelos algarvios da Ordem de Santiago no reinado de D. Afonso III*, separata da *Revista Caminiana*, Ano VIII - Dez. 1986, nº 13, P. 9 a 32.

Martin, José Luis, *Orígenes de la Orden Militar de Santiago (1170-1195)*, Barcelona, CSIC, 1974.

Rodriguez Blanco, Daniel, *La Orden de Santiago en Extremadura (séc. XIV e XV)*, Badajoz, Excma. Diputacion Provincial de Badajoz, 1985.

Artes e Letras

EDUCAÇÃO MUSICAL EM FINS DO SÉC. XX

Luis Filipe Garcez*

Partindo do princípio que Educar tem como objectivo o desenvolvimento integral, equilibrado, de todas as capacidades do indivíduo, no sentido da plena expansão da sua personalidade e do seu relacionamento social, posso afirmar que a Música intervém de maneira positiva quando incluída no Processo Educativo.

Tanto na criança como no jovem e no adulto, a Música pode ser um contributo saudável e determinante na sua integração e interviniência no tecido social em que estão inseridos. Isto é evidente nas actividades musicais colectivas como o canto, a instrumentação, onde o objectivo comum cria a necessidade de **cooperação**, do respeito pelo trabalho dos outros.

Na criança, a Música é um excelente recurso para o **desenvolvimento da maturidade** necessária à aprendizagem, tanto pela coordenação motora (consciência corporal), a acuidade visual, a memória, a atenção, a concentração, a vontade.

Na escola, a Música pode ser um factor de **motivação** para a aceitação do grupo, para a troca de afectividade (dar e receber), a auto-expressão, a criatividade, favorecendo o ambiente indispensável ao estudo e compreensão das várias disciplinas, intervindo assim como elemento vitalizador do ensino, favorecendo a aprendizagem tanto conceitual como apreciativa.

Daí, eu considerar a interferência da Música, como indispensável, no planeamento didáctico curricular, em articulação com as outras disciplinas, ao mesmo tempo que se implementam o gosto e uma cultura musical sã.

Na Idade Média, já os Gregos incluíam a Música no "Quadrivium" que reunia as 4 artes científicas: Aritmética, Geometria, Astronomia e Música, às quais se vieram associar o "Trivium" – ciclo literário composto por: Gramática, Retórica e Dialéctica. Nessa altura, o estudo do "Quadrivium" e do "Trivium" eram etapas necessárias à formação intelectual, servindo de propedêutica às ciências superiores.

O poder educativo da Música é tão verdadeiro que não basta ouvi-la, é preciso praticá-la para se beneficiar o mais exaustivamente das suas virtualidades.

Assim se criam as condições para a criança, o jovem, o praticante, se desinibirem, libertando, despertando em si próprios, o sentido do tempo e do espaço, da regularidade psico-motora, da lateralidade, da espontaneidade, criatividade, do sentido estético e artístico.

Estarão assim criadas as condições para o equilíbrio do seu relacionamento social e com o meio.

O Projecto "Musicalmente" que a Câmara Municipal de Almada, em articulação com o Centro Cultural de Almada, me confiou, promovido actualmente no seio dos jovens

* *Professor de música, compositor e intérprete*

do ensino secundário do concelho de Almada, responde de maneira saudável àqueles princípios vitalizadores resultantes da interferência da Música junto do jovem.

Aliás, só assim se compreende a entusiástica adesão ao projecto, tendo em conta que as sessões são de participação livre e fora do espaço escolar.

Acredito que os jovens sentem a Música como uma necessidade interior que está a ser

satisfeita, não como ensino de "tabuadas" musicais mas como a vivência das bases da arte musical, nos seus elementos fundamentais, próprios a todo o ser humano, numa dinâmica honesta e pedagógica, viva e apropriada, **possibilitando a todos aprender a música**, ainda que nem todos sejam especialmente dotados.

E assim, pedra a pedra, "canto este mar de sons... a chamar o futuro".



CÂMARA MUNICIPAL DE ALMADA
PRÉMIO LITERÁRIO 'CIDADE DE ALMADA'

A Câmara Municipal de Almada decidiu instituir o PRÉMIO LITERÁRIO CIDADE DE ALMADA, que galardoará anualmente um romance ou uma obra de poesia, alternadamente.

O valor do Prémio é de 500.000\$00 (quinhentos mil escudos) e no primeiro ano da sua atribuição (1989) contemplará a modalidade de romance.

Os trabalhos concorrentes deverão ser entregues na CMA até 28 de Fevereiro, no Departamento de Acção Sociocultural.

O Prémio Literário Cidade de Almada, criado com o intuito de fomentar o desenvolvimento da produção literária e de incentivar a produção daqueles que melhor cultivam a nossa Língua, obedece a um Regulamento que obriga à utilização de pseudónimo e, no caso do romance, as obras concorrentes não poderão ter menos de 150 páginas dactilografadas em folhas do formato A4, com 30 linhas a dois espaços. No caso da poesia, o mínimo será de 50 páginas dactilografadas em folhas de formato A4.

A decisão do júri terá de ser tomada no período de quatro meses após o recebimento das obras concorrentes (cada candidato deverá enviar três exemplares da obra ou obras que queira enviar a concurso).

Foram contactadas a Associação Portuguesa de Escritores e o Centro Português da Associação Internacional dos Criticos Literários, que deram o seu acordo à colaboração neste projecto, nomeadamente para integrar o júri.

A CMA compromete-se a procurar editor para a obra premiada.

Mais informações, bem como o texto integral do Regulamento, podem ser pedidos ao Departamento de Acção Sociocultural, Av. D. Nuno Álvares Pereira, 74-D, 2800 Almada.

SONETO DE (UM CERTO) ABRIL (INACABADO)

João Carlos L. Pereira*

A quantos cravos cheira esta saudade
na quase solidão em que me exilo?
Que sonho inacabado, intranquilo,
demora tanto a ser realidade?

De quanto Abril é feita esta vontade
de ter nas mãos o sol, e reparti-lo?
E quanto Abril eu sou, só por senti-lo
na força que me deu a liberdade?

E fiz amor, um filho, uma floresta,
às aves dei a força do meu grito,
e ao mar o sal que foi da minha testa.

Lavrei a liberdade ao infinito,
e colhi dela o mês da nossa festa:
Abril que vive em mim— e onde habito.

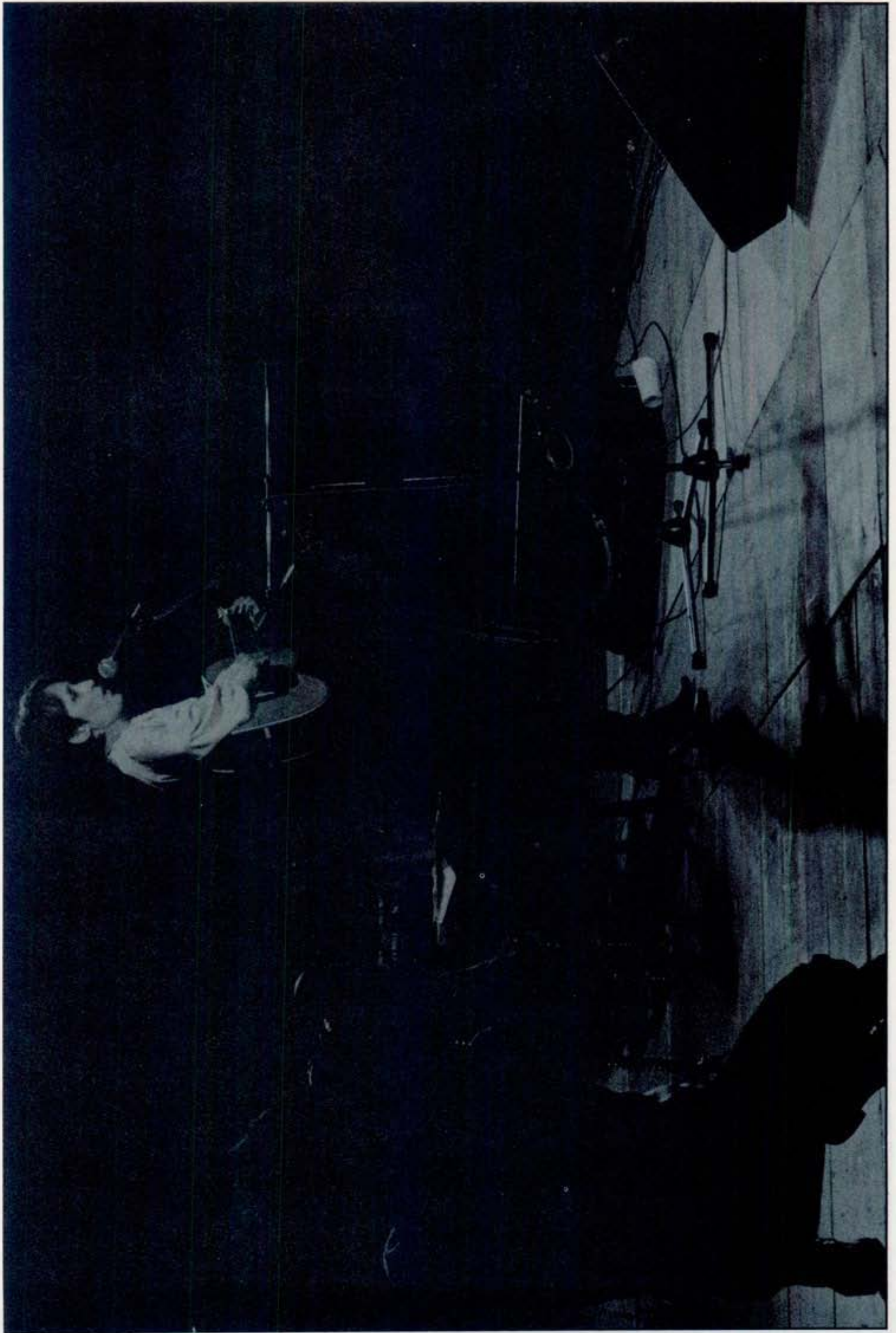
(E a outra Liberdade, mais que esta?)

* *De Paio Pires (concelho do Seixal)*

Fotografias
de
Pedro
Soares

FOTOGRAFIAS DE PEDRO SOARES







BIOGRAFIA

- Nasceu em Janeiro de 1948 em Lisboa no seio duma família de trabalhadores.
- Frequentou o Instituto Comercial de Lisboa até ser chamado a cumprir serviço militar.
- A guerra das colónias levou-o a conhecer alguma Europa, numa altura em que o Mercado Comum tinha apenas seis membros e a política de Marcelo Caetano levava centenas de milhar de portugueses a procurar sustento além-fronteiras.
- Após o 25 de Abril, de regresso a Portugal, passou a utilizar a máquina fotográfica como enxada e como caneta.
- Actualmente, trabalha com companhias de teatro que utilizam a imagem fotográfica como meio de promoção dos seus espectáculos.

Publicações recebidas

EDUCAÇÃO E ENSINO

Ano 1 – Nº 0 – Junho de 1989,

Associação dos Municípios do Distrito de Setúbal

Uma revista quadrimestral sobre educação e ensino acaba de ser lançada pela A.M.D.S.

"EDUCAÇÃO E ENSINO" é a designação desta nova publicação que, a partir de agora, reunirá nas suas páginas uma multifacetada reflexão acerca das experiências autárquicas na relação escola-meio, dos problemas que afectam e caracterizam o desenvolvimento do sistema de ensino e das ideias e projectos que o querem actualizar, renovar e transformar.

No Editorial, de carácter programático, o director da nova revista, António Matos, depois de fazer o balanço do que tem sido a acção das autarquias a nível cultural e na relação com a "comunidade educativa municipal", afirma: "Há hoje razões evidentes a fundamentar, do ponto de vista pedagógico-científico, uma intervenção da instituições locais e das Autarquias na actividade educativa ao nível das escolas. Esta intervenção, que deve traduzir-se, sobretudo, na mobilização da comunidade escolar para o enraizamento local do acto educativo, decorre do facto de existir uma importante área de intercepção entre o trabalho de educação e cultura desenvolvido coerentemente pelas Câmaras Municipais e aquele que é prosseguido pelos estabelecimentos de ensino".

Esta área de intercepção deriva dos próprios objectivos dos programas curriculares, o que leva António Matos a apontar o aprofundamento dos vários sectores de trabalho até agora desenvolvidos pelas Câmaras Municipais na relação com as Escolas.

No entanto, "EDUCAÇÃO E ENSINO" não pretende apenas divulgar a informação autárquica. Para o autor do Editorial, a nova revista "deseja constituir-se como espaço de diálogo privilegiado – porque público e amplo – entre todos quantos, de uma forma

ou de outra, participam do processo de educação integral do indivíduo nos mais diversos sistemas de enquadramento educativo (...) pretende vir a ser tribuna de difusão de ideias, projectos e perspectivas desenvolvidas pelas mais diversas instituições educativas do Distrito de Setúbal, designadamente as escolas do ensino básico e secundário. Os estabelecimentos do ensino superior sediados na região encontrarão nela a sede adequada para a divulgação dos seus projectos e da sua actividade. A educação difusa e os mecanismos sociais que a veiculam serão também aqui objecto de análise e notícia".

Esta nova publicação da A.M.D.S. possui um Conselho de Redacção com onze elementos e um conjunto de quarenta e seis colaboradores permanentes, o que traduz a ideia de dinamismo e solidez que, desde o início, se pretende dar ao projecto. Neste primeiro número, além do Editorial, são publicados vinte e três textos, oito dos quais de colaboradores não-permanentes. Pela sua diversidade e conteúdo, estes textos, que estão longe de esgotar a realidade distrital nos vários temas, prenunciam outros números com o mesmo grau de interesse.



Um espaço para a legislação sobre educação e ensino e outro para publicações completam este número.

A iniciativa pioneira que é a publicação de "EDUCAÇÃO E ENSINO" pela A.M.D.S. virá certamente reforçar a importância que deve ser dada ao estudo dos problemas teóricos e práticos que envolvem o sistema de ensino, contribuir para o aprofundamento e desenvolvimento das relações entre a Autarquia e a Escola e valorizar a função do Ensino na aprendizagem da liberdade e da democracia.

A.D.

AS AUTARQUIAS E A COMUNIDADE ESCOLAR NO MUNICÍPIO DO SEIXAL

Câmara Municipal do Seixal, 1989

O desenvolvimento das relações entre o Poder Local e as instituições escolares, através de planos de acção conjunta, apoios das autarquias, múltiplas formas de cooperação e realização de iniciativas culturais e desportivas que complementam o

AS AUTARQUIAS E A COMUNIDADE ESCOLAR NO MUNICÍPIO DO SEIXAL



ensino curricular, tem originado a procura e a produção de novos meios de consulta, divulgação e apoio.

Assim se explica a edição, por parte da Câmara Municipal do Seixal, de um Guia de Apoio dirigido à comunidade escolar e no qual se insere a mais diversa informação: nota histórico-geográfica, dados estatísticos, moradas de agentes culturais, de estabelecimentos de ensino, de serviços municipais e de órgãos autárquicos, assim como vários regulamentos e modelos normativos para pedidos de visitas de estudo, passeios de falua, exposições, transportes, etc.

Trata-se de uma publicação cuja manifesta utilidade torna mais eficaz a relação entre a Autarquia e a Escola.

A.D.

15 ANOS DE PODER LOCAL DEMOCRÁTICO

Câmara Municipal do Seixal, 1989.

No ano em que foram comemorados os 15 anos do Poder Local Democrático em Portugal, editou a Câmara Municipal do Seixal uma publicação destinada a registar, nas suas linhas fundamentais, aquilo que deu razão e conteúdo à actividade dos órgãos autárquicos no município.

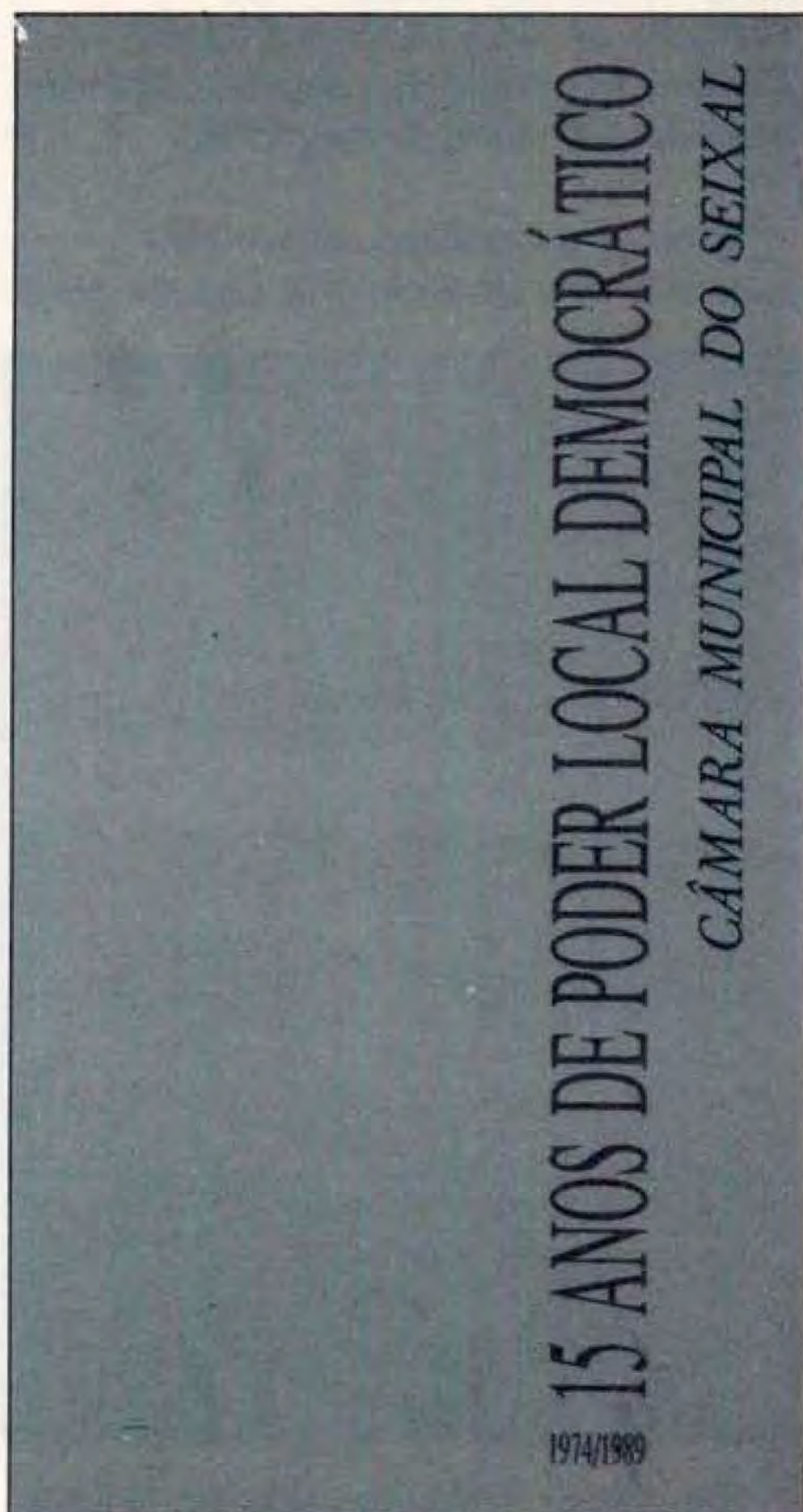
Profusamente ilustrada e recheada de indicadores, quadros e gráficos, estes "15 Anos..." fornecem extensa e variegada informação em todos os campos de acção municipal, desde a cultura à iluminação pública, do abastecimento de água ao planeamento urbanístico, fazendo, desse modo, um levantamento sintético e argumentado que dá conta e constitui testemunho da nova realidade que é, hoje, o concelho do Seixal. E não falta, também, a caracterização histórica e administrativa, sociológica e económica, sem a qual não existe conhecimento efectivo e concreto da realidade municipal.

"Esta publicação inacabada – afirma-se no Apontamento inicial – evidencia a vitalidade do Poder Local, a capacidade de

diálogo e firmeza de princípios na gestão democrática, o produto do íntimo relacionamento de trabalho e afectividade com a população – pelo desenvolvimento, a paz e a justiça social".

Útil e necessária, esta publicação da Câmara Municipal do Seixal é, no seu género e simultaneamente, uma obra de leitura agradável e de referência obrigatória, agora e no futuro.

A.D.



QUINTA DO ANJO, CAPITAL DA "OVELHARIA" ENTRE TEJO E SADO

A. de Matos Fortuna

Câmara Municipal de Palmela, 1988

O motivo desta original publicação, resultante da colaboração da Câmara Mu-



nicipal de Palmela com a Escola Preparatória de Palmela, é-nos explicado pelo seu autor, A. de Matos Fortuna, na Introdução: "A península de Setúbal, mercê do número e extensão dos rebanhos existentes nos concelhos da sede do distrito e de Palmela, muito especialmente neste, constitui zona relevante na criação de ovelhas em Portugal, e com a particularidade, digna de saliente realce, de atravessar não uma fase regressiva, como pareceria facilmente explicável, mas de sensível progressão". E o local mais importante desta expansão pecuária é a Quinta do Anjo, no concelho de Palmela, com dezassete rebanhos de ovelhas, embora nas outras freguesias e nos concelhos vizinhos a ovinicultura se encontre em desenvolvimento.

As páginas seguintes dão conta dos vários aspectos de uma actividade que a Comissão Organizadora da Exposição-Concurso de Ovelhas, que anualmente se realiza na Quinta do Anjo, decidiu registar. Nelas se fala dos ovelheiros, dos queijeiros, dos tosquiadores, do pastor e da mais antiga referência aos queijos amanteigados da Quinta do Anjo.

Bem se pode dizer que este trabalho de A. de Matos Fortuna é indispensável para o estudo e conhecimento da história e da cultura popular do concelho de Palmela.

A.D.

JOGOS POPULARES DO CONCELHO DE SESIMBRA

Câmara Municipal de Sesimbra, 1988.

A edição de publicações sobre os jogos populares tem vindo a acompanhar o desenvolvimento da actividade cultural e desportiva das autarquias. Esta publicação da Câmara Municipal de Sesimbra traduz esse fato e constitui uma obra de consulta obrigatória ao pretender-se conhecer a razão de ser dos JOGOS POPULARES DO CONCELHO DE SESIMBRA, que desde 1984 se realizam anualmente e recuperaram uma antiga tradição do povo sesimbrense.

Uma Apresentação da Câmara, um texto de Carlos Correia sobre a natureza e função do jogo e um outro, de Odete Graça, vereadora da Cultura e Desporto da C.M.S., sobre os jogos populares como forma de



intervenção cultural, fornecem inúmeros dados para o conhecimento desta matéria.

O livro insere também os regulamentos de dezanove jogos, o que contribui para aumentar o seu interesse e o tornar uma excelente obra de divulgação.

A.D.

VER DESENHO HOJE - "AS IRRESOLUÇÕES RESOLVIDAS" Câmara Municipal de Almada - Galeria Municipal de Arte, Junho, 1988.

Trata-se do catálogo editado para exposição final do Ciclo 'Ver Desenho Hoje'.



De concepção gráfica cuidada e atraente, a cargo de Rogério Ribeiro e Clemente Augusto, com fotografia de José Manuel Sousa, esta publicação de 112 páginas inclui um denso texto ensaístico de Cristina Azevedo Tavares acerca da clarividência e sentido do desenho como "expressão não subsidiária de outras mas que se enriquece na pluridisciplinaridade que lhe é oferecida". Uma nota biográfica e a reprodução de um

desenho apresenta cada um dos trinta e nove autores dos noventa e cinco desenhos expostos.

"O ciclo que "HOJE" encerra – afirma-se na nota introdutória –, tal como nas outras exposições, aceitou o risco de contribuir em vez de dizer a palavra exacta. Reune e expõe mediante os meios. Representa, decerto, não esquecendo nem lisongeando artistas, muitas das linhas por onde se tece a arte portuguesa nossa contemporânea".

A.D.

IMAGENS DO CABO DO MUNDO
Luis Vasconcelos e José Jorge Letria
Edição: Câmara Municipal de Sesimbra

Conforme escreve Urbano Tavares Rodrigues na Introdução: «São dois poemas paralelos: o da imagem, o da palavra. A realidade a que se referem é um local mágico, dos mais belos da Europa.»

O sortilégio do Cabo Espichel captado pela objectiva de um fotógrafo apaixonado que na sua paixão arrastou o poeta. Um livro muito belo de Luis Manuel Vasconcelos e José Jorge Letria, que a Câmara Municipal em boa hora editou.

A.M.

MAR ARÁVEL
Eufrazio Filipe
Horizonte Poesia

"Livros Horizonte" publicou, na sua colecção de poesia, um novo livro de Eufrazio Filipe, poeta de reconhecido mérito e autarca prestigiado. Da apresentação transcrevemos as palavras de Fernando Luso Soares: «De acordo com o homem concreto que Eufrazio Filipe é, o complexo da realidade, ora se funde, ora se acalma, ora se confrange, ora se exalta...»

Ou como diz o poeta: «Na água se colhe a chuva e o deserto / ganha corpo o sonho para intervir na paisagem / na água tudo é humano / até o respirar.»

A.M.

ÁGUA DAS PEDRAS
Maria Helena Salgado
Folha D' Hera

O quarto livro da jovem editora setubalense, que anteriormente já publicara Arlindo Mota, Francisco José Viegas e Manuel Correia, foi o original galardoado com o prémio "Sebastião da Gama - 1988", iniciativa das Juntas de Freguesia de Azeitão.

"Água das Pedras" é a primeira obra de Maria Helena Salgado, que antes colaborara com três textos no 1º Anuário de Poesia Inédita, editado pela Assírio e Alvim. Mas assegura José Jorge Letria: «Estamos, sem dúvida, na presença de uma voz que se afirma e autonomiza e cujo itinerário futuro merece ser atentamente seguido e analisado».

A.M.

A IGREJA DE JESUS DE SETÚBAL
José Custódio Vieira da Silva
SALPA

Incluindo na colecção "Património – Ensaio" que a SALPA (Associação Para a Salvaguarda do Património da Região de Setúbal) está a publicar, a Igreja de Jesus de Setúbal, de José Custódio Vieira da Silva, constitui, sem dúvida, um dos mais valiosos contributos para a Historiografia de Arte em Portugal.

Já em estudo anterior: «O Tardo - Gótico na Arquitectura Religiosa do Alentejo», dissertação de mestrado e em curso de publicação, o autor – conforme sublinha o Prof. Dr. Artur Nobre de Gusmão – «se ocupara da importância – que é grande – da Igreja do Convento de Jesus de Setúbal, no quadro das tendências arquitectónicas que se desenvolveram no país e se ligam, por um lado, à problemática da formação do «manuelino» e, por outro, ao espaço e ao tempo do «mourisco».

Edição cuidada, ilustrada com 40 fotografias compreende ainda uma extensa tradução em inglês, que muito ajudará à sua divulgação extra-fronteiras.

A.M.

SETÚBAL ARQUEOLÓGICA - VOL. VIII

Acaba de ser publicado o vol. VIII da revista "Setúbal Arqueológica", única publicação especializada em Arqueologia do Distrito de Setúbal.

Trata-se de um importante instrumento de investigação e de divulgação científica que contribui substancialmente para a vitalidade do Centro de Estudos Arqueológicos do Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal.

O presente volume contou com o apoio da Comissão de Turismo de Setúbal – Costa Azul, da Câmara Municipal de Setúbal, Câmara Municipal de Palmela, Depa-Centro de Estudo e Defesa do Património Histórico do Distrito de Setúbal, Inapa - Indústria Nacional de Papéis, SARL.

O vol. VIII da revista "Setúbal Arqueológica" insere, nas suas 260 páginas, treze estudos que abrangem um amplo lapso de tempo, desde o Paleolítico até ao período muçulmano. O primeiro texto, da autoria de Georges Zbyszewski e colaboradores dá a conhecer o Paleolítico da Gruta do Correio Mór em Loures, onde uma equipa dos Serviços Geológicos de Portugal realizou escavações de salvamento.

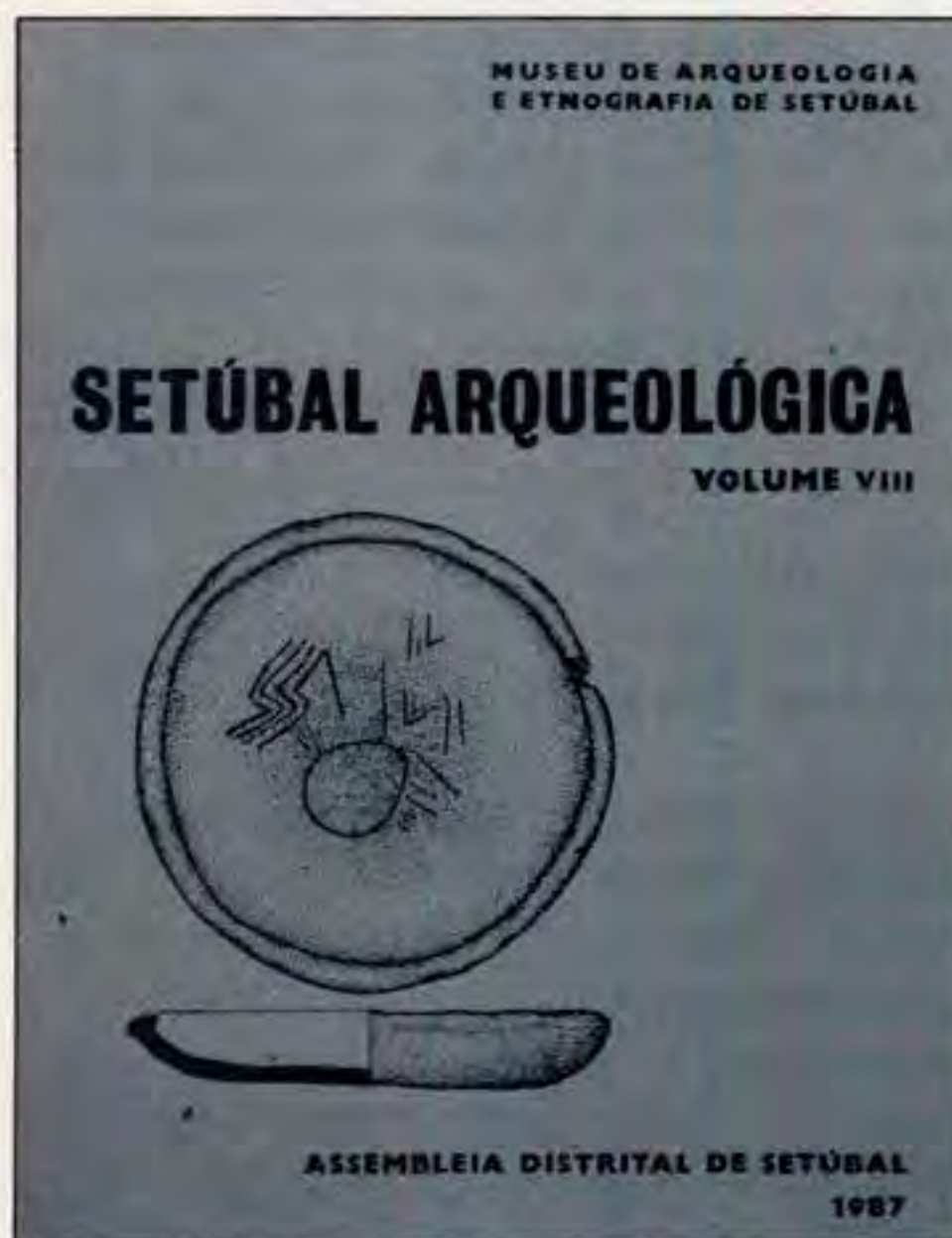
A maior parte das páginas da revista é dedicada ao povoado fortificado do Monte da Tumba, da Idade do Cobre, com cerca de 4500 anos. Trata-se, sem dúvida, do mais importante **habitat** daquela época identificado no Distrito de Setúbal. Os resultados das escavações realizadas pelo Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal (MAEDS) entre 1982 e 1986 são dados a conhecer através de seis artigos elaborados por arqueólogos e outros especialistas numa perspectiva multidisciplinar.

A Idade do Ferro está representada por um artigo dedicado ao castro de Vigo, na Galiza, que tem sido estudado e recuperado no âmbito de um bem sucedido programa de arqueologia urbana que deveria servir de exemplo para Portugal.

A Arqueologia Clássica conta com três artigos, de que destacamos um dedicado à primeira campanha de escavações realizada no Creiro, Serra da Arrábida. Dá-se a conhecer, neste trabalho, mais um centro de produção de salga de peixe da época romana, o mais distanciado de Setúbal, já fora do estuário do Sado.

O volume encerra com uma nota de identificação e leitura de inscrições árabes encontrados em Alcácer do Sal e com um resumo das actividades do MAEDS nos anos de 1981 a 1986.

(Nota de Imprensa do MAEDS)





Alcácer do Sal



Moita



Seixal



Alcochete



Montijo



Sesimbra



Almada



Palmela



Setúbal



Barreiro



Santiago do Cacém



Sines

Património Distrital da Época dos Descobrimentos

Fotografias de Pedro Soares